

DIRCEU CASA GRANDE JUNIOR

**Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação
dos militares no contexto de formação do Estado Nacional
brasileiro, 1821-1824**

ASSIS

2019

DIRCEU CASA GRANDE JUNIOR

**Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação
dos militares no contexto de formação do Estado Nacional
brasileiro, 1821-1824**

Tese apresentada à Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, para a obtenção do título de Doutor em História (Área de Conhecimento: História e Sociedade)

Orientador: Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues.

Coorientador: Prof. Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia

ASSIS

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Vânia Aparecida Marques Favato - CRB 8/3301

C334e Casa Grande Junior, Dirceu
Edmundo Campos Coelho e a tese da política de erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824. / Dirceu Casa Grande Junior. Assis, 2019.
275 p. : il.

Tese de Doutorado - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis
Orientador: Dr. André Figueiredo Rodrigues
Coorientador: Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia

1. Brasil - História - Independência - 1822. 2. Brasil Exército. 3. Brasil - Forças Armadas - Atividades política. 4. Militarismo. I. Título.

CDD 981.03



CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA TESE: **Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824**

AUTOR: DIRCEU CASA GRANDE JÚNIOR

ORIENTADOR: ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES

COORIENTADOR: GERMÁN ALDOLFO DE LA REZA GUARDIA



Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Doutor em HISTÓRIA, área: História e Sociedade pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. ANDRÉ FIGUEIREDO RODRIGUES
Departamento de História / UNESP/Assis

Prof. Dr. JORGE MIKLOS
UNIP/São Paulo

Prof. Dr. FRANCISCO EDUARDO ALVES DE ALMEIDA
Escola de Guerra Naval-EGN/Rio de Janeiro

Prof. Dr. FRANCISCO CÉSAR ALVES FERRAZ
UEL/Londrina

Prof. Dr. MILTON CARLOS COSTA
UNESP/Assis

Assis, 27 de agosto de 2019

Seja a vossa equidade notória a todos os homens. Perto está o Senhor!

Livro de Filipenses, capítulo 4, versículo 5.

See the bird with a leaf in her mouth; After the flood all the colors came out.

U2
Beautiful Day

Hoje é assente que a formação do *Estado nacional brasileiro* resultou de um processo de grande complexidade, ao qual é equivocado reduzir à ruptura, em 1822, do pacto que integrava as partes da América no império português. Mas o sólido consenso dos historiadores quanto a não se tomar à declaração da vontade de emancipação política como equivalente à constituição deste Estado desfaz-se quando eles vêm confrontados com a complexa interface entre a emergência deste, e a da *nação* em cujo nome ele foi instituído. De fato, não há exagero em afirmar que as controvérsias envolvendo os nexos dessa interface transformaram-na num dos enigmas recorrentes da nossa história.

István Jancsó
Brasil: formação do Estado e da nação

Dedico este trabalho ao meu pai, senhor Dirceu Casa Grande, o Vovô, falecido
em 21 de março de 2016.

À minha mãe, dona Maria Terezinha, que em um belo dia me deu um exemplar
da *Ilíada*, de Homero, que ela havia encontrado no lixo.

À minha esposa Juliana e ao meu filho Gabriel, pela compreensão e paciência,
mas, principalmente, por existirem.

Aos meus irmãos, Rodrigo e Juliana, e aos meus sobrinhos,
João Vitor, Mateus, Rebeca e Calebe.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente ao meu orientador Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues, da Universidade Estadual Paulista (UNESP – câmpus de Assis / SP), pelo zelo, responsabilidade e respeito com que fui recebido e encaminhado.

Ao Prof. Dr. Germán Adolfo de la Reza Guardia, da Universidade Autónoma Metropolitana (UAM / México), pela coorientação junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis/SP.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UNESP-Assis/SP, em especial Dr. Milton Carlos Costa, Dr. Paulo Cesar Gonçalves e Dra. Lúcia Helena Oliveira Silva; e aos servidores técnico-administrativos das secretárias do Departamento de História (Clarice Gonçalves) e da Pós-Graduação da UNESP-Assis/SP (Marcos Francisco D'Andrea, José Lino Alves, Sueli Aparecida Franco, Lucilene Franco, Monique Gabriela Botelho Ireno Pereira, João Paulo Zanette e Milena Espíndola Timoteo), pela atenção e paciência.

Aos colegas do curso de Doutorado em História, pelas oportunidades de aprendizado, crescimento e boas risadas.

Aos membros da banca de exame de qualificação, professores Dr. Francisco Eduardo Alves de Almeida e Dr. José Miguel Arias Neto, pela leitura atenta e preciosos comentários para a melhora da presente pesquisa.

À reitoria da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e à direção do câmpus Cornélio Procópio/PR, pelo apoio irrestrito e incentivos. Aos estimados colegas professores Dr. Marcio Jacometti, Dr. Paulo Cesar Moselli, Dr. Edson Hideki Koroichi, Dr. Wanderley Flor da Rosa, Ma. Sônia Maria Rodrigues, Dr. Roberto Bondarik, Dra. Marilu Martens de Oliveira, Dr. José Augusto Fabri, Dr. Rodrigo Palácios, Dr. Edson Luiz Bassetto, Dr. Ricardo Mascarello Gotardo, Dr. Ronaldo Pena Neves e Ma. Marilice Zavagli Marson; e aos servidores Simone Fidêncio de Oliveira Machado, Gustavo Cantieri, Elaine Pinheiro Neves de Macedo, Glória Alfredo Cruz, Guilherme Frufrek, Alana Regina Biagi Silva Lisboa, Juliano Alessio da Silva, Mario Medina, Wellington Vida Leal, Guilherme Ricken Matiello, Lenir Lucatelli Casagrande, Antonio

Juarez Augusto, Marcia Dahila Dias Gonçalves, Vivian Caroline Gomes, Ana Lucia Rosa, Marili Ferreira Lopes, Thiago Fernando Mendes e a todos os colegas professores, técnico-administrativos e estudantes que contribuíram para o sucesso deste trabalho.

À minha estimada amiga Carla Fabiana Cerqueira Machado, do Departamento de Física da UTFPR, exemplo de dedicação, persistência e coragem.

Aos dedicados mestres da Universidade Estadual de Londrina (UEL), Dr. José Miguel Arias Neto, Dr. Francisco Cesar Alvez Ferraz, Dr. Paulo Alves, Dr. Marco Antonio Neves Soares, Dr. Jozimar Paes de Almeida, Dr. Gilmar Arruda, Dr. Gabriel Giannattasio, Dra. Silvia Martins, Dra. Edmeia Aparecida Ribeiro, Dra. Silvia Lenz, Dra. Angelita Marques Visalli e às servidoras Neobi Fumiko Kayano e Celina Aparecida Negrão, aos quais sou grato pela formação, carinho e apoio.

À Dra. Adriana Barreto de Souza, docente do Departamento de História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRural / RJ), pelas valiosas orientações informais.

Ao subtenente do Exército brasileiro Norton Ney Vieira, ex-comandante Tiro de Guerra 05-002 de Cornélio Procópio / PR e seu filho, Norton Ney Vieira Filho, pelos préstimos e gentilezas.

Aos meus amigos da turma do curso de graduação em História da UEL, Reinaldo Benedito Nishikawa, Taíse Ferreira Conceição e Richard Gonçalves André, pelo exemplo de dedicação e esforço. Igualmente, aos meus amigos da turma de mestrado, também da UEL, Érica Ramos Moimaz, Guilherme Cantieri Bordonal e Marcos Ursi, e outros, pelos estímulos, discussões e controvérsias.

Ao meu sogro, José Luiz, e minha sogra, dona Dilmari e ao Heverton, aos meus amigos Jacqueline Longui, Francisco Carlos da Silva, Marcos Henrique Grangeira e Rosilene Ramalho Novaes, por toda ajuda e socorro. Ao meu amigo Ian “Manzareck” Braziel Fernandes e aos “monges do silêncio”. Aos meus amigos Ricardo Camilo, Eduardo José Rodrigues, Edson Aparecido Rodrigues e José Francisco dos Santos.

À universidade brasileira, pública, gratuita e de qualidade, que nunca foi e nunca será uma balbúrdia.

CASA GRANDE JR., Dirceu. *Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação dos militares no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro, 1821-1824*. 2019. 252 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Assis, 2019.

RESUMO

A tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis foi elaborada pelo sociólogo mineiro Edmundo Campos Coelho (1939-2001), em seu livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, publicado originalmente em 1976 e reeditado no ano 2000. Em sua obra, o autor descreveu a trajetória histórica do Exército brasileiro desde a Independência até a Revolução de 1930 para analisar o protagonismo político dos militares e as intervenções armadas na política. A perspectiva de Coelho está baseada no conceito de erradicação, análogo ao desenvolvido pelo cientista político norte-americano, Samuel Huntington, no livro, *O soldado e o Estado* (1957). Este último, afirmou que, nos Estados Unidos, a impregnabilidade liberal e a Constituição conservadora contribuíram para a neutralização dos militares e do Exército profissional, afastando-os da cena política desde a Revolução até a Segunda Guerra Mundial. Segundo Coelho, o que Huntington chamou de erradicação descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil em relação ao Exército, manifestando-se nos modos particularmente violentos de neutralização das forças militares regulares no Primeiro Reinado até modalidades mais prudentes, ou dissimuladas, de marginalização e alijamento na República Velha, como, por exemplo, a cooptação política das lideranças militares. Nossa tese contesta frontalmente a hipótese erradicadora. A partir da crítica teórica e historiográfica da tese da política de erradicação e da análise dos debates parlamentares do Primeiro Reinado, propomos uma nova interpretação para o estudo das relações entre civis e militares e do Exército e a política no Brasil Império, com base em três eixos explicativos: (1) a beligerância política e os ritos da conflagração, (2) as guerras e (3) a expansão dos círculos de atribuições dos militares e a negociação das adesões. É a partir dessas três dimensões que compreendemos a política imperial para afirmar que o Exército e os militares ocuparam posições centrais e contribuíram de modo singular para a Independência e a consolidação do Império no contexto de formação do Estado brasileiro, entre 1821 e 1824. Para fundamentar nossas proposições, baseamos-nos na historiografia sobre o período e a análise de documentos como as Atas do Conselho de Estado, os Diários da Assembleia Geral Constituinte de 1823, as Falas do Trono e as Leis e Decisões do Império.

Palavras-chaves: Brasil. Independência. Exército. Política. Militarismo.

CASA GRANDE JR., Dirceu. *Edmundo Campos Coelho and the Military Eradication Policy Theory in the Brazilian National State context of formation, 1821-1824*. 2019. 252 f. Thesis. (Doctorate in History) – São Paulo State University (UNESP), School of Science and Languages, Assis, 2019.

ABSTRACT

The military Eradication Policy Theory from the civilian elite was drafted by the sociologist from Minas Gerais Edmundo Campos Coelho (1939-2001), in his book published originally in 1976 and reissued in 2000 entitled *In pursuit of identity: the army and politics in the Brazilian society*. In that book, the author analyzed the military political protagonism and the interventions in politics describing the Brazilian Army historical trajectory since the Independence until the 1930's Revolution. Coelho's perspective is based on an analog concept developed by the American political scientist Samuel Huntington, in the book called *The soldier and the State* (1957). The author affirms that in the United States the liberal impregnability and the Conservative Constitution contributed to the professional Army neutralization, which was put away from the political scene, since the Revolution until the Second World War. According to Coelho, what Huntington called eradication describes properly the basic attitudes and the civil political behavior in relation to the Army. It happens from particularly violent modes of neutralization of regular military forces in the First Reign to more prudent ways of marginalization and dumping in the Old Republic, such as the co-optation of military leadership. Our thesis frontally contests the eradicating hypothesis. Based on the theoretical and historiographical critique of the eradication policy theory, we propose a new interpretation for the study of relations between civilians and military and the Army in politics in Brazil Empire. That interpretation is supported by three explanatory points, which are: (1) the political belligerence and the rites of conflagration, (2) the wars and (3) the expansion of military assignment circles and the negotiation of accessions. We interpret the imperial politics from those three points to affirm that the Army and militaries occupied central positions and contributed singularly to the Independence of Brazil. Beyond that, they had influence in the Empire consolidation in the State formation context, between 1821 and 1824. In order to explain our propositions, we have a base on the historiography about the term and the documental analysis such as the Acts of the Council of State, the Diaries of the Constituent Assembly of 1823, the Speeches of the Throne and the Laws and Decisions of the Empire.

Keywords: Brazil. Independence. Army. Politics. Militarism.

LISTA DE QUADROS

QUADRO I - Evolução dos Efetivos do Exército	152
QUADRO II - Despesas do Ministério da Guerra	154

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – EM BUSCA DA IDENTIDADE: MOTIVAÇÕES, JUSTIFICATIVAS E POSSIBILIDADES	39
1.1 Zonas de sombras: o protagonismo militar e as intervenções armadas na política	58
1.2 Zonas de compromissos: o caráter provisório da História	71
CAPÍTULO 2 – A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO: OPERAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS	79
2.1 Tecituras analíticas: <i>lugares</i> de produção e conteúdos	90
2.2 A forma e as lógicas discursivas: o ensaio histórico e sociológico	100
2.3 A <i>erradicação</i> : a trajetória histórica de um conceito	111
2.4 Antíteses: a tese da política de erradicação e a consolidação do Império	123
CAPÍTULO 3 – O EXÉRCITO, OS MILITARES E A POLÍTICA NO PRIMEIRO REINADO 1821-1824	159
3.1 O Exército, os militares e a política no parlamento brasileiro	167
3.2 A Independência e o Império: crise e representação	183
3.3 Os expedientes da beligerância e os ritos da conflagração	205
3.4 A guerra na consolidação do Império e a negociação das adesões	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	246
FONTES	257
BIBLIOGRAFIA	259
ANEXOS	268

INTRODUÇÃO

Duas coisas são certas, a longo prazo: uma delas é que estaremos todos mortos; mas a outra é que estamos todos errados... uma carreira acadêmica feliz é aquela em que a primeira coisa acontece antes da segunda.

Marshal Sahlins
Esperando Foucault

Desde a sua publicação, em 1976, o livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* tornou-se uma das mais importantes referências para o estudo das relações entre civis e militares no Brasil. Em sua obra, o sociólogo Edmundo Campos Coelho, sob a orientação teórica e metodológica da tradição weberiana e da Ciência Política norte-americana, adotou a *concepção organizacional* para analisar o comportamento político dos militares e as relações das Forças Armadas com a sociedade, adotando o Exército e sua trajetória histórica e institucional como objeto de estudo em si mesmo.

Com foco na evolução histórica da identidade organizacional e da corporação, desde a Independência do Brasil, em 1822, até meados do Regime Militar, imposto em 1964, o autor concluiu que a aquisição gradual de níveis cada vez mais elevados de coesão e consenso institucional, influenciado pelo aumento das demandas e necessidades internas, a ampliação da autonomia organizacional em relação aos demais seguimentos sociais e o fechamento progressivo da instituição às influências externas, aspectos cruciais da teoria organizacional, contribuíram para o protagonismo militar, as intervenções armadas na política e o [re] ordenamento da sociedade civil segundo as visões e os valores desenvolvidos pelos militares durante mais de um século de História.

A participação destacada dos militares nos acontecimentos políticos de 1889, 1930 e 1964, por exemplo, permitiu aos oficiais do Exército, mediante processos difusos, idas e vindas, avanços e retrocessos, conformar, segundo Coelho, os aspectos mais importantes da identidade organizacional, fortemente alicerçada na solidariedade e na memória institucional, testar a eficiência de seu protagonismo e a eficácia de suas ações no campo político, com que “a liderança militar criou e impôs sua própria concepção de Estado Nacional” e de nação (COELHO, 2000, p. 175).

Edmundo Campos Coelho nasceu em Governador Valadares, Minas Gerais, no ano de 1939. Em 1969 tornou-se professor e pesquisador do Instituto de Pesquisas Universitárias do Rio de Janeiro (IUPERJ), mais tarde denominado Universidade Cândido Mendes (IUPERJ/UCAM). Graduou-se em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais-UFMG (1958 e 1962) e cursou o mestrado em Sociologia pela Universidade da Califórnia (UCLA, 1972-1975). Desenvolveu inúmeras pesquisas e publicou diversos trabalhos sobre a Sociologia da burocracia e das organizações, entre os quais um conjunto de textos e ensaios sobre o Exército e as relações entre civis e militares no Brasil. Dedicou-se, ainda, a temas como a educação, o ensino superior e a universidade brasileira, profissão, trabalho e cidadania, entre outros.

Mas, ao longo de sua carreira como pesquisador, foram os trabalhos sobre temas como a violência, a marginalidade e a criminalidade urbanas que garantiram maior notoriedade ao autor. A produção acadêmica de Edmundo Campos Coelho é extensa e profícua.¹ Em seus inúmeros trabalhos, o ponto de partida é, sempre e invariavelmente, a *perspectiva organizacional*, com foco na racionalidade da burocracia e das organizações instituídos em recortes

¹ Em 1988, Edmundo Campos Coelho provocou grande celeuma no ambiente universitário brasileiro com a publicação de um conjunto de ensaios denominados *A sinecura acadêmica*. No texto, criticou a ética universitária brasileira, colocando em questão temas como a ciência, as práticas de pesquisa e a organização das universidades brasileiras. Em 1999, Coelho publicou o livro *As profissões imperiais*, um dos mais consistentes estudos sobre as profissões no Brasil. Na obra, analisou os caminhos percorridos pela Engenharia, pela Medicina e pela Advocacia no país, suas vinculações com o poder estatal e a consolidação de um sistema que viabilizou o que autor classificou como a tragédia do credencialismo e do monopólio das atividades profissionais. Em 2005, pouco depois de seu falecimento, foram publicados vários de seus textos e artigos sobre o sistema penitenciário brasileiro, criminalidade e violência, reunidos no livro *A oficina do diabo e outros estudos*, pela editora Record, do Rio de Janeiro.

temporais amplos, notadamente, da Independência do Brasil até a Revolução de 1930.² Antes de concluir o mestrado em Sociologia pela Universidade da Califórnia em 1975, Edmundo Campos Coelho finalizou a primeira versão de um texto que circulou entre seus pares desde 1972. Tratava-se de um ensaio histórico e sociológico sobre o Exército brasileiro, ao qual tiveram acesso alguns dos seus colegas de trabalho, como Simon Schwartzman e José Murilo de Carvalho. Mais tarde, o texto foi entregue ao professor Wanderley Guilherme dos Santos que o incluiu na coleção *Brasil: análise e crítica*, sob direção e organização do próprio Santos. O conteúdo do texto da primeira edição, publicado pela Editora Forense-Universitária em 1976, da coleção *Brasil: análise e crítica*, e o texto da segunda edição, publicado no ano 2000, pela Editora Record, foram rigorosamente mantidos pelo autor.³

A diferença entre essas duas publicações está no prefácio que Coelho escreveu para a reedição da obra, o qual pretendemos explorar como fonte de pesquisa e referência bibliográfica, juntamente com a introdução e o primeiro capítulo do livro. Utilizaremos, portanto, a segunda edição de *Em busca da identidade*, sem qualquer prejuízo para nossas investigações.

Minha tese neste *Em busca da identidade* é precisamente o inverso do que reza a tradição; e, passados vinte e seis anos, continuo a subscrevê-la integralmente nesta nova edição. Permaneço fiel à ideia de que as Forças Armadas são antes de tudo *organizações* e que vê-las por este prisma é a melhor maneira de entender seu comportamento. E mais: o equívoco em que incorrem os que lhes negam interesses próprios e autonomia explica muito da conduta protagônica dos militares no passado mais recente e no longínquo (COELHO, 2000, p. 18).

² O interesse de Edmundo Campos Coelho por esses temas resultou na tradução e organização de livros e textos de apoio, como, por exemplo, *Sociologia da Burocracia*, publicado em 1976 pela Zahar Editores do Rio de Janeiro. O livro é uma seleção de textos básicos de autores como Max Weber, Philip Selznik, Robert Merton, Richard Hall, entre outros, sobre a expansão da Sociologia da Burocracia como campo abrangente para pesquisas e estudos sociológicos. A obra contribui para a análise das estruturas organizacionais com o objetivo de compreender as racionalidades, o crescimento acelerado e a proliferação das organizações e da autoridade racional legal como atributos indispensáveis de dominação e poder nas sociedades modernas.

³ Nos Anexos I e II, apresentamos, respectivamente, as capas da primeira e da segunda edições da obra.

Prevaleceu, por conseguinte, o modo liberal de pensar a História orientado pelo prisma weberiano, com sua “racionalização progressiva” e modernizadora, que avança em direção a eficácia de regras consolidadas e na “separação entre o afetivo / privado e o racional / público” (REIS, 2007a, p. 120).

Em praticamente todos os seus trabalhos, Coelho esforçou-se para estabelecer uma tensão permanente entre a racionalidade burocrática das organizações e os bens e resultados que produzem. O objetivo do autor era demonstrar, entre outros aspectos, que as organizações, à medida que se tornam maiores e mais complexas, tendem a se tornar cada vez mais autônomas e a produzir bens e resultados que satisfaçam mais às suas demandas internas do que aos interesses públicos e da coletividade. Em seu livro sobre a História do Exército, Coelho apontou como a trajetória histórica e institucional e a evolução da identidade organizacional contribuíram para legitimar a atuação política dos militares e transformar o Exército em modelo de organização para a sociedade civil. Programas como a Doutrina Militar do Estado Novo e a Doutrina de Segurança Nacional instituída pelo Regime Militar de 1964 constituíram-se, na visão de Coelho, instrumentos eficazes de reeducação cívica aplicadas aos mais amplos espaços sociais e de legitimação da ordem implantada com as intervenções armadas na política.

Amparado pelas teorias e metodologias da perspectiva organizacional, o sociólogo mineiro advertiu que a *conduta protagônica*, definida por ele como a capacidade dos militares de elaborar de maneira autônoma seus objetivos e estratégias de ação e atuação, decorre, em primeiro lugar, da erradicação dos militares pelas elites civis desde a Independência do Brasil, e, em segundo lugar, de um sentimento de *dupla orfandade* caracterizado por um conjunto de crenças historicamente arraigadas de que (1) a sociedade e a elite política civil não possuem qualquer apreço pelos militares, considerando-os dispensáveis em função de diversos fatores, mas, principalmente, reduzidas possibilidades de conflitos armados envolvendo o Brasil e das fragilidades de nossas Forças Armadas frente às outras potências militares de poder incontestável e superioridade bélica; e, de que, (2) não há quem ouça as demandas dos

militares e atue em benefício de seus pleitos ou demandas mais sensíveis junto aos órgãos governamentais e a sociedade.

Nesse último caso, os militares, conforme supõe Coelho, sentem-se desrespeitados pelos “usos” que políticos habilidosos e a própria sociedade tentam fazer das Forças Armadas para sanar problemas de toda ordem, inclusive disputas políticas e ideológicas, isto é, com as tentativas de instrumentalização dos militares para superação de crises políticas e a preservação das posições de poder por determinados grupos do espectro político nacional (COELHO, 2000, p. 19).

Seria, no entanto, rematada tolice supor que o sentimento das duas orfandades tenha sido, ou possa vir a ser, condição suficiente para as condutas protagônica das Forças Armadas. De fato, mesmo os militares reconhecem que intervenções se tornam extremamente difíceis sem, entre outras condições, significativo grau de insatisfação com o Governo em amplos setores e suporte de *golpistas civis*, à esquerda e à direita, ainda que a abundância destes torne a equação um pouco menos indeterminada em qualquer época (COELHO, 2000, p. 20).

Em 1964, sustenta Coelho, “motivações *estritamente militares*” foram decisivas para a deflagração do movimento que derrubou o governo João Goulart e implantou o regime autoritário, embora o autor não negue a importância de outros fatores, como a instabilidade política e os problemas econômicos, e a valor do apoio civil à intervenção. Um conjunto confuso de causas e efeitos, uma miscelânea de equívocos e exageros, avaliou Coelho. O resultado foi o domínio político e institucional exercido pelas Forças Armadas sobre a política brasileira durante 21 anos. Nessa linha, Coelho impõe objeções contundentes às interpretações de viés marxistas, baseadas em conceitos como “instrumentalização” e “luta de classes”.

Ele rejeitou, sobretudo, os pressupostos de três versões correntes, porém distintas, a saber, a versão *oligárquica*, a dos *setores médios* e a *moderadora*, elaboradas por autores como Tobias Monteiro, Oliveira Vianna, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré. Para Coelho, as aludidas versões “sofrem das dificuldades a que geralmente leva o paradigma do conflito de classes”, ou, da “ausência, no contexto brasileiro, de relações bem definidas

dos paradigmas da *class politics* e da *group politics*” (COELHO, 2000, p. 34), ou ainda entre, entre as políticas governamentais e os interesses de classes e grupos sociais.

As tentativas de estabelecer um vínculo entre a participação dos militares na vida política e os interesses das chamadas ‘classes médias’ é um artifício – pouco compensador – para explicar a inadequação dos modelos de *class politics* e da *group politics*. (COELHO, 2000, p. 35).

Ao revelar suas preferências, Coelho deixou virtualmente claros seus vínculos, expressões nítidas das *opressões* que sofreu. Os autores com os quais dialogou, a maior parte deles egressos ou docentes da UFMG e do IUPERJ, titulares de teses desenvolvidas nos programas de pós-graduação de universidades norte-americanas, como Stanford e UCLA, alinhavam-se com as tendências teóricas do campo liberal, preferindo os estudos empíricos e as pesquisas de campo orientadas para a coleta, tratamento estatístico e a crítica de volumes cada vez maiores de dados e informações. Inspirado pela Ciência Política norte-americana – e na tese da política de erradicação dos militares de Samuel P. Huntington (2016) – na Sociologia das organizações e da burocracia de Max Weber e no empirismo quantitativista das Ciências Sociais, os trabalhos produzidos pelos pesquisadores do IUPERJ nas décadas de 1960 e 1970, exibem a disciplina teórica e o rigor científico, fundamentados em métodos quantitativos e em modelos causais bastante apreciados pelos adeptos da História e da Sociologia comparadas. Em linhas gerais, possuem narrativas fluentes e lúcidas, comuns em trabalhos intelectuais coerentes, além de uma capacidade ímpar de análise e argumentação. (LYNCH, 2016, p. 75-119)

O enfoque utilizado é o organizacional. Apesar da variedade de interesses e orientações teóricas e metodológicas cobertas pela teoria organizacional, sua característica distintiva consiste em tomar a organização, e não o sistema inclusivo ou partes dele, como a unidade de análise. Esta ênfase na organização não exclui a questão das relações entre a organização, por um lado, e seu contexto ambiental, por outro. Pelo contrário, por que formas uma organização se relaciona com seu ambiente externo e como se influenciam mutuamente são questões que constituem o núcleo de análise (COELHO, 2000, p. 41).

A obra *Em busca da identidade* é um ensaio histórico e sociológico por excelência crítico e coerente, embora, conceitualmente polêmico e, no que tange aos aspectos historiográficos, bastante discutível. Nela, o autor desenvolveu uma análise da trajetória histórica do Exército optando por um recorte temporal virtualmente longo – da Independência do Brasil até a Revolução de 1930, para alcançar os prospectos de abertura e descompressão do regime de 1964 – dividindo a História da organização militar em etapas e atribuindo a cada uma delas uma ideia ou um conceito de tipo ideal para definir as relações, as condições e a atuação dos militares nos diferentes contextos históricos e cenários políticos que se sucederam.

O autor avaliou que o protagonismo militar e as intervenções armadas na política resultaram, ao longo da História do Brasil, do amadurecimento organizacional, da afirmação identitária e da ampliação da autonomia institucional desencadeados, de início, por reações da caserna às hostilidades civis em relação ao Exército, em tese, patentes na política de erradicação dos militares pelas elites desde o Primeiro Reinado. Ensejada por opções políticas de contornos liberais, que deram causa à Independência, a hipótese erradicadora norteou, na interpretação de Coelho, as ações e decisões do governo e das elites civis em relação ao Exército durante todo o período Imperial.⁴

A primeira fase da trajetória histórica do Exército se estendeu, conforme concebeu o autor, da “Independência à Questão Militar” e foi analisada a partir de uma hipótese conceitual de tipo ideal denominado *política de erradicação*, cujos meandros pretendemos avaliar e problematizar. As outras fases referem-se respectivamente, à República Velha, à Revolução de 1930, ao período que se estendeu de 1945 a 1964 e ao regime militar, circunscrevendo-se a partir de

⁴ As elites são os grupos minoritários de uma sociedade que concentram as condições políticas, econômicas e sociais para tomar decisões em todas as esferas. Cf. BOBBIO, 1998, p. 385. No Brasil Imperial, as elites foram representadas pelo Imperador e os membros de sua família, os demais integrantes da Corte e os políticos, a maior parte constituída por ricos proprietários, a burocracia estatal, ou os magistrados, clérigos e militares de alta patente, os comerciantes de *grosso trato*, exportadores e traficantes de escravos que, por razões, políticas, econômicas e culturais, exerciam poder sobre as demais categorias sociais representadas pelo povo, ou os pequenos proprietários, homens pobres e livres, forros e libertos e a tropa, militares que possuíam algum posto nas forças militares de 1ª ou 2ª linha e os soldados rasos, muitos recrutados à força. Além desses dois grupos, compunham a sociedade brasileira do período grandes quantidades de homens e mulheres escravizados, andarilhos, criminosos, vadios etc. Cf. CARVALHO, 2003, p. 51-62.

conceitos como *consenso sobre domínio, poder militar, aquisição de identidade, descompressão e abertura*, mas, não serão objeto desta tese. Todavia, o conhecimento dessas fases, tipificadas pelo autor como partes da evolução histórica da identidade militar e do Exército enquanto organização, todas posteriores ao movimento erradicador, revelam as transformações qualitativas por que passou a corporação e nos ajudam a perceber as nuances e sutilezas da participação do Exército na política, segundo as sugestões analíticas da perspectiva de Coelho.

Nosso trabalho aborda a tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis no contexto de formação do Estado Nacional brasileiro. Ocupamo-nos de um período relativamente curto, mas importante para nossas pretensões, pois, entre 1821 e 1824, desenrolaram-se alguns dos principais acontecimentos que demonstram, de modo assertivo, como os vínculos singulares entre o Exército e o Estado, bem como, entre os civis e os militares, contribuíram para a efetivação da Proclamação da Independência do Brasil e a formação do Estado Imperial, seguindo os pressupostos estabelecidos pelos próceres da emancipação. Eventualmente, porém, ultrapassaremos os marcos factuais e temporais estabelecidos sem grandes prejuízos para a tese em questão.

Nossos objetivos são analisar os elementos teóricos e metodológicos que conformaram a tese da erradicação no contexto de um trabalho mais amplo, o ensaio histórico-sociológico *Em busca da identidade*, para avaliar as possibilidades e viabilidades historiográficas da versão erradicadora, identificar as inconsistências da tese da política de erradicação no tocante à historiografia do Primeiro Reinado e propor uma nova interpretação para as relações entre civis e militares no Brasil e o papel do Exército no contexto de formação do Estado. Desse modo, esta tese segue a seguinte dinâmica analítica e interpretativa: (1) uma primeira parte em que desenvolvemos a fundamentação teórica e metodológica; (2) uma segunda parte em que elaboramos uma crítica ao trabalho de Coelho e; (3) uma terceira parte em que propomos uma interpretação para as relações entre os civis e os militares conforme os matizes da Independência, formação do Estado e consolidação do Império.

A tese da política de erradicação foi adotada por Coelho para caracterizar as nuances e os meandros em que se estabeleceram as relações entre os civis e os militares no Brasil e a evolução histórica e institucional do Exército, desde a Proclamação da Independência até a Revolução de 1930. Em nosso entendimento, porém, a utilização do conceito de *erradicação* para descrever as relações entre os civis e os militares durante o Império, afastou especificidades do tema e das dinâmicas históricas de um período extremamente complexo.

Ao reduzir as relações entre atores tão importantes a uma única hipótese, isto é, a hostilidade dos civis em relação aos militares, baseando-se em um suposto predomínio liberal do tipo norte-americano na política do Império, o autor simplificou um emaranhado de tramas, embates, negociações e transações entre as elites políticas em meio aos processos de construção e consolidação do Estado Imperial. Nossa preocupação inicial é questionar a viabilidade da tese de erradicação e as restrições que a versão impôs à complexidade e à historicidade de um período, cujos episódios e eventos foram marcados pela densidade dos embates políticos “entre diferenciados segmentos sociais nas duas primeiras décadas do século XIX” (OLIVEIRA, 1999, p. 7).

Um dos aspectos mais relevantes do período em questão é a guerra. Nos processos que culminaram com a Independência e o período de formação e a consolidação do Estado, a guerra funcionou como uma espécie de “eixo”, estrategicamente posicionada entre os embates políticos dos partidários de Lisboa, os adeptos da causa brasileira e as negociações das adesões das lideranças locais e dos “inimigos” do Brasil. Em vários momentos, as discussões excederam os limites formais com as discussões e os embates políticos e diplomáticos assumindo posturas mais ou menos agressivas – o que chamamos de expedientes da beligerância e rituais da conflagração – que, ao cabo dos fracassos das tratativas entre os constitucionalistas lusitanos e a elite brasileira, precipitaram-se para a violência e a guerra. Quando as hostilidades bélico-militares cessaram e os conflitos políticos foram minimamente resolvidos, estabeleceram-se novos termos de convivência, a partir de negociações muito específicas – o que chamaremos de negociação das

adesões – mediante a integração das lideranças periféricas ao aparelho central, erigido pelo monarca e pelas elites políticas do centrossul do país.

Os expedientes da beligerância, as guerras e a negociação das adesões delinearão as relações políticas e sociais entre os mais diversos participantes e interesses durante o Império, em especial no Primeiro Reinado. No centro das relações e negociações, estava o Exército e os militares, os quais exerceram funções importantes nos cenários mais diversos, os quais normalmente extrapolaram, aliás, as atribuições que os militares possuíam ou deveriam desempenhar de modo restrito – a violência, o combate armado e a guerra.

Nas conflagrações pela Independência, travadas em diferentes frentes pelo Exército e a Armada imperiais, os militares foram imprescindíveis para os sucessos da empreita emancipacionista. Antes, durante e depois da guerra, os militares, invariavelmente os oficiais graduados, ficavam responsáveis por, em cada lugarejo, vila ou cidade, registrar a presença do monarca e da Corte, afirmando e reafirmando o respeito de Sua Majestade Imperial pelos líderes e seus foros, acalmar os ânimos e espantar qualquer dúvida sobre as boas intenções do Imperador, sobretudo, em compensar serviços e recompensar fidelidades, desfazer conspirações e maquinações secretas, afastar a anarquia e a desordem e negociar os termos das adesões. Nas disputas e turbulências que caracterizaram o período da Proclamação da Independência, foram principalmente os militares que firmaram os compromissos da representação do monarca e seus súditos, fundando “um corpo político autônomo no qual seus participantes, em tese, se reconheciam como ‘cidadãos’ e ainda mais como ‘patriotas’” (SOUZA, 1999b, p. 172).

É preciso considerar, porém, que esses movimentos não foram lineares, ou melhor, não seguiram sequências regulares com estágios sucessivos ou padrões demarcados. A beligerância política e diplomática, a guerra e as negociações das adesões, partes importantes das dinâmicas que envolveram as disputas do período ocorreram sempre, e, ao mesmo tempo, variando somente o grau e a intensidade com que as ações eram implementadas ou desenvolvidas.

As beligerâncias políticas tiveram início com a deterioração das relações entre os partidários da constitucionalização e os adeptos da causa brasileira, materializadas pelas imposições das Cortes de Lisboa em relação ao Brasil e ao Príncipe Regente, entre 1820 e 1822. Os atos de desobediência de D. Pedro I, expressos no dia do “Fico”, em 9 de janeiro de 1822, produziram consequências importantes para o Brasil, entre elas, as guerras. As inquietações e sublevações da Divisão Auxiliadora na Corte e as incursões militares para expulsar as tropas portuguesas da Bahia, por exemplo, revelam de modo assertivo os aspectos realçados em nossa interpretação. De igual modo, as campanhas da Cisplatina, da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Pará, considerando suas peculiaridades e complicações, também demonstram que as ações beligerantes, as guerras e as negociações superaram os períodos e as localidades descritas, bem como tiveram que destravar contextos políticos e sociais bastante diversos.

Outros conflitos provocados pelos ímpetos separatistas dos brasileiros, ou questões de ordem diversa, mas intimamente relacionadas com as disputas que envolveram a emancipação do Brasil, possuem singularidades importantes, mas, de algum modo, combinam as dinâmicas sugeridas. A reocupação do Pará, meses depois da adesão dos paraenses ao Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 1823, a Confederação do Equador em 1824 e a Guerra Cisplatina, entre 1825 e 1828, por exemplo, evidenciam, portanto, que a guerra, tal como os demais episódios bélico-militares registrados no período, ocupou lugar central no processo de Independência do Brasil e consolidação do Império. Para este estudo, porém, optamos por analisar, ainda que sumariamente, os confrontos na Corte e na Província da Bahia.

A Independência do Brasil acirrou, de fato, os ânimos de portugueses e brasileiros dos dois lados do Atlântico e desencadeou numerosos conflitos em praticamente todas as regiões do Brasil. Nesse contexto, um dos problemas mais urgentes enfrentados por D. Pedro I e pelas elites políticas foi a organização do Exército brasileiro.

Questões como a adesão dos oficiais militares à causa da Independência e a formação de um comando do Exército em face de cenários conflagrados, as condições das forças militares existentes, a mobilização dos

homens, o recrutamento, o treinamento e a movimentação das tropas para lutar nas províncias, todas elas muito distantes umas das outras, além do financiamento das forças e expedições militares, inclusive a Armada, tornaram-se cruciais. E, embora a guerra, um fenômeno recorrente desses períodos, não nos permite negligenciar a importância histórica do Exército no contexto de formação do Estado e consolidação do Império do Brasil, seja pela excepcionalidade dos acontecimentos de natureza militar, seja pelas perturbações que as conflagrações produziram em um cenário político e social conturbado, é importante considerar que os expedientes beligerantes e as negociações das adesões completam as dinâmicas políticas e sociais que caracterizaram os prospectos da emancipação com grande vigor.

A problemática é invariavelmente difícil do ponto de vista histórico e historiográfico. Nossa proposta nega de modo veemente a ideia de que a Independência do Brasil, a formação do Estado e a consolidação do Império, orientados para a centralização monárquica, em tese, contraditoriamente permeada pelos pressupostos liberais da época e pelo constitucionalismo representativo, seguiu “um ‘destino manifesto’”, mas, não descarta as possibilidades de que “continuidades herdadas do período colonial” tenham se estabelecido. De igual modo, seguindo as orientações de Wilma Peres Costa, não pretendemos contribuir para o fortalecimento da perspectiva de que o Brasil viveu a sombra de “uma perene incompletude, tingida de uma reiterada vocação para a conciliação entre as elites, incapaz de incorporar a contradição e de construir imaginários e práticas políticas novas” (COSTA, 2007, p. 16).

Ao contrário, nossa interpretação insiste na tese de que D. Pedro I e parte da elite política ao deparar-se com fatores contingentes, como, por exemplo, as deliberações e imposições das Cortes lusitanas entre 1821 e 1823, adotou posturas políticas inovadoras para elaborar e colocar em prática, sob os auspícios da beligerância, da guerra e da negociação, um projeto político mais adequado e condizente com as demandas da obra e dos interesses dos participantes mais ativos. Nesse contexto, o Exército e os oficiais militares, o primeiro enquanto instituição de Estado e os demais enquanto integrantes da elite política e da burocracia estatal, contribuíram de

modo singular para a realização do projeto, ameaçando e combatendo os adversários do Império e do monarca ou negociando a adesão dos refratários.

Não nos interessa aqui adentrar nas exaustivas discussões travadas pelos historiadores sobre a natureza das guerras. Mas, certamente cumpre estabelecer um parâmetro mínimo para expressar o modo como entendemos o fenômeno e as suas relações com a política. Para tanto, estamos mais propensos a pensar a guerra como um acontecimento humano que ocorre a partir de fatos e eventos complexos, isto é, “a guerra constitui um fato de sociedade”, com origens e motivações diversas e contraditórias (CORVISIER, 1999, p. 42). Isso significa que as guerras não podem ser exclusivamente entendidas e explicadas segundo “a indiscutível potencialidade humana para a violência”, praticadas “por um animal que pensa, em quem o intelecto dirige o impulso de caçar e a capacidade de matar”, conforme sugeriu John Keegan (KEEGAN, 2006, p. 18-19).

As ações de indivíduos especializados no emprego da violência envolvem e manifestam os aspectos cruciais das mais variadas dimensões da vida social, entre elas a atividade política, os fins e os propósitos políticos. A assertiva nos aproxima de Clausewitz, para quem a “guerra é, portanto, um ato político”, ou melhor, “um meio sério para atingir um fim sério e toda a sua semelhança pitoresca com um jogo de azar, todas as vicissitudes da paixão, da coragem, da imaginação e do entusiasmo que ela contém, são simplesmente as suas características especiais” (CLAUSEWITZ, 1984, p. 90).

Nesse caso, a guerra se relaciona com a política, e está estabelecida no estreitamento dos vínculos entre os exércitos e o Estado, que no período moderno sugere uma ligação quase umbilical entre ambas as dimensões da vida social. Ou melhor, “até parece que eles tem um caráter congênial do Estado (CORVISIER, 1999, p. 171). Daí decorre o entrelaçamento da guerra com a política e a substituição da obediência pelas insurreições revolucionárias, motivações patrióticas, causas nacionais etc. Ainda assim, “a guerra é um fenômeno humano”, cujas origens são difíceis de definir, mas, que, suas motivações e razões podem ser historicamente perscrutáveis e interpretadas (FERNANDES, 2006, p. 20).

A Independência do Brasil inscreveu-se em um cenário complexo de embates e negociações nos campos político, jurídico e diplomático, assim como outros períodos e acontecimentos em épocas e lugares diferentes, os quais desembocaram na violência deliberada e recíproca entre partidários de causas opostas, tanto no parlamento quanto no campo de batalha. O que estava em jogo, conforme as declarações dos participantes mais ativos daqueles episódios, era a sobrevivência de projetos distintos, adequados para alguns, forçosamente restritivos e prejudiciais aos interesses de outros. Nesse quadro, as relações foram gradualmente se deteriorando com o esgotamento do diálogo e das possibilidades de convivência, principalmente em razão de imposições das Cortes lusitanas interpretadas como limitações severas aos anseios da elite política brasileira.

Como podemos perceber, o contexto de formação do Estado e consolidação da Independência foi extremamente complexo e contraditório. Diante desse cenário, cumpre questionar até que ponto é possível admitir a tese da política de erradicação dos militares pelas elites civis, amparada na perspectiva de que o Estado Imperial foi modelado conforme os prospectos do liberalismo e da ação decisiva dos políticos liberais inspirados pelos sucessos norte-americanos? A tese da erradicação explica e define de fato, as relações entre os civis e os militares no Primeiro Reinado diante de circunstâncias que revelam níveis elevados de beligerância política, incontáveis guerras e as indispensáveis negociações das adesões? De que modo as tramas, as negociações, as disputas, os conflitos e as rivalidades entre os partidários das Cortes de Lisboa e os adeptos da causa brasileira, as elites políticas e a Coroa, expressas nos pronunciamentos, manifestações e ações, debates e projetos, leis e decretos, enfim, as insondáveis dinâmicas políticas e sociais do período colocam em xeque a versão erradicadora no cenário altamente complexo como a da primeira metade do século XIX? Como as pesquisas e trabalhos historiográficos mais recentes abordam o tema das relações entre os civis e os militares no Primeiro Reinado e o papéis desempenhados pelo Exército na consolidação do Império? O que nos revelam as fontes, quando revisitadas e problematizadas a luz de novas referências e perspectivas?

Para responder a essas questões é importante realizar a crítica das fontes e das referências que dialogaram com a tese da política de erradicação e compreender as dinâmicas políticas e sociais que definiram suas tramas e relações, inscritas notadamente nos espaços de experiência e horizontes de expectativas do autor. Edmundo Campos Coelho não foi um historiador, mas, produziu uma obra historiográfica com seu *Em busca da identidade*. Ainda assim, cumpre questionar quais eram os lugares de produção do autor e os mecanismos de opressão que determinaram a separação entre o “sujeito que diz” e o “objeto escrito”, o *lugar social*, as práticas e suas vinculações acadêmicas e científicas, as escolhas que orientaram suas investigações e viabilizaram sua narrativa? Ademais, não nos parece inapropriado avaliar as operações historiográficas do autor, mesmo com todas as implicações que um ensaio histórico e sociológico produzido por um cientista político possa trazer. O fato de Coelho não ter sido um historiador, não é um atenuante, mas sim, um agravante, à medida que as responsabilidades com a narrativa histórica e as operações historiográficas jamais devem ser flexibilizadas, precarizadas ou relevadas sob qualquer pretexto ou justificativa.

O estudo do passado deve privilegiar os conjuntos, as interações e os intercâmbios entre as diferentes dimensões da vida social (econômicos, demográficos, literários, culturais, políticas etc.) e as ações dos homens no tempo. São os relacionamentos e as trocas entre as diferentes dimensões da vida humana e as ações dos indivíduos que estruturam as mais diversas realidades, complementando e influenciando de modo intenso, porém, desigual, as narrativas historiográficas. O historiador deve, por sua vez, esforçar-se para elaborar narrativas que potencializem as trocas e os relacionamentos, privilegiem o estudo sistemático das fontes que integram os acervos documentais por ele selecionados e produzam interpretações que preservem o caráter fecundo da História (TRAVERSO, 2012, p. 16).

Em seu ofício, tornam-se visíveis os lugares de produção, as opressões que os historiadores sofrem, seus vínculos e as tensões permanentes entre seus espaços de experiência – passado-presente – e horizontes de expectativas – futuro-passado. São os *lugares* sociais, as práticas científicas e as composições narrativas que nos permitem vislumbrar em boa medida as

operações historiográficas empreendidas pelo autor, seus vínculos institucionais, modelos, processos e o *lugar presente* em que as interrogações se formaram, ganharam corpo e passaram a “atormentar” o sujeito em seu trabalho. Todas essas indicações funcionam como condicionantes importantes que definem as opções, orientam as pesquisas, determinam as iniciativas e controlam os procedimentos. Conhecer o autor, sua biografia, seus vínculos, esperanças e inquietações torna viável e plausível o exame das condições e circunstâncias em que o pesquisador definiu o tema, desenvolveu a análise e escreveu o texto.⁵

Daí a importância de efetuarmos uma análise mais cuidadosa da obra de Edmundo Campos Coelho, admitindo-a, em primeira instância, como fonte histórica.⁶ Para ampliar o escopo da pesquisa, analisaremos as fontes e as referências da versão erradicadora cotejando-as com os Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil de 1823, as Atas do Conselho de Procuradores Gerais das Províncias, ou simplesmente, Conselhos de Estado, as Coleções das Leis do Império e Decisões de Governo – as quais abarcam os instrumentos jurídico-normativos que revelam os aspectos mais específicos dos expedientes da beligerância e dos ritos de conflagração, bem como e oportunamente as Falas do Trono e os pronunciamentos do Primeiro Imperador, seus ministros e os parlamentares, além de outros documentos de governo como os Relatórios Ministeriais e dos Presidentes de Províncias, entre outros.

Ao posicionar o conceito de erradicação no interior das relações entre civis e militares no Brasil, Coelho atribuindo-lhe a função de catalisador das atitudes e práticas dos sujeitos históricos em diferentes épocas da História do Brasil, efetuando o que Emília Viotti da Costa denominou a “conceitualização dos eventos”, isto é, um mecanismo de conversão das ideias e dos conceitos em realidades históricas e sociais (COSTA, 1994, p. 16). Os historiadores,

⁵ Tomamos como referência o historiador francês Michel de Certeau e os seus pressupostos teóricos desenvolvidos na obra *A escrita da História*, publicada em 1975; e o historiador alemão Reinhart Koselleck e suas contribuições à semântica dos tempos históricos apresentadas em seu livro *Futuro passado*, de 1979. É a partir do cabedal desses dois autores que fundamentaremos nossas análises teóricas e metodológicas.

⁶ Para a análise da tese da política de erradicação, são fundamentalmente importantes o prefácio, a introdução e o primeiro capítulo do livro *Em busca da identidade*, intitulado “Da Independência à Questão Militar”.

aliás, fazem isto o tempo todo, ao analisar contextos, interpretar fatos e indicar possibilidades e tendências de análise que podem e devem ser conceitualmente compreendidos e explicados. Entretanto, ao realizá-lo, buscam, de modo assertivo, avaliar se o conceito adotado ou elaborado por ele ou por outros pesquisadores, possui alguma relação, vínculo ou sincronia com o contexto e os acontecimentos de um determinado período histórico.

O que pretendemos avaliar é se Coelho, ao invocar o conceito de *erradicação*, o mesmo utilizado pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington em sua análise sobre as relações entre civis e militares nos Estados Unidos, desvinculou o *conceito dos eventos*, objetivando validar suas composições narrativas. De igual modo, é preciso analisar se tais composições estão coerentes com os acontecimentos que conformaram a realidade histórica do período que esta tese se propõe estudar.

Outro aspecto importante e que deve ser destacado sobre a obra do autor é a opção que o sociólogo fez por um recorte histórico e temporal longo. Para analisar e explicar a trajetória histórica e institucional do Exército, a evolução da identidade, o protagonismo militar, as intervenções armadas na política e a legitimação das forças militares como modelos de organização e disciplina para a sociedade civil, Coelho ampliou significativamente a abordagem temporal, estruturando-a da Independência até a Revolução de 1930. O autor estabeleceu uma relação de causas e consequências – a erradicação é a causa e as intervenções armadas na política as consequências mais expressivas dessa dinâmica – e buscou nas origens das relações entre civis e militares no Brasil, os elementos que entendeu necessários para descrever o protagonismo militar e explicar as intervenções armadas na política, cumulando a evolução histórica da identidade institucional e as percepções e comportamentos dos militares em relação à própria instituição e a sociedade. Estes aspectos estão condicionados à utilização de conceitos históricos e sociológicos que organizaram a narrativa e a estruturam em ideias-chaves como *origem*, *continuidade* e *desenvolvimento* e revelam o caráter “finalístico” da análise, típico dos ensaios históricos e sociológicos que se concentram, sobretudo, nas motivações e propósitos que contribuem para a realização de um fim.

O historiador francês Marc Bloch já havia nos alertado sobre os perigos da “obsessão embriogênica”, isto é, a tentação de explicar os fenômenos mais próximos pelos mais distantes. Herança do romantismo alemão, explicou Bloch, as origens funcionam como uma espécie de “começo que explica, ou que basta para explicar”. A busca das origens, para explicar ou condenar, no entanto, assume outra personalidade, conforme salienta Bloch, “o demônio das origens foi talvez apenas um avatar desse demônio satânico inimigo da verdadeira história: a mania de julgar” (BLOCH, 2001, p. 57-58). A historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, por sua vez, nos ensina que as visões e leituras retrospectivas insistem em tomar o objeto como um caso particular em seu sentido estrito, o que exige a presença arbitrária de determinados conceitos ou ideias, como, por exemplo, da *evolução*, “um fio explicativo de antemão” que conduz automaticamente cada momento ou etapa necessária de um processo invariavelmente linear, culminando em um esforço de totalização dedutivo, não dialético ou demonstrativo, mas tão somente, dedutivo (COSTA, 1994, p. 16).

Ao desenvolver o trabalho a partir de conceitos e ideias-chaves e na longa duração, Coelho amparou a pesquisa em séries estatísticas de corte longitudinal, ou seja, trouxe para o primeiro plano da análise uma coleção de dados organizados, dispostos em gráficos e tabelas, com a evolução dos efetivos do Exército para os anos de 1830, 1848, 1865 e 1920, ou as variações das despesas do governo com gastos militares entre 1820 e 1880, ou mesmo de 1861 a 1880. No que diz respeito às fontes documentais, “recortou” as falas de parlamentares nos debates da Assembleia Geral Constituinte de 1823 e da Câmara dos Deputados, entre 1828 e 1829 para demonstrar a hostilidade dos políticos civis em relação ao Exército. Embora seja temerário questionar certas ausências nos trabalhos de pesquisa, apontando para as fontes que o autor utilizou e as que deixou de utilizar, ou ainda os autores citados e os que não foram citados etc., cumpre destacar que no caso da obra *Em busca da identidade*, tais ausências, fundamentalmente vinculadas às opções teóricas e metodológicas do pesquisador, bem como posições políticas e ideológicas do autor, redundaram em uma análise muito específica sobre a História do Exército e das relações entre civis e militares no Primeiro Reinado.

Para Coelho, a História do Brasil e do Exército brasileiro, desde a Independência até a Revolução de 1930, foi a História da política de erradicação dos militares pela elite civil. Nesse sentido, a *perspectiva erradicadora* configurou-se como ponto de partida para o autor compreender contextos e elaborar cenários que favoreceram as explicações de diferentes períodos da História e o comportamento dos militares na política, seguindo as sequências que o autor determinou. Ao analisar o período imperial, o autor analisou as situações e os problemas que envolveram o processo de Independência do Brasil, culminaram com a formação da monarquia, garantiram a constitucionalização do regime monárquico, originaram as instituições imperiais e impulsionaram a política brasileira a partir da política de erradicação dos militares pelas elites civis, ainda que versões contraditórias já tivessem alcançado alguma evidência.

Parte importante da elite imperial apoiou a emancipação do Brasil de Portugal após intensos debates, negociações, simulações de cenários, projeções de crises etc., avalizando a liderança do Príncipe Regente e trabalhando pela criação e consolidação de um Estado Imperial monárquico centralizado na figura do Imperador, mas, ao mesmo tempo, representativo e constitucional. A elite política imperial foi a participante mais ativa do movimento de Independência liderado por D. Pedro I, a integridade territorial, a unidade do Império e a manutenção da ordem interna, mas, de igual modo, defendeu a constitucionalização da monarquia e a representatividade do parlamento.

Os militares, mais especificamente os que ocupavam os altos postos de comando no Exército, não estavam dissociados das elites políticas imperiais, nem tão pouco alheios aos debates e aos movimentos que precipitaram a emancipação e a consolidação do Império. Com a Proclamação da Independência em 1822, acirraram-se as disputas em torno dos modelos para criação do Estado Imperial e a organização das instituições de governo. Nessa dinâmica, os debates no parlamento atingiram grande importância, principalmente no que diz respeito às temáticas da formação, organização e disposição do Exército e demais forças militares, bem como, da fixação dos efetivos, definição dos orçamentos, emprego e utilização das tropas etc. Os

debates abriram incontáveis divergências entre as elites políticas e o Imperador, mas, embora os confrontos entre as forças políticas que atuavam no Império tenham sido quase sempre definidos por uma série de contradições e ambiguidades, as discussões revelaram as nuances da formação do Estado e a criação das instituições do Império.

Nesse contexto, o Exército e os militares não somente participaram, mas, desempenharam inúmeras funções no “círculo das atribuições” do governo. Eles foram os responsáveis pela condução efetiva das guerras pela Independência e pacificação das rebeliões e revoltas provinciais, e, de modo ainda mais efetivo, notabilizaram-se pelas “negociações das adesões” das lideranças políticas locais, afirmando a autoridade do monarca e da corte sediada no Rio de Janeiro. Diante de um cenário marcado por conflitos e revoltas que eclodiram em todas as partes de um Império com dimensões continentais, fazer a guerra ou “estabelecer um diálogo político entre a Coroa e as províncias, em parte, cabia aos militares” (SOUZA, 2008, p. 138). Nesse sentido, nem D. Pedro I e nem as elites políticas puderam abrir mão de uma força militar regular e profissional, mesmo diante de inúmeras opções, como, por exemplo, as milícias e tropas voluntárias e irregulares que subsistiam desde a colônia.

Foi o envolvimento constante e permanente dos militares nos assuntos políticos da nação que contribuiu, portanto, para garantir a efetivação dos projetos mais caros à elite política nacional, a saber a emancipação do Brasil, a consolidação do Império, a ordem interna e a manutenção da integridade territorial e as negociações das adesões. Sob o comando de D. Pedro I, o Exército abriu caminho para a emancipação do Brasil, expulsando do país as forças militares portuguesas fieis às cortes de Lisboa, debelando movimentos sediciosos e estabelecendo as negociações e seus termos com as elites regionais no momento em que o projeto de edificação de um poderoso império luso-brasileiro ruiu precocemente.

O Exército brasileiro, integrado pelos militares que formalizaram apoio ao Príncipe Regente na véspera da separação foi organizado formalmente sob a direção ativa do “generalíssimo” D. Pedro I imediatamente após a Proclamação da Independência. A força militar de primeira linha, profissional e

paga atuou intensamente para sufocar revoltas internas e conter os movimentos separatistas das províncias, além de viabilizar os esforços expansionistas empreendidos pelo Imperador e pelas elites políticas nacionais nas mais diversas frentes. Todos os projetos, ações e intenções, resultado de exaustivas incursões militares e negociações, produziram arranjos e alianças que, embora voláteis e sujeitas aos interesses “do dia”, foram suficientemente eficazes para conduzir os processos de Independência, criação e organização das instituições de governo e a consolidação do Império.

Tais condições demandaram, desde cedo, o recrutamento de oficiais e praças, a formação de unidades combatentes e a preparação e o aparelhamento das forças de mar e terra para as guerras que se anunciavam. Ainda que nesse período boa parte das ações tenham sido realizadas às pressas, em face da urgência e da magnitude dos acontecimentos, com custos elevadíssimos para os cofres do Estado, ainda em formação, o Exército e os militares corresponderam às exigências impostas.

Foram, aliás, as forças militares de primeira linha e as tropas de voluntários, como as milícias e as ordenanças recrutadas entre os populares nas localidades, que combateram as unidades portuguesas estacionadas no território brasileiro que resistiram e combateram a Independência. Entre 1821 e 1823, o Exército brasileiro derrotou e expulsou as unidades leais à Lisboa, lideradas pelo General Jorge de Avilez Zuzarte de Sousa Tavares (1785-1845), que estavam amotinadas na capital do Império, as tropas do Comandante de Armas D. Álvaro da Costa de Souza Macedo (1789-1835), sitiadas na Cisplatina, as resistências empreendidas pelos sediciosos do Norte (Piauí, Pará, Maranhã e Ceará), comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié (nascido em finais do século XVIII e falecido em 1856) e os encarniçados assaltos à capital da Bahia, que culminaram com a derrota do General Inácio Luís Madeira de Melo (1775-1833) e os regimentos portugueses de Salvador. Mais tarde, novas incursões militares foram ordenadas pelo Imperador com o objetivo de reocupar o Pará e debelar novas revoltas, combater a Confederação do Equador em Pernambuco e disputar os domínios da Banda Oriental na Guerra Cisplatina.

Não obstante, outros estudos defendem a tese de que “a elite política não era contrária ao Exército”. As extinções de corpos, como batalhões e companhias, e as reduções dos efetivos que ocorreram durante todo o Império atenderam mais às necessidades econômicas e financeiras do Estado do que, necessariamente, aos supostos ímpetus erradicadores da elite civil impregnada pela ideologia liberal de viés norte-americano. Aliás, nesse período, a elite civil “elaborou e pôs em prática um vasto projeto de reformas das forças de linha”, o que atendia, entre outros objetivos, a reorganização de um Exército equiparável aos das nações civilizadas (SOUZA, 1999, p. 26-27).

Nosso trabalho está organizado em três capítulos, sendo que em cada um deles existe uma parte primária ou introdutória, em que são apresentadas, em linhas gerais, as principais descrições e análises relativas aos temas abordados. Cada capítulo, por sua vez, está dividido em partes secundárias ou subcapítulos, em que as discussões são desenvolvidas a partir de discussões teóricas e metodológicas ou da articulação entre as produções historiográficas sobre os temas em questão e a problematização das fontes e documentos.

Esse são, portanto, as dinâmicas históricas e historiográficas que pretendemos analisar e discutir. Neste trabalho, portanto, elaboramos a crítica historiográfica da política de erradicação e uma nova interpretação para o estudo das relações entre civis e militares e do Exército no período entre 1821 e 1824, com ênfase em três eixos explicativos: (1) a beligerância política e os ritos da conflagração, (2) as guerras e (3) o círculo das atribuições e a negociação das adesões.

A partir destas três conformações, que revelam, aliás, as dinâmicas da política imperial, afirmamos que o Exército ocupou as posições centrais nos processos que culminaram com a Independência do Brasil e a consolidação do Império no contexto de formação do Estado entre 1821 e 1824.

Na parte introdutória do primeiro capítulo, denominado *Em busca da identidade: motivações, justificativas e possibilidades*, realizamos a descrição da obra *Em busca da identidade*, de Edmundo Campos Coelho, abordando o lugar de produção, os procedimentos e a escrita, bem como as relações que estes elementos estabeleceram com os espaços de experiências e os horizontes de expectativas do autor. Nossos interesses estão nos vínculos,

pressões e opressões do lugar, nas opções, escolhas teóricas e metodológicas e nos meandros de elaboração do ensaio histórico e sociológico. O que torna imperativo, entre outros aspectos, identificar as expectativas do sujeito enquanto cidadão, que durante a elaboração do trabalho viveu e experimentou as agruras do regime militar de 1964.

Nas duas partes subsequentes do primeiro capítulo, denominadas, respectivamente, *Zonas de sombras* e *Zonas de compromissos*, procuramos demonstrar como as tensões existentes entre os acontecimentos do presente e as experiências que interagem com o passado, suas implicações e complexidades, configuram-se a partir das afinidades e preferências dos sujeitos. Por seu turno, entendemos que, por diversas circunstâncias históricas, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política, por exemplo, inscreveram-se nas zonas de sombras da História do Brasil. Não somente em função dos contornos que os movimentos intervencionistas assumiram, sobretudo a partir de 1964, marcadamente ditatorial e autoritário, mas, também, em virtude das divergências historiográficas, revisões e revisionismos, ou as análises de caráter nefasto, conforme o termo utilizado Enzo Traverso (2017) para descrever e caracterizar as teses revisionistas e negacionistas, que têm ocupado espaços cada vez mais amplos nas narrativas sobre as relações entre civis e militares e a política no Brasil.

Ao propor análises controversas ou meramente pragmáticas, cujos fins são a justificação ou a amenização das ações dos militares nos períodos de exceção, os revisionistas e os negacionistas reforçam afinidades ideológicas e interesses imediatistas em detrimento do conhecimento teórico cientificamente embasados mediante a utilização de métodos probos e válidos. Em História, os compromissos com a objetividade e a verdade devem superar as afinidades e os interesses imediatos. As interpretações historiográficas são regularmente submetidas a novas avaliações, o que contempla a crítica dos documentos e das fontes, conhecidas ou inéditas, a problematização contínua dos saberes e a discussão constante de seus métodos e procedimentos, reafirmando o caráter transitório, porém, fecundo da História. Daí a necessidade de não privar a sociedade de acessar e conhecer as nuances dos processos de elaboração do conhecimento histórico.

No segundo capítulo, intitulado *A Tese da Política de Erradicação: operações, experiências e expectativas*, aprofundamos as discussões sobre os aspectos teóricos e metodológicos do ensaio elaborado por Edmundo Campos Coelho e as suas operações, demarcadas pelo lugar, experiências e expectativas, conteúdos e lógicas discursivas adotadas e empreendidas pelo sociólogo mineiro. O capítulo está estruturado em uma parte introdutória e em outros quatro subcapítulos que ampliam o escopo da análise. No primeiro, denominado *Tecituras analíticas: lugares de produção e conteúdos*, demonstramos como as escolhas teóricas e metodológicas do autor, fundamentadas pela Sociologia da Burocracia e pela Ciência Política norte-americana, implicaram em generalizações que esvaziaram a complexidade dos cenários e contextos. No segundo, denominado *Formas e lógicas discursivas: o ensaio histórico e sociológico*, descrevemos as principais características do ensaio histórico e sociológico, a partir da crítica teórica e historiográfica das principais fontes do ensaísmo brasileiro para identificar as *formas* e as *lógicas* que o sociólogo utilizou para organizar o trabalho e estruturar a obra *Em busca da identidade*. Com base nesses elementos, analisamos o conceito de *erradicação*, empregado pelo autor para descrever as relações entre civis e militares no Brasil. Na última parte do capítulo, denominado *Antíteses: a Tese da Política de Erradicação e a consolidação do Império*, confrontamos o conceito empregado por Coelho com outros estudos e referências historiográficas, notadamente as que abordaram ou fizeram referência a hipóteses erradicadora, e concluimos que a Tese da Política de Erradicação, embora persistente nas décadas de 1950 e 1960, perdeu forças a partir da década de 1990, em função das suas inconsistências teóricas e metodológicas e dos avanços das pesquisas sobre o Exército e a política.

No terceiro capítulo, denominado *O Exército, os militares e a política no Primeiro Reinado*, propomos uma nova interpretação para as relações entre civis e militares e defendemos que nas configurações políticas do período, com a Proclamação da Independência e o contexto de consolidação do Estado, os militares ocuparam espaços importantes, determinando, inclusive, boa parte das decisões políticas no contexto de consolidação do Império, atuando na formação e organização do Estado e desempenhando funções que

extrapolavam suas atividades mais comuns, como a política, por exemplo. Quando analisamos as discussões e as deliberações do Imperador, da elite e da burocracia estatal, concluímos que a política do Primeiro Reinado se caracterizou por inúmeros conflitos, disputas, negociações e transações entre os adeptos da emancipação e as forças políticas e militares leais a Portugal.

Com base nos debates e resoluções do Conselho Geral de Procuradores das Províncias ou, simplesmente, Conselho de Estado, primeira instituição deliberativa da nação sob a Regência de D. Pedro I, constatamos, por exemplo, que as decisões políticas e administrativas foram influenciadas por esses embates, o que exigiu a formação de aparatos legais e procedimentos normativos que justificassem o uso ostensivo da força militar, mas, também, por advertências e tratativas para solucionar os conflitos. As deliberações do conselho seguiram, portanto, o que denominamos *expedientes da beligerância* e os *rituais da conflagração*, anunciando os elementos fundantes da Independência do Brasil, a beligerância política, a guerra e a negociação.

No subcapítulo, *o Exército e a guerra na consolidação do Império*, analisamos a dinâmica que as beligerâncias políticas na Corte e a Guerra na Bahia contribuíram para afirmar o protagonismo do Exército e dos militares, definitivamente colocados no centro da arena política. Nesses processos, é fundamental compreender que as guerras da Independência, apesar da violência dos combates e da crueldade dos confrontos, não possuíam tendências meramente destrutivas com orientações quanto a aniquilação dos inimigos da Independência. As conflagrações do período, apesar da dramaticidade das ações, orientadas para a manutenção da integridade territorial e da ordem interna, dois princípios fundamentais para a compreensão da Independência do Brasil, privilegiaram sobremaneira as composições e os entendimentos entre os grupos beligerantes sempre que possível. Nesse sentido, além das atribuições tipicamente militares, como a administração e a aplicação da violência, cumpre destacar a negociação das adesões e a integração das lideranças políticas e até mesmo de muitos dos rebelados à órbita política do monarca e das elites.

Em suas cartas e decretos, por exemplo, D. Pedro I insistia na expulsão dos inimigos, advertindo as divisões portuguesas amotinadas, valendo-se principalmente das negociações com seus patrícios para permitir o embarque dos insubordinados para Portugal. No subcapítulo intitulado *O 'círculo das atribuições': o Exército e a negociação das adesões*, demonstramos que a atuação dos militares nas províncias constituíram-se os mais importantes "instrumentos" de mediação entre a Corte, sediada no Rio de Janeiro, e os líderes das revoltas nas províncias, bem como de estabilização da política local e integração dessas lideranças à elite imperial. Os expedientes da beligerância, a guerra e a negociação das adesões contribuíram para viabilizar a Independência e confirmar a posição central nos processos políticos do Primeiro Reinado. Contrariando o que propôs Edmundo Campos Coelho e a Tese da Política de Erradicação, o Exército e os militares foram protagonistas incontestes durante a Independência, a formação do Estado e a consolidação do Império.

Este trabalho não tem entre os seus objetivos produzir uma versão memorialística sobre a participação do Exército e dos militares no contexto da Independência e consolidação do Império. Nosso objetivo é avaliar as relações entre civis e militares de acordo com a situação e a atuação dos militares nos acontecimentos que envolveram a atuação do Exército durante a Independência, de formação do Estado e consolidação do Império. Diferentemente do que parte importante da historiografia nos informa, constatamos que os militares tiveram atuação destacada e desempenharam funções relevantes na História do período, muitas das quais iam além das suas atividades costumeiras.

O protagonismo político foi, portanto, uma característica predominante entre os militares diante das exigências e dificuldades que existiam, e das que surgiam, para a formação das instituições e administração do Estado. Para os altos oficiais militares, a Independência, constituída e orientada pela emancipação política, defesa da monarquia, da integridade territorial e da manutenção da ordem, afirmou-se gradativamente como instituição incontestável de valor inalienável.

A causa do Brasil exerceu forte poder de atração sobre os militares e grande parte dos generais aderiu à separação e ao arrojado projeto da alta burocracia da Corte e da elite política imperial. Cumpre ressaltar, ainda, que em nossas pesquisas não nos ocupamos dos soldados ou praças. Em função do foco e dos objetivos da tese, nos concentramos, invariavelmente, no Exército enquanto instituição, formado e organizado no contexto da Independência e, eventualmente, dos oficiais, mais especificamente os generais, os quais ao longo do Império participaram ativamente dos debates políticos e assumiram incumbências que, em várias situações e oportunidades, transcenderam os círculos de suas atribuições.

CAPÍTULO 1

***EM BUSCA DA IDENTIDADE:* MOTIVAÇÕES, JUSTIFICATIVAS E POSSIBILIDADES**

Alguns adolescentes descobrem a História nos meandros de um livro lido por acaso, de uma aula que era especialmente sugestiva sem que o professor soubesse, de uma viagem às fontes do passado.

Philippe Ariès
O tempo da História

O ensaio histórico e sociológico *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira* (1976), escrito por Edmundo Campos Coelho, exibiu os traços da personalidade de um autor raramente disposto a abrir mão de suas convicções, revelando os *lugares* de produção do pesquisador, sua formação acadêmica e opções teóricas e metodológicas, seus espaços de experiências e horizontes de expectativas. Orientado pela tradição weberiana da Sociologia e pela Ciência Política anglo-saxã, mais especificamente a norte-americana, Coelho interessou-se pela autonomia das manifestações políticas no interior das instituições, privilegiando aspectos como a realidade interna das organizações, as dimensões institucionais, a racionalidade burocrática e os padrões de interações entre o comportamento de determinados grupos e atores, suas motivações, decisões e ações e os acontecimentos históricos e sociais em contextos complexos.

A exemplo dos demais ensaios históricos produzidos pelos autores liberais da Sociologia brasileira das décadas de 1970 e 1980, o trabalho de Coelho é um esforço claro de superação das narrativas “típicas do universo

mental anterior a 1964, nas quais a política era percebida como efeito de dinâmicas sociais e históricas mais amplas a nova cultura científica tenderá a pôr em relevo a autonomia dos fenômenos políticos e institucionais” (LESSA, 2011, p. 20).

O sociólogo mineiro explorou amplamente as pesquisas empíricas e os métodos quantitativos, característicos dos “modelos das ciências duras comprometidas com a objetividade da análise” (LESSA, 2011, p. 18). São conhecidas as preferências do sociólogo pela utilização de gráficos com séries estatísticas para configurar hipóteses, validar argumentos e desenvolver interpretações. São coleções e séries de dados utilizadas pelos cientistas sociais para estabelecer relações entre as informações coletadas e as ações e os comportamentos dos sujeitos em um determinado contexto social.

Em seus estudos sobre o Exército, Coelho apresentou, por exemplo, inúmeras informações contidas em tabelas e gráficos para demonstrar como as variações dos efetivos militares e as oscilações das despesas de governo com as forças militares, desde o Império, revelam as preferências que determinaram as decisões das elites políticas em relação as forças militares da primeira linha, profissionais e pagas. Ao relacionar as informações contidas nas séries, como as reduções dos efetivos e os cortes orçamentários na pasta da Guerra com os pronunciamentos de parlamentares que integraram a Assembleia Geral Constituinte e participaram da elaboração do projeto de Constituição do Império de 1823, concluiu que as atitudes das elites civis em relação ao Exército foram marcadas, durante todo o Império, por forte hostilidade e grande aversão dos civis em relação aos militares.⁷

⁷ Os gráficos, em Anexo, elaborados por Coelho apresentam os dados sobre os efetivos do Exército e as despesas do Ministério da Guerra, a saber: a *Evolução dos efetivos do Exército*, desde o ano de 1830 até 1920 (Quadro I); as *Despesas do Ministério da Guerra* e as *Despesas totais do governo* para os períodos que compreenderam de 1823 até 1849 (Gráfico I); a relação entre as *Despesas do Ministério da Guerra* e a *Despesa total do governo*, dos anos financeiros de 1861 à 1880 (Gráfico II); as *Despesas do Ministério da Guerra* em relação às *Despesas totais do governo*, comparando as variações percentuais dos anos financeiros de 1846 à 1860 (Gráfico III); e dos anos financeiros de 1880 à 1898 (Gráfico IV); e, por fim, a quantidade de *Ministros da Guerra* de origem militar e os de origem civil para os períodos de 1821-1831, 1831-1840 e 1840-1889 (Quadro II). Além dos gráficos e quadros, Coelho utilizou uma série de pronunciamentos parlamentares para fundamentar a Tese da Erradicação ou hostilidade civil em relação aos militares. São três os discursos citados em que, segundo Coelho, os parlamentares defenderam o desmantelamento do Exército. Os pronunciamentos são do Deputado Henrique de Rezende, na sessão de 15 de outubro de 1823 da Assembleia

No primeiro capítulo de sua obra, que recebeu como título “Da Independência à Questão Militar”, o autor descreveu as atitudes básicas da elite política civil imperial em relação ao Exército, marcadas pela aversão civil à existência de forças militares profissionais e permanentes, desde a Independência até a Revolução de 1930. A interpretação de Coelho é a adaptação, para a História do Brasil e do Exército, de uma versão análoga desenvolvida pelo cientista político norte-americano Samuel P. Huntington e o livro *O soldado e o Estado* (2016). Huntington definiu as relações entre civis e militares nos Estados Unidos, com base em duas constantes: a *ideológica* e a *estrutural*, ambas orientadas pelo que denominou de política de *extirpação* dos militares.

De acordo com Huntington, desde a fundação da República até o final de Segunda Guerra Mundial, a ideologia liberal – *constante ideológica* – e a constituição conservadora – *constante estrutural* – impediram o desenvolvimento de um Exército regular, de natureza profissional e permanente, sob a justificativa de que forças militares regulares constituíam grande ameaça às liberdades individuais e às garantias civis. Ao descrever as raízes da tradição militar norte-americana, Huntington sustentou que a homogeneidade ideológica, o tecnicismo e a popularização das atividades e funções militares entre os civis, suplantaram o profissionalismo e impediram o desenvolvimento de ofícios e profissões tipicamente militares pelo menos até o final da Segunda Grande Guerra.⁸

De modo semelhante, Coelho afirmou que a elite política civil brasileira acolheu sem objeções os princípios do pensamento liberal norte-americano. O liberalismo político, admitido pelo autor como vertente ideológica predominante entre os membros da elite política civil imperial, alienou, a partir daí, as ações,

Nacional Constituinte, e outros dois pronunciamentos do deputado Lino Coutinho, nas sessões da Câmara dos Deputados de 1828 e de 1829.

⁸ Huntington explica que os liberais venceram os conservadores norte-americanos no século XIX, estabelecendo-se como força intelectual e política. O resultado foi a desmobilização do Exército Continental, contrariando as expectativas de A. Hamilton (1755-1804), um entusiasta do profissionalismo militar e da defesa nacional. Nesse contexto, a “tradição militar norte-americana” formou-se a partir de três vertentes: o tecnicismo militar, de tradição *jeffersoniana*; a popularização do militarismo, de tradição *jacksoniana*; e a ciência e especialização militar, uma contribuição sulista. Cf. Samuel P. Huntington e sua obra *The soldier and the state*, publicado originalmente em 1957. Para este estudo, utilizamos a 2ª edição, revisada e atualizada, publicada pela Biblioteca do Exército em 2016.

reações e atitudes, tanto dos civis quanto dos militares, em relação ao Exército, ao profissionalismo militar e a defesa nacional. Nessa esteira, Coelho deu sua contribuição para a equação historiográfica que consolidou a tese da erradicação como fator estruturante das relações entre civis e militares no Brasil. Afastados da cena política, os militares não tiveram outra alternativa, exceto “conformar-se ou perecer” (COELHO, 2000, p. 49).

Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu da hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação da liderança militar, na República Velha (COELHO, 2000, p. 49).

Restou aos militares, prosseguiu Coelho, a *hibernação*, ou o ajustamento das suas atitudes e práticas a um ambiente hostil, dominado por grupos que ameaçavam a existência do Exército. A hibernação dos militares, consequência imediata da erradicação, deu-se da Abdicação do Primeiro Imperador até a Questão Militar, em meados da década de 1880. Sobre o conceito de *hibernação*, é importante anotar a definição do autor:

O termo designa, por um lado, um mínimo de atividade, ou a adoção de comportamentos puramente rotineiros, objetivando não despertar a atenção e a crítica com seus riscos correspondentes; o termo indica, por outro lado, a existência de níveis mínimos de aspiração em termos de viabilidade organizacional, a sua redução exclusivamente ao objetivo de mera sobrevivência (COELHO, 2000, p. 60).

A participação vitoriosa das forças do governo nas campanhas contra os rebeldes da Corte e das províncias durante o período regencial (1831 a 1840)⁹, e na Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, não contribuíram para a superação da hostilidade civil ou para solucionar os problemas mais urgentes que o Exército enfrentava desde a sua criação. Situações como os baixos investimentos, a precariedade da formação e a qualificação dos quadros de pessoal para o serviço das armas, os atrasos nos pagamentos dos soldos, a

⁹ Entre 1831 e 1848, ocorreram mais de vinte rebeliões no Império. Cf. CARVALHO, 2003, p.250.

ausência de promoções etc., alimentaram os sentimentos de frustração dos militares.

Na percepção castrense os esforços dos militares não foram devidamente recompensados após a pacificação do Império ou a vitória sobre Solano Lopez. Entre as “aspirações frustradas”, a indiferença civil e os ressentimentos históricos de aversão da sociedade contra os militares ainda permaneciam. As reduções dos efetivos e os cortes das despesas do governo com a pasta da Guerra, no fim da conflagração da fronteira meridional, reforçaram não só a visão militar de “ingratidão” e “desprezo” civil, mas, de irresponsabilidade política diante da desmobilização acelerada das tropas em um cenário que ainda apresentava sérios riscos à integridade nacional.

O “cortejo de lamentações” (COELHO, 2000, p. 62), que agravou as animosidades de ambos os lados, acirrou-se com a “crise de substituição de liderança”, desencadeada após a morte de Duque de Caxias. Ainda prevalecia “a *crença* dominante entre os militares de que Caxias fora o obstáculo à liquidação do Exército e o fator de contenção da hostilidade civil” (COELHO, 2000, p. 64).

A morte do Duque, reforçou a visão de muitos dos contemporâneos do comandante de que os militares estavam órfãos e o Exército acéfalo. As dúvidas sobre a capacidade dos membros da instituição de criar novas lideranças, passaram a exercer mais pressão sobre a corporação e as disputas internas aprofundaram as clivagens nas linhas militares. Para uma instituição, em tese debilitada pelo aludido desprezo histórico que a sociedade nutria contra o Exército, bem como pela crise interna de substituição de liderança, as dissensões precarizavam ainda mais as condições políticas e materiais da força. Discordâncias e rivalidades cada vez maiores entre os jovens oficiais “científicos” e os generais “tarimbeiros”, instavam as lideranças militares a buscarem soluções.¹⁰

¹⁰ O sociólogo Norbert Elias descreveu as diferenças entre os *gentlemen*, membros da nobreza britânica, todos cavalheiros e aristocratas de origem nobre, formados nas escolas técnicas inglesas e que ocupavam os postos superiores na oficialidade militar da Marinha Real Britânica depois de formados (científicos) e os *tarpaulins*, marinheiros, jovens de origem humilde, forjados nas artes e técnicas de marinhagem nas labutas diárias das embarcações e dos combates navais (tarimbeiros). No século XVI, o capitão Francis Drake (1540-1596) empenhou-se para conjugar as qualidades dos científicos e cavalheiros com as dos tarimbeiros. O comandante atuou para formar oficiais marinheiros educados e diplomáticos

Na versão de Coelho, todas essas situações revelaram a “frágil unidade” que conduziu os militares ao poder em 1889, após décadas de indiferença civil, divisões e conflitos internos e reformas pouco efetivas. No primeiro movimento de intervenção armada na política, “a unidade do movimento militar que proclamou a República era mais aparente do que real” (COELHO, 2000, p. 70).

Para Coelho, com a ascensão militar, os “*vínculos primários*” que regularam as relações entre a sociedade civil e os militares durante quase um século, caracterizados pela dependência absoluta dos militares em relação a sociedade civil, rompeu-se de súbito, trazendo à tona “o sentimento de individualidade simultaneamente com o problema da aquisição de identidade”. O sucesso do 15 de Novembro e a extinção das instituições monárquicas, “impregnaram o espírito militar da crença na deterioração da ordem civil e na superioridade moral da ordem militar” (COELHO, 2000, p. 79). A durabilidade e a eficácia do governo militar foram proporcionais ao grau de institucionalização da organização, enfatizou o sociólogo mineiro. A ausência de uma liderança e um modelo sistêmico, com pessoas capazes para formular políticas, manter o grupo unido e concentrado nos objetivos, conduzir as ações para alcançá-los, atenuar os efeitos das disputas internas, avaliar os custos e calcular as possibilidades de aferir vantagens de curto e médio prazo impediu que a corporação, e seus condutores, alcançassem os níveis de coesão necessários e impedir a desvirtuação do regime.

Com a Proclamação da República, “os militares se tornaram políticos” (COELHO, 2000, p. 81), e o oportunismo dos oficiais, majoritariamente “científicos”, excedeu todos os limites do razoável, impelidos pela crença de que a regeneração da sociedade era a missão do soldado-cidadão, dotado dos mais distintos valores científicos, morais e cívicos, trabalharam intensamente para conter a degenerescência do Exército e da sociedade. Eles passaram a interferir e dirigir quase todas as esferas da administração pública nos estados da federação, ocupando cargos e assumindo totalmente a gestão. Criaram

e, ao mesmo tempo, bem treinados nas artes e nas técnicas da marinhagem e da guerra. As atitudes e visões do Capitão Drake contrastavam, por exemplo, com as dos oficiais comandantes da Esquadra Italiana e da Armada Espanhola, que, durante séculos, insistiram em preservar as distinções de origem e formação entre os indivíduos oriundos dos dois grupos sociais. Não é exagerado afirmar que as visões do Capitão Drake e a profissionalização dos marinheiros no século XVI, transformou a Marinha Real Britânica em uma força praticamente imbatível. Cf. ELIAS, 2006, p. 93.

clubes e delegações estaduais e municipais, braços dos Clubes Militares, que, à medida que ampliavam seu poder e força, condicionavam o apoio ao Exército e ao governo à satisfação de seus interesses. No Exército, os soldos foram aumentados e as despesas militares do governo subiram exponencialmente. A instabilidade política do país e as dissensões e rivalidades entre os militares era o retrato mais evidente de que “faltava aos militares qualquer concepção clara, seja do regime que haveria de substituir a Monarquia, seja do papel do Exército na sociedade” (COELHO, 2000, p. 82). O aspecto identitário e institucional, era uma confusão de conceitos e preceitos que mais causava conflitos do que propunha soluções.

O Marechal Floriano referia-se, por exemplo, à ‘podridão que vai por este país’ e à necessidade de uma ditadura para expurgá-la, uma ditadura que fosse militar: ‘como liberal que sou’, afirmava ele, ‘não posso querer para meu país o governo da espada; mas não há quem desconheça, e aí estão os exemplos, de que é ele o que sabe purificar o sangue do corpo social que como o nosso está corrompido’ (MONTEIRO. Apud. COELHO, 2000, p. 82).

O resultado foi a recomposição das forças políticas e a ascensão do governo civil já em 1894, o que desfez o primeiro governo militar. Coelho explicou que o expediente que garantiu aos civis a adesão dos militares ao novo governo, notadamente os altos oficiais, foi a cooptação da liderança militar mediante a distribuição de cargos e prebendas. O clientelismo nas relações entre o governo e os oficiais do alto comando prevaleceu, pois, nem os militares nem os políticos civis possuíam ideias bem definidas sobre qual deveria ser o papel do Exército na sociedade.

Ao fim do período florianista, o Exército encontrava-se debilitado pelas lutas internas aprofundadas pelos governos militares, mas não tão frágil ao ponto de que sua elite abdicasse das vantagens de co-participação no poder. E a elite política civil, retornando ao poder após o período de abstinência a ela imposta, tampouco estava indiferente às aspirações de militares mais ansiosos pelas benesses dos cargos burocráticos na administração militar, ou por modesta co-participação no mando político (COELHO, 2000, p. 85).

No início do século XX, uma nova jornada “modernizadora”, configurada a partir de concepções civis, colocou de lados opostos dois grandes debatedores: Olavo Bilac e Alberto Tôrres. De um lado, o projeto de Bilac – o defensor e precursor do serviço militar obrigatório no Brasil.

Segundo Olavo Bilac, a obrigatoriedade do serviço militar era o único modo de unir a Nação, superar o egoísmo das classes dirigentes e extinguir a apatia das massas populares. A educação cívica do cidadão e o fortalecimento dos ideais patrióticos viria com a democratização do acesso aos valores e práticas militares, da união e das trocas que a fusão do civil com o militar poderia proporcionar a ambos, afastando, inclusive, a defecção da caserna e os perigos do surgimento de partidos políticos militares. Seu oponente, Alberto Tôrres, por sua vez, argumentava que o quartel vicia os indivíduos na atividade militar, perverte o homem de família e adultera o caráter cívico, a moralidade e os sentimentos de altruísmo que os indivíduos recebem de seus pais, de suas famílias e em suas casas. No quartel, não se fazem bons soldados, mas pretorianos, o que corrói as relações sociais e destrói a democracia. A visão de Tôrres, aliás, era alimentada pelos mesmos sentimentos que a elite política brasileira nutriu desde a Independência, a saber, a da inutilidade do Exército (COELHO, 2000, p. 91).

A definição do papel do Exército, seguindo concepções militares, surgiu em meio aos debates sobre a implantação do serviço militar obrigatório no país. Um grupo de oficiais que havia estagiado no Exército Alemão à época, conhecidos como “jovens turcos”, defendeu um amplo programa de reformas das forças de primeira linha que propunha, entre outros aspectos, a formação de grandes corpos de Exército, organizados em divisões e distribuídos em pelo território nacional, preparação contínua para a guerra em tempos de paz, instrução orientada para o combate, recrutamento obrigatório, missões militares estrangeiras de aperfeiçoamento, fardamentos, equipamentos, soldos e carreira militar. A justificativa era de que a função de um Exército é promover a defesa externa da Nação em qualquer tempo e a condição para cumprir esse papel exige preparação permanente.

A Nação, por sua vez, é a responsável por manter forças militares profissionais, para emprego rápido e eficaz em todo o território nacional. O

interesse da Nação em mobilizar seu potencial beligerante em qualquer lugar e época, exige a manutenção permanente de Forças Armadas regulares completadas por conscritos ou reservistas oriundos do serviço militar obrigatório. Por fim, as Forças Armadas devem ser apartidárias, mantendo-se imunes às lutas políticas, concentrando-se unicamente na defesa militar (COELHO, 2000, p. 92).

Durante os anos 20, intensificaram-se a profissionalização e a modernização do Exército. Esse processo não se deveu, evidentemente, a qualquer mudança na mentalidade das chefias civil e militar, mas a fatores de outra ordem. Em primeiro lugar, o conflito mundial e as inovações que revelou na arte da guerra despertaram um natural interesse na área militar. No Brasil, onde o exército prussiano fora considerado o modelo a imitar, a ascendência francesa resultou em estímulo para o conhecimento de novas formas de organização e estratégia (COELHO, 2000, p. 96).

Tornar o Exército politicamente neutro, e até mesmo nulo, transformou-se no objetivo central dos políticos civis da Velha República e da alta cúpula militar, explicou Coelho. O casamento entre profissionalismo militar e apolitismo apareceu como estratégia viável para assegurar a obediência militar. Contudo, o que se viu, foi o agravamento das disputas e insatisfações no interior da organização que culminou em movimentos de rebelião e motins armados. Em 1922 e em 1924, ocorreu o movimento tenentista. O “primeiro”, tinha entre seus objetivos depor o governo de Arthur Bernardes e resgatar a “honra da oficialidade e da corporação”. O “segundo”, em 1924, tinha como objetivo contestar as punições aplicadas aos rebelados de 1922.

Para Coelho, os movimentos insurrecionais no Exército na década de 1920 expressaram de modo cabal o descontentamento dos oficiais de baixa patente com as agressões civis e as disfuncionalidades históricas do “meio ambiente da organização militar”. De acordo com Coelho, na ausência de visões mais precisas, ou melhor elaboradas, sobre o papel e as funções das Forças Armadas na sociedade brasileira, prevaleciam o distanciamento e a hostilidade entre civis e militares. Embora alguns esforços de modernização e aprimoramento das Forças Armadas tenham sido realizados e conduzidos pelo governo, Coelho sublinhou que mesmo com as reformas promovidas e

programas de aperfeiçoamento da corporação militar em andamento “irromperam os movimentos de 1922 e 1924.

Ambos os movimentos têm sido exaustivamente analisados e as interpretações correntes são bem conhecidas. A nossa estratégia analítica é, contudo, a de focar os fatos a partir da perspectiva da organização militar tomada como legítima unidade de análise. Desta forma, e fugindo aos clássicos modelos da ‘revolução burguesa’ e da ‘ascensão das classes médias’, nossa tese será a de que na origem dos movimentos militares de 1922 e 1924 estavam fatores tipicamente militares, de natureza política apenas no sentido restrito de que se inspiravam aqueles movimentos num enfoque crítico sobre as relações entre o Exército por uma lado, e o regime político e o Governo, por outro (COELHO, 2000, p. 97).

Aqui, somos obrigados a abrir um parêntese para demonstrar, com mais detalhes, como Edmundo Campos Coelho pensava o estudo das Forças Armadas no Brasil. Em um ensaio bibliográfico sobre as instituições militares no Brasil, Coelho criticou inúmeros trabalhos, principalmente o que denominou de a “politização” e a “paisanização” das instituições castrenses. Segundo ele, o medo implícito de que os militares exerçam funções de governo civil ou promovam intervenções armadas na política, provoca nos pesquisadores uma necessidade de exorcizar o protagonismo militar.

é como se os estudiosos, sofrendo de algum profundo trauma com os símbolos, marcas, hábitos, mentalidade e procedimento das instituições militares necessitassem revelar a sua dimensão mais ‘familiar’ (ou ‘paisana’) dissolvendo nela a outra zona: a do perigo, da ameaça, do desconhecido (COELHO, 1993, p. 335).

Para Coelho, a “paisanização” é o resultado de um outro aspecto: a vinculação contínua e reiterada sobre o papel e a atuação das Forças Armadas, principalmente do Exército, a partir das relações dos militares com as classes sociais, como as oligarquias ou com as classes médias, do que da própria organização militar em si. O mais grave, porém, na concepção de Coelho, é avaliar movimentos como o tenentista ou os regimes militares, “a despeito e apesar do Exército da época” (COELHO, 1993, p. 335).

a evolução das relações entre o Exército e a sociedade, procurando mostrar como o primeiro parte de estratégias de acomodação e adaptação à segunda para chegar a estratégias de controle sobre ela. A análise é institucional; isto é, a história da organização é investigada com o propósito de descobrir uma constelação de indícios que revelem a natureza, o caráter, o *ethos* da organização (COELHO, 1993, p. 339).

Os tenentes reclamavam dos baixos soldos, das péssimas condições materiais de trabalho, da falta de promoções e oportunidades de ascensão, da incompetência das chefias, da estagnação dos quadros de oficiais superiores, entre outros problemas. Paralelamente a essas questões, o contato com realidades distintas e com outras organizações militares, em tese mais avançadas ou mais modernas, como o Exército francês, por exemplo, tornavam muito visíveis as disfunções e anunciavam as disposições dos oficiais subalternos de levar as crises ao seu limite máximo. No entanto, os jovens oficiais perderam as disputas contra a cúpula militar e o governo. O que restou foram denúncias de submissão passiva dos comandantes do Exército ao governo civil mediante a obtenção de sinecuras pelos oficiais superiores (COELHO, 2000, p. 102).

O fim da República Velha e a Revolução de 1930 criaram novas oportunidades para que os militares superassem as divisões internas, a fim de regenerar a disciplina, reestabelecer a hierarquia e redefinir o papel do Exército na sociedade. A nova situação criou grandes expectativas entre grupos militares, ansiosos por ampliar a unidade e a coesão interna assentadas em bases muito frágeis. Sob o comando do General Pedro Aurélio de Góis Monteiro, o Exército participou ativamente da Revolução de 1930 e da “construção” do Estado Novo, garantindo sustentação ao regime autoritário de Vargas já a partir de 1930. Foi nesse período, aliás, que a construção da *identidade* militar ganhou conteúdos bem definidos. A efetividade do comando, o alto grau de disciplina e a coesão interna, combinados aos esforços para combater a Revolução Constitucionalista de 1932 e a Intentona Comunista de 1935, formaram laços de solidariedade entre os integrantes do Exército, favorecendo a institucionalização de uma memória comum e a convergência dos interesses voltados para a ampliação e consolidação da unidade interna.

Com a Doutrina Militar do Estado Novo, as Forças Armadas reassumiram funções eminentemente políticas e a sociedade passou a se organizar, em grande medida, segundo princípios e valores militares. Entre os pressupostos da doutrina, prevaleciam as ideias de que o Estado deveria possuir um perfil centralizador e a nação deveria ser regida por governos fortes apoiados em organizações militares. O crescimento econômico deveria estar assentado no binômio segurança nacional e desenvolvimento. Coelho denominou o período em questão de *fase de ativação*. Com a Revolução de 1930 e a consolidação do Estado Novo, o Exército elaborou e “adquiriu maior consciência de sua própria existência como entidade distinta da sociedade”, dissipando, em parte, as hostilidades civis, ao mesmo tempo que seus membros divisavam a extensão dos valores militares à sociedade civil (COELHO, 2000, p. 135).

O poder adquirido pela organização militar durante o Estado Novo passou a ser algo indiscutível, um dado na vida política do país. Gostaríamos de chamar de *institucional* à fase iniciada em 1930 não só porque o Exército tornou-se uma unidade ativa mas, sobretudo porque completou-se o processo pelo qual ele deixou de ser mera *organização* para transformar-se em *instituição* na consciência de seus membros (COELHO, 2000, p. 136).

Os “avanços” institucionais do Exército foram alcançados, sobretudo, em virtude da ampliação dos níveis de atividades simbólicas e ações coletivas, as quais garantiam aos militares maior visibilidade interna e externa, o aumento da consciência dos militares sobre o Exército e sua própria existência e a definição das fronteiras da organização em relação à sociedade civil. Mesmo com o fim do Estado Novo e o início da fase de *alienação*, ou nova *fase de cooptação*, que durou entre 1945 e 1964, uma espécie de repositório institucional, que resguardava visões e valores, manteve-se aparentemente intacto.

É preciso sublinhar que estas fases constituem mais do que simples seriação cronológica da história do Exército. Cada uma delas identifica, quando divisadas a um alto nível de abstração, padrões de ajustamento a condições internas (organizacionais) e externas (sociais). Assim, por exemplo, existe uma correspondência entre a *política de erradicação* praticada pela elite civil durante o Império (até o início da Questão Militar), por

um lado, e a *fase de hibernação*, por outro, notando-se que a forma de adaptação do Exército correspondeu a um tipo de comportamento defensivo: ele ajustou-se às pressões e à hostilidade manifesta da sociedade. Da mesma forma, a *fase de ativação* corresponde à *política de cooptação* por parte da elite civil: de certa forma, a sociedade civil foi compelida a ajustar-se às demandas de um Exército cada vez mais consciente de suas possibilidades políticas (COELHO, 2000, p. 137).

A relação entre identidade militar e poder militar proporcionou a acumulação de conteúdos e o consenso interno sobre o papel do Exército na sociedade. A formação de uma unidade interna, a exemplo do que havia ocorrido em 1930, fez surgir uma nova doutrina que levada a frente como estratégia, exerceu grande influência sobre os acontecimentos políticos do país nas décadas seguintes. Coelho não se intimidou em afirmar que a História do Exército pode ser objetivamente definida como “um processo de evolução de um estado de total dependência com relação à sociedade civil para um estado de quase total controle sobre ela” (COELHO, 2000, p 168).

Nas décadas de 1960 e 1970, assinalou Coelho, o montante de poder acumulado pelo Exército e o exercício efetivo desse poder, permitiu aos militares definirem de modo autônomo suas ações e comportamentos políticos, independentemente dos demais segmentos sociais. Tal condição tornou a organização imune aos ataques de grupos externos e internos, impedindo, inclusive e em boa medida, que esses grupos capturassem a organização militar para atender demandas particulares em função da eficiência instrumental da corporação. Nesse sentido, “com o movimento de 1964, voltou a organização militar, pela liderança do Exército, a impor sua concepção de Estado” (COELHO, 2000, p. 175).

O poder militar, alcançado a partir do desenvolvimento da consciência interna do papel do Exército e do fechamento progressivo aos influxos da sociedade civil, tornou possível o aprofundamento do processo de institucionalização e a implantação da Doutrina de Segurança Militar, consideravelmente semelhante à Doutrina Militar do Estado Novo. Além disso, o golpe militar revelou os esforços reiterados dos integrantes do Exército para adquirir poder político e confirmou o protagonismo militar frente aos demais segmentos da sociedade civil. Conforme explicou Coelho, as ações do regime,

vinculadas às estratégias de justificação política e legitimação da ordem, solucionaram em boa medida os problemas de coesão e unidade interna, gerando consensos quanto a institucionalização da doutrina de Segurança Nacional desenvolvida durante o Regime Militar de 1964. Esses elementos ficaram evidentes durante a fase de descompressão do regime, conforme avaliou Coelho. O projeto possuía um caráter pedagógico e, tal como a Doutrina Militar do Estado Novo, sustentava que os valores militares deveriam ser ensinados aos demais membros do “corpo” com o objetivo de atingir um estado de solidariedade social orgânica fixados pela ética militar, materializados no sentido de missão, austeridade e dedicação à pátria. Notadamente, trata-se de “um *ethos* burocrático que, no pensamento militar, permeia a concepção do que deva ser a nova sociedade civil (COELHO, 2000, p. 181).

Para fundamentar cada uma das etapas da trajetória histórica e institucional do Exército, Coelho utilizou um conceito específico, além de um conjunto de ideias que, a cada novo capítulo, reorienta o processo de análise, mas, que mantém a submissão das mudanças às continuidades. Para o período imperial, por exemplo, foram utilizados dois conceitos distintos, mas complementares, a *erradicação* e a *hibernação*. Na República Velha, os conceitos-chaves são a *ascensão* dos militares e a política de *cooptação*. No período Vargas, a *solidariedade* militar esboçou os primeiros ensaios de *unidade* e *coesão*, resultado de um longo processo de amadurecimento identitário que evoluiu do *consenso sobre domínio* das ações políticas – expressão da *ativação da consciência* do poder militar – e para as intervenções armadas na política e a concepção da sociedade como um corpo único e coeso, cujos movimentos devem ser regidos pela ética e demais valores militares. Na avaliação de Coelho, os objetivos organizacionais e o exercício efetivo do poder político pelos militares são resultados do protagonismo militar e da autonomia alcançada com a elaboração de visões e valores corporativos desenvolvidos durante décadas de introspecção e construção identitária.

Além dos estudos sobre o Exército e os militares, a versatilidade e a originalidade de Coelho, além de sua intensa curiosidade, permitiram-lhe abordar e desenvolver pesquisas sobre vários temas e inúmeras frentes. Da

pesquisa empírica aos ensaios históricos e sociológicos, das teses acadêmicas aos artigos de opinião, Coelho promoveu discussões teóricas de elevado valor epistemológico, mas nunca deixou de estar atento aos fatos mais simples e corriqueiros do dia a dia. Fatos que, aparentemente, “nada têm de singular e se reproduzem sem fazer barulho (DUBY, 1993, p. 10), desde as notícias de jornais aos acontecimentos fortuitos do cotidiano, produziam em Coelho estímulos variados que o conduziam para investigações mais abrangentes e profícuas. O título de uma de suas pesquisas mais fecundas, reunidas em uma coleção de textos e artigos publicados após sua morte, *A oficina do diabo e outros estudos sobre criminalidade*, “vem de um expressão singularmente inspirada que corre entre os presos do sistema penitenciário do Rio de Janeiro: ‘a cabeça do preso é a oficina do diabo’” (COELHO, 2005, p. 29).

A diversidade de temas constitui, quase sempre, desvantagem intransponível para os pesquisadores. Mesmo os mais capazes, guiados por uma espécie de “instinto de autopreservação”, ou tolhidos pelos cânones acadêmicos, delimitam cautelosamente seus temas e dedicam-se a um conjunto pouco variado de objetos, proposições e fontes de pesquisa. Pouco afeito às normas e aos regramentos universitários, Coelho, ou simplesmente Edmundo, como, aliás, os colegas o tratavam, era um “sociólogo radical”. O adjetivo, que consta no depoimento escrito pelo sociólogo Simon Schwartzman, em homenagem ao colega falecido, define, com certa precisão, alguns dos traços mais marcantes da personalidade de Coelho.

Eu gostaria de destacar uma faceta de Edmundo que sempre me impressionou, que foi o seu profundo e intransigente radicalismo, no sentido mais fundamental do termo, que é a fidelidade a si mesmo, e ao que entendia ser a verdade das coisas. Era um radicalismo que lembrava os personagens de Salinger, que começava pela rejeição às formalidades e gentilezas da vida quotidiana, e terminava pela recusa em participar das liturgias da vida acadêmica (SCHWARTZMAN, 2001, p. 1).

Em um de seus ensaios mais polêmicos, *A sinecura acadêmica: a ética universitária em questão*, Coelho criticou a expansão das universidades no Brasil e o crescimento acelerado dos centros e institutos de graduação e pós-graduação, argumentando que, se de um lado “os recursos governamentais

para a pesquisa universitária nunca foram tão abundantes e jamais tão satisfatórias as condições de trabalho dos cientistas” (COELHO, 1988, p. 12), de outro, o que as universidades brasileiras produziam em abundância eram as sinecuras, ou empregos cujas funções não se exerce. Não raro predomina a mera ocupação de cargos bem remunerados que não requerem muitos esforços, performances destacadas ou resultados significativos, asseverou. Isso pois, segundo autor, a universidade brasileira cresceu e se desenvolveu sob a égide da falta de planejamento, da baixa qualificação docente e da ausência de vínculos entre o ensino e a pesquisa. Tais fenômenos, concluiu Coelho, produziu uma “estrutura dual” em que os pesquisadores competentes e professores talentosos raramente são qualidades de um mesmo profissional. Tais circunstâncias agravam o isolamento das duas dimensões e inibe a capacidade de pesquisadores e estudantes promissores desenvolverem plenamente suas aptidões. Ademais, a politização do ambiente universitário e o proselitismo político alimentaram, durante décadas, a deferência partidária, a hostilidade ao divergente e a agressividade militante que, na concepção do autor, subverteu os objetivos e ampliou a dependência das instituições ao Estado.

Paralelamente a essas discussões, o interesse do pesquisador pelos temas da regulamentação ocupacional e do corporativismo profissional emergiram com vigor. A regulação das ocupações e a normatização das profissões no país foram interpretadas como critérios para o exercício da cidadania. Enquanto nos Estados Unidos, após a revolução, as corporações profissionais começaram a ser desmontadas por se identificarem com “privilégios aristocráticos” e contrárias às liberdades; no Brasil, prevaleceram a rigidez do controle estatal e a vinculação estreita entre credencialismo profissional e certificação educacional.

Não obstante a novidade da forma corporativa adotada (filiação compulsória, monopólio de representação e tutela do Estado), a regulação das profissões não foi uma invenção dos revolucionários de 30. De fato ela existiu em moldes diversos desde a independência e sempre sobre a base do credencialismo profissional (...) Após 1930 a República definitivamente consolidou o nexos entre liberdades profissionais e Universidade (COELHO, 1999, p. 29).

A hierarquização das profissões e das ocupações gerou efeitos políticos e jurídicos muito positivos no mercado de trabalho para os indivíduos que portam diplomas universitários, enquanto os que não os possuem, não percebem quase nenhum tipo de benefício, proteção ou garantia mais efetiva. O sociólogo assinalou, baseando-se no aparato conceitual desenvolvido por Wanderley Guilherme dos Santos, que a “estratificação profissional”, definida pela diplomação, consolidaram as vinculações acadêmico-universitárias, criaram as corporações profissionais e delimitaram os direitos dos cidadãos. A partir daí, a “cidadania regulada” passou a ser um dos pilares da democracia no Brasil (SANTOS. Apud. COELHO, 1979, p. 74-79).

A escolha de temas tão diversos, no entanto, produtos manifestos de uma personalidade curiosa e impetuosa, não foram aleatoriamente definidos pelo autor. As pesquisas e os trabalhos de Coelho sobre as corporações militares, o planejamento urbano, a universidade, a criminalidade e as profissões estão fundamentadas em pesquisas empíricas bem delimitadas, mas estrategicamente assentadas sobre um único objeto, a “sociologia das organizações”, como constatou Luiz Antonio Machado da Silva no prefácio da edição da coletânea de textos de Coelho, *A oficina do Diabo* (2005).

Somente uma leitura atenta e comparações pontuais dos livros e seus objetos podem revelar de modo mais preciso os fios que conectam conteúdos, teorias e métodos nas obras de Coelho. Mas, nesses pequenos trechos cuidadosamente destacados, é possível identificar, ainda que parcialmente, as preferências e disposições ideológicas que deram forma as tessituras analíticas do autor. Sua proximidade com as teorias liberais e o estreitamento de suas relações com pensadores posicionados mais à direita do espectro político e ideológico, orientaram suas escolhas, devidamente reguladas pelo lugar.

Não raro, a tendência dos pesquisadores consiste mesmo em interessar-se mais “por seus próprios parentes do que pelos estranhos ou pelos adversários” (ANDERSON, 2012, p. 12). As *operações historiográficas* de um autor estão inscritas nas opressões de sua época e lugar e, ao mesmo tempo, nos vínculos acadêmicos e institucionais que estabeleceu ao longo de sua trajetória. As práticas científicas e as composições narrativas, via de regra, são credoras de um *lugar de produção* que organiza e orienta os procedimentos

metodológicos e a escrita da História. “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam” (CERTEAU, 1982, p. 67).

Na interpretação de Coelho, o movimento de 1964 e a implantação do regime militar é a expressão mais exequível da conduta protagônica e do ativismo político dos militares, cujos exórdios encontram-se na política de erradicação. A análise de Coelho, está estruturada em um “sentido” ou a ação diretora exercida pelos *fins* sobre os *meios*.

Na década de 1970, ao se deparar com os projetos de abertura e descompressão do regime militar, Coelho preocupou-se com os sentidos da ação em si, mas também, com as origens longínquas do poder da instituição, inscritas em uma trajetória histórica que o autor julgou, desde o início, singular. Coelho optou claramente por acentuar a linearidade dos fatos e o caráter explicativo de determinados eventos, escolhidos para exercer a função de “origem” na narrativa histórica. Ao mesmo tempo, o autor se recusou a avaliar os “desvios” e pensar as “exceções”, abstendo-se por exemplo, de considerar as “descontinuidades”, as mudanças e as diferenças. O autor amparou-se em “um sistema de referências” teóricas e conceituais para afirmar a existência de “unidades lógicas” e submeteu os acontecimentos, as manifestações e os comportamentos às ações que anunciavam um *devoir* (CERTEAU, 1995, p. 39).

A política de erradicação transformou-se, portanto, no primeiro ato de um drama historiográfico que combinou hostilidades e agressões civis com revides militares meticulosamente esquadrinhados, uma cena após a outra, até atingir o final trágico da trama, as intervenções armadas na política e os regimes autoritários resultantes do protagonismo militar. No prefácio à segunda edição do livro de Coelho, publicado em 2000, o autor nos revela as apreensões e inquietações que motivaram a elaboração da pesquisa e a publicação da obra. Notadamente, Coelho preocupava-se não somente com as consequências políticas e socioculturais dos prospectos da descompressão, que propugnavam, entre outros aspectos, a “militarização” da sociedade paisana conforme as prescrições da Doutrina de Segurança Militar.

Coelho avaliou que a “bagunça generalizada” da política nacional e a ausência de debates sérios sobre os destinos nacionais, entre estes sobre as funções que as Forças Armadas deveriam desempenhar em um país como o Brasil, permitiram que certas ficções se propagassem, como por exemplo, os mecanismos de controle civil dos militares. Para Coelho, a profissionalização, tida como um dos mais eficazes mecanismos de controle civil dos militares, nunca impediu que as intervenções armadas na política ocorressem. Ao contrário, além dos fatores históricos, a conduta protagônica, orientada justamente pela profissionalização, conduz à introspecção organizacional e cria as condições de autonomia das instituições em relação aos demais segmentos sociais, ampliando as possibilidades de intervenções militares na política. Em seus horizontes, Coelho advertiu, mas ao mesmo tempo vislumbrou a solução.

Se a sociedade brasileira aspira a fazer algum dia a transição da categoria de desordeiros para o seleto clube dos meramente instáveis; se ela há de conviver com as Forças Armadas (não parece verossímil uma revolução que as extinga), a receita certamente não é a do controle civil ou da subordinação militar, as duas faces da mesma ficção, mas, possivelmente, a de um diálogo responsável e generoso que integre o soldado na sociedade e ponha um fim à sua secular orfandade (COELHO, 2000, p. 29).

O ensaio histórico e sociológico sobre o Exército e as relações entre civis e militares no Brasil e as interpretações de Coelho sobre o protagonismo militar e as intervenções armadas na política revelam, entre outros aspectos, como seus espaços de experiências e horizontes de expectativas estavam afetados pelo *lugar* de produção do autor. Considerando o que nos ensinou Eric Hobsbawm, que “estamos mergulhados nas suposições de nosso tempo e lugar” (HOBSBAWM, 1998, p. 291), o livro de Coelho é um esforço de compreensão da evolução histórica e institucional do Exército, das intervenções armadas na política, do Regime Militar e dos projetos de descompressão e abertura, com suas motivações, intenções e consequências. É desse conjunto de apreensões que nasceu a versão teórico-explicativa fundamentalmente orientada por “uma leitura retrospectiva do passado que busca no Império as origens das intervenções militares” (SOUZA, 1999, p. 27).

1.1 Zonas de sombras: o protagonismo militar e as intervenções armadas na política

As relações entre os civis e os militares, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política são temas recorrentes na História do Brasil e sempre despertaram o interesse de inúmeros pesquisadores. Decorre de tais interesses o aparecimento de uma infinidade de publicações, tais como livros, teses, dissertações, artigos e outros textos e trabalhos elaborados por historiadores, sociólogos, cientistas políticos, antropólogos, jornalistas – militares ou não, brasileiros ou *brasilianistas* – com perspectivas teóricas e metodológicas bastante variadas e, em muitos casos, extremamente divergentes. Temas complexos e reconhecidamente polêmicos são disputados *pari passu* por acadêmicos e intelectuais reconhecidamente sérios, mas, também, por revisionistas e ideólogos, revelando que as diferentes tendências historiográficas e tradições podem ser utilizadas para favorecer e fortalecer interesses políticos e ideológicos, bem como para usos públicos da História.¹¹

Em um país como o Brasil, que sempre conviveu com instabilidades políticas – ou como preferia Coelho, com a desordem generalizada ou a “baderna política” –, além de crises econômicas persistentes, desigualdades sociais e tantas outras mazelas, as intervenções armadas “funcionaram”, vez ou outra – segundo uma visão bastante difundida entre os brasileiros –, como subterfúgios ou caminhos mais ou menos fáceis para a superação de problemas graves ou para interromper crises de toda ordem. Mesmo após o fracasso e os horrores provocados pelas intervenções armadas na política, as temáticas político-militares seguem, portanto, devidamente integradas à realidade social brasileira, compondo as pautas jornalísticas, desafiando os

¹¹ Entre os trabalhos mais recentes está o indispensável *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*, publicado em 2017 sob a organização dos historiadores Carlos Alberto de Sena Junior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grassi Calil. Da mesma linha, Demian Bezerra de Melo já havia organizado em 2014 a publicação do livro *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*, com contribuições singulares de vários pesquisadores. O interesse pelos temas militares e, mais especificamente pelos acontecimentos de 1964, foi objeto de um conjunto de entrevistas com autores e cientistas sociais brasileiro conduzidas por Celso Castro e Adriana Marques, em *Pesquisando os militares brasileiros: experiências de cientistas sociais*, publicado em 2016. É importante destacar que em cada uma dessas obras, os autores discutem, entre outros temas, as visões sobre as intervenções militares na política, comparando-as tanto com os trabalhos de revisão acadêmica e historiográfica, quanto aos revisionismos ideológicos.

historiadores e provocando declarações e situações cujos contornos nem sempre estão nitidamente definidos.

As mais recentes controvérsias envolvendo militares do Alto Comando ou do Estado Maior do Exército brasileiro são exemplos claros das imprudências cometidas pelos ocupantes dos mais altos postos de governo na condução das coisas públicas. Em uma palestra na sede da loja maçônica Grande Oriente, em Brasília (DF), no dia 15 de setembro de 2017, o General Antonio Hamilton Martins Mourão afirmou que o Exército “poderá intervir caso as instituições não consigam solucionar os problemas” políticos que o país enfrenta atualmente. Para o general, o Poder Judiciário deve retirar imediatamente da vida pública todos os políticos envolvidos em ilícitos, ou então, “o Exército terá que impor isso”.¹² Declarações como estas, bem como pedidos reiterados de intervenção militar na política, têm sido insistentemente atenuadas, ou contornadas, pelo próprio Comandante do Exército, General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas. Em um primeiro momento, no entanto, o comandante descartou a possibilidade de intervenção, mas, no “decorrer do período”, passou a dizer que “se” o Exército intervir, será para garantir a legalidade e a ordem pública, bem como a democracia e suas instituições.¹³

Mais recentemente, as intervenções das Forças Armadas na área de segurança pública no Estado do Rio de Janeiro e os desdobramentos da mais recente paralisação dos caminhoneiros, revolveu ainda mais o terreno movediço da política nacional, reavivou as “esperanças” de alguns e os temores de outros, quanto às intervenções armadas na política. Em inúmeras regiões do país, com faixas em verde-amarelo e pichações nas rodovias, caminhoneiros e populares pediam a intervenção dos militares na política. Na ocasião, manifestações públicas foram organizadas em várias cidades do país pedindo a intervenção militar.

¹² Trechos de um discurso proferido pelo General Antonio Hamilton Martins Mourão, proferido na Loja Maçônica Grande Oriente de Brasília-DF, no dia 15 de setembro de 2017, por ocasião de uma palestra. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/brasil/em-evento-da-maconaria-general-do-exercito-propoe-intervencao-militar/>>.

¹³ Trechos das declarações do Comandante do Exército General Eduardo Villas Boas ao repórter Luiz Adorno, do portal UOL, em 5 de julho de 2018. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/07/05/se-exercito-intervir-sera-para-cumprir-constituicao-e-manter-democracia-diz-comandante.htm>>.

Quanto às questões envolvendo a violência no Estado do Rio de Janeiro, em 16 de fevereiro de 2018, o Presidente da República Michel Temer assinou o Decreto nº 9.288, determinando a intervenção federal na área de segurança pública. O objetivo: “colocar termo ao grave comprometimento da ordem pública”, provocados por confrontos armados entre policiais e traficantes ou facções criminosas rivais que, na cidade do Rio de Janeiro, sobretudo nas regiões periféricas, atingiram níveis de violência considerados muito elevados (BRASIL, 2018).

A decisão envolveu as cúpulas dos governos federal e estadual – o chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, o Comandante do Exército, vários ministros e oficiais militares, os presidentes da Câmara e do Senado, do Superior Tribunal Federal, parlamentares e assessores, além do governador do Estado do Rio de Janeiro e o Presidente da República. Após vários encontros, o governo federal decidiu utilizar tropas do Exército e da Marinha com o objetivo de garantir a lei e a ordem (GLO) na cidade e no Estado do Rio de Janeiro. O artigo 1º do Decreto Presidencial determinou que a intervenção ocorrerá até o dia 31 de dezembro de 2018, limitando-se, de acordo com este parágrafo 1º, à esfera da segurança pública daquela unidade da federação.

Com o decreto, um interventor federal indicado pelo Exército e designado pelo governo assumiu as prerrogativas previstas no artigo 34 da Constituição Federal e no Título V da Constituição do Estado do Rio de Janeiro (RIO DE JANEIRO (Estado), 2015)¹⁴. Isso significa que o interventor federal foi investido de todas as competências, até então exclusivas do governador do estado, na área da segurança pública. O comando da intervenção ficou a cargo do General de Cavalaria Walter Souza Braga Netto, 60 anos, 43 deles no Exército, atualmente Comandante Militar do Leste. Nascido em Belo Horizonte, no dia 11 de março de 1957, o General Braga Netto ingressou no Exército em 17 de fevereiro de 1975, na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN).

¹⁴ O artigo 145 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro define as competências exclusivas do governo do Estado. Já o Título V, dos artigos 183 ao 191, estabelece quais são as unidades e órgãos de Estado responsáveis pela segurança pública e incolumidade das pessoas e do patrimônio. O General Braga Netto assumiu, temporariamente, as funções de governador para a área de Segurança Pública do Estado, ficando sua atuação restrita somente à área. Cf. RIO DE JANEIRO (Estado), 2015.

Tanto o Decreto Presidencial quanto os dispositivos dos textos constitucionais, sejam do Estado do Rio ou da Constituição Federal, definiram os termos e responsabilidades da ação das forças militares e os limites de atuação do interventor. É justamente nesse ponto que o debate ganha contornos mais acirrados. De um lado estão aqueles que clamam pela ordem e por mais segurança em um Estado da União que se depara com a deterioração da coisa pública em praticamente todas as áreas. De outro, estão os que criticam e criminalizam os governos das duas esferas, estadual e federal, ambos alegadamente corruptos, que, às vésperas das eleições majoritárias, insistem em realizar grandes espetáculos midiáticos que não produzirão nenhum resultado efetivo, mas quiçá poderão lhes conferir dividendos eleitorais. Existem, ainda, aqueles que enxergam na intervenção, o ensaio para a retomada do poder político e institucional do país pelos militares. De um lado e de outro, as versões se multiplicam e as expectativas com os resultados da intervenção produzem inúmeras variáveis, cuja compreensão costuma exigir muito dos seus interpretes.

Os temores de que as ações dos militares possam gerar mais violência, prisões arbitrárias, violações de direitos e mortes, principalmente de pessoas inocentes, torna ainda mais complexo o contexto e as condições da ação e, ao mesmo tempo, comprometem a leitura e a interpretação dos acontecimentos. Nessa esteira, militares, juristas, políticos e ativistas têm se revezado nos meios de comunicação e nas redes sociais para atacar, defender, justificar, apaniguar, angariar ou simplesmente falar da intervenção. Com os holofotes voltados para os próprios atores, atribuiu-se aos militares missões com as quais eles não estão habituados a lidar, nem tão pouco foram treinados para executar. Soldados são preparados para a guerra e para eliminar o inimigo sem hesitar. Na guerra urbana, e contemporânea, para a qual foram empurrados, encontram-se sob forte pressão. É a cobertura ininterrupta da mídia, a análise nem sempre criteriosa dos especialistas, a crítica contundente dos intelectuais e a expectativa ansiosa dos cidadãos que perturbam os soldados, tanto quanto os inimigos que eles não conseguem enxergar nas multidões ou distinguir entre os cidadãos de bem.

Tanto na intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto na questão da paralisação dos caminhoneiros, as Forças Armadas foram requisitadas pelos governos estaduais e convocadas pelo governo federal para intervir. Em ambos os casos, porém, as Forças Armadas cumpriram estritamente suas obrigações constitucionais. (BRASIL, 1988, Art. 34, inciso III)

No caso da paralisação dos caminhoneiros e do bloqueio nas estradas, o Exército realizou a liberação do tráfego de veículos nas rodovias federais, garantiu a ordem pública e o reabastecimento de gêneros diversos, cuja distribuição estava prejudicada em função da greve. Na intervenção na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, prevaleceram os piores prognósticos.

No prefácio à nova edição de *Em busca da identidade*, Coelho descreveu como os espaços de experiências da política nacional não contribuem para tornar mais agradável nosso horizonte de expectativa. Para o sociólogo, o problema do país não é a instabilidade política. Nossos espaços de experiências estão contaminados pela desordem, pela bandalheira, pela bagunça generalizada, embaladas por ambições eleitorais e agitações estratégicas. A tática é “manter o clima de inquietação e sobressalto que parece ser constitutivo do sistema político”. Caminhar à beira do precipício e flertar com os desastres todos os dias, nos coloca “irremediavelmente à mercê do voluntarismo de um reduzido número de protagonistas, todos eles com a mesma capacidade de produzir desordens” (COELHO, 2000, p. 28). Um espetáculo horrendo que leva ao palco atores dantescos que, em um único ato, podem colocar abaixo o teatro inteiro.

Os antagonistas confrontam-se imprudentemente face a face, sem instituições capazes de mediar o conflito de interesses, e sempre a calcular se os custos (necessariamente socializados) de infringir as regras do jogo que os mantém a todos no poder não serão generosamente compensados por ganhos prospectivos (a serem privatizados) com a eliminação de alguns (COELHO, 2000, p. 28).

Entre as zonas de sombras da política brasileira e o teatro de sombras da política imperial, as diferenças certamente superam as semelhanças. Mas,

as incertezas e as turbulências favoreceram mais a criação e a recriação de sistemas de acumulação de poder e dominação social sólidos e eficientes, do que de as transformações efetivas e as mudanças necessárias.

Plus ça change, plus c'est la même chose, ou, “quanto mais as coisas mudam, mais elas permanecem as mesmas”, nos informa o adágio francês.

Para resolver desavenças e confrontar os “agravos” impostos pelos políticos da Corte em 1823, D. Pedro I colocou a tropa na rua e apontou os canhões do Exército para o prédio onde estavam reunidos os representantes da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil. Na ocasião, o Imperador “despediu” os parlamentares eleitos e criou o Conselho de Estado para elaborar o texto constitucional da nação, outorgado por ele no dia 25 de março de 1824. Mais tarde, em 7 de abril de 1831, em função dos desgastes de suas relações com as elites políticas imperiais, das agitações populares e dos últimos acontecimentos envolvendo a Coroa portuguesa na Europa, D. Pedro I renunciou em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, então com cinco anos de idade.

Os sucessivos e tempestuosos episódios que culminaram com a Abdicação, contaram com o apoio maciço da tropa e do povo. Amotinados, eles provocaram a queda do Primeiro Imperador. Na Primeira República, as intervenções serviram para solucionar conflitos políticos entre grupos rivais em praticamente todos os estados da união. São também conhecidas as intervenções federais durante o Estado Novo (1937-1945), as quais consagraram, inclusive, a figura dos interventores, civis ou militares, nomeados pelo Presidente da República para governar unidades da federação. Outros movimentos intervencionistas, muitos deles malfadados, foram registrados entre 1945 e 1960, no escopo da cristalização de perspectivas políticas e ideológicas conflitantes e a “polarização de posições”. Uma prova de força, “campo privilegiado da ação dos conspiradores que contrapuseram a violência às ilusões da esquerda” (FAUSTO, 2003, p. 462).

Todavia, é importante sublinhar que com a aprovação da Constituição de 1988, nenhuma intervenção havia sido decretada ou ocorreu de fato desde o fim do Regime Militar. A utilização ostensiva do aparato militar sempre foi vista como improvável ou desnecessária desde então. As forças militares haviam

sido utilizadas somente em ocasiões muito específicas, como em operações de apoio policial de combate ao tráfico de drogas – as quais normalmente exigem a ocupação de grandes áreas urbanas – ou durante a realização de eventos internacionais como a Conferência do Meio Ambiente – *Rio 92*, os Jogos Olímpicos de 2014 e a Copa do Mundo de 2016, todos no Rio de Janeiro. Mais recentemente, os militares foram destacados para garantir a segurança pública nas paralisações das atividades das forças policiais em estados como a Paraíba e o Espírito Santo, ou diante de ataques reiterados de membros de facções criminosas em outros estados.

O que devemos levar em conta, no entanto, é que as intervenções militares funcionaram, em todos esses episódios, como instrumentos de força policial e segurança, independentemente das motivações e dos interesses que lhes são atribuídos e desdobramentos que produzem. Ao atuar para garantir a lei e a ordem em determinadas localidades, a exemplo do que está sendo realizado no Estado do Rio de Janeiro atualmente, as tropas militares cumprem as funções policiais previstas na lei.

A despeito das ações de apoio policial e segurança pública realizadas pelas Forças Armadas, as intervenções militares na política, especificamente a de 1964, projetou-se sobre a sociedade brasileira com grande vigor, revolvendo nossos espaços de experiências e realinhando nossos horizontes de expectativas. As versões sobre os eventos em questão seguem gerando grandes disputas nos campos historiográfico, político e ideológico. De igual modo, seguem definindo as atitudes e os comportamentos dos indivíduos dos mais diferentes segmentos, situações e momentos. A cada artigo de opinião, declaração de voto ou discurso parlamentar, manifestação popular, documento inédito revelando informações até então desconhecidas sobre as ações do regime, ou mesmo sobre os seus opositores, a cada revisão historiográfica, depoimento ou prova juntada aos processos investigatórios da Comissão Nacional da Verdade¹⁵, a cada ameaça ou pedido de intervenção propugnada

¹⁵ A Comissão Nacional da Verdade (CNV) foi um órgão temporário criado pela Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011. Suas atividades foram encerradas em 10 de dezembro de 2014 com a entrega do Relatório Final dos Trabalhos ao governo federal. Durante sua vigência, a CNV produziu farta documentação sobre as estruturas de Estado, pessoas, organizações, métodos e práticas utilizadas pelos agentes do Regime Militar para prender, torturar e até assassinar integrantes dos movimentos e grupos de resistência, armada ou não, no período

por indivíduos e grupos reacionários, candidatos ou não à Presidência da República etc., redefinem-se as questões que elaboramos sobre o passado, reorientando nossas expectativas.

As ameaças e os pedidos de intervenção militar ou a oposição e a resistência a toda e qualquer possibilidade de intervenção armada na política brasileira, bem como as narrativas sobre tudo o que sabemos desses acontecimentos, as fontes e os documentos históricos integram e interferem de modo intenso em dimensões ou categorias históricas que o historiador alemão Reinhart Koselleck denominou “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas”. As tensões permanentes entre os conhecimentos e os acontecimentos que integram com os “espaços de experiências”, ou melhor, com o que sabemos e conhecemos sobre o passado, e os horizontes de expectativas, isto é, o que projetamos para o futuro ou esperamos que aconteça são revolvidos todas as vezes que nos questionamos sobre os acontecimentos históricos. À medida que os espaços de experiências vão se tornando mais amplos, que novos conhecimentos vão sendo incorporados a esse bolsão de informações, maiores são as inquietações em torno das projeções que fazemos sobre o que virá, ou melhor, sobre os horizontes de expectativas.

Segundo Koselleck, os “espaços de experiências” concentram um conjunto significativo de “coisas” conhecidas, é o passado-presente, ou melhor, “é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados” (KOSELLECK, 2006, p. 309), ou ainda, “aquilo que foi vivido e se estende continuamente sobre o presente”, acrescenta Barros (2010, p. 70). Por sua vez, tal como ocorre com o passado atual, o “horizonte de expectativas” também “se realiza no hoje, é futuro-presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado” (KOSELLECK, 2006, p. 310), isto é, “temos apenas uma expectativa sobre o futuro, mas efetivamente não podemos dizer como ele será”, anota Barros (KOSELLECK, 2010, p. 72).

O passado-presente e do futuro-presente não são sincrônicos e as relações entre as duas dimensões histórico-temporais são incapazes de criar

entre 1964 a 1985. Todas as informações sobre a CNV estão publicadas em uma página da internet mantida pelo Centro de Referência Memórias Reveladas, do Arquivo Nacional. Disponível em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/>>.

“imagens especulares recíprocas” de modo que, passado e futuro não se aproximam nunca, jamais se juntam ou fazem confluír a experiência e a expectativa. Ainda que o “entrelaçamento” entre ambos os campos demonstre vínculos existentes entre as “heranças do passado” e as “esperanças de futuro”, em linhas gerais assíncronas, a ausência de concomitância prevalece (KOSELLECK, 2006, p. 310).¹⁶

O passado-presente é atualizado o tempo todo e à medida que novos conhecimentos são incorporados – o que provoca o avivamento ou a saturação das realidades mediante o acréscimo de informações novas ou até então desconhecidas. Funciona como se observássemos “roupas sendo revolvidas no interior de uma máquina de lavar”, ilustra Koselleck (2006, p. 311).

Como acontece com as roupas, o passado também se apresenta de uma maneira diferente toda vez que o observamos mais atentamente. Se as experiências conhecidas e todo o conjunto de informações que possuímos sobre o passado podem se modificar no tempo, e com o tempo, as expectativas e as esperanças também podem ser ajustadas, e na realidade se ajustam. Na outra ponta, ou dimensão, todas as vezes que olhamos para a “linha do horizonte”, ou para o futuro-passado, e ao caminharmos em sua direção, este se afasta à medida que tentamos nos aproximar dele, tal como ocorre como a linha do horizonte propriamente. É um drama permanente. Os conhecimentos que possuímos sobre o passado-presente, a cultura e as sociedades mudam todas as vezes que nós voltamos a eles. Na mesma medida, o futuro-passado se afasta, à medida que nos aproximamos ou tentamos alcançá-lo. A História organiza os espaços de experiências e os horizontes de expectativas, atribuindo sentido aos movimentos.

Em razão dessas dinâmicas, os historiadores sabem que os conhecimentos históricos são frágeis e transitórios e mudam à medida que os espaços de experiências são ampliados. A organização das experiências e

¹⁶ Cf. Reinhart Koselleck, os termos “espaços de experiências” e “horizontes de expectativas” são conceitos que organizam o mundo e dão sentido às experiências dos indivíduos no tempo, ou às relações entre passado, presente e futuro. Respectivamente, o primeiro termo se refere aos “fatos” e as experiências que nos informam sobre o passado e integram os saberes e conhecimentos que possuímos sobre os acontecimentos que estão incorporados às memórias individuais e coletivas, de modo organizado e racional, ou ainda, de modo inconsciente ou alheio. O segundo se refere ao campo das “possibilidades” ou às projeções imaginárias que incitam nossas expectativas, inquietudes, desejos e temores sobre o que poderá acontecer no futuro. Ver: KOSELLECK, 2006.

expectativas ou a conformação dos conhecimentos sobre o passado-presente e o futuro-passado – que arbitrariamente, aliás, denominamos históricos – produzem versões, interpretações e análises teóricas notadamente permeadas por ideologias e posições ideológicas e são direcionadas para diferentes tipos de usos públicos. Nesse sentido, para obter maior “eficácia expressiva”, os historiadores constroem narrativas desenhando e colorindo cuidadosamente, cada personagem, cada parte e cada momento daquilo que desejam narrar (GINSBURG, 2007, p. 23). Torna-se imperativo, portanto, pensar a História não somente como uma coleção das ações dos homens no tempo e do que eles produziram em termos materiais, mas, como conhecimento, como ciência e como narrativa que possui sentido e expressão na mesma medida em que está sujeita às relações de poder e força.

Cabe aos historiadores não somente desvendar as inesgotáveis possibilidades de investigação e descobertas sobre as ações dos homens no tempo, mas os meandros e as tramas que tecem os fatos, os acontecimentos, as forças e os interesses que impõem e validam as narrativas. Diferentemente dos ativistas, dos militantes políticos ou dos intérpretes da última hora, os historiadores devem munir-se de preocupações adicionais, uma vez que suas responsabilidades são maiores e suas atividades mais complexas. Além de narrar os fatos, os historiadores devem problematizar os acontecimentos mediante a crítica das fontes, documentos e testemunhos, ou sobre “tudo” o que foi dito e escrito sobre ele.

Não é permitido aos historiadores perderem de vista que “se a historiografia serve a fins pragmáticos, torna-se ideologia. Se serve a fins práticos, então realiza-se como historiografia propriamente dita”. Isso significa dizer que mesmo que o passado seja arredo à aproximação ou incognoscível em sua totalidade, ainda assim, as pessoas querem “descobrir o que de fato e como aconteceu no passado – nada mais” (HELLER, 1993, p. 105-106).

O debate historiográfico é mais criativo e vivo do que a simples coletânea e a descrição de um acontecimento, mas, ainda assim, deve assegurar a coerência e a verdade sobre o que “realmente aconteceu” – nesse caso, a formulação rankeana é simplificadora, mas não é falsa” (TRAVERSO, 2017, p. 32).

No Brasil, subsiste uma grande disputa pelos “espólios históricos do regime militar” ou pelo “direito” de construção da memória sobre o período. Os conhecimentos que possuímos sobre o golpe e o regime são problematizados ou “perturbados” de tempos em tempos pelo aparecimento de novas descobertas e o surgimento das teses com base em pesquisas, trabalhos e revisões.¹⁷ Há, na História e na historiografia, um conjunto significativo de pesquisas e teses que possuem, pela amplitude das análises e coerência das interpretações, um caráter fecundo, quando não discutíveis. Entretanto, existem afirmações sem nenhum lastro histórico e historiográfico, cujos objetivos são exclusivamente práticos e os fins absolutamente pragmáticos, o que as transforma em narrativas em proposições nefastas. Conforme adverte Cecília Helena de Salles Oliveira, existem diferenças entre as representações articuladas pelos atores envolvidos nas tramas históricas e o que é criado e recriado pelos historiadores no imaginário historiográfico (OLIVEIRA, 1999, p. 9). As criações e recriações dos historiadores não invalidam as interpretações históricas, mas exigem que estas sejam testadas antes de admitidas e validadas.

São fecundas as análises que fortalecem as possibilidades de renovação das pesquisas históricas e se apoiam em trabalhos e discussões historiográficas que instituídas em perspectivas bem fundamentadas, fontes probas e reconhecidamente válidas, inéditas ou não, e metodologias viáveis e consistentes renovam os cenários historiográficos. Essas análises possuem a capacidade de tornar os diálogos férteis e os debates produtivos, tornando mais claros e elucidativos seus resultados, compreensão e conhecimentos. São discutíveis as interpretações que, apesar de sistematizadas e orientadas por teorias válidas, carecem de maior formalidade. São as pesquisas que estabelecem vinculações extemporâneas ou anacrônicas, direcionadas para cumprir uma função específica, realizar uma meta ou atingir finalidades. Estas normalmente impedem que os diálogos fluam e os debates criem novas oportunidades de desenvolvimento e aprendizagem.

¹⁷ A afirmação é do historiador italiano Enzo Traverso em seu texto *Revisão e revisionismos*, publicado em 2017 na obra *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*, organizada por Carlos Zacarias de Sena Júnior, Demian Bezerra de Melo e Gilberto Grasi Calil, pela Editora Consequência, do Rio de Janeiro.

Suas estruturas internas, ou seja, a teoria e o método, estão perpassadas por sentidos críticos, mas, também práticos, pouco consistentes, e, ao mesmo tempo, tendenciosamente pragmáticos. Defendem ardorosamente seus vínculos teóricos e práticos privilegiando a utilização de conceitos estranhos ao universo e ao contexto dos debates, desenvolvidos por escolas científicas ou teóricas com pouco ou nenhum suporte acadêmico e institucional. Ademais, defendem a habilitação ou a naturalização de ideias, perspectivas e interpretações pouco representativas, ou que não resistem aos testes teóricos e metodológicos de uma ciência. Ao veicular proposições em que a eficácia de um argumento ou de uma ideia, assumem maior importância do que a “verdade” dos fatos e acontecimentos, impõem riscos ao conhecimento histórico e à própria sociedade, tornando-os reféns de ideologias. São interpretações, porém, que podem ser discutidas, revisadas ou reorientadas, mas, que também devem ser refutadas.

São invariavelmente nefastas, conforme nos explica Enzo Traverso (2017), as interpretações que possuem exclusivamente a disposição para a mobilização política e ideológica, que insistem na proposição e recuperação de teorias e interpretações hediondas, moralmente condenáveis ou repugnantes, cujas “crenças” e “valores”, ou aquilo que lhe dá voz e projeção, já foi deliberadamente rejeitado em oportunidades ou momentos anteriores, quando não, criminalizados pela própria sociedade. São versões que trazem, para o primeiro plano, lembranças vagas do passado, que introduzem elementos obscuros na memória coletiva e proclamam a suficiência de especulações e formulações imprecisas para descrever fatos históricos, [re] habilitar personagens e acontecimentos e provocar confusões.

Ao excluir as possibilidades de análise e de crítica, acumulam “vantagens” no debate público objetivando obter a primazia do “lembrar” e do “rememorar”. A teoria e a metodologia são sumariamente eliminadas das explicações para favorecer interpretações ideológicas, partidárias e relativizadas, e fazer prevalecer simplificações e generalizações. São radicalizações que servem apenas para celebrar ficções, reabilitar indivíduos, restituir ações ou validar perspectivas detestáveis e horrendas. Os resultados são as versões apologéticas que revelam uma “ordem” falsamente

estabelecida, supostamente inquestionável, aparentemente esclarecedora e alegadamente nova, mas, que no fundo, acumulam ranços históricos, paranoias conspiracionistas e desejos de vingança (TRAVERSO, 2017, p. 35).

Ao permitirmos que teorias e interpretações de caráter nefasto, parafraseando Traverso, se estabeleçam, corremos o risco de encurtar perigosamente as distâncias entre os espaços de experiências e os horizontes de expectativas, aproximando o passado-presente do futuro-passado e eliminando qualquer possibilidade de questionamento das ações dos homens no tempo. A anulação da possibilidade de interrogar o passado-presente obscurece o futuro-passado, impedindo que novos conhecimentos sejam trazidos à tona e oportunamente integrados aos espaços de experiências – ou passado-presente. Diante da impossibilidade de interrogar o passado-presente a partir das questões que o presente nos coloca, e impõe, anulamos qualquer condição para imaginar e criar o futuro-passado.

Ademais, a eliminação dos contrastes entre a universalidade dos conhecimentos históricos e as identidades pessoais e os saberes contidos nessas categorias históricas – espaços de experiências e horizontes de expectativas – transformam-se em pedras, ficam imobilizados. A universalidade da História reside na busca pela verdade com base em procedimentos científicos e elaborações teóricas que privilegiam as evidências, as declarações dos testemunhos, as fontes e os documentos válidos e as referências probas e consistentes. A História é sempre provisória e, por isso, é revitalizada conforme novos testemunhos, novas fontes e novos documentos vão sendo incorporados aos seus espaços de saber. As identidades pessoais, por sua vez, fundamentalmente estruturadas na memória daqueles que viveram e experimentaram os acontecimentos, vivificam-se na relação e no diálogo com a História mais geral (HOBSBAWM, 1998, p. 283).

É com a História e na História que o homem dramatiza, problematiza e interroga o passado e efetivamente o constrói a História e a conhece. É preciso considerar com muita atenção e zelo que o homem “toma consciência dele próprio na História, sente-se solidário à sequência dos tempos e não pode conceber-se isolado da continuidade das épocas anteriores” (ARIES, 2013, p. 62).

1.2 Zonas de compromissos: o caráter provisório da História

Mesmo com as tentativas de reabilitação histórica do movimento militar de 1964, permanece a compreensão do golpe como um episódio nefasto no “imaginário historiográfico” e na cultura política nacional. (Cf. TOLEDO, 2014) Em linhas gerais, podemos descrevê-lo da seguinte maneira: em 31 de março daquele ano, um movimento militar destituiu o então presidente João Goulart, da Presidência da República, o que garantiu aos militares apropriar-se dos poderes da nação e das funções de Estado. Os oficiais da alta cúpula das Forças Armadas, com o apoio de segmentos civis que se aliaram ao golpe, implantaram uma ditadura militar no país que durou entre 1964 e 1985.

O governo, com o argumento de eliminar as ameaças subversivas, encarnadas pelos comunistas ou grupos radicais de esquerda, implementou o que os generais denominaram “Política de Segurança Nacional”. Baseada em atos institucionais normativos a referida “política” promoveu, inadvertidamente, o fechamento do Congresso Nacional, a cassação de políticos eleitos pelo voto direto – entre eles o próprio Presidente João Goulart –, a extinção dos partidos políticos e a implantação do bipartidarismo, a censura política, artística e cultural, o exílio de líderes, ativistas e militantes políticos, a perseguição de professores, estudantes e de todos aqueles classificados como criminosos, além da suspensão dos direitos civis e das garantias individuais, prisão, tortura, morte e ocultação dos corpos dos prisioneiros identificados como inimigos do regime, entre outras ações e operações destinadas a submeter e manter as oposições e as dissidências ao regime sob rígido controle etc. (FAUSTO, 2003, p. 467).

Mais recentemente a revelação de novos documentos, até então secretos e restritos à Agência de Inteligência dos Estados Unidos (CIA), atribuiu aos generais-presidentes e outros comandantes militares que compunham os altos escalões do governo, não somente o conhecimento sobre as prisões e assassinatos que ocorriam durante a ditadura, mas a certeza de

que estes autorizavam e davam a “palavra final” sobre as mortes dos presos políticos durante o regime.¹⁸

Embora tais descobertas possam contribuir para o aparecimento de mais de uma dezena de pesquisas, redefinindo os espaços de experiências e os horizontes de expectativas sobre as relações entre civis e militares no Brasil, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política, mas, sobretudo, sobre os crimes cometidos pelos militares contra os civis durante o regime, é preciso ter cuidado ao tratar com assuntos tão sensíveis de um período tão dramático. É fundamental que os historiadores examinem com esmero não somente as novas fontes e documentos, mas, todos os demais aspectos que auxiliam os historiadores quando estes estão prestes a aceitar interpretações e validar determinadas versões.

Por exemplo, diante de fatos e afirmações tão relevantes do ponto de vista histórico e político, mas também, moral, torna-se imperativo revisitar parte importante das fontes conhecidas e as referências mais consistentes com o objetivo de tentar encontrar elementos que demonstrem que o General Ernesto Geisel (1907-1996) revelou, de fato, ao representante do governo norte-americano e agente da Central de Inteligência Americana-CIA, William Egan Colby (1920-1996), informações tão importantes, apesar do surgimento dos novos documentos. Ainda que os documentos sejam mais consistentes do que os rumores, embora os rumores pareçam ser sempre mais interessantes, o historiador deve reunir um conjunto significativo de evidências, não somente documentais, para elaborar suas teses e interpretações.

Isso, pois, os acontecimentos históricos são marcados por tensões recorrentes, mas são os historiadores que atribuem a elas singularidade e sentido. Durante esses processos, de atribuição de sentidos e singularizações, manifestam-se interesses, muito deles difusos, perspectivas discordantes,

¹⁸ O coordenador do Centro de Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Professor Doutor Matias Spektor, apresentou publicamente no dia 11 de maio de 2018 o documento nº 99, datado de 11 de abril de 1974, em que consta que o Diretor da Agência Central de Inteligência (CIA) dos Estados Unidos William Colby, relatou ao então Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, que o então Presidente do Brasil, General Ernesto Geisel, autorizou pessoalmente o General João Batista Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Inteligência (SNI), a dar continuidade na política de execução dos opositores do regime, sobretudo os considerados “perigosos ou subversivos”. Disponível em: <<https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve11p2/d99?platform=hootsuite>>

posições afloradas etc. A singularização dos acontecimentos perturba o presente-passado tanto quanto os próprios acontecimentos em si, redimensionando e ampliando as perspectivas sobre o futuro-passado.

Todas essas questões envolvendo as intervenções armadas na política, estão perpassadas por uma série de outras questões e problemas ainda mais complexos, os quais se relacionam com situações e contextos que interferem, por exemplo, no cotidiano das relações entre indivíduos e grupos, nos debates políticos, nos saberes escolares etc. Os níveis de salubridade ou a vitalidade da democracia e a capacidade dos governos e da sociedade em dar respostas que satisfaçam e atendam a sociedade quanto a solução de problemas sociais, políticos e econômicos, por exemplo, são afetados pelos acontecimentos políticos envolvendo a corrupção, prisões de autoridades, manifestações populares, declarações polêmicas e delações de toda ordem, acentuadas pela estupidez aterrorizante das postagens nas redes sociais, notícias falsas, alianças obscuras e improváveis, costuradas pelos homens mais poderosos do país, ou do planeta, para vencer eleições ou manter-se no poder, quando singularizadas pelos historiadores, isto é, quando ganham sentido e significado social na História, suscitam conflitos ainda mais complexos e potencialmente violentos.

Nossas pesquisas, motivadas pelas imposições do passado-presente e pelas inquietações quanto ao futuro-passado, revelam as linhas que orientam nossas preferências e escolhas, nossos lugares de produção, operações e procedimentos. Assim como Coelho, nossas investigações e narrativas atuam para responder questões e atribuir sentidos aos processos, fatos e acontecimentos históricos. Mas, diferentemente de Coelho, não estamos dispostos, por exemplo, a vasculhar o passado em busca das origens dos fenômenos e dos acontecimentos, mas, compreendê-los com suas especificidades e forças no seu tempo e lugar. Preferimos concentrar nossas capacidades nas críticas e depurações teórico-metodológicas, e evitar a elaboração de certos mitos ou versões enrijecidas por conceitos e técnicas ideologicamente transplantadas.

A História possui um caráter provisório e frágil justamente porque as possibilidades do conhecimento histórico são (ou deveriam ser) bastante

fecundas. Isto significa dizer que a História reúne as condições para produzir novos conhecimentos, ou melhor, novos modos de entendimento e interpretação daquilo que sabemos sobre as vidas e ações dos homens no tempo. Uma interpretação, afirma Peter Gay, “é uma explicação geral dos acontecimentos, quase sempre apresentando uma hierarquia de causas” (GAY, 1990, p. 190). Se a interpretação estiver correta, todas as interpretações conflitantes serão falsas. São os conflitos de interpretações, porém, que estabelecem novas possibilidades de leitura, o aparecimento de novos fatos e a eliminação de outras tantas teorias e interpretações. A atividade do historiador é, portanto, “uma tentativa de oferecer uma explicação objetiva de um passado objetivo (GAY, 1990, 191).

Todavia, as tensões entre a universalidade e as particularidades identitárias, os espaços de experiências e os horizontes de expectativas, as trajetórias pessoais e suas formas conscientes e inconscientes de expressão e manifestação, as sinuosidades das teorias, metodologias, ideologias e preferências, os *lugares* de opressão e produção do conhecimento, exigem, do historiador, que a atividade de fazer a História, se inscreva no que que Perry Anderson denominou “zonas de compromissos” (ANDERSON, 1996).

Os compromissos com a objetividade e com a “verdade” devem superar a dimensão das afinidades, interesses e influências. Ainda que a admiração seja um dado significativo, os compromissos do historiador com a “verdade”, reconhecidamente vulneráveis e transitórios, devem prevalecer. Quando, porém, ignoram-se os compromissos, instauram-se as “mitologias disfarçadas de História” – ou sistemas de crenças aparentemente coerentes que possuem pouca ou nenhuma legitimidade, a não ser aquelas perpetradas pelo diletantismo. Detentoras de alguma lógica explicativa, mas, de consistência teórica bastante reduzida, promovem anacronismos, omissões, conceitos descontextualizados e, até mesmo, mentiras, que, sobejamente, criam imagens e figuras de referências simplificadas, amplificadas ou equivocadas (GIRARDET, 1987, p. 33).

As pesquisas baseadas em fontes inéditas ou releituras de fontes e documentações conhecidas, mas, pouco exploradas, contribuem para suprir fragilidades, desfazer conflitos, esclarecer equívocos. Criam novas

possibilidades de investigação estabelecendo e restabelecendo as distâncias “naturais” ou aceitáveis entre os espaços de experiências e os horizontes de expectativas. Prevaecem, no entanto, as práticas, os métodos, as problemáticas constituídas e os pontos estratégicos explorados pelos autores segundo as orientações e as normas dos grupos em que estão integrados. Não há, de um lado, nenhuma condição para a renúncia e, de outro, nenhuma possibilidade de imunidade, neutralidade ou imparcialidade. As escolhas dos objetos já revelam as tensões com as quais lidam ou estão sujeitos os historiadores e demais pesquisadores, o modo como abordam os problemas, as críticas e as problematizações, os conceitos que fundamentam os argumentos, as estratégias que utilizam para comunicar os resultados, suas constatações e descobertas; enfim, todos os fatores que indicam as determinações. Do mesmo modo, a formação familiar e educacional, as preferências, os interesses e as inquietações fazem revelações importantes sobre aspectos que normalmente tendem a permanecer em silêncio.¹⁹

Conforme sublinhou Michel de Certeau (1995), a “textura das abordagens científicas” está sujeita às pressões que influenciam os indivíduos e as opressões que organizam suas profissões, com suas hierarquias, normas e operações. Todos esses elementos e operações estão presentes de modo explícito, e implícito, na obra de um autor. O desafio consiste em identificar nos pronunciamentos – e nos silenciamentos – os elementos de tensão entre as práticas científicas, os discursos e as narrativas sempre que o historiador promove a singularização dos acontecimentos e imprime sentidos às ações dos homens no tempo. Ao analisar a tese da política de erradicação e, em boa medida, o ensaio histórico e sociológico elaborado por Coelho, estamos interessados, sobretudo, nos elementos estruturantes de suas composições analíticas, resultado dos relacionamentos do autor com seus pares e os grupos que formulam questões, organizam os estatutos e constituem as estratégias e os métodos de pesquisas.

¹⁹ No livro *Ensaio de Ego-História* (1987), autores como Maurice Aguilhon, Pierre Chaunu, Georges Duby e outros destacam a importância de aspectos como origem, família, formação, amizades, atividades e militâncias políticas, posses, necessidades e interesses, os quais contribuíram para influenciar suas escolhas e trajetórias de estudo e pesquisa, mas, principalmente, de entendimento e interpretação.

Ao avaliar as orientações teóricas, as abordagens conceituais e o tratamento dispensado às fontes, pretendemos identificar e apontar, de modo mais consistente, as possibilidades, viabilidades e inconsistências do trabalho de Coelho que, assim como tantos outros autores e pesquisadores, abordou temas controversos sobre os problemas de sua época e interpretações bastante discutíveis sobre acontecimentos específicos.

A originalidade de nossa proposta consiste, portanto, em tomar o ensaio de Coelho, *Em busca da identidade*, como fonte de estudo, para analisar seus referenciais teóricos e metodológicos, avaliar as interpretações e identificar as inconsistências da tese da política de erradicação dos militares pela elite civil no tocante a historiografia do Primeiro Reinado.

Segundo nossas perspectivas, defendemos que a elite política civil não propôs e nem tão pouco colocou em prática qualquer ação ou movimento de erradicação dos militares durante o Primeiro Império. Nesse período, o envolvimento dos militares nos assuntos políticos da jovem nação contribuiu, ao contrário do que propagou a versão erradicadora, para garantir a realização dos projetos da elite política nacional, a saber, a emancipação do Brasil, a defesa da monarquia, a da ordem interna e a da integridade territorial mediante a criação do Estado e a consolidação do Império. Sob o comando de D. Pedro I, tropas leais ao Príncipe Regente, ou à causa brasileira, expulsaram as tropas portuguesas que permaneciam leais ao movimento liberal do Porto e abriram caminho para a Independência e consolidação do Império. Nesse contexto, as “tramas históricas segundo a qual os termos da relação Exército-elite política eram ordenados” revelam que a organização do Estado e a consolidação do Império foram predominantemente definidas pela lógica conservadora, que “tinha no Exército um dos seus principais eixos de desenvolvimento” (SOUZA, 1999, p. 26-27).

O Exército brasileiro foi formado pela iniciativa de D. Pedro I e das elites políticas nacionais após o 7 de Setembro, e atuou para sufocar revoltas internas, conter os movimentos separatistas nas províncias e viabilizar os esforços empreendidos pelo Imperador para garantir a unidade política, a ordem interna e a integridade territorial. Os membros das elites políticas ou as “elites bem-formadas”, constituídas em torno de D. Pedro I, mas integradas à

Corte desde o período joanino, eram os homens ilustrados, membros das melhores famílias da metrópole e da colônia, seus parentes e agregados, as elites regionais, os altos funcionários ou burocracia estatal, compostas essencialmente pelos magistrados, pelos clérigos e pelos oficiais de alta patente do Exército e os homens de negócios ligados ao comércio, ao tráfico de escravos e a grande lavoura exportadora (DOLHNIKOFF, 2003, p. 432).

Em 1823, diante dos impasses em torno dos projetos para a elaboração da Constituição do Império, D. Pedro I fechou a Assembleia Geral utilizando tropas do Exército e criou um Conselho de Estado para elaborar um novo projeto de constituição nacional, com políticos e burocratas estritamente leais a Sua Majestade Imperial. Todos os projetos discutidos pelos parlamentares da Assembleia entre os meses de maio e novembro de 1823 foram, então, rediscutidos e emendados pelo segundo Conselho de Estado, sob a coordenação estrita do monarca e seus ministros.

Em 1824, D. Pedro I outorgou a Constituição Política do Império do Brasil. As medidas abriram incontáveis divergências entre as elites políticas e o Imperador, embora os confrontos entre as forças políticas que atuavam no Império tenham sido quase sempre definidos por uma série de contradições e ambiguidades, as quais serviam para atender as conveniências e os interesses dos mais diferentes atores e grupos. As elites civis não projetaram, nem tão pouco colocaram em prática qualquer plano ou movimento para alijar os militares da cena política ou erradicar o Exército das estruturas organizacionais do Estado.

Tanto os debates parlamentares quanto as decisões de governo demonstram justamente o contrário. Parte importante da elite imperial apoiou com entusiasmo a emancipação do Brasil de Portugal, liderada pelo Príncipe Regente e seus aliados, e trabalhou com afinco pela criação do Estado e suas instituições, entre elas o Exército. A elite política imperial, participante ativa do movimento de Independência, defendeu com vigor a constitucionalização da monarquia, a integridade territorial, a unidade do Império e a manutenção da ordem interna, ao mesmo tempo em se esforçava para conter as inclinações despóticas e autoritárias de D. Pedro I, imediatamente reveladas a elas em novembro de 1823. Os militares, mais especificamente os que ocupavam os

altos postos de comando no Exército, não estavam dissociados das elites políticas imperiais, nem tão pouco alheios aos movimentos que precipitaram o Brasil para a emancipação.

Estudos e publicações ampliaram as possibilidades de compreensão e análise do período e dos acontecimentos no Primeiro Reinado, realçando o caráter complexo das interações entre os atores e os poderes que organizavam as redes, negociações, obrigações, fidelidades etc. As novas pesquisas contribuíram e tem contribuído, portanto, para superar perspectivas funcionalistas ou unidimensionais, como orientou Mary del Priore no prefácio da obra *Revisão do paraíso* (PRIORE, 2000, p. 11).

É nesse conjunto de tramas com seus desdobramentos políticos e sociais, cuidadosamente amparados em referências mais atuais que pretendemos analisar, avaliar e discutir a tese da política de erradicação de Edmundo Campos Coelho e suas possibilidades e viabilidades historiográficas no tocante ao Primeiro Reinado. Nos esforçamos por identificar as inconsistências de uma tese extremamente vigorosa, mas, discutível sob muitos aspectos.

CAPÍTULO 2

A TESE DA POLÍTICA DE ERRADICAÇÃO: OPERAÇÕES, EXPERIÊNCIAS E EXPECTATIVAS

Em cada homem fraco de ânimo e não muito certo do êxito de sua tarefa surge uma necessidade torturante de se convencer, de se animar e acalmar. Ele começa até a acreditar em sinais propícios.

Dostoievski (1821-1881)
Notas de inverno sobre impressões de verão

Existem, como nos ensina Michel de Certeau, marcas que não se apagam no trabalho de um historiador, ou daqueles que se dispõem a investigar as ações dos homens no tempo e escrever sobre História (CERTEAU, 1995, p. 17). Carregadas por particularidades que não se apagam, as narrativas historiográficas revelam os sinais que indicam o “lugar” de onde os historiadores realizam suas pesquisas e produzem suas narrativas. Carlo Ginzburg atesta a formulação quando diz que “entre os testemunhos, seja os narrativos, seja os não narrativos, e a realidade testemunhada existe uma relação que deve ser repetidamente analisada”, a qual conduz aos “sinais” da “relação entre decifração dos rastros e narração” (GINZBURG, 2007, p. 8). São os domínios sociais, econômicos, políticos, ideológicos e culturais que evidenciam o *lugar* de pertinência e os antecedentes dos autores e os discursos. São as influências, interferências e “opressões” que determinados sistemas de autoridade exercem sobre os indivíduos durante a “operação” historiográfica.

Considerar a história como uma operação, será tentar de um modo necessariamente limitado, compreendê-la como a relação entre um *lugar* (um recrutamento, um meio, um ofício etc.) e *procedimentos* de análise (uma disciplina). É admitir que a História faz parte da realidade da qual trata, e que essa realidade pode ser captada ‘enquanto atividade humana’, ‘enquanto prática’. A partir dessa perspectiva, gostaria de demonstrar que a operação histórica se refere à combinação de um *lugar social* e de *práticas* ‘científicas’. Esta análise dos antecedentes dos quais o discurso não fala, permitirá precisar as leis silenciosas que circunscrevem o espaço de operação histórica (CERTEAU, 1995, p. 18).

Cabe ao historiador “dar voz ao ‘não-dito’”, isto é, “fazer falar um corpo que se cala” ou, ainda, “um saber-dizer daquilo que o outro cala”. Ele o faz, porém, com as ferramentas que lhes são fornecidas *a priori* e por alguém, invariavelmente o grupo ao qual está ligado. Ele as recebe e as implementa conforme os ditames dos lugares, de uma disciplina e de uma literatura (CERTEAU, 1982, p. 14-15).

A relação entre o *lugar social*, os procedimentos de análise e o discurso, quando examinados com atenção, apresentam, ainda que sumariamente, os interesses instaurados sob certas condições de “opressão”, as quais, segundo Certeau, funcionam mais como “estimuladores” do que como “repressores” de pesquisas (CERTEAU, 1995, p. 21). É uma estrutura triangular demarcada formalmente pelo *lugar social*, pelas práticas científicas e pela escrita da História. Essa estrutura instaura-se em um campo confuso, mas perfeitamente inteligível, que nos remete aos interesses de um grupo, às minúcias dos trabalhos técnicos e, em última instância, aos credores das teses, ou ainda, aos “endividamentos” assumidos pelo autor.

Toda pesquisa historiográfica é articulada a partir de um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Implica um meio de elaboração circunscrito por determinações próprias: uma profissão liberal, um posto de estudo ou de ensino, uma categoria de letrados etc. Encontra-se, portanto, submetida a opressões, ligada a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função desse lugar que se instauram os métodos, que se precisa a topografia de interesses, que se organizam os *dossiers* e as indagações relativas aos documentos (CERTEAU, 1995, p. 18).

A *operação*, atividade de separação entre um sujeito letrado e um objeto escrito, não é uma tarefa que o historiador realiza sozinho, isolado e livre. Ao contrário, a “produção” da história é uma atividade que envolve muitas mãos, e mentes. É uma realização coletiva fundeada em instituições científicas e órgãos de pesquisa, cujas preocupações com o presente ensejam a interpretação do passado (*lugares*) mediante amparo e suporte técnico-científico (teoria e métodos), imposições metodológicas (uma disciplina; ordenamentos; normas), os quais viabilizam a “produção” – no sentido de fazer – e a aprovação de um discurso (uma literatura; uma escrita) pelos demais historiadores. Retirar o “fato” da dimensão do “não-dito” não consiste simplesmente em transformar um determinado objeto em um fato histórico. É necessário analisá-lo em um contexto específico e práticas mediatizadas por grupos e técnicas de produção historiográfica. Essa prática é e está, ao mesmo tempo, submissa e submetida a um *lugar* autorizado, isto é, referentes ordenadores que lhe darão validade. É o discurso expresso em formas ou modalidades de escrita que, por fim, materializam a interpretação e garantem inteligibilidade ao “fato”. (CERTEAU, 1982, p. 22).

Essas opressões não são acidentais; fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no santuário da vida intelectual, formam a textura das abordagens científicas. O trabalho cada vez mais se articula em torno de *equipes*, líderes, meios financeiros, e também, pela mediação de créditos, em torno de privilégios que as proximidades sociais ou políticas fazem valer para esse ou para aquele estudo. O trabalho é igualmente organizado por uma *profissão* que possui suas próprias hierarquias, suas normas centralizadoras, seu tipo de recrutamento psicossocial. Apesar das tentativas para violar as fronteiras, esse trabalho encontra-se instalado no círculo da *escrita*; nessa história que é escrita, o trabalho aloja prioritariamente aqueles mesmos que escreveram, de tal forma que a obra de história reforça uma tautologia sociocultural entre seus autores (letrados), seus objetos (livros, manuscritos etc.) e seu público (instituído) (CERTEAU, 1995, p. 24).

Uma obra de História “é o produto de um *lugar*”. De um lugar *onde* os métodos são expressões e representações rigorosas do poder do grupo. Nessa dinâmica, o *lugar* assume uma “dupla função”: de um lado, permitir ao pesquisador dizer algo sobre o corpo (social); de outro, proibir que algo seja

dito. Essa dupla jurisdição do *lugar* interfere diretamente nas pesquisas, tornando-as possíveis e viáveis sob o ponto de vista dos elementos de pertinência do *lugar*. O que o historiador pretende dizer não está associado ao que pode dizer. O poder do grupo atua opressivamente e tem mais força do que o pesquisador ousa supor. Entretanto, o lugar, os métodos e os discursos do grupo poderão mudar, entre outros aspectos, tanto quanto muda a situação social. São “correspondências ocultas” entre coisas que se movem, impõem novas circunstâncias e exigem que tudo o que até então não era possível ser dito, possa gozar de uma condição nova e extravagante. Isso ocorre com os temas, com os objetos e com as abordagens, provocam transformações e readequações no *lugar*, subvertem poderes e qualificam novos indivíduos e grupos. De igual modo, os métodos e a escrita também percebem as mudanças.

Correspondências ocultas são reconhecidas nas coisas que começam a se mover ou a se imobilizar conjuntamente em setores antes tidos como estranhos. É por acaso que se passa da ‘história social’ à ‘história econômica’ durante o período situado entre as duas guerras mundiais, por volta da crise econômica de 1929, ou que no momento atual a história cultural prevalece, quando se impõe, por todas as partes, como o lazer e os *mass media*, a importância social, econômica e da ‘cultura’? (CERTEAU, 1995, p. 25).

A inteligibilidade do presente e a interpretação do passado são escrupulosamente alteradas por esses “cortes voluntaristas”, que definem, portanto, o que é pertinente e o que não é pertinente, ou o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. O poder de um grupo se constitui, entre outras coisas, justamente naquilo que ele exclui. A criação do *lugar* se estabelece “na confissão que extrai de um dominado” – o corpo social – ou o saber sobre o outro, que “não fala”, aliás, mas ganha voz naquilo que é criado pelo grupo, gerado pelas seleções e representações do *lugar*. Compreender o presente e recompor o passado em um saber é o resultado de um discurso magisterial, cujas diretrizes para educar e mobilizar são e estão dados pelo *lugar* (CERTEAU, 1982, p. 16). É diante desse “vozerio” confuso que insistimos na premissa de que “fazer” História consiste em “dizer”; mas não um “dizer” qualquer.

Considerando-a somente como um dizer, reintroduz-se na história a *lenda*, ou seja, a substituição de um não-lugar, ou de um lugar imaginário, pela articulação do discurso sobre um lugar social. Pelo contrário, a história se define inteiramente por uma *relação da linguagem com o corpo* (social), e, então, também por sua relação com os *limites* colocados pelo corpo, seja sob a forma do lugar particular de onde se fala, seja sob a forma do objeto distinto (passado, morte) do qual se fala. De parte a parte, a história permanece configurada pelo sistema onde é elaborada a pesquisa (CERTEAU, 1995, p. 27).

Em história, tudo começa com a seleção, reunião e transformação de “objetos” até então ignorados, esquecidos ou silenciados, ou os “documentos” (CERTEAU, 1995, p. 30). Contudo, é principalmente aqui que a operação se depara com as “opressões”. Escolher o “documento” e fazê-lo falar é tão complicado quanto escolher um “objeto” de pesquisa, investigá-lo e descrevê-lo. É preciso “significá-los”, tanto o objeto quanto o documento, a partir de “gestos fundadores”. E esse procedimento ocorre com a articulação das fontes entre o *lugar* e as técnicas.

É a subversão estatutária, ou melhor, a mudança de status do documento, percebido agora como fonte ou algo que ganhou um significado, uma relevância e uma pertinência histórica. São esses procedimentos que permitirão que uma quantidade relativamente grande de materiais e informações não passem de velharias descartáveis, “cartões perfurados” ou séries imensas de dados e números e outros papéis sem qualquer representatividade. Se não pudermos significá-los, problematizá-los e criticá-los, permanecerão esquecidos, silenciados ou, quando muito, relatados em extensas descrições enfadonhas sem qualquer problematização ou crítica. As peças e utensílios que compõem um enxoval dos noivos, livros com receitas culinárias, listas com nomes dos soldados mortos em batalha, bens enumerados nos autos de uma devassa ou as variações anuais dos orçamentos do Estado serão, tão somente, listas que reúnem quantidades e séries sem qualquer expressividade. E é o historiador, a partir do *lugar*, dos “aparelhos” e das técnicas que os trazem à superfície, como problemas, questões e objetos.

Agnes Heller amplia ainda mais esse panorama de análise, o que nos permite compreender de modo mais apurado a noção de História como conhecimento. Para a autora, o trabalho do historiador é o conhecimento. Mais especificamente o “conhecimento verdadeiro”, em oposição ao “conhecimento cotidiano” – alusão a fórmula de Heródoto que concebeu o conhecimento histórico como verdadeiro, ou *epistémé*, em oposição ao conhecimento cotidiano, ou *doxa* (HELLER, 1993, p. 100).

O conhecimento cotidiano não é nunca coerente e, principalmente, abarca as conclusões das objetivações de *epistémé* sem a argumentação dela, selecionando fragmentos que sirvam adequadamente para fins práticos e pragmáticos. Entretanto, apesar do caráter parcial da assimilação de ideias, deve-se assumir que a consciência histórica constitui a base tanto da historiografia, quanto da filosofia (da história). Mais precisamente, os problemas formulados em nível de *epistémé* são os problemas da vida e da consciência cotidianas (HELLER, 1993, p. 100).

O historiador recolhe os fatos cotidianos como objetos e os [re]constrói, o que compreende não somente a possibilidade e a viabilidade de investigar e conhecer as ações dos homens no tempo para compreendê-las, mas, também, dar sentido e significado a essas ações. A “ação presente pela história é algo que pertence à história como ideologia e não é tarefa da história como *epistémé*” (HELLER, 1993, p. 101). De igual modo, “a intenção da prática *mediada*”, ou seja, da História “como ‘lição’ para o presente” não são emolumentos válidos.

Não é apenas o fato de a historiografia estar voltada para a verdade e para a objetividade que a caracteriza como ‘conhecimento verdadeiro’, mas também o fato de suas normas separarem verdade e objetividade de ação pragmática e comportamento, bem como de um uso prático imediato (HELLER, 1993, p. 101).

A clareza, a coerência e o rigor do conhecimento dependem necessariamente da ação dos historiadores em distinguir o *passado* do *presente* e o *passado histórico*. Nesse sentido, “a historiografia sempre excluiu o passado de *nosso presente* e sempre tratou do *passado histórico*”. Os temas históricos são sempre constituídos no presente, mas, pertencem ao passado.

“O passado tem de estar contido no *presente*, na forma de mensagens ou sinais” (HELLER, 1993, p. 101-102). Mesmo estando no presente, bem “embaixo do nosso nariz” (grifo meu), uma mensagem precisa ser identificada, valorada e compreendida. Do contrário, será apenas um vestígio que não recebeu atenção, não foi notado e, portanto, não revelou nenhuma informação ou “mensagem valorativa” sobre algo, sobre o passado. A ligação entre vestígio e mensagem se dá pela curiosidade. Esta é despertada pela possibilidade de encontrarmos algo valioso ou importante quando nos deparamos com uma mensagem, um objeto ou alguma coisa. “O primeiro passo dado pela historiografia como conhecimento verdadeiro consiste na decifração da mensagem a partir de vestígios ou na busca por indícios que configurem mensagens que possam ser lidas” (HELLER, 1993, p. 104).

Conhecer a verdade sobre o passado implica um processo de *significação* de mensagens segundo os critérios da ciência e normas da historiografia. “Ler uma mensagem sobre o passado não é um único ato, mas sim um processo que inclui procedimentos heterogêneos e diversos” (HELLER, 1993, p. 105). Em um primeiro momento, os historiadores devem concordar sobre a validade das informações obtidas com a mensagem, os vestígios e seus indícios. Em um segundo momento, devem “preencher os espaços em branco”, ou melhor, investigar e avaliar a mensagem com base em documentos, materiais ou fontes de informações sobre a História.

Finalmente, cumpre explicar a História, utilizando-se de uma linguagem comum que estabeleça as combinações necessária para garantir sentido à explicação. O que devemos desejar é um conhecimento verdadeiro sobre o passado, descobrir o que de fato aconteceu e como aconteceu. Nesse esforço metódico e crítico, o desafio consiste em afastar os objetivos meramente pragmáticos ou práticos. Ora, esta concepção de História, embora positivamente concebida, não elimina o que Agnes Heller denominou “paradoxos da historiografia”. Descobrir ou conhecer a verdade sobre o passado é uma ação que os indivíduos, historiadores ou não, só podem realizar no presente. E conhecer a verdade exerce função sobre o futuro intermediando-o, no presente.

A historiografia genuína não se constrói a partir do ponto de vista do futuro (futuro no presente) e, embora lide com o passado, mantém um *feedback* com o presente e, desta forma, acaba influenciado o futuro no presente. É exatamente a assimilação de ideias que interliga a historiografia às suas intenções pragmáticas e práticas dos atores. Já se fez referência ao fato destes dois tipos de mediação não terem o mesmo valor. Se a historiografia serve a fins pragmáticos, torna-se ideologia. Se serve a fins práticos, então realiza-se como historiografia propriamente dita (HELLER, 1993, p. 106).

Ao retroagir no presente, o futuro se manifesta imaginariamente na consciência dos indivíduos. É a consciência dos homens no presente que elabora questões sobre o que é “velho”, ou antigo, e o que é “novo”, ou ainda, “onde começa o passado, o presente tem *apenas um* passado ou vários e, no caso de ter vários, *quantos possui* etc.? (HELLER, 1993, p. 102). Eis “a enigmática relação entre as três instâncias da temporalidade – ‘Passado’, ‘Presente’ e ‘Futuro’” (BARROS, 2010, p. 66). Não reconhecer na História a importância dessas dimensões, ou categorias históricas, como defende Koselleck, torna impossível pensar a História – considerando suas expressões científicas, técnicas, conceituais e transcendentais. Impelido por suas próprias experiências, recordações, vivências, mas, também, por seus anseios, inquietações e esperanças, o historiador investiga e transforma informações aparentemente irrelevantes em vestígios potencialmente reveladores.

Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com a ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios. No primeiro caso, os conceitos tradicionais da linguagem das fontes servem-lhe de acesso heurístico para compreender a realidade passada. No segundo, o historiador serve-se de conceitos formados e definidos posteriormente, isto é, de categorias científicas que são empregadas sem que sua existência nas fontes possa ser provada (KOSELLECK, 2006, p. 304).

Entre os espaços de experiências e horizontes de expectativas, “as expressões polarizadas só podem pretender delinear e estabelecer as condições das histórias possíveis”. Isso implica dizer que “todas as histórias

foram construídas pelas experiências vividas e pelas expectativas das pessoas que atuam ou que sofrem”. Conforme explica Koselleck, há uma espécie de “ligação secreta entre o antigo e o futuro, e se aprende a compor a história a partir da esperança e da recordação”, em outras palavras, “expectativa e experiência”. Ampla e profunda, “a relação interna entre passado e futuro” ou o amadurecimento da “história concreta” rompe as cronologias e afirma-se sobre “determinadas experiências e determinadas expectativas”. Nesse sentido, essas categorias assumem uma condição meta-histórica que inviabiliza a historicização dos fatos serializados e descritos pelas investigações empíricas. Nesse escopo, Koselleck define o que compreende por “espaços de experiência” e “horizontes de expectativas” (KOSELLECK, 2006, p. 308-309).

A experiência é o passado atual, aquele no qual os acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. Na experiência se fundem tanto a elaboração racional quanto as formas inconscientes de comportamento, que não estão mais, ou que não precisam mais estar presentes no conhecimento. Além disso, na experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Os acontecimentos que podem ser lembrados e estão devidamente incorporados ao passado atual integram, desse modo, os “espaços de experiências”. É o passado-presente ou tudo aquilo que foi vivido e que se projeta sobre o futuro. É um passado que se concretiza no presente através da memória, dos vestígios e das evidências que as fontes da História fornecem. São as “heranças transmitidas e recebidas, integralizadas pelas pessoas”. Nesse círculo de experiências também estão os modos inconscientes de pensamento e de comportamento, contidos ou não no conhecimento, as experiências alheias e interpessoais palidamente conhecidas. A palavra espaço é a representação que melhor se adequa ao que Koselleck denominou “passado presente”. Conforme enfatiza Barros, “um espaço porque concentra um enorme conjunto de coisas já conhecidas” (BARROS, 2010, p. 70). São as coisas conhecidas que podem ser significadas e ressignificadas pela seleção e problematização das fontes, por modelos narrativos e explicativos e pelos padrões metodológicos praticáveis.

Em relação ao “horizonte de expectativas”, Koselleck explica com habitual nitidez que,

a expectativa se realiza no hoje, é futuro presente, voltado para o ainda-não, para o não experimentado, para o que apenas pode ser previsto. Esperança e medo, desejo e vontade, a inquietude, mas também a análise racional, a visão receptiva ou a curiosidade fazem parte da expectativa e a constituem (KOSELLECK, 2006, p. 310).

Associada ao universo das sensações ou de tudo o que virá, as expectativas estão bem representadas por uma metáfora comumente utilizada e bastante conhecida: quanto mais tentamos nos aproximar do horizonte, mais ele se afasta de nós, guardando sempre uma distância que o torna eterno e tragicamente móvel. Um drama semelhante também se realiza com o presente, pois a cada instante ele se torna passado e se apresenta para nós de um modo diferente todas as vezes que olhamos para ele. Koselleck ilustra a assertiva com a imagem criada por Christian Méier, o *olho mágico da máquina de lavar*, “atrás do qual de vez em quando aparece esta ou aquela peça colorida de toda a roupa que está contida na cuba”. As imagens servem para que Koselleck explique que as nossas experiências com o tempo não são “cronologicamente” mensuráveis, isto é, “salta por cima dos tempos” e “não cria continuidade no sentido de elaboração aditiva do passado”. As lembranças, as memórias, ou seja, as “experiências” referem-se a um “passado especial” e que não faz “referência a um antes ou, um depois”. Saturado de realidades e conhecimentos passados, os “espaços de experiências” e os “horizontes de expectativas”, estão em constante transformação (KOSELLECK, 2006, p. 311).

Sendo assim, sua “materialização” depende das elaborações racionais, representadas pelas palavras, figuras de linguagens e conceitos criados ou endossados como fiadores das experiências vividas. Na modernidade, as elaborações estão cientificadas por estatutos, normas e procedimentos reconhecidamente válidos e coerentes com as formalidades técnicas das disciplinas e os modelos narrativos e explicativos estruturados em métodos praticáveis e avaliativos custosamente impostos sobre o objeto. Ainda que as categorias históricas “passado presente” e “futuro passado” sejam atemporais,

períodos são fixados e serializados, os objetos são organizados e divididos em relação às semelhanças e diferenças, causas e efeitos, mudanças e permanências, os quais indicam, por sua vez, os sentidos e as continuidades, mas, também, as rupturas e as mudanças.

Embora a *experiência* associe-se comumente ao passado presente, e a *expectativa* ao futuro presente, é importante atentar para a já mencionada afirmação de Koselleck de que estas duas categorias 'entrelaçam o futuro e o passado'. Elas não se opõem uma à outra, como em uma dicotomia qualquer; e de fato 'experiência' e 'expectativa' estão sempre prontas a repercutir uma na outra. São categorias complementares, visto que a experiência abre espaços para certo horizonte de expectativas. Mais ainda, uma experiência ou o 'registro de uma experiência' referido a um passado remoto pode produzir, em outra época, expectativas relacionadas ao futuro (BARROS, 2010, p. 68).

É com esse aparato conceitual que pretendemos analisar e avaliar a Tese da Política de Erradicação elaborada por Edmundo Campos Coelho. Ao enumerar as influências que funcionaram, cada uma a seu modo, como catalisadores para o estudo de determinados temas, circunscritos evidentemente em uma base social e doutrinária que definiu as lógicas e as formulações narrativas do autor, os *lugares*, as experiências e as expectativas, é possível identificar as preferências do autor e, conseqüentemente, apontar suas possibilidades, viabilidades e inconsistências. Pronunciamentos com linguagens e figuras científicas "próprias" demonstram as circunscrições de sua produção intelectual, as particularidades dos lugares, os compromissos pressuposicionais assumidos, o acúmulo de experiências e perspectivas solenemente anunciadas.

As declarações contribuem para manifestar as particularidades de um contexto de mudanças e transformações que Coelho se dispôs a analisar e narrar – em última instância, os prospectos da descompressão do Regime e as condições dos militares em diferentes cenários políticos. Os *lugares* de produção, quando devidamente sondados, patenteiam as operações historiográficas, os espaços de experiências e os horizontes de expectativas, a partir dos quais o autor produziu suas pesquisas e elaborou seus discursos. A utilização de determinados conceitos e expressões demonstram e esclarecem,

entre outros aspectos, as tecituras analíticas e interpretativas que orientaram as posições do autor. São “confidências” que indicam os lugares de pertinência e os antecedentes do discurso, as referências teóricas e os métodos de utilização das fontes, combinados com os vínculos institucionais do autor e a sensibilidade perspicaz do sujeito que conhece e escreve.

2.1 Tecituras analíticas: lugares de produção e conteúdos

Em 1976, ano do lançamento da primeira edição do livro de Coelho sobre o Exército e a política, mesmo diante da ausência de um texto de *apresentação* ou um *prefácio* em que o autor pudesse demonstrar, de modo mais explícito, as justificativas e os objetivos do ensaio, são visíveis os vínculos *opressivos* e as inquietações que pesavam sobre ele. A ausência foi superada, porém, quatorze anos depois com a publicação da segunda edição da obra. No aparte preliminar da edição de 2000, o sociólogo abordou a “crise” das relações entre civis e militares no governo Bill Clinton, dos Estados Unidos, destacando o tom geral das controvérsias, segundo jornais como o *New York Times*, o *Washington Post* e o *Wall Street Journal*. As publicações traziam à tona “o espectro do golpe e da intervenção militar” no Estados Unidos. Na ocasião, Coelho apontou que “poucos são os analistas que negam a existência da crise, raros os que não a lamentam e nenhum negou o peso crítico dos interesses estritamente institucionais” (COELHO, 2000, p. 17).

Nas percepções dos militares, a falta de clareza dos estrategistas civis em relação aos objetivos militares da Nação resultaram nos desacertos do emprego das Forças Armadas no Vietnã, Beirute, Somália e Haiti e a falta de apoio da sociedade e do Congresso quanto à estas ações e operações militares, acentuadas pelas desconfianças dos políticos civis sobre os limites de atuação das Forças Armadas norte-americanas apontam, sumariamente, que: em países como os Estados Unidos os soldados possuem um elevado grau de consciência institucional e, em função disso, ocupam regularmente os palcos políticos disputando com os políticos civis as prerrogativas decisórias, sobretudo, quando o assunto diz respeito à defesa. Todavia, sempre que a

influência militar na definição das políticas de defesa aumenta em relação às prerrogativas civis, os interpretes apontam para a debilidade dos instrumentos de controle civil sobre os militares e alertam para as possibilidades de ampliação dos níveis de desobediência e insubordinação, “cujas consequências para a democracia são no mínimo preocupantes” (COELHO, 2000, p. 16).

Para além das questões mais específicas sobre as relações entre civis e militares nos Estados Unidos, o interesse por episódios como esses torna ainda mais evidente o lugar de produção do autor e demonstra como a *concepção organizacional* integrou suas experiências e influenciou suas expectativas. A leitura e a crítica da “crise” norte-americana, argumentou Coelho, indicam, entre outros aspectos, que insubordinações militares dizem respeito mais aos pressupostos históricos e institucionais, do que às disputas e conflitos de classes no interior de uma nação.

Coelho notou que as organizações são indispensáveis para a administração e o desenvolvimento da vida dos indivíduos, mediando as relações nas sociedades contemporâneas. Diante desse cenário, um conjunto bastante significativo de empresas, associações e partidos políticos, acumula e passa a dispor de instrumentos e mecanismos cada vez mais ágeis e eficazes de produção e gestão de autonomia e independência em relação à sociedade. Ao mesmo tempo, o estreitamento dos vínculos entre os indivíduos e as organizações, o aparecimento de categorias ocupacionais cada vez mais especializadas e a ampliação da dependência individual aos estatutos e ordenamentos coletivos, em todos os ramos e dimensões, tornam indispensáveis o estudo das organizações, seus traços distintivos, visões, valores etc. O crescimento exagerado das organizações na contemporaneidade, transformou pequenos grupos, corporações e associações em instituições gigantescas e complexas, ou, conforme a terminologia da abordagem, altamente burocratizadas.

A teoria da sociedade de massa tem ressaltado a função positiva das organizações voluntárias para a integração do indivíduo na sociedade: sindicatos, partidos políticos, associações profissionais etc. Pesquisas têm comprovado que as pessoas que participam dessas organizações são as mais

ativas politicamente, as mais bem informadas sobre os problemas da comunidade, as que entretêm mais relações sociais, enfim, as que melhor se integram na vida das modernas sociedades. O que nem sempre tem sido observado são os efeitos negativos do crescimento desses sistemas associativos sobre o indivíduo. À medida que aumenta o número de seus membros e tornam-se mais complexas as suas responsabilidades, essas organizações se burocratizam e agem no sentido de ‘massificar’ o indivíduo despersonalizando suas relações sociais. Estas não se estabelecem mais entre pessoas porque entre as partes se introduz a organização que funciona como elemento mediatizante (COELHO, 1976, p. 9-10).

Para Coelho, portanto, as teorias organizacionais eram as mais consistentes para analisar e avaliar os problemas políticos e compreender fatos históricos envolvendo instituições fechadas e complexas, como o Exército, por exemplo. Coelho, aliás, editou e publicou uma série de textos básicos sobre o tema da burocracia, conceito fundamental para o estudo das organizações conforme a perspectiva singular de autores como Max Weber, Richard H. Hall, Philip Selznick, Robert Michels, Robert Merton, entre outros, os quais se tornaram referências importantes para o autor.²⁰

O cientista político Wanderley Guilherme dos Santos também foi uma referência importante para Coelho. A convivência com Santos e com os demais pesquisadores do IUPERJ foi invariavelmente positiva para ele. Tanto o IUPERJ quanto sua principal publicação científica, a revista *Dados*, tornaram-se, rapidamente, *lugares* de produção fundamentais para o sociólogo, o que contribuiu, também, para a configuração de seus espaços de experiências e horizontes de expectativas. Uma das pesquisas de Santos, *Raízes da imaginação política brasileira*, revelou-se singular. Um dos aspectos destacados pelo cientista político sobre o tema é que os “homens de percepção educada” mobilizam conjuntos mais significativos de informações e conseguem realizar avaliações políticas e explicações racionais mais apuradas dos acontecimentos políticos. Contudo, as características predominantes dessas

²⁰ Nos referimos a obra *Sociologia da Burocracia*, organizado e traduzido por Edmundo Campos Coelho. Trata-se de uma seleção de textos básicos sobre temas como burocracia, racionalidade, autoridade, partidos políticos etc. O livro foi editado e publicado em sua primeira edição pela Zahar Editores, em 1966.

explicações é “a tendência de representar a vida social como luta contínua entre agrupamentos de fenômenos conflitantes” (SANTOS, 1970, p. 143).

Ao analisar os primeiros esforços de interpretação dos acontecimentos desencadeados pelos militares em 1964, Santos identificou alguns “padrões” explicativos, caracterizados, sobretudo, pelas percepções dicotômicas da vida política ou a tendência de [bi] polarização dos debates políticos e culturais. Sob polos distintos, confrontaram-se as explicações *anti* e *pró* movimento militar, cujos discursos, em boa medida, orientavam-se mais pelas tentativas de persuasão retórica dos cidadãos do que necessariamente pela explicação dos fenômenos e acontecimentos. Um terceiro conjunto de explicações possuía um caráter mais analítico, o qual não superou o sucesso das explicações generalistas carregadas pelo pragmatismo ideológico.

Para a literatura *pró*: participação de massa, comunismo, corrupção, desordem administrativa, demagogia, ineficiência governamental, caminham juntos e não pode ser de outra maneira. Para o lado *anti*: os agrupamentos estão estruturados em torno da democracia, industrialização e independência nacional, e contrários ao anti-reformismos, submissão aos poderes estrangeiros e ao autoritarismo. Para os desviantes: o legislativo é igual a “status quo” e o executivo populista significa modernização. O mais importante não é a ênfase no conflito, mas a crença enraizada de que uma vez que o indivíduo é contra, digamos, ao comunismo, necessariamente terá que se opor à participação da massa, à intervenção econômica estatal etc., simplesmente porque todas as coisas estão interligadas (SANTOS, 1970, p. 143).

Para Fernando Henrique Cardoso, no debate político brasileiro prevalecem lógicas perversamente dualísticas, mas, também, finalísticas, de viés meramente pragmático, e sublinhou que, “no contexto de formação nacional o tema Estado-burocracia-corporação versus sociedade civil e mercado se destaca como uma das preocupações centrais” (CARDOSO, 2013, p. 11). Os prejuízos dessas polarizações são incalculáveis. É um cenário em que instituições importantes para a democracia, como o estado de direito, as leis e os princípios fundamentais como a liberdade, a igualdade e a dignidade vão cedendo espaços às imposições de racionalidades e práticas que priorizam somente os fins e as visões ideológicas de grupos muito específicos. É o “maniqueísmo analítico”, com suas ambiguidades narrativas e a desvirtuação

das teorias para enfatizar e impor exclusivamente aquilo que a ideologia do grupo prescreve e no que deve ser executado.

O historiador Ciro Flamarion Cardoso explicou que “até a década de 1960, as teorias acerca das sociedades complexas estavam dominadas por duas posições polares: 1) teorias que enfatizam a integração social ou, em um sentido bem genérico, podemos chamá-las de funcionalistas”; “2) teorias que enfatizavam o conflito social” (CARDOSO, 1999, p. 2).

No primeiro caso, a sociedade é vista como uma soma de indivíduos. Cada indivíduo, por sua vez, é um ser delimitado, unificado, integrado, livre e transparente a si mesmo: um sujeito de conhecimento e um centro dinâmico de consciência, de emoção, de ação e de juízos. A complexidade, a estratificação social e o Estado teriam surgido das necessidades sociais. Os elementos básicos desta forma de pensar implicam que: 1) os interesses sociais são compartilhados, mais do que opostos; 2) no sistema social, predominam as vantagens comuns, mais do que o domínio e a exploração de uma minoria sobre uma maioria; 3) tal sistema se mantém mais pelo consenso do que pela repressão ou coerção; 4) as sociedades são sistemas integrados que se modificam lentamente, em lugar de mudarem por meio de rupturas descontínuas (revoluções) (CARDOSO, 1999, p. 2).

As instâncias coletivas como partidos políticos, sindicatos e associações, ou outros tipos de organizações, como os exércitos ou as forças militares, são entendidos como “agregados de indivíduos” que se distinguem entre “lideranças”, “membros ativos”, “massas inativas de eleitores ou votantes”, “financiadores” etc. As iniciativas e atividades são resultado da ação e da influência de “uns poucos indivíduos proeminentes”, indivíduos cuja liderança desempenham papel preponderante e definem a atuação das organizações. O conflito e a dissensão “aparece como coisa eventual”, mas quando surgem são dirimidos pela ação das lideranças, as quais elaboram, com ou sem a participação dos liderados, pressupostos teóricos e práticos com o objetivo de elevar os níveis de coesão e consenso internos (CARDOSO, 1999, p. 2-3).

No segundo caso – o das teorias que enfatizam o conflito, a luta de classes – o Estado teria surgido em função do aparecimento de interesses divididos na sociedade que se tornava complexa (tratar-se-ia da sociedade pós-tribal) e estaria baseado na dominação, na exploração, na coerção.

Mais especificamente, as instituições governamentais de tipo estatal, fundamentadas no monopólio da força armada, na organização territorial, na cobrança de impostos, surgiram como mecanismos coercitivos e repressivos para resolver, em favor da posição privilegiada da classe dominante, os conflitos intrasociais que surgiam por causa da estratificação econômica (proprietários/ não-proprietários dos meios de produção mais importantes) e social. A classe dominante, para existir e manter-se como tal, explora e degrada as massas, a maioria da população (CARDOSO, 1999, p. 3).

Coelho identificou três versões bastante prestigiadas pelos adeptos das teorias do *conflito social* e da *luta de classes* voltadas para o estudo das Forças Armadas e a política no Brasil. A primeira versão, denominada *oligárquica*, é a que alcançou maior notoriedade. De acordo com seus correspondentes, as “classes dominantes” ou os representantes dos “setores agrário, comercial e financeiro – comandam o Exército e dele lançam mão nos momentos de crise do sistema dominante vigente”. Coelho apontou o historiador Octávio Ianni e seu livro, *O colapso do populismo no Brasil*, de 1968, como a principal referência dessa perspectiva. A segunda versão tem o Exército como o agente político dos *setores médios*. “O recrutamento, nestas classes, do quadro de oficiais é sugerido como o mecanismo que explica o caráter representativo” das forças militares. Por fim, a terceira versão “imputa ao Exército o desempenho de uma função arbitral cujo conteúdo e sentido são definidos fora das fronteiras da organização e independentemente dela”. O exercício da função *moderadora* segue, ainda, as visões correntes e o clamor da opinião pública para que o Exército resolva os conflitos entre as categorias sociais e os grupos e, logo em seguida, uma vez solucionados todos os problemas devolva ou restitua o poder político aos civis.

Refiro-me ao prestígio que desfruta entre os cientistas sociais o paradigma do conflito de classes, em suas inúmeras vertentes interpretativas. Além de conduzir sempre à percepção polarizada do conflito, este paradigma supõe uma concepção instrumental do papel da organização militar: o Exército – e, por extensão, a Marinha e a Aeronáutica – só pode ser o instrumento dos desígnios de determinadas classes sociais ou, quando muito, o ‘extra’ num drama político do qual as “estrelas” não vestem farda nem manejam o fuzil mas que, por isso mesmo, necessitam do soldado para solucionar eventuais impasses de um complicado enredo (COELHO, 2000, p. 32).

O problema da utilização das concepções instrumentalizantes, apontou Coelho, é que seus adeptos supõem a existência de “um elevado grau de ‘abertura’ do Exército aos influxos da sociedade civil”. De igual modo, admitem que “às Forças Armadas falta autonomia para formular sua ‘política externa’ independente, seja em suas relações com o sistema inclusivo ou com segmentos desse” (COELHO, 2000, p. 38-39). Coelho criticou estas posições e questionou conceitos como “dependência”, “aparelhamento” e “instrumentalização”.

De início, note-se que ‘abertura’ e ‘autonomia’ são variáveis que comportam graus diversos. Creio que existem poucas dúvidas de que, ao longo desses contínuos, o Exército de, digamos, 1840 e o de, digamos, 1974 obteriam valores inversos nestas escalas. As premissas da concepção instrumental descrevem aproximadamente o primeiro, mas são certamente inadequadas como descrição do segundo. Na verdade, trata-se de duas organizações virtualmente distintas, em sentido análogo, por exemplo, às diferenças que distinguem o mesmo indivíduo na infância e na maturidade. O que as análises correntes simplesmente ignoram é todo um processo evolutivo, de transformações quantitativas e qualitativas, com o que se abstrai o Exército do seu *tempo histórico* particular (COELHO, 2000, p. 40).

O uso de categorias dicotômicas como “classes populares” e “forças oligárquicas”, “progressistas” e “reacionários”, “vontade popular” e “poder conservador” davam causa às disputas, mas, ao mesmo tempo, ofereciam subsídios limitados para a análise das relações entre civis e militares no Brasil. São “teorias bloqueadas”, salientou, “recheadas de alusões à dinâmica da realidade, mas, impermeáveis as mudanças nelas mesmas”. (COELHO, 2000, p. 40)

Baseado em Michel Crouzier,²¹ o sociólogo sustentou que as teorias bloqueadas, insistem em qualificar explicações *ad hoc*, ou seja, a cada nova dificuldade, uma nova teoria é utilizada para referendar as explicações. Os trabalhos de Octávio Ianni, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré sobre os

²¹ Embora o autor não esteja citado entre as fontes e referências, mas apenas no índice de nomes do livro, Coelho se referiu ao livro *Société bloquée* (1970), de Michel Crouzier, importante sociólogo francês, estudioso das teorias e estratégias organizacionais, e membro da prestigiada Academia de Ciências Morais da França.

militares e a política, “saltam de um tipo de explicação para outro na medida em que cada qual se vê contraditada pelos fatos”, modificando a “teoria para dar conta do fato novo” (COELHO, 2000, p. 38).

Para Coelho, a trajetória histórica e institucional do Exército seguiu três processos conexos que explicam sua evolução enquanto organização.

- a) o peso crescente dos interesses e necessidades próprios da organização como fatores de seu comportamento político;
- b) a aquisição de graus cada vez mais elevados de autonomia com relação ao sistema societal e com relação a segmentos particulares deste;
- c) um ‘fechamento’ progressivo aos influxos da sociedade civil. (COELHO, 2000, p. 41).

O enfoque organizacional possui evidentemente um conjunto significativo de orientações e variações. Mas, em linhas gerais, sua abordagem consiste em tomar a organização como objeto de análise para identificar e descrever suas características modelares e avaliar as relações que estas instituições estabelecem com os indivíduos, com a política e com as demais instituições que integram o ambiente inclusivo do qual participam. As proposições de Coelho orientaram-se, mais efetivamente, pela visão de que os interesses sociais são compartilhados, mais do que opostos.

Suas expectativas estavam baseadas na ideia de que o consenso, mais do que o conflito, era a chave para a resolução de questões e disputas, desde as menores até as mais relevantes. Visto que as sociedades estão integradas e se movimentam ou modificam gradativamente e à medida que novos níveis de desenvolvimento são alcançados, é o aprimoramento das relações e não os conflitos que prevalecem. Contudo, ao analisar os processos políticos de sua época, as movimentações, as táticas e as estratégias dos grupos políticos, ou de organizações como o Exército, o autor destacou os limites e os problemas da teoria. Mais especificamente aqueles causados pelas organizações quando elas se tornam muito fortes, a exemplo que já destacamos anteriormente.

Sugeriu-se que, em sociedades estruturalmente mais complexas e funcionalmente mais diferenciadas, as organizações têm-se tornado as unidades básicas do sistema de estratificação. Desta forma, a posição relativa dos indivíduos

nas dimensões relevantes da escala de estratificação tem-se tornado, cada vez mais, função crescente da posição relativa das organizações de que são membros ao longo das mesmas dimensões. Segue-se que, para os indivíduos, o comportamento racional consistiria em investir energias na otimização da capacidade organizacional em gerar bens comuns, e não na capacidade das organizações em gerar bens públicos (COELHO, 2000, p. 42).

As organizações competem por poder e recursos e “quanto mais amplo for o controle que uma dada organização exerça sobre a alocação de recursos escassos existentes em um determinado espaço social”, melhores serão suas condições para expandir suas capacidades competitivas. Consequentemente, maior será o controle político que as lideranças da organização exercerão no contexto social em que atuam. A “norma da racionalidade, não a norma ética” e, portanto, “poucas organizações poderosas negociam as condições de sua convivência, enquanto outras menos fortes com elas se relacionam simbioticamente” (COELHO, 2000, p. 43). As organizações estabelecem e atualizam seus objetivos e se servem deles para acessar, controlar e monopolizar recursos anulando ou reduzindo as alternativas de obtenção de poder e recursos dos demais competidores.

Certamente a análise organizacional não é terreno fértil para o discurso moral, provavelmente porque toda uma volumosa literatura não tem podido produzir a evidência de que a eficácia organizacional seja compatível com processos democráticos – intraorganizacionais –, pelo menos no contexto de uma política de escassez. Mas se a escolha do modelo analítico deve obedecer menos a critérios morais do que aos de adequação descritiva e explicativa, então tal perspectiva pode ser extremamente fecunda (COELHO, 2000, p. 44).

Tributário de Raymundo Faoro, o sociólogo utilizou amplamente a síntese histórica do eminente cientista político brasileiro em *Os donos do poder*, publicado em 1958, para fundamentar suas afirmações. As concepções de Faoro sobre a política e a História das ideias políticas, mais especificamente sobre o pensamento político brasileiro, exerceram influências contundentes na obra de Coelho. O autor demonstrou familiaridade com o modelo explicativo de Faoro, entendendo a política como *administração*, isto é, ação autônoma

orientada pela atuação *nomoempírica* e baseada em saberes informulos, mas, nem um pouco irracionais nem tão pouco oportunistas.

São três as instâncias que indicam as categorias normativas, prescritivas e de ação política que constituem as dimensões essenciais da História do pensamento político, segundo Raymundo Faoro. Na primeira instância, a política é regida pela filosofia e pela ciência política, por princípios abstratos e ideias concebidas que se manifestam em seu “estado puro”, a partir de proposições enunciativas que se estabelecem em uma dimensão *nomológica* – leis e premissas rígidas e ideais. São sistematizações e proposições que dão forma e, eventualmente, conduzem, induzem ou influenciam a política enquanto ação e atuação. Embora esta última, por ser autônoma, constitui-se e pode seguir livre das imposições *nomológicas*. A segunda é uma instância autônoma, em que a política é *administração* e suas expressões são a ação e a atuação propriamente ditas – *nomoempíricas*.

A terceira dimensão é a ideológica, que também é princípio, porém está condicionada pela eficácia das ideias e a capacidade de mobilização de seus agentes e suas afirmações para a realização de fins previamente concebidos. Os ideólogos estão interessados nos consensos e na justificação do poder pela via pragmática – influência ativa orientada para os fins. Como sustenta Faoro, “o pensamento político está dentro da experiência política, incorporado à ação, fixando-se em muitas abreviaturas, em corpos teóricos, em instituições e leis”, todavia, e embora não esteja imune ao “congelamento ideológico e ao enciclopedismo filosófico”, é atividade, movimento, práxis (FAORO, 1994, p. 15).

As referências teóricas e metodológicas, bem como a escolha e a problematização das fontes seguiu critérios muito específicos, a despeito das objeções quanto as viabilidades e possibilidades do ensaio de Coelho, seus lugares de produção, espaços de experiências e horizontes de expectativas. O trabalho contribuiu para o debate historiográfico na História Política e Militar do Brasil ao posicionar o estudo do Exército, a partir da *concepção instrumental*, defendendo a perspectiva de que as organizações militares devem ser estudadas justamente a partir daquilo que elas são, *organizações*.

O amparo teórico de autores como Max Weber, Robert Michels, Philip Selznik, Robert Merton e as análises pontuais de Wanderley Guilherme dos Santos e Raymundo Faoro, contribuíram na análise de contextos difusos e cenários complexos da política brasileira, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Já o cientista político norte-americano Samuel P. Huntington, forneceu o suporte para a interpretação das relações entre os civis e os militares no Brasil com uma perspectiva histórica de viés liberal. O conceito de *erradicação*, cujo autor é o próprio Huntington, imprimiu o ritmo teórico da pesquisa conjugando a hostilidade civil e a aversão ao Exército como fatores definidores da identidade e do protagonismo militares, o que conduziu os militares nos sucessivos movimentos de intervenção armada na política.

2.2 A forma e as lógicas discursivas: o ensaio histórico e sociológico

O ensaio histórico e sociológico, modalidade de análise teórica e interpretativa, estruturado em explicações lógico-discursivas, tende a privilegiar a síntese histórica. Entre os seus objetivos dos ensaios históricos e sociológicos estão articular racionalidades explicativas e defender perspectivas mediante a exploração das habilidades retóricas e a fluência narrativa dos autores, sem abrir mão, no entanto, de certo rigor técnico que articula conteúdos acadêmicos e métodos científicos válidos.

Os ensaios produzem interpretações sobre processos históricos e sociológicos que normalmente posicionam as explicações e condicionam as narrativas segundo modelos conceituais e sistêmicos estritos. Entre as principais características do ensaio figuram a definição de causas hierarquizadas para descrever os acontecimentos a partir de referências temporais bastante extensas e a utilização deliberada de conceitos sociológicos para caracterizar manifestações, fenômenos, ações e práticas a partir de uma teoria ou concepção específica. Alguns ensaios trabalham com abordagens temporais de um ou mais séculos, enquanto outros podem ampliar ainda mais o escopo temporal visando firmar perspectivas e abordagens sociológicas sobre os acontecimentos históricos.

A ideia de que as ciências, entre elas a História, deve descobrir e apontar as razões ou as relações causais entre os eventos, transformou-se em uma grande obsessão. Uma das dimensões cruciais do trabalho histórico é o esclarecimento das causas ou razões que precipitam e culminam em um evento. Os historiadores buscam como mecanismo de ampliação do próprio entendimento sobre determinado fato, ainda durante o processo de significação do objeto, compreender as causas, examinar as razões e descrever os fatores que podem ter contribuído para o acontecimento. Entretanto, “desde as objeções levantadas por David Hume no Setecentos – de que os fenômenos se sucedem uns aos outros, sem que se possa observar uma conexão entre eles”, os historiadores têm examinado com mais cuidado os preceitos que adotam no exercício de seu ofício, entre eles as ideias de causa e origem. A conclusão é a de que “nem sempre resulta claro o que causou o quê”, ou ainda, que “uma explicação satisfatória não se assenta, pura e simplesmente sobre o arrolamento de possíveis causas” (ANTIQUERA, 2014, p. 12-13).

Os ensaios são, em tese, mais flexíveis e, por isso, suas composições não exigem demasiado acúmulo de referências e recursos probatórios tão consistentes – o que as fontes documentais e as evidências empíricas, devidamente criticadas e problematizadas devem proporcionar. A comparação das diferentes modalidades de textos históricos, como, por exemplo, dos ensaios com as monografias historiográficas, via de regra caracterizados por dissertações técnicas com objetivos e métodos bem delimitados, recortes temporais e espaciais melhor demarcados, fundamentação teórica e documental rigorosamente baseadas na crítica interna do documentos e das fontes, apontam ao historiador os caminhos para elaborar a melhor narrativa histórica.

Em linhas gerais, os ensaios são elaborações macro interpretativas que, apesar do rigor, da plausibilidade e do comprometimento dos autores com a História e a objetividade, podem acentuar as limitações das sínteses de processos históricos, simplificações, generalizações e a apreensão reduzida das especificidades históricas e sociais. Para suprir as limitações alegadas, a irreverência criativa, as polêmicas e as provocações assumem importância relativa, competindo com os acontecimentos.

No caso da obra de Coelho, além dos problemas relacionados à síntese, as utilizações arbitrárias de conceitos externos ou estranhos aos próprios acontecimentos, aprofundam os problemas do trabalho. Justamente por insistirem na análise “macroscópica” da História, os ensaios históricos e sociológicos transformam os acontecimentos em partes interdependentes de um processo mais amplo que se inscreve na longa duração. Ademais, nos ensaios, as fontes e os documentos apresentam-se de modo serializado e estão organizados para validar as afirmações do autor e as concepções e abordagens sociológicas. Via de regra, os conceitos de um sistema de análises explicam os fenômenos e os acontecimentos, enquanto estes, por sua vez, corroboram o aparato conceitual utilizado.

Os problemas e entraves políticos, econômicos e sociais mais persistentes são interpretados como resultados de processos históricos bastante longos que, em tese, são as causas do mal funcionamento das instituições, do atraso e do subdesenvolvimento econômico, das mazelas sociais etc., que comprometem, em última instância, o futuro e o desenvolvimento do país e da nação. A fórmula parece perfeita, sobretudo do ponto de vista retórico, mas aproximam de modo inadvertido processos e acontecimentos históricos e sociais que compõem nossos espaços de experiências dos horizontes de expectativas. Amparadas em conceitos-chaves muito peculiares, como, *erradicação*, *hibernação* e *política de escassez*, os ensaios descrevem a *origem*, *formação*, *evolução*, *herança*, *raízes*, *solução* etc. Enquanto a pesquisa e o texto historiográfico procuram evitar incursões temporais e espaciais mais longas ou indefinidas, estabelecer relações de causa e efeito, apontar tendências e fazer prognósticos, os ensaístas insistem em explicar o presente pelo passado a partir desses aparatos conceituais.

Ainda que em alguns casos os historiadores sejam forçados a adotar recortes temporais mais longos, construir explicações que exijam a eleição de causas e consequências, e apontar tendências, há um esforço para narrar e descrever os fatos considerando, principalmente, as representações e práticas de sua época e/ou lugar, apesar do risco de estilhaçamento dos objetos e das abordagens. As monografias historiográficas mais recentes concentram-se ou privilegiam estudos “microscópicos”, insistindo nas delimitações temáticas,

espaciais e temporais “melhor” definidas e preferencialmente inscritas na curta e na média duração. O potencial mobilizador dos ensaios históricos e sociológicos, suas projeções imaginadas e compartilhadas, produzem equívocos persistentes e versões incompatíveis com a realidade histórica. Por exemplo, ao projetar os efeitos que a descompressão do regime surtiriam sobre a sociedade a partir da introdução sociocultural de práticas e atitudes produzidas pelos militares na organização militar, Coelho delineou o futuro-passado do país atrelado ao militarismo e aos projetos castrenses.

Ciro Flamarion Cardoso, no entanto, ao discutir a relação entre a História “telescópica” e a História “microscópica”, reposicionou as questões que envolvem esses diferentes tipos de abordagens. Entre outros aspectos, Cardoso entendeu que “o problema realmente se situa mais na questão da atitude diante do social do que, propriamente, na escolha das temáticas” ou, de igual modo, o “pomo da discórdia” está na disputa envolvendo as “atitudes de direita” e as “atitudes da esquerda” diante do social. Ele argumenta que no auge da crise dos grandes sistemas explicativos – *funcionalismo, marxismo, Annales* – ao privilegiar as “virtudes” de uma História-técnica (nesse caso entendida por ele como “microscópica”) em contraposição a uma História-ciência (a História “macroscópica” ou global), os historiadores impuseram uma dinâmica de exclusões e autoexclusões, amplamente questionáveis, valendo-se de pares geminados, mas, de algum modo, dicotômicos, como, “ciência” e “técnica” e “ação e militância política” e “introspecção acadêmica” e “produção social”.

Foram justamente as renúncias que os historiadores gradativamente fizeram, em alguns casos inconscientemente, das “visões globais” ou totalizantes da História que conduziram ao abandono do caráter revolucionário da História e um despedaçamento da disciplina em diferentes abordagens, dimensões e domínios.²² Tais dinâmicas, segundo Cardoso, produziram apenas constatações, não elucidando as vantagens e as desvantagens e retirando da História uma das coisas que ela tinha de mais importante, seu

²² Consideramos, sobretudo, as assertivas de José D’Assunção Barros que ressalta que, atualmente, uma das características da historiografia moderna é a sua fragmentação ou compartimentação, em contraposição ao final do século XIX e início do século XX quando os historiadores possuíam uma visão mais homogênea da História e de seu ofício. Ver: BARROS, 2004.

caráter político e mobilizador. Apesar dos esforços de conciliação e das exceções, os resultados parecem ter sido absolutamente negativos.

Mantendo-se a posição consequente de que o social é um todo estruturado e cognoscível, e partindo-se de uma teoria desta globalidade, os estudos monográficos de temas restritos – na verdade de quaisquer temas relativos ao homem e a sociedade – não somente será iluminado pela noção que se tenha acerca da totalidade do social, como expressará, ao nível de cada tema, tal totalidade, ajudando a revelá-la, a corrigir quando necessário a visão teórica que dela se tenha (CARDOSO, 1988, p. 108).

Em suas críticas às orientações monográficas microscópicas, Cardoso diagnosticou uma “fragmentação” dos objetos e dos recortes temáticos, bem como “a volta à ‘narrativa’, ao ‘acontecimento’, à ‘crônica’”, promovidos pela “Nova História”, principalmente de viés pós-moderno. Ao deslegitimar posições racionalistas ou que privilegiavam as interpretações totalizantes, os “novos historiadores” desligaram-se gradativamente das suas responsabilidades políticas e sociais e passaram a dedicar-se quase exclusivamente aos temas e objetos ultra recortados.

O que entenderam ser novos vetores ou indutores de mobilização e revolução, contribuiu somente para o estilhaçamento das temáticas e praticamente inviabilizou lutas e transformações políticas e sociais – “as mobilizações feministas, ecologistas ou do movimento gay incomodam muito menos aos governos do que as manifestações e lutas que ponham em jogo a essência do poder político, o capital, a propriedade privada etc.” O abandono das teorias e explicações estruturantes provocou uma dispersão “perigosa”: uma temática, e, portanto, técnica; outra política, e, portanto, antirrevolucionária. De igual modo, tanto o reacionarismo de direita quanto a ingenuidade do ativismo extremado da esquerda, contribuíram para a renúncia gradual das teorias clássicas e suas explicações da realidade (CARDOSO, 1988, p. 107-108).

Apesar das críticas e disputas envolvendo as diferenças entre o ensaio e as monografias historiográficas, é necessário registrar que o ensaio se consolidou em nossa disciplina como uma modalidade de texto historiográfico válido, não havendo razões para descartá-los ou ignorá-los. Em um breve

estudo intitulado *O ensaísmo na historiografia brasileira*, Claudinei Magno Magre Mendes traçou um panorama bastante interessante sobre o desenvolvimento dessa modalidade historiográfica, pontuando as diferenças entre o ensaio e o trabalho de História, por exemplo.

Se o caráter ensaístico da historiografia brasileira foi visto como algo positivo por parte de nossos historiadores, principalmente por se encontrar associado aos projetos de nação, ele foi encarado por outro seguimento como uma fraqueza, justamente por se tratar de estudos generalizantes que não teriam apreendido as especificidades de diferentes partes e/ou épocas do Brasil (MENDES, 1992, p. 92).

O ensaio é mais livre e mais dinâmico, mas suas abordagens tendem a ampliar as relações espaço-tempo, evitando delimitações que se impõem sobre outras modalidades de trabalhos de História. No ensaio, as demarcações aparecem literalmente infladas e a abordagem temporal não se restringe aos fatos ou a um determinado tempo e lugar. Os fatos e os acontecimentos funcionam como mecanismos de impulsão de determinados fenômenos ou fios condutores sob os quais se desenvolvem determinadas perspectivas. Focalizam principalmente as transformações do momento em que o autor desenvolve suas pesquisas e elabora o texto, explicando-as, porém pelos acontecimentos que supostamente lhe dão causa ou indicam suas origens.

O ensaio pretende explicar a história em seu conjunto, assinalando suas características principais, não se detendo em seus aspectos particulares ou em seus diferentes momentos. No caso do ensaio relativo ao processo histórico brasileiro, o pressuposto é que o passado colonial constitui sua chave explicativa. É verdade que o passado é concebido de diferentes maneiras pelos autores, fato que conduz cada um a interpretar a História do Brasil de modo distinto. Mas, apesar disso, para seus autores, o presente se explicaria pelo passado – a época colonial explicaria o Brasil contemporâneo (MENDES, 1992, p. 95).

Ao mesmo tempo, apontam as tendências e os desdobramentos de certas ações e práticas mediante a elaboração de prognósticos e conjecturas.

O ensaio abarca não apenas o passado e o presente, mas o próprio futuro. Nesses casos, com base na linha de desenvolvimento do passado e do presente, seus autores procuram apontar as tendências da história em relação ao futuro. Esse futuro deve ser compreendido, no mais das vezes, como os processos que se desenrola no presente. Em *Raízes do Brasil*, por exemplo, Holanda procura explicar a natureza da revolução que estava em curso à época em que publicou sua obra (MENDES, 1992, p. 95).

O ensaio histórico e sociológico brasileiro das primeiras décadas do século XX é importante pelo caráter altamente agregador que possui, ou seja, pelas contribuições ímpares que explicam e evidenciam as permanências das estruturas de poder, das relações de força, as mazelas, os desencontros e as desesperanças, que tratam das práticas e manifestações mais sutis da vida cotidiana até as tramas das políticas partidárias e os jogos de poder. Os ensaios detectam problemas, mas, prescrevem os antídotos e as soluções, projetando e anunciando mudanças, a superação das dificuldades e a extinção dos problemas mais persistentes. São obras que evidenciam as experiências e as expectativas dos cientistas, apuradas pelo brilhantismo e erudição de seus autores.

Não por acaso, Fernando Henrique Cardoso tenha apelidado os ensaístas brasileiros de “os pensadores que inventaram o Brasil”. As tentativas de explicar o Brasil renderam invariavelmente trabalhos espetaculares, tais como os ensaios de Joaquim Nabuco, Euclides da Cunha, Antonio Candido, Raymundo Faoro, Sergio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., e outros. Orientados para responder questões do tipo, “o que consistia esta nação, como ela se situava no mundo, como se dividia em classes, etnias e culturas, como seria possível argamassá-las no mesmo conjunto histórico?”, desdobravam-se nos esforços dos autores em definir ou delimitar o passado-presente de nossa História. Os aportes, porém, eram mais audaciosos e avançaram sobre o futuro-passado, questionando e especulando o “futuro que teria o Brasil no contexto das demais nações” (CARDOSO, 2013, p. 9).

Foi no horizonte cultural da questão nacional que os demais temas se foram afirmando. Ora a questão da sociedade nacional é vista pelo seu revés, quando, por exemplo, Euclides descobre o sertanejo, que é ‘um forte’, mesmo que refratário ao Estado nacional, à República, ou quando Antonio Candido desenha os mínimos de sociabilidade dos caipiras que quase se esfumam do conjunto nacional; ora são outras as vertentes que compõem o quadro do país. Por exemplo, quando Florestan se esforça por entender a ‘desagregação da ordem escravocrata’ e a formação da sociedade livre e da economia competitiva, ou quando Freyre esboça seus murais que vão da casa-grande e senzala aos sobrados e mocambos, sempre na procura de dar sentido à nossa ordem e ao nosso progresso (CARDOSO, 2013, p. 10).

São realizações que revelam, de um lado, a *erudição* dos grandes intérpretes da História do país e, de outro, a capacidade de *síntese* e descrição de *totalidades* ou grandes conjuntos de eventos históricos. Desde meados do século XIX até a primeira metade do século XX, o ensaísmo brasileiro revelou-se à *intelligentsia* nacional nas obras e autores fundamentais como *Os sertões* (1902), de Euclides da Cunha, *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Formação do Brasil contemporâneo* (1942), de Caio Prado Jr.

Para Antonio Candido, o ensaísmo brasileiro desse período – mais especificamente de 1900 a 1945 – formou-se, sobretudo, da dialética entre o *localismo* e o *cosmopolitismo*, ou ainda, da síntese entre *conteúdo* e *expressão*. O primeiro, representado pelas “forças” locais, pelo homem forjado na terra e da terra, na dureza do cotidiano violento da vida na colônia, do trabalho nas roças e campos, da labuta diária dos sertões. “Massacrado” pelo tempo lento, quase imóvel, homem e ambiente foram apanhados por conflitos de todo tipo, mas, também, por amizades e solidariedades que caracterizam as relações entre as raças, as culturas e os povos e resultaram na miscigenação das gentes. Influenciadas pelos modos herdados de tradições diversas, sobretudo a europeia, que gradualmente deu *expressão* ao *conteúdo*.

O diagnóstico de Antonio Candido é de que as produções literárias se manifestaram das maneiras mais diversas, todavia, o que há de melhor na literatura brasileira é o equilíbrio entre duas tendências extremamente “nossas”, a saber, “a afirmação premeditada e, por vezes, violenta do nacionalismo literário, com veleidade de criar até uma língua diversa; ora o declarado conformismo, a imitação consciente dos padrões europeus”. Eis, portanto, “a

integração progressiva entre o literário e o espiritual”, tensão duradoura e efervescente entre “o dado local” – o conteúdo – e “os moldes herdados da tradição europeia” – a expressão (CANDIDO, 1960, p. 117).

O conteúdo é aberrante, diverge frontalmente da expressão, dos padrões e das formalidades. Dar-lhe forma, interpretando-o, desenhando seus contornos e descrevendo as características que imprimem originalidade e força à cultura brasileira e à nossa realidade é um sacrifício gigantesco de autoafirmação, de declarações, de visões, valores e práticas.

A face culminante de nossa afirmação – a Independência política e o nacionalismo literário do Romantismo – se processou por meio de verdadeira negação dos valores portugueses, até que a autoconfiança do amadurecimento nos levasse a superar, no velho diálogo, esta fase de rebeldia. Tomada de consciência, portanto, como rebeldia de um lado e despeitado menosprezo de outro. Os respectivos estereótipos se formaram lentamente. Do lado brasileiro, o ‘mangano de Portugal’ prenuncia, desde Gregório de Matos, o ‘marinheiro’ dos dias da Independência e da Regência, o ‘galego’ do Naturalismo e de todo o anedotário desenvolvido até os nossos dias, culminando, como última manifestação, na diatribe grosseira e ingênua de Antonio Torres, em *As razões da Inconfidência* (1925). Do lado português, veio desde o cruelíssimo ‘*neto da rainha Ginga*’ de Bocage, contra o nosso pobre Caldas Barbosa, até o: Entenderam? É claro como um mulato – de Camilo Castelo Branco, divertido e agressivo desprezador de brasileiros (CANDIDO, 1960, p. 118-119).

Mas, este não foi e nunca será um “diálogo de surdos”, travado somente por personagens hipócritas ou intolerantes cujo objetivo é vencer sempre, mesmo sem ter razão. Ou um “embate” entre indivíduos pertencentes a mundos culturais absurdamente diferentes. As animosidades e hostilidades se enquadram no que Antonio Candido denominou “diálogo de família” que, de uma “rebeldia estereotipada contra o português, representando um recurso de autodefinição, recobria no fundo um fascínio e uma dependência”. Os movimentos literários dos séculos XIX e XX, como o Romantismo e o Modernismo, inspirados em movimentos europeus, sintetizavam a dialética do conteúdo e da expressão. Entretanto, foram capazes de enfraquecer a influência portuguesa e favorecer as peculiaridades da cultura brasileira (CANDIDO, 1960, p. 119).

O movimento modernista brasileiro de 1922 é o grande responsável pela “morte”, entre nós, da “velha mãe pátria” e de grande parte do que ela representava. “Morte”, aliás, que se parece mais com um “grito imperioso de brancura em mim”, do que propriamente com morte.²³ É na reinterpretação das nossas *deficiências*, transformadas agora em *superioridades*, que as *idealizações* serão diluídas e eliminadas. Até então contradições desconcertantes entre as generalizações e as particularidades eram resolvidas pura e simplesmente com *fantasias* e muita imaginação.

Na nossa cultura há uma ambiguidade fundamental: a de sermos um povo *latino*, herança cultural europeia, mas etnicamente mestiço, situado no trópico, influenciado por culturas primitivas, ameríndias e africanas. Esta ambiguidade deu sempre às afirmações particularistas um tom de constrangimento, que geralmente se resolvia pela idealização. Assim, o índio era europeizado nas virtudes e costumes (processo tanto mais fácil quanto desde o século XVIII os nossos centros intelectuais não o conheciam mais diretamente); a mestiçagem era ignorada; a paisagem amaneirada. No período 1900-1920, vimos que o caboclo passou por um processo de idealização; no plano sociológico, Oliveira Vianna elabora a partir de 1917 a sua ridícula teoria das *elites* rurais, arianas e fidalgas, como foco de energia nacional (CANDIDO, 1960, p. 126).

Foi preciso fazer nascer *Macunaíma*²⁴ para que o “primitivismo”, o índio, o mulato e o negro – esses componentes historicamente recalcados da nacionalidade brasileira – fossem integrados a nossa cultura e aos debates acadêmicos em um esforço de aceitação e redenção. “Temporariamente liberados” das formalidades coercitivas, dos ordenamentos e liturgias acadêmicas, os intelectuais modernistas realizaram incursões cada vez mais longas e profundas nos detalhes da cultura brasileira e do nacionalismo. Este último, aliás, “deixa de lado o patriotismo ornamental de Bilac, Coelho Neto e Rui Barbosa, para amar com veemência o exótico descoberto no próprio país”.

²³ Antonio Candido cita o poema “Improviso do mal da América”, em alusão aos laços que não se rompem entre a Europa e a América, mas que curiosamente nos separam. Ver: *Poesias completas* de Mario de Andrade (2013).

²⁴ Personagem-título da obra prima de Mário de Andrade publicada em 1928, em São Paulo, por Oficinas Gráficas de Eugenio Cupolo. A Biblioteca Nacional guarda um exemplar da primeira edição.

A assimilação da arte de vanguarda europeia francesa e italiana precipitou-se para as *devorações antropofágicas* dos valores europeus e o mergulho profundo no inconsciente brasileiro. A exaltação e a glorificação do conteúdo nacional flertaram, da estética à política, com formas e expressões dos fascismos europeus, assimilados no Brasil pelo “*verdeamarelismo*, ou movimento da *Anta*” (CANDIDO, 1960, p. 128-129).

O ensaio, ou a “crônica polêmica”, tornou-se “arma tática por excelência”, até que o grande ensaio histórico e sociológico incorporou definitivamente a valorização do pensamento nacional. Um grande esforço empreendido por intelectuais de grande talento, eruditos cujas sínteses detalhadamente esquadrihadas serviram para redefinir a cultura brasileira na dialética entre o *vanguardismo* e o *pau brasil*, o cosmopolitismo e o localismo, o conteúdo e a expressão. A síntese, cultural e política, desenhou novas tramas, apresentando ao Brasil e ao mundo as manifestações mais dramáticas do cotidiano do homem brasileiro, o descaso com as mazelas, a indiferença com o sofrimento dos mais pobres, o desapego pela democracia, o desrespeito cabal das instituições, a criminalização das lutas populares, entre outras tragédias.

A “descoberta” do meio social, as paisagens e os problemas políticos trouxeram, “para o lado de fora”, a decadência de um Brasil aristocrático. O êxodo fúnebre de personagens esqueléticos, o banditismo dos sertões, a propagação das desigualdades, a expansão precária e desordenada das cidades, o desemprego, a violência, a corrupção política e empresarial, as intervenções armadas na política, enfim, a “baderna” genuinamente nacional, visão clarividente de Coelho. Para explicar o que é o Brasil, é preciso enxergar o Brasil que “sai pra fora” de si mesmo, as redundâncias menos explícitas.

Ao lado da ficção, o ensaio histórico-sociológico é o desenvolvimento mais interessante do período. A obra de Gilberto Freyre assinala a expressão, neste terreno, das mesmas tendências do Modernismo, a que deu por assim dizer coroamento sistemático, ao estudar com livre fantasia o papel do negro, do índio e do colonizador na formação de uma sociedade ajustada às condições do meio tropical e da economia latifundiária (*Casa-grande & senzala, Sobrados e mocambos, Nordeste*). Outras obras completam a sua, válida sobretudo para o Nordeste canavieiro, como a síntese de Sergio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) e a interpretação materialista de Caio Prado Junior (*Evolução*

política do Brasil). Os ensaios desse gênero se multiplicam, nesse decênio de intensa pesquisa e interpretação do país. Ajustando-se a uma tendência secular, o pensamento brasileiro se exprime, ainda aí, no terreno predileto e sincrético do ensaio não especializado de assunto histórico-social (CANDIDO, 1960, p. 132).

Cabe aqui uma advertência: o ensaísmo histórico das décadas de 1930 e 1940 não deve ser visto como blocos coesos de autores, procedimentos e intenções. O período, assim como os três decênios posteriores, revelou-se bastante amplo e difuso em suas abordagens, técnicas e interesses.

Os ensaios históricos e sociológicos desenvolvidos por autores como Edmundo Campos Coelho nos institutos – recém-criados – de pesquisas em Ciências Sociais resultaram de um amplo processo de institucionalização da Sociologia no Brasil que, embora, e de certo modo, herdeiros ou tributários dos ensaístas e movimentos anteriores, não foram amparados ou apresentaram um pertencimento sincrônico. São as vertentes sociológicas europeias e norte-americanas que conduziram as investigações de sociólogos como Coelho. Estruturadas na pesquisa empírica e na monografia científica, abriram novas modalidades de análise e redefiniram “o lugar e o sentido do ensaio [histórico e sociológico] na cultura brasileira” (BOTELHO, 2010, p. 48).

2.3 A erradicação: a trajetória histórica de um conceito

Utilizado por Samuel P. Huntington, na obra *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*, publicado originalmente em 1957, o conceito de *extirpação* serviu para que o cientista político norte-americano pudesse explicar as relações entre civis e militares nos Estados Unidos desde a *revolução* de 1776 até a Segunda Guerra Mundial. A Tese da Política de Erradicação dos militares pelas elites civis, elaborada por Edmundo Campos Coelho no primeiro capítulo de seu livro *Em busca da identidade*, impôs aos estudos das relações entre civis e militares no Brasil, o conceito histórico e sociológico da *erradicação*.

O que Huntington chamou de *política de erradicação* descreve com propriedade as atitudes básicas e o comportamento da elite política civil brasileira com relação ao Exército até a Revolução de 1930. A forma particularmente violenta de que se revestiu esta política durante o Primeiro Império apenas acentua a natureza mais dissimulada de suas manifestações no Segundo Império e durante a República Velha. Sem perda de eficácia, a política de erradicação evoluiu da hostilidade aberta para formas mais prudentes de marginalização do Exército, no Segundo Império, e de cooptação de liderança militar, na República Velha (COELHO, 2000, p. 49).

Coelho adotou o mesmo conceito elaborado por Huntington, como uma espécie de fator histórico e sociológico padrão para interpretar as relações entre civis e militares no Brasil e a exclusão dos militares da política, desde a Independência até a Revolução de 1930. De início, percebemos que Coelho promoveu duas aproximações em relação a tese de Huntington, uma conceitual e outra histórico-temporal. Trata-se do mesmo conceito, a *erradicação*, utilizado para caracterizar fenômenos e explicar acontecimentos (aproximação conceitual) em períodos históricos muito semelhantes (aproximação histórico-temporal). Esses movimentos obrigaram o sociólogo mineiro a adotar outras variáveis da versão de Huntington, como as constantes conjunturais *ideológica* e *conservadora*. Sobretudo a primeira, a constante *ideológica* – o liberalismo político e sua impregnabilidade foi admitido pelo sociólogo mineiro como predominante na sociedade brasileira, tal como Huntington afirmou que ocorreu com a norte-americana.

Desde o nascimento da República até à Segunda Guerra Mundial, o liberalismo e a Constituição foram constantes conjunturais relativamente inalteradas nas relações entre civis e militares norte-americanos. Juntos retardaram a profissionalização da oficialidade nos Estados Unidos quando, na Europa ela já estava praticamente consolidada. Juntos, fizeram o controle civil objetivo depender da virtualmente total exclusão dos militares do poder político (HUNTINGTON, 2016, p. 169).

A combinação da ideologia liberal com a Constituição conservadora ditou, segundo Huntington, uma relação inversa entre poder político e profissionalismo militar. As forças militares profissionais foram encaradas como instituições com alto potencial centralizador e fortes tendências autoritárias, o

que conflitava com as liberdades civis e políticas almejadas pelos norte-americanos com a Independência. Em 1784, explicou Huntington, uma resolução do Congresso Continental praticamente aboliu o Exército Regular dos Estados Unidos, mantendo ativos somente 80 vigias para guardar os depósitos de Fort Pitt e Fort Knox. Na mesma resolução, o governo determinou que cada estado da União destacasse 700 homens para compor as milícias nacionais e garantir a defesa das fronteiras com grupamentos formados por homens livres (HUNTINGTON, 2016, p. 170).

Nesse mesmo ano, um dos mais destacados congressistas norte-americanos, Elbridge Gerry (1744-1814) afirmou que exércitos permanentes representavam grande ameaça à liberdade dos povos e contribuíam para que governos autoritários estabelecessem regimes despóticos sobre os povos e as nações. Gerry, que também foi vice-presidente dos Estados Unidos entre 1813 e 1814, era um grande opositor da centralização do poder político, projetos que monarquistas e aristocratas defendiam com devoção naquela época. Homens como Gerry teriam conduzido o governo do país adotando o republicanismo como sistema político e orientando-se pelos valores do liberalismo. A mentalidade política dos norte-americanos do período pós-Independência celebrava entusiasticamente ambos os valores, ao mesmo tempo que alimentava grande desprezo pelos assuntos militares.

Primeiro, o liberalismo dominou o pensamento norte-americano desde a Revolução até a primeira metade do século XX. Segundo, o liberalismo não compreende as instituições militares nem a função militar, sendo-lhes até hostil (HUNTINGTON, 2016, p. 170).

Ao contrário de alguns países europeus, como França, Inglaterra e Alemanha, que ao longo de suas histórias conheceram diversos tipos de regimes, ideologias, conflitos internos e as dificuldades das guerras – o que favoreceu a formação de exércitos e a profissionalização militar – nos Estados Unidos o liberalismo firmou-se de modo pungente e impediu o progresso de forças militares profissionais. Os homens que lideraram a Independência norte-americana e trabalharam para a formação de um governo republicano nos Estados Unidos, desde o final do século XVIII, empenharam-se para evitar a

concentração do poder político e assegurar que “forças despóticas” não impedissem o pleno exercício das liberdades e das garantias individuais.

O predomínio do liberalismo nos Estados Unidos foi o produto, não da herança, mas da expansão econômica e de isolamento internacional. O crescimento econômico sem interrupção diluiu conflitos de classe. É certo que houve alguma luta sobre a distribuição do bolo, porque estava crescendo demais. Porém nenhum grupo nascente jamais desenvolveu uma ideologia radical que desafiasse a ordem estabelecida, a ideologia era sempre assimilada muito rapidamente por essa ordem (HUNTINGTON, 2016, p. 171).

As controvérsias ideológicas com potencial para comprometer a ordem das coisas não afligiram a sociedade norte-americana de maneira dramática. Existiam disputas e elas eram intensas, contudo, a maior parte dos litígios parecem ter desembocado em consensos fortemente orientados pela doutrina liberal. Para Huntington, a impregnabilidade liberal nos Estados Unidos foi resultado e expressão da ausência de competição política. Do ponto de vista ideológico, não existiam muitos grupos que pudessem desafiar, impor prejuízos ou ameaçar o predomínio do liberalismo. Mesmo a retomada da guerra contra os ingleses, entre 1812 e 1815, que culminou com o Tratado de Ghent, não provocou alterações significativas na política norte-americana, confirmando o que observadores mais atentos, como Tocqueville e Myrdal, chamaram de “impregnabilidade da doutrina liberal”, explicou (HUNTINGTON, 2016, p. 172).

Após o conflito de 1812 e a consolidação de uma relativa paz externa, o século proporcionou para os Estados Unidos rápida expansão e desenvolvimento econômico, atingindo pontos antes inimagináveis de crescimento (KARNAL, 2007, p. 106).

Obviamente que os historiadores consideraram as exceções à regra. Entretanto, sublinhou Huntington, embora a doutrina liberal na política norte-americana tenha sofrido solavancos, ainda que, por períodos relativamente curtos, as sacudidas bruscas e repentinas não causaram alterações profundas no cenário político. Os conservadores federalistas, por exemplo, ricos proprietários e homens de negócios bem sucedidos, movimentavam-se polvorosamente na cena política pós-Independência para conter algumas das

iniciativas liberalizantes. No âmbito interno eles afirmavam que a ideologia liberal produziria resultados nefastos, a exemplo do que havia ocorrido com a França na Revolução de 1789.

Eles temiam, sobretudo, as rebeliões sociais, com turbas de homens pobres e escravos levantando-se contra os ricos para confiscar suas propriedades e decapitar suas cabeças. No âmbito externo, a presença de forças militares das antigas metrópoles colonialistas perto das fronteiras, ao sul do país, como franceses, ingleses e espanhóis, justificava, segundo os conservadores, a necessidade de manter exércitos permanentes e profissionais para combater prováveis invasões. Nenhum desses temores, porém, tornou-se realidade. Em outro flanco, uma resistência mais duradoura e de caráter mais belicista contra o predomínio liberal constituiu-se gradualmente. Os conservadores sulistas, guiados por temores muito semelhantes aos dos conservadores federalistas, articulavam-se politicamente e mobilizavam grandes contingentes militares para reafirmar seu poder e defender sua autonomia contra o que denominavam as ameaças do norte.

René Rémond salienta que durante a elaboração da *carta magna* norte-americana as disputas entre os grupos e os representantes dos estados membros foram equacionadas paulatinamente, conforme os problemas iam aparecendo. Sem prejuízos à unidade, “divergências aparentemente insuperáveis surgiram com bastante rapidez, mormente entre delegados de pequenos e de grandes estados: à força da compreensão mútua, chegava-se quase sempre a um acordo”. O caráter circunstancial e flexível da Constituição dos Estados Unidos reduziu discordâncias e solucionou problemas muito específicos, como, por exemplo, os graus de soberania da federação e dos estados membros e a representatividade proporcional de cada um dos estados, grandes ou pequenos.

O primeiro problema foi solucionado pela partilha de competências ou duplo sistema de soberanias. “Ao Estado federal cabia de direito a política externa, a defesa, o comércio com o Exterior”, enquanto os demais temas passaram à responsabilidade dos estados membros. No tocante ao segundo problema, o da proporcionalidade representativa, “Franklin imaginou uma solução engenhosa: representação igual no Senado, onde todos os Estados,

pequenos ou grandes, teriam duas cadeiras, e representação proporcional na Câmara dos Representantes” (RÉMOND, 1989, p. 26-28).

Contudo, mesmo com os elevados níveis de assertividade negocial, que diluíam discordâncias e promoviam acordos e transações, em boa medida, graças às concessões mútuas, os conflitos entre os grupos persistiram no tocante ao tema dos Exércitos profissionais e regulares. Enquanto “a visão liberal norte-americana com relação aos assuntos militares era hostil, estática e dominante; a visão conservadora dos federalistas e dos sulistas era simpática, instrutiva e indireta” (HUNTINGTON, 2016, p. 174). Os conservadores valorizavam o militarismo e buscavam articular a organização de forças militares profissionais e permanentes ao governo e a sociedade. Os liberais encaravam os militares como inimigos particulares, grupos autoritários identificados com os interesses da antiga ordem monarquista e aristocrática. A “vitória” dos liberais deu vazão à política de extirpação empreendida pelos civis contra os militares nos Estados Unidos, constatou Huntington. O isolamento dos militares consagrou o adágio liberal militar: aceitar ou morrer. Nessa dinâmica, com exceção dos segmentos conservadores, os militares não encontraram apoio em nenhum outro grupo da elite política e da sociedade norte-americana.

A injunção do liberalismo quanto ao militar tem sido na verdade aceitar ou morrer. Por outro lado, o liberalismo norte-americano tem apoiado a virtual eliminação de todas as instituições de violência, procurando assim afastar por completo o problema das relações entre civis e militares. É essa uma política de extirpação (HUNTINGTON, 2016, p. 183).

O alijamento dos militares seguiu um conjunto de restrições solidamente estabelecidas a partir do que Huntington denominou *constante ideológica*. O primeiro aspecto dessa orientação garantia que em tempos de paz, apenas uma pequena força militar permanente deveria ser mantida. A atitude liberal recomendava um rígido controle civil e a alteração das características essenciais da força armada mediante um processo de *transmutação* do militarismo seguindo padrões liberais.

Quando se faz necessário manter uma força armada, o liberalismo norte-americano insiste em um rigoroso controle civil subjetivo, no reajustamento das instituições militares às linhas liberais, de modo a perderem suas características particularmente militares. Essa é uma política de transmutação (HUNTINGTON, 2016, p. 183).

Os elementos legitimadores dessas políticas estavam apoiados nas alegadas ameaças que forças militares profissionais e permanentes representavam à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz. Para os liberais, os militares eram um estorvo e a defesa da nação deveria ser responsabilidade irrenunciável do cidadão. Reduzir ou extinguir as forças militares profissionais e atribuir aos civis a defesa da nação era a melhor maneira de estabelecer o controle civil sobre os militares.²⁵

Desse modo, o controle civil sobre os militares estabeleceu-se subjetivamente nos embaraços e constrangimentos – sobretudo orçamentários – à profissionalização. O favorecimento à formação de milícias compostas por

²⁵ De acordo com Samuel Huntington, o *controle civil objetivo* corresponde à profissionalização das forças militares mediante a elevação dos níveis técnicos de operação (fatores operacionais) e da execução de suas funções militares (fatores funcionais) tais como a especialização na defesa dos limites territoriais e da integridade das fronteiras, a preparação da defesa contra agressões externas e a segurança nacional. Em relação à segurança nacional é importante sublinhar que estas estão exclusivamente atreladas à contenção de ataques externos. As forças armadas não devem atuar como forças policiais, ou seja, para garantir a lei e a ordem pública. Para esses casos as unidades federativas devem possuir forças específicas. Quanto maior a concentração e o preparo técnico das forças militares, menores serão os riscos de subversão, aparelhamento e instrumentalização das forças militares por grupos civis, diminuindo substancialmente as possibilidades de intervenção dos militares na política. Em casos extremos, como a deterioração da ordem pública causadas por grupos criminosos, instabilidades políticas irremediáveis ou anomia política, forças militares como o Exército podem atuar, em obediência às determinações do poder executivo e anuência do poder legislativo para garantir a lei e a ordem. O *controle civil subjetivo*, consiste na subordinação indireta dos militares à sociedade civil, mediante o envolvimento e a participação de civis na elaboração das leis que definam as funções e regulem as possibilidades de operacionalização, planejamento e organização dos dispositivos e aparatos de defesa e segurança externa e suas estratégias. Isso pressupõe a qualificação de civis para atuar nessas áreas e lidar com temas supostamente reservados aos militares. No *controle civil subjetivo*, o predomínio civil se estabelece horizontalmente, ou seja, a sociedade civil, seus indivíduos e grupos, definem e viabilizam política e ideologicamente a atuação das forças militares e supervisionam suas ações através de mecanismos jurídico-legais, organizações de observação e acompanhamento, entre outros. O objetivo é evitar que as forças armadas extrapolem as tarefas que a constituição política do país lhes prescreveu ou cometam crimes contra a liberdade e a dignidade dos cidadãos. Ademais, os próprios cidadãos, interessados em sua defesa e segurança, atuam para conter agravos de forças externas e/ ou garantir a lei e a ordem interna quando necessário ou quando convocadas pelo governo organizadas nas milícias ou guardas civis, como as guardas nacionais, por exemplo. Cf. Capítulo 7, “A constante estrutural: constituição conservadora versus controle civil” (HUNTINGTON, 2016, p. 191-222).

conscritos de meia jornada constituiu outro mecanismo de controle aparentemente bastante eficaz. O Congresso Nacional deteve o controle sobre a maior parte das verbas orçamentárias, bem como reuniu exclusivamente as prerrogativas para definição do tamanho dos contingentes militares permanentes e os montantes de recursos financeiros.

Esses fatores bloqueavam o poder executivo e suas possibilidades de uso de força armada em qualquer circunstância e justificativas não fundamentadas. A combinação desses elementos contribuiu para que os militares norte-americanos, pelo menos até a Segunda Grande Guerra, permanecessem fora do jogo e das disputas políticas no âmbito do governo e do parlamento, por força das opções dos civis e das imposições ideológicas, conforme demonstrou Huntington, o predomínio liberal suplantou o profissionalismo determinando por um longo período o sistema militar.

Ao confrontarmos o primeiro capítulo do livro de Coelho com a segunda parte da obra de Samuel Huntington²⁶, identificamos a influência direta da perspectiva do cientista político norte-americano no texto do sociólogo brasileiro. O conceito de “erradicação”, adotado por Coelho para explicar as relações entre os civis e os militares desde a Independência até a Revolução de 1930, é o mesmo conceito utilizado por Huntington – *extirpação* – para explicar as relações entre civis e militares nos Estados Unidos desde a Revolução até a Segunda Guerra Mundial. Com o conceito de erradicação, Coelho adotou a mesma trajetória teórico-metodológica de Samuel Huntington utilizando um recorte ou periodização histórica bastante semelhante, além de obrigar-se a implantar na realidade brasileira, outras variáveis estruturantes.

A hipótese de Coelho está baseada na ideia de que a erradicação é o conceito que melhor explica as relações entre a elite política civil imperial – invariavelmente liberal – e os militares. Para comprovar sua hipótese, Coelho teve que promover no contexto brasileiro a valorização artificial da “impregnabilidade liberal”, transplantando-a da mentalidade política norte-americana para a mentalidade política brasileira. Desse modo, a

²⁶ O primeiro capítulo do livro de Coelho corresponde à análise que o autor empreende sobre as relações entre civis e militares no Império. Intitulado “Da Independência à Questão Militar”, o autor parte da *política de erradicação*, estruturando parte fundamental de sua análise na segunda parte do livro de Huntington, “O poder militar nos Estados Unidos: a experiência histórica. 1789-1940”.

“impregnabilidade liberal” impôs aos militares brasileiros, entre outros aspectos, a “máxima do ‘conformar-se ou perecer’”, que definiu a atitude dos políticos civis em relação aos militares na sociedade brasileira. O liberalismo político, que prevaleceu como constante ideológica e força ordenadora das relações sociais nos Estados Unidos, especialmente das relações entre civis e militares, assumiu, na análise de Coelho, a mesma preponderância (COELHO, 2000, p. 49).

Entre os aspectos mais explorados por Coelho para fundamentar a tese da hostilidade civil em relação aos militares, destaca-se a repulsa da população ao elemento militar, desde os tempos da colônia. Os militares eram os responsáveis pela defesa territorial, mas, como representantes da metrópole, também estavam encarregados pela garantia da lei e da ordem nas vilas e povoados, o combate às fraudes ao pagamento de impostos à Coroa e ao contrabando, a repressão política dos adversários do monarca, o apresamento de índios, a perseguição de escravos fugidos, a guerra contra os quilombolas etc. Os habitantes das colônias, súditos da Coroa portuguesa, alvos ou não das ações dos soldados ou das “devassas” promovidas pelas autoridades, a maior parte executadas por militares, eram “vítimas” de outros “desagravos” como os recrutamentos forçados para defesa territorial contra invasores e os ataques de índios bravios às vilas e cercanias.

Nos quartéis e nas guarnições, os recrutados eram submetidos a condições extremamente degradantes durante o longo tempo em que prestavam serviços. Os editais de recrutamento ordenavam aos presidentes das províncias procederem as convocações em dois momentos. O primeiro previa o chamamento dos voluntários, os quais se apresentavam espontaneamente para o serviço das armas. Como o número de voluntários era sempre muito inferior à quantidade de praças necessárias para preencher o que determinavam os decretos, passava-se à segunda fase dos editais, os recrutamentos forçados. Era comum que os voluntários servissem por seis anos e os recrutados por nove anos, com diferenças entre os soldos.

Coelho também afirmou que os anseios das lideranças regionais por mais autonomia política e econômica, desejos que sempre motivaram revoltas e inspiraram movimentos separatistas, tornaram-se acentuadamente ativos no

Brasil no início do século XIX. As “aspirações de *self-governement*, de autonomia regional, livre expansão dos interesses econômicos e de ascensão política dos núcleos regionais” acirraram em vários momentos, as hostilidades contra a metrópole e, mais tarde, contra o governo do Império sediado no Rio de Janeiro. A centralização política, marcada pelo absolutismo frouxo de D. João VI e pelo despotismo escancarado de D. Pedro I, este último, “‘brasileiro adotivo’, príncipe de uma dinastia de soldados em que era reconhecido o princípio de que ‘o rei senta praça ao nascer’” (COELHO, 2000, p. 50-51), sempre fora um agravante incontestado nas relações entre a Corte e as províncias. As lideranças locais enxergavam na figura do Imperador, fortes inclinações para o exercício do poder absoluto e pessoal, do que a disposição para observar e aceitar os princípios da monarquia constitucional e representativa. Para Coelho, a opção da elite política era combater o Exército, o que significava, entre outros fatores, desarmar o poder Executivo e o próprio Imperador. Prevaleceu, conforme Coelho, um espírito antimilitar acentuadamente agressivo nas relações entre os civis e os militares no Brasil.

Ao analisar os debates da Assembleia Nacional Constituinte, de 1823, Coelho encontrou outros elementos para fundamentar sua tese e corroborar a aversão civil aos militares. Entre os pronunciamentos dos congressistas, destacou o discurso de Henriques de Rezende na Assembleia Geral Constituinte, de 15 de outubro de 1823. No trecho, o parlamentar afirmou que “forças militares disciplinadas escravizam as nações” e que os soldados, por viverem sob os pesados regulamentos das corporações militares, não possuíam qualquer interesse que os cidadãos pudessem gozar e viver sob leis mais brandas. Em 1828, o deputado Lino Coutinho declarou que o “Exército e a Armada ‘são bocas que devoram ilegalmente, todos os anos, os recursos da nação’”. Na sessão de 23 de maio de 1829, o mesmo deputado questionou o que denominou “sistema militar”, argumentando que este não servia senão para “atropelar o povo”. Ele defendia a necessidade premente de colocar fim ao pavoroso sistema e licenciar o Exército (COELHO, 2000, p. 53). Diante dessas declarações, Coelho concluiu:

o certo é que a classe política do Império – sobretudo os liberais – jamais se acomodou com a existência de uma força

militar permanente, disciplinada e profissional, ou seja, com a existência de um Exército *nacional*. A sua preferência sempre fora por uma milícia civil, uma força de cidadãos soldados sob comando regional (COELHO, 2000, p. 54).

Com a Abdicação do primeiro Imperador em 7 de abril de 1831 e a instalação da Regência, os efetivos do Exército foram reduzidos pela metade em relação ao ano anterior. Em uma série de gráficos, Coelho destacou que os gastos com o Ministério da Guerra ultrapassaram pouco mais de 20% da fixação das despesas totais do governo nos anos financeiros de 1831 e 1832, e permaneceram reduzidos nos exercícios posteriores, exceto no períodos em que o governo teve que dispor de efetivos militares maiores para intervir em conflagrações declaradas como na campanha contra os Farroupilhas e a Guerra da Tríplice Aliança, na fronteira com o Paraguai.

Se prosseguirmos pelas trilhas abertas por Coelho, não nos custará admitir passivamente também, que a criação da Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831 pelo governo regente constituiu-se, de fato, em uma espécie de “golpe de misericórdia” contra o Exército. Aos desprestigiados militares, restou lamentar. José Murilo de Carvalho, que avaliza a tese da erradicação proposta por Coelho, assinalou que os militares passaram a agir politicamente após a Guerra do Paraguai, mas que, desde a década de 1850, jovens oficiais já se pronunciavam contra os bacharéis e as discriminações que sofriam da elite política civil. E foi o que fizeram reiteradamente em seus jornais e periódicos durante todo o Império.²⁷ A criação da Guarda Nacional, em 18 de agosto de 1831, pelo primeiro “trunvirato” regente, tornou suficiente o argumento de que o Exército foi deliberadamente alijado da cena política imperial após a vitória dos liberais sobre o Imperador e o que ele representava.²⁸

A trajetória histórica do conceito de erradicação está amparada, conforme verificamos, em vários aspectos e elementos, os quais Coelho elencou e descreveu no primeiro capítulo de sua obra sobre o Exército e a política. A *erradicação*, enquanto conceito teórico e explicativo, escorou-se na

²⁷ O pesquisador norte-americano John Schulz documentou as queixas dos jovens oficiais do Exército a partir da década de 1850, ao analisar periódicos produzido pelos militares, como, por exemplo, “O Militar” (SCHULZ, 1994).

²⁸ São importantes os trabalhos de Fernando Uricoechea, *O minotauro imperial* (1978); Jeanne Berrance de Castro, *A milícia cidadã* (1979); e John Schulz, *O Exército na política*, (1994).

impregnabilidade liberal empregada por Huntington, e foi transplantado inadvertidamente da teoria política norte-americana para a realidade brasileira, incluindo-se o recorte temporal. Nessa esteira, Coelho erigiu como pressupostos fundamentais das relações entre civis e militares no Brasil a hostilidade, a aversão e o desprezo, sobretudo, dos primeiros em relação aos outros.

Segue, pois, com a descrição, anotando que a elite política jamais admitiu ou “se acomodou com a existência de força militar permanente, disciplinada e profissional” (COELHO, 2000, p. 54), postura materializada nas declarações de vários parlamentares na Assembleia Geral Constituinte, no projeto de Constituição do Império de 1823, na redução dos efetivos militares e nos cortes do orçamentos da pasta da guerra. Coelho argumentou que o Exército sempre foi visto pelas elites civis como uma ameaça real aos anseios liberais, projetados pelas elites regionais e suas aspirações de autonomia e liberdade. As forças militares, despóticas e autoritárias, não possuíam outra utilidade que não integrar as linhas pretorianas dos monarcas. Finalmente, a alegada preeminência liberal brasileira do início do século XIX, licenciou o Exército em face dos atos de indisciplina e das ameaças à ordem pública, colocando em seu lugar a Guarda Nacional, criada pelos regentes liberais imediatamente após a Abdicação de D. Pedro I.

Na base de suas argumentações estão as influências decisivas de autores como Raymundo Faoro, que em 1958 publicou *Os donos do poder*, e o cientista político norte-americano Samuel Huntington e o livro guia de Coelho, *O soldado e o Estado*. O primeiro, orientou Coelho a pensar no Exército como “deliberante e político”, uma força excluída das decisões políticas pelos adeptos da ordem liberal em função de suas disposições conspiratórias, contra o qual opôs Feijó e os demais líderes da Regência a milícia cidadã, força paramilitar entregue a liderança dos poderes locais (FAORO, 2001, p. 347). Após a Abdicação de D. Pedro I, o Exército pagou caro por seus complôs e fora “condenado, licenciado pelo partido que ele tinha posto no poder” (NABUCO. Apud. FAORO, 2001, p. 349). O segundo, forneceu-lhe o conceito ideal, o recorte temporal, as variáveis lógico-teóricas e linearidade narrativa para explicar as relações entre os civis e os militares no Brasil.

2.4 Antíteses: a tese da política de erradicação e a consolidação do Império

Edmundo Campos Coelho concentrou-se na análise do protagonismo e da institucionalização das doutrinas e projetos militares na política e na sociedade brasileiras, baseando-se em textos e documentos elaborados pelos militares do final das décadas de 1960 e 1970.²⁹ Suas abordagens não destoam do conjunto dos trabalhos e demais ensaios publicados até então, os quais, conforme apontou Carlos Fico, privilegiavam pelo menos uma das principais vertentes em voga na época: a “teorização da Ciência Política, as análises marxistas e a valorização dos militares na política” (FICO, 2004, p. 42).

O ensaio de Coelho caracterizou-se como um estudo de Ciência Política, cujos referenciais teóricos estão apoiados na *concepção organizacional*, traço marcante da Sociologia das organizações e da burocracia, conforme a tradição weberiana, e da Ciência Política norte-americana. Para explicar as intervenções armadas e o comportamento dos militares na política, Coelho optou pela perspectiva organizacional e pela oposição às abordagens de viés marxista, as quais, segundo ele, simplificavam as interpretações sobre as relações entre civis e militares e a participação dos militares na política.

Em suas versões mais recentes, sobretudo a *oligárquica*, a concepção instrumental do papel do Exército reduz-se a duas premissas básicas. Em primeiro lugar, supõe um elevado grau de ‘abertura’ do Exército aos influxos da sociedade civil (...) Em segundo lugar, e como consequência da anterior, vem a premissa de que às Forças Armadas falta autonomia para formular sua ‘política externa’ independente, seja em suas relações com o sistema inclusivo ou com segmentos deste (COELHO, 2000, p. 38).

²⁹ Coelho fundamentou suas análises sobre a institucionalização das doutrinas de reordenamento político da sociedade civil em publicações de personagens proeminentes do regime como, por exemplo, o livro *Geopolítica do Brasil*, de autoria do General Golbery do Couto e Silva, publicado em 1967 editora José Olympio, do Rio de Janeiro; o artigo de autoria do General Aurélio de Lyra Tavares, veiculado no periódico militar A Defesa Nacional – edição de julho / agosto de 1969, intitulado “A mobilização nacional”; a transcrição da aula inaugural na Escola Superior de Guerra, ministrada pelo Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, com o título “Segurança e desenvolvimento”, publicada no jornal Correio da Manhã, de 14 de março de 1967, e a primeira “Primeira Mensagem à Nação”, do General Emílio Garrastazu Médici, publicada no periódico A Defesa Nacional, na edição de janeiro / fevereiro de 1970.

O empenho de Coelho para estabelecer um padrão explicativo sobre a situação do Brasil, submetido ao regime militar instaurado em 1964 esbarrou, no entanto, no que podemos chamar de “fator histórico”, ou melhor, nas tramas e singularidades dos períodos, as tecituras sutis dos acontecimentos e a validade dos métodos de pesquisa e manuseio das fontes e documentos históricos.

Normalmente os pesquisadores suspendem, e até ignoram propositadamente, os critérios e parâmetros historiográficos ao optar por modelos explicativos que privilegiam o longo alcance histórico-temporal e enfoques teóricos e metodológicos generalizantes. Ao adotar o modelo teórico e interpretativo elaborado por Samuel P. Huntington para compreender as relações entre civis e militares no Brasil, explicar as o protagonismo político e as intervenções armadas na política, Coelho garantiu ao seu trabalho o “padrão de sofisticação epistemológica” que ele desejava, estritamente alinhado com a Sociologia da burocracia e a Ciência Política norte-americana. Suas preferências, no entanto, flertaram com a perigosa tentação de eliminar “as especificidades, as singularidades e as peculiaridades” históricas de cada período histórico que ele abordou em sua obra.

Orientando-se por “modelos explicativos” tão generalizantes quanto os modelos marxistas por ele combatidos, o autor vinculou cada fase da História Política do Brasil a um conceito de tipo ideal, resumindo em poucas páginas processos históricos altamente complexos (FICO, 2004, p. 44-48). Os problemas tendem a avolumar-se quando os pesquisadores, historiadores ou não, combinam conceitos e interpretações teóricas alienígenas com realidades históricas, fontes e documentos muito específicos em busca de respostas para indagações pré-estabelecidas, as quais se aproximam mais de suas inquietações pessoais ou da necessidade de juntar provas para corroborar determinados argumentos do que problematizar contextos e indagar as fontes.

Para explicar as intervenções armadas na política brasileira, Coelho recorreu a concepção organizacional e a Sociologia da burocracia com o objetivo de identificar as visões e os valores que orientaram o comportamento político dos militares, a construção da identidade organizacional, da solidariedade e da memória institucional e a coesão e o consenso internos.

Nesse caso, dois conceitos específicos se destacam, “autonomia” e “abertura”. Todavia, para cumprir esses objetivos, ele buscou nas origens históricas do Exército, e do Brasil, os mecanismos que deram causa aos comportamentos intervencionistas e ao protagonismo dos militares na política. Ele concluiu, portanto, que ressentimentos históricos marcados por sentimentos difusos, como a hostilidade da elite civil contra os militares e existência de exércitos regulares e permanentes, obrigaram os militares a promover um fechamento gradativo da instituição aos influxos da sociedade e buscar autonomia política, primeiro para sobreviver, mais tarde para dominar. O conceito chave desse processo é a erradicação, que o autor tomou emprestado do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington e utilizou para fundamentar os demais processos históricos de construção da identidade militar.

Ao escolher o tema, selecionar as referências, analisar as fontes e produzir as narrativas, os historiadores revelam seus métodos, opções e preferências ao mesmo tempo que se veem confrontados por eles. Os historiadores jamais são repreendidos ou reprimidos por utilizar novas fontes, documentos inéditos ou, até então, pouco estudados. Nem por comparar fontes e documentos com os testemunhos e os acontecimentos. As mudanças de paradigmas interpretativos são viabilizadas a partir do desenvolvimento de novas configurações epistemológicas, inovações metodológicas e narrativas profícuas criteriosamente criticadas e testadas pelos pares. Nesse sentido, os estudos históricos e as revisões historiográficas devem contribuir para tornar mais férteis os campos de investigação e ampliar as capacidades elucidativas, características que afirmam a natureza fecunda da História.

Um dos problemas mais recorrentes na historiografia são os usos públicos das pesquisas e dos trabalhos. As revisões, por exemplo, quando “ultrapassam as fronteiras da historiografia”, eliminam o rigor dos métodos, ignorando as técnicas de leitura e crítica das fontes e documentos, renunciam às responsabilidades que devem orientar as análises, a problematização e a discussão dos acontecimentos históricos. De um modo ou de outro, destroem a “consciência histórica compartilhada” e desvirtuam a “responsabilidade coletiva em relação ao passado” para atender exclusivamente finalidades políticas, ideológicas, apologéticas, pragmáticas etc.

Fecunda é a revisão dos ‘novos historiadores’ israelitas que reconhece uma injustiça até agora negada, que se junta a memória palestina e lança as bases para um diálogo israelo-palestino. Discutível é a revisão de Furet que acaba, em o passado de uma ilusão, por pôr radicalmente em causa toda a tradição revolucionária – fonte, a seus olhos, dos totalitarismos modernos – e por fazer uma apologia melancólica do liberalismo como horizonte inultrapassável da história. Nefastas, por fim, são as revisões de Nolte e De Felice cujo objetivo – ou pelo menos a consequência – é o de recuperar a imagem do fascismo e do nazismo (TRAVERSO, 2017, p. 35).

O ensaio histórico e sociológico de Coelho, embora bem orientado pelos modelos teóricos e metodológicos da Ciência Política norte-americana e pela Sociologia das organizações e da burocracia, é discutível por aproximar, de modo inadvertido, interpretações sobre contextos e cenários muito diferentes, como as relações entre civis e militares nos Estados Unidos e no Brasil para explicar o protagonismo militar e as intervenções militares na política. Além disso, ao ampliar o recorte temporal com o objetivo de encontrar nas “origens” históricas, as causas para esses fenômenos, impôs um modelo teórico estruturante – a concepção organizacional – para combater ou isolar outro modelo estruturante – a concepção instrumental. Embora tenha admitido, a certa altura, que os conceitos e as variáveis teórico-explicativas poderiam funcionar em determinadas circunstâncias, mas, em outras não, o sociólogo insistiu na perspectiva organizacional, mesmo com todos os riscos e implicações envolvidos. O exemplo mais incômodo desse problema, ocorreu quando Coelho comparou, ainda que superficialmente, o Exército brasileiro da primeira metade do século XIX com o Exército brasileiro da segunda metade do século XX para avaliar a aplicabilidade de conceitos como “abertura” e “autonomia”, fundamentais para as análises de escopo organizacional.

De início, note-se que ‘abertura’ e ‘autonomia’ são *variáveis* que comportam graus diversos. Creio que existem poucas dúvidas de que, ao longo destes contínuos, o Exército de, digamos, 1840 e o de, digamos, 1974 obteriam valores inversos nestas escalas. As premissas da concepção instrumental descrevem aproximadamente o primeiro, mas são certamente inadequadas como descrição do segundo. Na verdade, trata-se de duas organizações virtualmente distintas, em sentido análogo, por exemplo, às diferenças que distinguem o mesmo indivíduo na infância e na maturidade. O

que as análises correntes simplesmente ignoram é todo um processo evolutivo, de transformações quantitativas e qualitativas, como o que se abstrai o Exército do seu *tempo histórico* particular. E estas transformações têm a ver de perto com as diferentes posições do Exército ao longo das escalas de 'abertura' e 'autonomia' em épocas distintas. Decerto, não há nada de linear neste processo que também comporta fases de decadência (COELHO, 2000, p. 40).

Para não “reduzir as Forças Armadas ao mero papel de agente de interesses que se encontravam, por definição, fora dos quadros corporativos”, como granjeavam os marxistas, Coelho “optou exclusivamente pela abordagem institucional das forças militares, desvinculando-as das convivências com a sociedade global” (PEIXOTO, 1980, p. 30-31). Para equacionar os problemas advindos com essa postura, submeteu as variáveis históricas, com suas peculiaridades e singularidades, a conceitos mais ou menos flexíveis como “abertura” e “autonomia” ou “erradicação” e “hibernação”. Ao basear-se exclusivamente na perspectiva organizacional para explicar a evolução do comportamento político dos militares do Exército desde a Independência do Brasil, o autor subordinou toda a discussão teórica “a uma teleologia” que ficou patente no título da obra – *Em busca da identidade*. Para João Quartim de Moraes, “estas sérias limitações teóricas, claramente ligadas a um *parti pris* apologético, afetam as conclusões globais de seu livro” (QUARTIM DE MORAES, 2001, p. 58-59).

A devoção sistêmica de Coelho explica, em parte, o fato de o sociólogo ter aderido com tamanho entusiasmo, e disciplina, às orientações de Samuel P. Huntington e ao modelo erradicador. Ao se estabelecer a Tese da Política de Erradicação dos militares pelas elites políticas civis promovendo uma valorização artificial ou o implante horizontal do conceito de erradicação, o autor foi obrigado a admitir a constante ideológica norte-americana, a impregnabilidade liberal, descrita por Huntington, para avaliar a realidade brasileira.

No entanto, os estudos sobre o liberalismo político no Brasil, na passagem do século XVIII para o XIX, apresentam situações bastante adversas, as quais Coelho não se deu ao trabalho de avaliar. A combinação de liberalismo político e escravidão, por exemplo, representou fundamentalmente

um dos maiores entraves para o liberalismo no Brasil. Notadamente, nem os Estados Unidos, país citado por Coelho como modelo iluminado das virtudes liberais, escapou da combinação anacrônica. Pesquisas mais recentes descrevem que “quando do outro lado do Atlântico se assistia ao início da definitiva destruição do feudalismo europeu, a população do Rio de Janeiro chegava a quase 170 mil habitantes, metade dos quais escravos” (FLORENTINO, 1997, p. 28). Certo é que a existência de instituição tão questionada, e questionável, torna evidente que no Brasil, a ideologia liberal foi “impugnada a todo instante pela escravidão” (SCHWARZ, 1981, p. 15).

Christian Edward Cyril Lynch identificou algumas das especificidades do discurso liberal brasileiro. O autor anotou que para pensar o liberalismo brasileiro é preciso considerar, primeiramente, as oposições conceituais presentes na mentalidade política brasileira. Assim, liberalismo, governo representativo e constituição de um lado, rivalizam invariavelmente com absolutismo, despotismo e *corcundismo* de outro. “No mundo luso-brasileiro, a palavra corcunda entrou na linguagem política a partir de 1821” e representava “todos os que estavam a serviço do ideário do Antigo Regime, contrários às ideias Constitucionais das Cortes soberanas de Lisboa e favoráveis ao absolutismo (NEVES, 2003, p. 132). Os estudos das lexias, vocabulários e expressões utilizadas para caracterizar os diferentes sentidos que uma palavra assume em determinado período histórico confirma as consonâncias e as dissonâncias que o termo em questão estabelecia com as visões, os valores e os demais componentes sociais e políticos de determinados grupos. Nesse caso, a palavra *corcunda* assumiu, na década de 1820, significados como “inimigos da constituição”, arbitrários, absolutistas, “pequenos déspotas”, em referência aos ministros de D. Pedro I, “viver à custa do Estado”, entre outros. Quanto às dissonâncias lexicais, por seu turno, remetiam-se os sentidos da palavra à “boas leis”, “amicíssimos da ordem constitucional”, aspirantes das liberdades, moderados, antianarquistas, liberais (CONTIER, 1979, p. 25-26).

Em segundo lugar, Lynch argumenta que até 1820 não havia uma cultura política genuinamente brasileira. A condição de colônia e as imposições da metrópole inibiram o aparecimento de uma consciência capaz de estabelecer valores distintos daqueles trazidos pela Corte lusitana e do Antigo

Regime português. Até 1808, o fato de Portugal proibir a instalação de tipografias na colônia, além de bibliotecas e universidades, gerou, na avaliação do autor, prejuízos gigantescos para o desenvolvimento de uma cultura política tipicamente brasileira. A difusão de livros e jornais era clandestina e restrita somente àqueles que tinham acesso aos órgãos de governo ou aos colégios religiosos e conventos, os quais possuíam boas bibliotecas e a leitura era incentivada pelos padres. Tais aspectos não inviabilizou totalmente a difusão e a incorporação de ideias, mas restringiu o alcance nos meios sociais mais ativos (LYNCH, 2007, p. 213-214).

A elite política brasileira sempre esteve mais comprometida com os valores da metrópole e, portanto, mais alinhada com as visões do Antigo Regime português do que com qualquer outro sistema político e ideológico. Os homens ricos da colônia mandavam seus filhos para Coimbra e sua prestigiada universidade, onde recebiam educação segundo as diretrizes estabelecidas pela metrópole e eram iniciados na cultura política portuguesa. Os filhos dos homens ricos que retornavam à colônia eram imediatamente incorporados a administração régia, reproduzindo as práticas e as atitudes coimbrãs amiúdes.

Durante os séculos XVIII e XIX, essa dinâmica contribuiu para estabilizar as relações entre os participantes mais ativos dessa sociedade. Mesmo nos movimentos em que a autoridade da Coroa foi diretamente afrontada, o escopo de reivindicações e as orientações ideológicas das sedições revelavam o tipo de consciência política que imperava desde a colônia. A Inconfidência Mineira, por exemplo, sublinhou Lynch, em que pese a construção de um modelo jurídico e constitucional liberal, reafirmou a superioridade da nobreza da terra sobre a plebe e sobre as pessoas escravizadas, revelando as faces de um republicanismo nada isonômico e avesso a qualquer possibilidade de igualdade entre os homens (LYNCH, 2007, p. 215-216).

Elemento poderoso de unificação ideológica da elite imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia, em consequência, um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades. Em terceiro lugar, porque se

concentrava, até a Independência, na Universidade de Coimbra e, após a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se consideramos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos entre os estudantes das várias capitanias e províncias e inculcia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO, 2003, p. 65).

Ao preferir Huntington e afirmar preeminências do liberalismo como ideologia inexcedível dos homens que proclamaram a Independência do Brasil, Coelho superestimou a eficiência da constante ideológica liberal no contexto brasileiro. Ao mesmo tempo, fez desaparecer, como em um passe de mágica, as peculiaridades e singularidades que regiam a vida na América portuguesa. Nem mesmo a chegada da família real no Brasil e a instalação da Corte impressionaram o sociólogo liberal. Fazendeiros, comerciantes, traficantes de escravos, funcionários públicos ou a burocracia estatal, como magistrados, clérigos e militares que mesmo formados e indiretamente influenciados ou afetados pela tradição coimbrã, bem como os demais membros das vastas clientelas, foram arbitrariamente classificados por Coelho como liberais, aspirantes ao *self-government* e ávidos defensores das liberdades individuais. Nessa dinâmica, todo um emaranhado de teias e relações, mais ou menos estáveis, foram suprimidas por Coelho para dar lugar a uma política consciente de erradicação dos militares orientada por um pragmatismo liberal, muito semelhante ao que se desenvolveu nos Estados Unidos.

Nem mesmo a presença de D. Pedro I e sua resoluta posição pela centralização política, a persistência da escravidão e os arroubos conservadores dos integrantes da elite e da burocracia estatal demoveram Coelho da ideia de que no Brasil Imperial, o liberalismo político europeu ou norte-americano foram acolhidos incólumes e sem ressalvas. O sociólogo afirmou ainda que a opção pela monarquia, “preço a pagar pela independência” foi, em suma, uma opção estratégica da elite liberal que “mal se ajustou durante os setenta e sete anos de Império” (COELHO, 2000, p. 50).

Coelho ignorou que os embates entre o monarca e o que ele representava era expressão de conflitos entre a autoridade absoluta do Imperador, que o próprio D. Pedro I, bem como José Bonifácio e os apoiadores

do monarca fizeram prevalecer enquanto puderam, do que de arrojados projetos da elite política civil liberal que não se dobrou. Ademais, a homogeneidade ideológica, os contatos, as cortesias e as amizades mediavam mais os relacionamentos do que as ideologias políticas e suas imposições. Antes de serem liberais, os integrantes da elite política eram aristocratas, empenhados em promover “mudanças” circunscritas aos limites da ordem que sustentavam e defendiam, a conservadora.

O fato de a elite brasileira ter tido melhores condições de enfrentar com êxito a tarefa de construir o novo Estado teve também consequências para o tipo de dominação que se instaurava. A maior continuidade com a situação pré-independência levou a manutenção de um aparato estatal mais organizado, mais coeso, e talvez mesmo mais poderoso. Além disso, a coesão da elite, ao reduzir os conflitos internos aos grupos dominantes, reduziu também as possibilidades ou a gravidade de conflitos mais amplos na sociedade (CARVALHO, 2003, p. 32).

O historiador Istvan Jancsó, ao relatar os momentos mais delicados de contestação das autoridades de Lisboa no Brasil, revelou mudanças substantivas na natureza dos conflitos que abalaram a colônia após 1789. As tensões deslocaram-se dos aspectos mais particulares, como, por exemplo, as manifestações de descontentamento das elites locais com algumas das decisões da metrópole sobre assuntos ou situações mais específicas da administração colonial, “para o plano mais geral da organização do Estado”. A História do sistema colonial americano sempre foi marcada por contestações que normalmente evoluíam para “violentos conflitos”, mas, uma vez superadas as animosidades e equacionados os problemas, as coisas tendiam a retomar seu curso normal. Com as sedições que marcaram o final do século XVIII e a primeira metade do século XIX, a monarquia lusitana perdeu sua condição privilegiada de “núcleo ordenador de legitimidades e legalidades” e os embates passaram a ficar mais intensos (JANCSÓ, 1997, p. 388).

O que se percebe, agora, nos transbordamentos da fronteira da legalidade estrita, coisa que está presente nos distúrbios, saques, motins, sublevações e revoltas do período anterior, todos se propondo à correção de disfunções de um sistema tido por bom e justo mas localmente mal exercido, é que a

própria forma de organização do poder se torna o alvo das críticas, e a sua substituição por outra afirma-se como o objetivo que move os homens (JANCSÓ, 1997, p. 389).

As sedições do século XVIII, como a Inconfidência Mineira (1789) e a Conjuração Baiana (1798-1799), fizeram despontar novas formas de sociabilidade entre as elites coloniais, influenciadas pelas alvissareiras revoluções da América do Norte e da França, e imprimiram caracteres mais relevantes, e preocupantes, nos antigos desconfortos políticos da América portuguesa. Ambas expressaram os desejos dos cidadãos em “subverter a ordem pública e os padrões de organização do Estado”. As contestações contra a monarquia se tornaram mais frequentes, adensando os movimentos sediciosos que “irrompendo no espaço da vida pública e politizando a vida privada”, propugnavam a instauração de uma nova ordem.

A Coroa, que sempre evitou confrontos de grande monta, foi obrigada a promover ações repressivas reiteradas vezes para subjugar os movimentos sediciosos e punir suas lideranças. Contudo, à medida que os movimentos arrefeciam, as punições eram transacionadas, suspensas e até mesmo extintas. Os prepostos da monarquia e os promotores das sentenças sabiam que a aplicação da justiça não poderia infringir certos padrões e critérios, ou o que era socialmente aceito e suportado pelos súditos, normalmente ilustres integrantes da nobreza ou das elites locais. Havia, notadamente, acordos tácitos bem estabelecidos e as “autoridades acabavam se preocupando mais em administrar as versões do que os fatos que as geraram” (JANCSÓ, 1997, p. 390-391).

Os tratos e as combinações que contribuía com a gestão leniente dos inquiridos e processos resultaram no perdão aos rebelados da “Conspiração dos Suassunas”, e no reestabelecimento, ainda que temporário, da ordem na capitania de Pernambuco, abalada pela revolta em 1801. À época, a capitania de Pernambuco já era uma das localidades mais refratárias à autoridade da metrópole e, mais tarde, ao Império do Brasil. Após a sedição liderada pelos irmãos Suassuna, os pernambucanos envolveram-se em pelo menos mais duas revoltas de grande porte. Em 1817, a “Revolução pernambucana” movimentou o reino e obrigou D. João VI a interferir com força excessiva na

região. Em 1824, novo movimento de resistência, dessa vez contra o monarca sediado no Rio de Janeiro e a Constituição do Império, foi debelado pelas tropas do Exército enviadas por D. Pedro I. As sedições e revoltas contribuíam para projetar lideranças políticas, mas, cessados os embates, as tramas e negociações acomodavam ou reacomodavam os beligerantes.

O início do movimento de Independência em Pernambuco é costumeiramente datado da ‘conspiração dos Suassunas’ (1801), que resultou na prisão de Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, o coronel Suassuna, senhor do engenho homônimo, e de um dos irmãos, suspeitos de tramarem o estabelecimento do regime republicano na capitania. Segundo cronista coevo ‘o público jamais penetrou os esconderijos deste mistério, porque molas reais e secretas fizeram correr sobre ele cortinas impenetráveis’, mercê de certo frade por cujas ‘religiosas mãos’ correram ‘rios de dinheiro’, tirando-se por fruto serem os acusados restituídos à liberdade, à posse de seus bens sequestrados, à estima e prêmios do soberano’ (MELLO, 2004, p. 25).

Os obsequiosos favorecimentos praticados entre as autoridades, lideranças locais e membros dos altos postos da política e da burocracia do Estado configuravam as expressões mais nítidas das redes de relacionamentos, afetividades e intimidades que vigoravam na América portuguesa. As relações eram criadas e recriadas ao sabor das demandas políticas, quase sempre conflituosas entre a metrópole e a colônia, depois entre a Corte e as províncias, com as negociações das adesões, os casamentos, os conchavos, as trocas de favores e a corrupção. André Figueiredo Rodrigues, ao analisar os processos de sequestro e os autos de devassa contra inconfidentes mineiros entre 1789 e 1792, constatou que a versão predominante de que a Coroa portuguesa lucrou extraordinariamente com os bens confiscados dos sediciosos não é verdadeira. O acesso e o estudo de fontes inéditas, aos poucos vai desfazendo a “imagem que ficou, no rastro da repressão violenta por parte da Coroa portuguesa, é a de traidores degredados, famílias dissolvidas, fortunas desbaratadas” (RODRIGUES, 2014, p. 36).

As agruras vivenciadas pelos conjurados e seus familiares com o sequestro e a conversão de seus bens ao Tesouro Real não duravam muito

tempo, e nem tão pouco implicavam na perda de bens e patrimônios. Mesmo os sediciosos que cumpriam sentenças mais longas, como é o caso de José de Resende Costa Filho, conseguiam recuperar os bens confiscados a partir de estratégias jurídicas mediante a cooperação dos encarregados de promover a justiça régia. Uma vez assegurada a posse dos bens, os “condenado” conseguiam recolocar-se rapidamente no seio das elites e voltar a desfrutar dos benefícios e favores reais.

Em 1802, José de Resende Costa, o filho, após dez anos de sentença, estava livre. Assim, no ano seguinte, requereu licença para mudar-se para Lisboa, pois esperava contar com a proteção de seu amigo, tenente-coronel Manuel Jacinto Nogueira da Gama, futuro marquês de Baependi, na casa de quem se hospedou. Em Portugal, foi nomeado escriturário do Erário Régio (1804) – cargo que ocupou até 1809. O príncipe regente dom João, já no Brasil, chamou-o nesse ano, nomeando-o, no Rio de Janeiro, para a administração da Fábrica de Lapidação de Diamantes, chegando depois a ser contador geral do Erário e escrivão da Mesa do Tesouro, funções nas quais permaneceu até 1827 (RODRIGUES, 2010, p. 89).

Situações como a dos irmãos Suassuna ou de José de Resende Costa Filho eram comuns. As trajetórias desses homens e as suas relações com a Coroa impediam que punições severas fossem executadas, como a perda total dos bens de uma família. No caso específico dos Resende Costa, tanto o primogênito quanto a família permaneceram com a posse integral de suas propriedades e bens, conservando-se intocadas pela devassa da Inconfidência Mineira, contrariando a versão “de que a repressão violenta por parte da Coroa portuguesa proporcionou lucros e desbaratou as fortunas e as famílias dos envolvidos no intento sedicioso mineiro” (RODRIGUES, 2014, p. 49).

A possibilidade da emancipação, precipitou disputas e desencadeou conflitos de naturezas diversas, como podemos perceber nos movimentos separatistas, nas guerras de expansão e nos embates entre o Imperador e a elite política. Mas, uma vez apurados os vencedores, iniciavam-se as fases das negociações e as punições raramente produziam resultados danosos aos antigos rebelados. O que estava em jogo não era a hegemonia de uma doutrina ou de um conjunto de ideias estabelecidas pelos *philosophes*, embora

parte importante dos projetos colocados à mesa e discutidos nas casas legislativas tivessem orientações ideológicas bem demarcadas e consistentes. Os laços que uniam os representantes da nação na Corte, nas Assembleias e nas províncias, na esteira da formação e consolidação do Estado, estabeleciam todos limites existentes.

Os primeiros embates envolveram a repartição dos poderes e ocorreram na Assembleia Geral Constituinte, instalada em 3 de maio de 1823 pelo Primeiro Imperador. Mais tarde, em 12 de novembro, o descontentamento do monarca com a evolução dos debates e os resultados das primeiras deliberações culminou com o fechamento da Assembleia e a criação de um conselho de ministros, todos aliados de D. Pedro e orientador por ele para elaborar uma carta magna “mais digna” do Imperador e da nação. A “fórmula imperial”, advertiu Pedro Calmon, “fez-se imperial, como fórmula de união, e constitucional, como declaração de liberdade”. Na introdução da edição fac-similar dos Diários da Assembleia Geral Constituinte de 1823, Calmon sublinhou que as controvérsias e conflitos encarnavam os esforços de substituição da “sacralidade pela eletividade do poder” (CALMON, 2003). Diversas correntes transigiam, cediam e concediam, mas, com certo ardor, discutiam as fórmulas e modelos.

Havia, em suma, os que consideravam o império continuação retilínea do passado; o filho depois do pai; por antecipação (e resguardo) da herança, D. Pedro, sucessor de D. João. Havia os que o desejavam cesarista, brotando menos da evolução do que da revolução, talhado pelo último figurino (napoleônico), sem compromissos com a velha ordem, de que usava timidamente as insígnias; aberto ao futuro. Havia os que o toleravam, porque necessário; os que o dispensavam, porque ambíguo: e em vez do trono, imposição de uniformidade, como no tempo do Rei, sonhavam com a república e a federação, como no tempo dos Inconfidentes (CALMON, 2003, p. 14-15).

O Primeiro Imperador e os “principais da terra” reproduziram em boa medida a mesma ordem de coisas que manteve nas honrarias, nos cerimoniais e até mesmo nas vestimentas a ordem anterior à emancipação. Nesse caso, venceu a continuação. Da rebeldia do Príncipe, “trajando” a “fardinha” de Napoleão, seu ídolo de infância (LUSTOSA, 2006, p. 185), e da insatisfação

dos brasileiros, surgiu a Independência que pariu o Estado, “*demiurgo da nação*” (JANCSÓ, 2003, p. 19). “Ao ser proclamada a Independência, os fazendeiros do centrossul, devido a suas alianças e matrimônios, formarão o grupo político mais coeso do período”, tendo, D. Pedro I, permanecido à frente desse “poderoso patriciado” praticamente durante todo o seu reinado (SCHNOOR, 2000, p. 163).

Ainda que as interpretações de Coelho estejam baseadas em paradigmas teóricos válidos, o sociólogo reduziu todas as disputas políticas do Primeiro Reinado ao conceito de erradicação e às aspirações “da elite culta e letrada da época, toda ela nutrida pelas correntes do pensamento liberal importado da Europa e dos Estados Unidos” (COELHO, 2000, p. 50).

A utilização de um conjunto de causas hierarquizadas – hostilidade popular aos exércitos profissionais, violência dos recrutamentos, aspirações de *self-government* pelas elites regionais e o regime monárquico como “preço a pagar” pela Independência, Coelho esvaziou um extenso e movimentado debate político que se desenrolava sob variadas situações e condições e, ao mesmo tempo, nutria-se de muitas fontes. A tese da hostilidade civil, baseada em declarações parlamentares seletivamente pinçadas nos Anais do Parlamento brasileiro ou em gráficos com estatísticas que apresentam as variações dos efetivos e das despesas militares de todo o período imperial, quando não, de parte da República, pouco significam em um universo abarrotado de controvérsias e ambiguidades, embates e negociações, forças e poderes.

As elites enfrentaram a difícil tarefa de converter os ideais em realidade. Haviam conquistado seu objetivo principal: libertar a colônia da metrópole. O segundo objetivo era assegurar que o controle da nação permanecesse em suas mãos. Por isso, os debates mais sérios e os conflitos mais graves ocorreram nas discussões sobre a delimitação dos poderes (COSTA, 1999, p. 138).

A amplitude histórico-temporal do trabalho de Coelho, que cobriu mais de um século de História do Brasil, exigida para cumprir os objetivos da pesquisa, a saber, explicar o protagonismo militar e as intervenções armadas na política, a construção da identidade organizacional e da autonomia

institucional do Exército, não permitiram ao autor aprofundar e problematizar certos temas, principalmente, as fontes e as variações do liberalismo político brasileiro. Valemo-nos dos apontamentos da historiadora Wilma Peres Costa, a qual identificou algumas das contradições mais evidentes do liberalismo brasileiro do século XIX.

Os valores associados ao liberalismo: valorização do trabalho, poupança, apego às formas representativas de governo, supremacia da lei e respeito pelas Cortes de justiça, valorização do indivíduo e da sua autonomia, a crença na universalidade dos direitos do homem e do cidadão, todos esses dogmas típicos do credo liberal tinham dificuldade em se afirmar numa sociedade escravista que desprezava o trabalho manual, cultivava o ócio e a ostentação, favorecia os laços de família, afirmava a dependência, promovia o indivíduo em razão de seus laços de parentesco e amizade em vez de seus méritos e talentos como rezava a Constituição, instituía o arbítrio, fazia da exceção a regra e negava os direitos do homem e do cidadão à maioria da população (COSTA, 1999, p. 166).

Outro político brasileiro, José da Silva Lisboa, formado na Universidade de Coimbra entre 1774 e 1779, por exemplo, “traduziu Adam Smith, defendeu o progresso, o trabalho livre e a indústria, mas traduziu também a obra de [Edmund] Burke e a Revolução Francesa”. Em tese, isso não significa muita coisa quando lidamos com personagens ilustrados. A gama de interesses e as curiosidades de um homem de estudos é sempre muito variada e amplia-se ainda mais a medida que o tempo passa. Mas, mesmo para um político que defendia o liberalismo tão ardorosamente, Lisboa sustentava posições muito conservadoras sobre determinados assuntos. Durante os debates da Assembleia Constituinte em 1823 sobre a liberdade de ensino, o ilustrado parlamentar censurou rigorosamente o pensador genebrino Jean Jacques Rousseau, afirmando ser intolerável que as “doutrinas do contrato social” fossem ensinadas em uma sala de aula, por exemplo (CARVALHO, 2003, p. 85).

Mas, essas não eram manifestações contraditórias e isoladas proferidas somente por indivíduos célebres, como José da Silva Lisboa. Um estudo mais atento dos hábitos dos iluministas europeus, nos mostra que até mesmo os defensores mais “radicais” das liberdades cultivavam predileções controversas

pelo absolutismo monárquico, que conforme as conveniências, assumiu eufemisticamente a alcunha de “esclarecido”. A historiadora Gertrude Himmelfarb destaca que Voltaire, por exemplo, “era candidamente simpático” ao “rei vitorioso, poeta, músico e filósofo”. O enciclopedista Diderot alegrava-se ao anunciar que “não há príncipe na Europa (...) que não seja também um filósofo”. Isso demonstra que entre as variações iluministas, das quais o liberalismo se tornou rapidamente em um de seus componentes mais alvissareiros, “o despotismo esclarecido era uma tentativa de tornar real – ou de certo modo encontrar – a razão, como se incorporada na pessoa de um monarca esclarecido, um Frederico iluminado por Voltaire, uma Catarina por Diderot”, ainda que reconhecidamente despóticos e violentos (HIMMELFARB, 2011, p. 208).

A elasticidade das concepções e ideias que orientavam muitos sujeitos, inscrevia-se mais nas redes de relacionamento que mantinham os indivíduos socialmente ativos, do que nas verdades reveladas ou nas preeminências racionais das ideologias e das teorias. Ademais, existiam as questões financeiras e uma série de motivos que permitiu que todos esses gênios cultivassem amizades e hábitos, ainda que contrários ao que anunciavam solenemente, “era mais um exercício de vaidade, era uma resposta aos monarcas que os lisonjeavam por consultá-los, festejá-los e mesmo sustentá-los financeiramente” (HIMMELFARB, 2011, p. 208).

O processo da Independência e o ambiente político do Primeiro Reinado foram marcados pela alvorada renovadora das ideias liberais, mas persistiam os ressentimentos e as contradições, como assinalou Pedro Calmon. O liberalismo incitava os homens para que, “‘iluminadamente’ derrubassem o que limitava, o que constrangia, o que afrontava o individualismo em que rebentou a liberdade” (CALMON, 2003, p. 15). Era em Rousseau, e em outros tribunos ilustrados, que muitos dos próceres da emancipação buscaram inspiração e conhecimento, ainda que suas ações revelassem posturas despóticas e atitudes reprováveis.

Em 1822, o Ministro do Império José Bonifácio de Andrada e Silva instaurou, por meio de um decreto, uma devassa contra seus adversários políticos para, entre outras acusações, apurar e punir os envolvidos em um

“conluio republicano”. Os acusados eram grandes entusiastas e defensores da Independência, políticos liberais de grande influência, como Joaquim Gonçalves Ledo, Luiz Pereira da Nóbrega de Sousa Coutinho, José Clemente Pereira, Januário da Cunha Barbosa e Antônio João de Lessa. Todos tornaram-se réus, acusados de espalhar doutrinas escusas e opostas ao governo estabelecido, manifestar insatisfações publicamente e promover associações particulares para desacreditar Sua Majestade Imperial, provocar distúrbios públicos, promover a guerra civil, destruir o sistema monárquico e transformar o Brasil em uma República.

José Bonifácio, então Ministro de D. Pedro I, promoveu uma *devassa* que ficou conhecida como “Bonifácia”, e que culminou com a condenação dos réus ao exílio. Mais tarde, em 1824, o Imperador anistiu os condenados e todos retornaram ao país para assumir funções públicas de grande notoriedade ou reocupar seus antigos e importantes cargos na administração do Império. A “Bonifácia” – ou devassa promovida por José Bonifácio contra seus adversários na Corte –, suas motivações e desdobramentos, é mais um entre tantos exemplos de revoltas, motins e sedições contra a Coroa que resultaram na reintegração dos revoltosos e na incorporação dos derrotados. Dinâmica bastante peculiar do que aconteceu inúmeras vezes após a cessação dos conflitos políticos do Império. Insatisfações e animosidades entre membros das elites políticas evoluíram, com muita frequência, para desentendimentos mais severos, precipitando os descontentes contra o governo por intermédio de declarações em jornais, manifestos, panfletos incendiários e até a luta armada.

Ao impor seu poder sobre os adversários, o governo abria espaços para a negociação que mediante as devidas transações culminavam com a adesão dos rebelados aos quadros da Corte ou, na pior das hipóteses, com a leniente aceitação dos desafetos nos círculos políticos mais vigorosos. Além da afetividade das relações, valores e visões semelhantes ligavam os membros das elites, conformando “liames que os prendiam à nação, ‘corpo moral’ dotado de entendimentos e vontades, de direitos e deveres” (OLIVEIRA, 2009, p. 244). É o que José Murilo de Carvalho denominou “homogeneidade de pensamento da elite política imperial”, baseada na “socialização e no treinamento”. Ainda que tais ligações não fossem suficientes para impedir que a competição e os

conflitos entre os diferentes setores da elite e da burocracia redundassem em embates, a existência desses laços e compromissos estabeleciam e regulavam os limites dos confrontos (CARVALHO, 2003, p. 171).

Antonio Paim nos explica que a emancipação do Brasil fixou, de fato, a política brasileira em bases liberais, mas, frisou que foram inúmeras as fontes e as referências do liberalismo brasileiro. Paim defende que a trajetória liberal teve início no Brasil “quando [uma] geração da elite portuguesa herdou a incumbência de dar prosseguimento às reformas pombalinas”, o que se acentuou com a transferência da Corte de D. João VI para o Brasil, a Revolução Liberal do Porto e a Independência, fatos que deslocaram os ímpetus reformadores de Lisboa para o Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. A doutrina liberal encontrou no Brasil pelo menos três fontes principais, argumentou o autor, com o “*Correio Braziliense*, Silvestre Pinheiro Ferreira e o liberalismo doutrinário” alcançando maior destaque (PAIM, 1998, p. 10).

Mesmo com a ascensão de D. Maria I ao trono de Portugal em 1777 e as severas perseguições desencadeadas pela Rainha contra o Marquês de Pombal, a energia reformista encontrava-se consolidada em parte importante da nobreza lusitana, disposta a conquistar riquezas e expandir as ciências técnicas, políticas e econômicas a partir das perspectivas pombalinas. Homens como D. Rodrigo de Souza Coutinho, Câmara Bittencourt e José Bonifácio de Andrada e Silva desempenharam funções importantes nos quadros governamentais do Império, sobretudo após a transferência da Corte lusitana para o Brasil e abriram espaços para o liberalismo em várias dimensões da vida social.

Sebastião José de Carvalho e Melo despertara forças ponderáveis que não se dispunham a assistir passivamente a revanche que se fazia em nome da componente obscurantista, punitiva, do período pombalino, mas que se caracterizava sobretudo como restauração de índole medieval” (PAIM, 1998, p. 19).

Entre as principais ideias dos reformadores ilustrados formados em Coimbra, o sistema representativo e as instituições que o compõem foram imediatamente incorporadas aos discursos e aos projetos. Na Inglaterra, um

dos berços do liberalismo mundial à época, as pautas liberais avançaram significativamente. Segundo Paim, entre a segunda metade do século XVII e o final do século XVIII, propostas liberais como “liberdade religiosa (liberdade consciência) e liberdade de imprensa, bem como os parâmetros fundamentais da liberdade individual” consolidavam-se na ordem social sem grandes problemas. Nos Estados Unidos e na França, dois acontecimentos singulares chamaram a atenção do mundo para o ideário liberal e seus desdobramentos, as revoluções americana e francesa. Palavras e expressões como soberania popular, republicanismo, democracia, representatividade e felicidade passaram a figurar de modo cada vez mais intenso nos panfletos e jornais, além de incontáveis pasquins (PAIM, 1998, p. 21).

Hipólito José da Costa, editor do *Correio Braziliense*, tornou-se rapidamente um dos mais destacados influenciadores liberais de sua época. Em um período em que a impressão de jornais e livros ainda era incipiente no Brasil, ou mesmo proibida, Hipólito da Costa escrevia e imprimia o jornal em Londres, despachando exemplares periodicamente para seus leitores e assinantes brasileiros. Nos editoriais e artigos do *Correio Braziliense*, o talentoso escritor esmerava-se para demonstrar como os ingleses conseguiram superar o despotismo e o monarquismo hereditário absolutista, impondo aos seus reis as liberdades, as garantias individuais, a representação e a soberania popular do constitucionalismo representativo. O entusiasmo com o liberalismo não o impediu de advertir os governantes para aspectos de ordem prática que considerou importantes. Ele orientava que a autoridade não deve ser entregue “nas mãos da população ignorante, porque isto é que constitui verdadeiramente a anarquia” (COSTA. Apud. PAIM, 1998, p. 46).

Ele explicava aos seus leitores que as paixões do povo normalmente excedem o bom senso, o talento e a ciência, motivos pelos quais “as reformas devem ser feitas pelos governos e não pelos povos” (PAIM, 1998, p. 46-47). A assertiva nos ajuda a compreender parte do comportamento e da postura dos homens que integravam a elite política brasileira à época da Independência. As discussões na Assembleia Constituinte de 1823 e nas primeiras legislaturas da Câmara e do Senado, quando cotejadas com as experiências e as expectativas dos legisladores, revelam que muitos espaços foram preenchidos pelo

liberalismo, virtualmente o de viés britânico. Mas, a aversão aos riscos e o temor às desordens, consolidou no Brasil independente conjuntos específicos de ações bastante semelhantes aos praticados pela Coroa portuguesa no período colonial. De um lado, a oposição ao absolutismo monárquico e aos pendores despóticos do primeiro Imperador, intensificada com esforços de constitucionalização da monarquia representativa e a defesa das garantias individuais e das liberdades. De outro, o temor de que a soberania popular escapasse das esferas de controle do governo com o povo deliberando e as paixões prevalecendo sobre a razão.

O desejo de consolidação do estado liberal de direito reforçou as preferências da elite política mediante a institucionalização do poder e a supremacia das leis – a Constituição do Império, os decretos e as leis publicadas no Império e a formação das instituições de governo, entre elas o Exército, são exemplos claros do esforço de institucionalização do poder no Brasil na primeira metade do século XIX. A chegada da Corte lusitana ao Brasil, em 1808, abriu o período de reformas e formação das instituições, ampliados durante a permanência de D. Pedro I no Rio de Janeiro e após a Proclamação da Independência. Tais esforços não cessaram com a Abdicação. Ao contrário, os regentes continuaram atuando para ampliar as instituições de Estado e elaborar leis que garantissem a ordem interna, a unidade da nação e a integridade territorial. A criação da Guarda Nacional, em 1831, o Código de Processo Criminal de 1832, o Ato Adicional de 1834, entre outras iniciativas, reafirmam o caráter institucionalizante de consolidação do Estado.

Esses instrumentos, por exemplo, foram essenciais para conter as posições e as manifestações mais exaltadas de políticos “radicais” e as representações populares (tropa e povo) contra o governo. A coesão e o conservadorismo das elites garantiram, em boa medida, que os interesses do Imperador, da burocracia estatal e dos grandes proprietários fossem mantidos e até ampliados. Ao mesmo tempo, o público, uma “plateia na sombra”, foi praticamente expurgada da participação política, assistindo à fundação do Império do Brasil sob a regência do absolutismo”, ora liberal e ilustrado, ora absolutista e despótico (NEVES, 2003, p. 376).

Temia-se, sobretudo, que as revoltas populares transformassem ideias e tendências republicanas em anarquia, com a extinção da monarquia, a desintegração territorial e a deterioração da ordem interna impulsionadas pelos movimentos separatistas que se sucederam desde as inconfidências e conjuras do século XVIII e as demais sedições nas províncias do norte. O “aprendizado da liberdade tornou-se exercício penoso” e, tal como em Portugal, os brasileiros experimentaram “praticamente duas décadas de lutas fratricidas” (PAIM, 1998, p. 47).

A partir da Revolução do Porto (agosto-setembro de 1820), tanto o Brasil como Portugal experimentaram dois decênios de extrema turbulência. Guerras civis prolongadas – em nosso caso, agravadas pelo separatismo – instabilidade política, acefalia do Poder Monárquico (abdicação de Pedro I no Brasil e usurpação do trono por D. Miguel em Portugal). O quadro viu-se muitíssimo complicado graças à total inexperiência quanto ao funcionamento do poder representativo (PAIM, 1998, p. 54).

Diante desse cenário, a constitucionalização da monarquia e a implementação do sistema representativo de governo constituía, na concepção do ilustrado Silvestre Pinheiro Ferreira, a melhor alternativa para conter as precipitações sediciosas e os grupos radicais que se amotinavam em várias partes do Reino. Silvestre Pinheiro Ferreira aconselhou D. João VI, em seu projeto de Reforma da Monarquia, de 1812, a realizar a transição da monarquia absolutista para o monarquismo constitucional (PAIM, 1998, p. 50). “Inexperientes”, porém bem instruídos, a geração que experimentou a vinda da Corte ao Brasil e participou da Independência foi responsável pelas “primeiras tentativas dos brasileiros de adaptar às condições do seu meio, a cultura “ilustrada” da Europa no século XVIII; características de pensamento que continuam depois pelo século XIX” (DIAS, 2005, p. 41).

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias destacou a intensa atividade intelectual dos brasileiros nas universidades da Europa nesse período, as influências e as experiências que configuraram seus espaços e mentalidades, as expectativas e os projetos voltados para o crescimento de Portugal e suas colônias, entre elas o Brasil, “hão de procurar ser úteis e aproveitar as luzes” (DIAS, 2005, p. 45). Insistiam na exploração estratégica dos recursos naturais mediante às potencialidades científicas e tecnológicas do

período aplicadas em áreas como a mineralogia, as matemáticas, as engenharias e as ciências da terra.

A essa característica de toda uma cultura viriam somar-se vários fatores desde os tempos de Pombal e, sobretudo, no período joanino, uma inclinação geral própria do tempo, uma política de Estado bem determinada, e a identificação desses estudiosos brasileiros com os interesses materiais da elite rural brasileira (DIAS, 2005, p. 48).

A energia “ilustrada” de uma geração inteira conferiu ao Estado português e, mais adiante, ao brasileiro, condições interessantes de desenvolvimento. No vocabulário daqueles homens, palavras como razão, progresso e liberdade possuíam significados que extrapolavam pretensões políticas e materiais. Crescia a consciência de dotar o Império português das qualidades que a civilização ocidental havia alcançado, aplicando no Brasil as novas técnicas de exploração dos recursos naturais, principalmente nas lavouras, econômicos e políticos. O pensamento iluminista e liberal transformou-se em faróis que conduziam os ávidos personagens da ilustração portuguesa e brasileira entre as conquistas da civilização europeia. Entretanto, a intrepidez e o entusiasmo cediam, quase sempre, à prudência, ao escrúpulo e ao estudo atento das “particularidades do caso em que nos achamos”, pois, “grande mestra é a teoria, mas deve dar as mãos às lições de prática” (BORGES DE BARROS. Apud. DIAS, 2005, p. 94).

A renovação foi, portanto, fortemente influenciada pelas inovações da época, mas, o patrocínio da Coroa e da formação de Antigo Regime aconselhavam ponderação e parcimônia. Não obstante, “o arcabouço obsoleto da Corte e do clero, o monopólio comercial, as taxas opressivas” (DIAS, 2005, p. 94), persistiam o sonho de transformar Portugal em um poderoso império.

Quase não se vislumbravam ideias de separação entre os ilustrados brasileiros. Sobretudo depois da vinda da família real para o Brasil, pareciam inteiramente identificados com a ideia de um grande império português, centralizado na América (DIAS, 2005, p. 98).

Como membros ativos dos grupos hegemônicos das elites participaram dos projetos para a construção de um grande Império português capaz de ligar os dois lados do Atlântico – o Novo e o Velho Mundos. A utopia gerou *novas ideias*, o que contribuiu para aproximar, mas, ao mesmo tempo, distanciar as expectativas de portugueses e brasileiros em um contexto singular, em que “o ideário iluminista aparecia multifacetado; que sua vertente conservadora foi privilegiada pela ilustração Luso-Brasileira em detrimento dos enunciados transformadores” (LYRA, 1994, p. 20). D. Rodrigo de Souza Coutinho, por exemplo, um dos mais ilustres e competentes reformadores portugueses, sabia que a sobrevivência da nação dependia em grande medida da capacidade do Estado em promover a exploração dos recursos e a gestão dos negócios públicos do modo mais austero e justo possível.

Das principais questões apontadas em inúmeras memórias e ensaios como merecedoras de imediato concerto – melhor preparo técnico para aumento da atividade mineradora; maior incremento da agricultura e do comércio no interior do Brasil e conseqüente abertura de vias de comunicação; abolição do sistema de contratos e diminuição da carga tributária – o ministro anexou outras informações, especialmente encomendadas, principalmente sobre os recursos minerais da colônia. E procurou utilizar, a serviço prático do Estado, os dados coletados, os estudos elaborados, as sugestões feitas, na formulação de um programa de reformas para melhoria da administração do império, dedicando-se com grande entusiasmo ao encaminhamento de medidas efetivas para a sua pronta execução (LYRA, 1994, p. 63).

Sobre as ações reformadoras promovidas por D. Rodrigo, cabe destacar as observações de Christian Edward Cyril Lynch.

Foi uma forma de reformismo ministerialista inspirado no despotismo esclarecido que orientou diversos membros da alta burocracia luso-brasileira. Ele provinha dos planos da Academia Real de Ciências de Lisboa, que, encabeçada por Dom Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, elaborara estratégias de superação do atraso científico e econômico do Império português (LYNCH, 2005, p. 618).

A superação do atraso não se restringia exclusivamente ao tempo perdido ou aos problemas imediatos do tempo presente. Reformar para superar

as mazelas e as dificuldades do Estado significou, principalmente, projetar a existência gloriosa de Portugal, centro unificador do Império Lusitano, plenamente identificado com as “Luzes” dos novos tempos, estabelecido sobre o domínio ultramarino de Lisboa. Contudo, outras propostas também eram constantemente aventadas e discutidas, as quais iam da implantação de um duplo centro – ou “dois centros de força” – até o “sistema federativo”. Altamente inovadoras conforme os novos padrões europeus, as audaciosas concepções e propostas políticas de D. Rodrigo tinham como objetivo precípuo livrar Portugal das aventuras revolucionárias e salvar o país da desintegração territorial e, conseqüentemente, comercial.

Os *novos* pressupostos, voltados para garantir a unidade e a integridade do Império, exigiam, ainda, a substituição do modelo de relacionamentos entre a metrópole e suas partes. Os discursos e as ações substituiriam o vocabulário e as práticas colonialistas por novas palavras e atitudes, ou melhor, a superação das relações de “exploração” e “dependência” por “reciprocidade” e “interdependência”

A união ‘mais ativa e mais animada’ de cada parte - as províncias do Ultramar - com o centro - a sede da Monarquia na Europa, o ponto de união política e, sobretudo, o entreposto comum - faria ‘elevar-se ao maior auge’ e com ‘recíproca vantagem’ a ‘prosperidade’ de todos, isto é, da nação portuguesa (LYRA, 1994, p. 71).

O projeto foi antecipado, ou melhor, precipitado pela invasão de Portugal pelo Exército napoleônico. Em 1808, D. João optou pela saída estratégica e transferiu-se, juntamente com parte significativa, e representativa, de sua Corte para o Brasil. Enfraquecidas perante os embates cada vez mais acentuados entre as grandes potências europeias, a França e a Inglaterra, os monarcas e elites políticas as antigas metrópoles se deparam com uma situação aterradora, a perda de seus domínios coloniais ou a redução de seu poder e influência sobre as colônias. Com Portugal a situação era ainda mais grave. Aliando-se aos ingleses, D. João VI assistiu a invasão de suas terras mais preciosas, do ponto de vista afetivo, pelos franceses, e de seus territórios mais lucrativos, do ponto de vista comercial, pelos ingleses. Restava-se a política, e garantir a continuidade do projeto utópico de erigir um poderoso Império

lusitano, agora a partir dos trópicos, era a alternativa mais viável para aliviar as pressões externas e superar as dificuldades que se abatera sobre a casa dos Bragança e a nação portuguesa.

É partir dessa perspectiva, aliás, que Maria de Lourdes Viana Lyra afirma que deve ser analisado, e avaliado, o processo de Independência do Brasil.

A particularidade do processo de formação do Estado brasileiro em constituir-se império, e o esforço empreendido para a manutenção da integridade do vasto território que compunha a América portuguesa, são normalmente vistos, pela historiografia concernente, como decorrência natural e imediata da instalação da sede da Monarquia metropolitana na colônia, fato que, aliado à vastidão do território e à imensidão de recursos existentes, teria vocacionado o Brasil à condição de império. Daí o hábito de ler-se a referência '*império do Brasil*' como um projeto novo, só pensado a partir da transferência da Corte portuguesa, em 1808, leitura que limita a compreensão do processo de Independência e de formação de um Estado monárquico imperial no Brasil do século XIX (LYRA, 1994, p. 116).

Ao produzir um inventário consistente da trajetória histórica dos projetos de formação de um vasto e poderoso império português, a historiadora Maria de Lourdes Viana Lyra alterou profundamente interpretações consolidadas que consideraram a Independência do Brasil como resultado "natural" da transferência da Corte combinado a uma resistência histórica da elite colonial a sua metrópole. "Quase não se vislumbravam ideias de separação entre os ilustrados brasileiro", advertiu Maria Odila Leite da Silva Dias. A transferência da Corte fortaleceu sobremaneira os laços que uniam a colônia e a metrópole, e a presença do monarca em terras brasílicas gerou novos e poderosos ímpetos para a formação de um grande império português na América. A emancipação, portanto, não foi resultado da transferência da Corte portuguesa para o Brasil, mas, da ampliação das diferenças e das dificuldades cada vez mais persistentes de conciliação entre portugueses e brasileiros (DIAS, 1994, p. 98-99).

Coelho negligenciou as singularidades dos projetos em voga e superestimou as nuances e influências do pensamento liberal, alienando as tensões que se impunham sobre o pensamento e a ação dos homens

ilustrados da época à impregnabilidade liberal. Para defender a tese da hostilidade civil em relação aos militares, afirmou em primeiro lugar que “a elite culta e letrada da época, toda ela nutrida pelas correntes de pensamento liberal importado da Europa e dos Estados Unidos”, preferiu pagar um alto preço pela Independência, ou seja, manter a fórmula monárquica e continuísta em todos os seus aspectos, para atender suas aspirações de autonomia regional, ascensão política dos núcleos regionais e livre expansão de seus interesses econômicos. Em função disso, a elite política aceitou o regime monárquico, mas trabalhou intensamente para limitar o poder do Imperador e impor os “princípios da monarquia constitucional, estranhos à casa de Bragança”.

Em segundo lugar, “passada a euforia dos primeiros anos de existência autônoma da Nação”, os brasileiros perceberam que o fato do Imperador e dos homens que o apoiavam serem em sua maioria portugueses de nascimento, ou “brasileiros adotivos”, representava perigo ainda maior. Pesou, sobretudo, o fato do Imperador ser o “príncipe de uma dinastia de soldados em que era reconhecido o princípio de que o ‘rei senta praça ao nascer’”. De igual modo, pesou o fato de que “a maioria dos oficiais do Exército, indiscutivelmente leais ao Imperador e à sua casa, em ordem imediata, e somente depois à Nação Brasileira que apenas começara a existir” (COELHO, 2000, p. 51).

Empenhados em criar o projeto inovador de um poderoso império português na América, tanto D. Pedro I quanto os homens que o apoiavam seguiram engajados à causa liberal até os últimos momentos que antecederam a separação. Ao invés dos ideais de *self-government*, parte importante das camadas dominantes preferiu um governo fortemente centralizado na figura do Imperador e sediado no Rio de Janeiro, do que o radicalismo proposto pelas correntes que reconheciam o caráter decisivo do povo. Em função desses aspectos, defendiam um liberalismo moderado, mais compatível com suas aspirações e privilégios. Os conflitos entre brasileiros e portugueses provocados pelos desdobramentos da Revolução Liberal do Porto, deu amplitude ao projeto de separação do Brasil de Portugal e alterou drasticamente o pensamento e as atitudes do Imperador e da elite brasileira. Os conflitos e as guerras de Independência alcançaram maior repercussão entre 1821 e 1824 e foram enfrentados e vencidos durante a regência de D.

Pedro I a partir de matizes muito bem delineados, combater a anarquia e manter a unidade e a integridade do Estado.

Esses dois fatores foram fortalecidos e ampliados durante o Primeiro Reinado e, apesar das turbulências e instabilidades, compuseram, juntamente com a moderação política e a racionalidade econômica e financeira, os princípios de consolidação do Estado Imperial brasileiro.

Pode-se dizer que somente desistiram de seus sonhos de reformar o reino, anos depois da vinda da família real, quando se acenturam as diferenças de interesses entre brasileiros e portugueses; no momento em que a união se tornou incômoda demais, e somente então, aceitaram a ideia de uma separação (DIAS, 1994, p. 99).

Não por acaso os matizes da ordem do Império brasileiro, fundado com a Independência do Brasil em 1822, foram praticamente os mesmos que os propugnados pelo Império português e seu projeto de criação de um grande e poderoso Império dos dois lados do Atlântico. A tese da força da ideologia liberal e sua influência predominante na construção do Estado brasileiro está baseada na versão de que a impregnabilidade liberal, de viés norte-americano, contribuiu para precipitar o processo de Independência no Brasil, em formatação desde as primeiras notícias da Revolução Americana. A referida versão cede à medida que comparamos os modelos em ambos os países e avaliamos os seus desdobramentos. Mais uma vez, Maria Odila Leite da Silva Dias nos oferece uma interpretação singular.³⁰

Enquanto nos Estados Unidos “os ideais de 1776 constituíram uma ideologia modernizadora altamente eficaz; com novas forças emergentes, representando fortes interesses capitalistas” viabilizou rapidamente a integração da economia nacional, a partir do desenvolvimento industrial, da estabilidade política e da democracia, ainda que altamente oligárquica e elitista, no Brasil, não houve, no Brasil, uma revolução tipicamente empresarial capaz de afetar a estrutura colonial (DIAS, 1994, p. 128).

³⁰ Na mesma obra, *A interiorização da metrópole e outros estudos*, edição de 1968 e republicada em 2005, encontramos o texto “Ideologia liberal e construção do Estado”, versão revista e ampliada de um texto publicado no *Jornal da Tarde*, de 4 de julho de 1976, sob o título “A nossa independência e a deles”.

Entre nós, os ideais liberais não surgiram como um programa modernizador do conjunto das forças sociais: foram veiculados por uma minoria ilustrada e culta, que constituía uma porcentagem ínfima da população do país. Essa minoria de letrados, inspirada nos ideais do despotismo ilustrado do século XVIII, reservava para si a missão paternalista de modernizar e reformar o arcabouço político e administrativo do país, sem comprometer a continuidade social e econômica da sociedade colonial. Não respondiam a impulsos internos de transformação social, no sentido de integração do Brasil, como Estado independente, no novo sistema de equilíbrio internacional, gerado pelo desenlace das guerras napoleônicas; vale dizer, a integração do Brasil, como Estado independente, no império informal de comércio livre dos ingleses (DIAS, 1994, p. 128-129).

Para realizar a Independência e consolidar o projeto de construção do Estado e consolidação do Império em meio as disputas com Portugal e as guerras nas provinciais, o Imperador e a elite política precisaram de um exército, e não erradicar os militares ou as forças de que dispunham à época. Um dos estudos mais recentes e consistentes sobre o Exército e seu papel na consolidação do Estado é *O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora*, desenvolvido pela historiadora Adriana Barreto de Souza.

Em seu trabalho, a autora analisou em que bases as relações Exército e elite foram organizadas no período de consolidação do Estado Imperial, mais especificamente a partir do Regresso conservador em 1837, após Abdicação de D. Pedro I e as disputas entre as elites políticas que permearam o período regencial. Ao investigar a formação do Estado Imperial e os esforços reiterados das elites políticas na organização das instituições de governo, entre elas o Exército, Souza concluiu que a versão erradicadora gerou inúmeros problemas na historiografia brasileira para a melhor compreensão dos termos e condições que regeram as relações entre os civis e os militares no período.

A crença numa ação erradicadora encontra-se difusa em vários outros autores. A grande contribuição de Campos Coelho reside no grau de sistematização que empreende. Por meio dela, temos acesso a um conjunto de argumentos cujas assertivas básicas viabilizam uma análise menos uniforme dos acontecimentos. O predomínio dos princípios políticos liberais nos primeiros anos da Regência organiza esses argumentos (SOUZA, 1999, p. 21).

Ao analisar os debates e conflitos políticos, Souza concluiu que as relações entre as elites políticas civis e os militares podem ser melhor compreendidas quando analisadas a partir dos elementos históricos que, ora se aproximavam, ora se distanciavam dos projetos e embates dos grupos políticos que atuavam no Império. Tanto as disputas quanto interesses comuns modulavam o tom dos discursos e estabeleciam limites às disputas e à atuação política da elite dirigente. As rebeliões provinciais e o fantasma da fragmentação territorial foram enfrentados com os esforços sistemáticos, e programáticos, do governo na manutenção da ordem interna, integridade territorial e a preservação do sistema escravocrata nas dimensões políticas, sociais, econômicas e, inclusive, militares.

Os embates para subordinar o poder do monarca à “vontade da nação” – leia-se, elites políticas liberais – e conter o avanço do poder executivo sobre os demais poderes e instituições de governo, dividiam as elites e davam maior volume às disputas políticas no Império. No final da década de 1830, a ação conservadora, encarnada sobretudo pela atuação do grupo político denominado saquarema,³¹ imprimiu novos rumos e reordenou mecanismos de organização do Estado e suas instituições. Sobre essa dinâmica, Souza sublinhou que a “redefinição do conceito de Estado moderno efetuada pelo regresso conservador”, em 1837, reordenou as disputas em favor das preferências desse grupo.

Adriana Barreto de Souza analisou os confrontos, composições e atividades políticas do final da Regência até meados do século XIX. Em seu trabalho, concentrou-se nas propostas de modernização e reorganização do Exército defendidas e implementadas pelos conservadores, seguindo a atuação do grupo saquarema na consolidação do Império. A autora identificou que as alegadas hostilidades das elites civis contra os militares, hipótese que resultou na elaboração da política de erradicação por Edmundo Campos

³¹ O termo foi amplamente explorado por Ilmar Mattos em seu prestigiado livro *O tempo saquarema*, publicado originalmente em 1986, resultado de sua tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo (USP). Embora o autor afirme o predomínio dos conservadores, ou *saquaremas*, como grupo vencedor em relação aos *luzias*, ou liberais, ele destaca também que em as pretensões e interesses tanto conservadores quanto liberais podiam apresentar-se como semelhantes, diferentes, hierarquizadas etc.

Coelho, baseou-se na “imagem de um exército imperial coeso e homogêneo em sua estrutura e propósitos”, conforme as orientações e as diretrizes da perspectiva organizacional apresentadas pelo autor. A “equação histórica (baixos investimentos – indiferença civil – política de erradicação)”, colocou em destaque as variações dos efetivos e as verbas orçamentárias destinadas às Forças Armadas, constituído sobre uma “pretensa neutralidade científica” e impondo-se “como procedimento válido na abordagem das mais variadas tramas históricas, ignorando-se todo o quadro de referências e valores no qual se encontrava inserido, a cada momento, o Exército” (SOUZA, 1999, p. 23-24).

QUADRO I
Evolução dos Efetivos do Exército

Ano	Efetivos	Índice de Crescimento (1830 = 100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,6
1863	16.000	53,3
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

OBS.: Quadro elaborado por Coelho a partir dos Relatórios do Ministério da Guerra, Mapas da Força do Exército – Efetivos legais (COELHO, 2000, p. 55).

Como o próprio autor fez questão de demonstrar, a curva ascendente das despesas somente pode ser explicada pela “série de rebeliões provinciais (a Cabanagem, no Pará, de 1835 a 1840; a Sabinada, na Bahia, de 1837 a

1838; a Balaiada, no Maranhã, de 1838 a 1841; a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, de 1835 a 1845; a Liberal, em São Paulo e Minas Gerais, em 1842)”, as quais, segundo Coelho, foram debeladas com forças profissionais extremamente debilitadas. Para Coelho, a classe política civil trabalhou para reduzir o Exército à sua expressão mínima para manter sob controle as forças regulares e “restabelecer a disciplina e a unidade militar rompidas” (COELHO, 2000, p. 54).

Desde o reinado de D. Pedro I, o Império envolveu-se em longos e complexos embates políticos contra grupos e facções regionais refratários à Independência. Os levantes e conflagrações continuaram durante toda Regência e adentraram no Segundo Reinado. Sob D. Pedro II, o país disputou a Guerra da Tríplice Fronteira, entre 1864 e 1870, a mais longa e difícil conflagração enfrentada pelos brasileiros desde a emancipação. Desse modo, não nos parece estranho admitir que as variações dos efetivos tenham se processado de modo tão intenso entre o Primeiro e o Segundo Reinado.

No Quadro I, aliás, o aumento do número de soldados, bem como a redução do tamanho das tropas, coincide com os períodos em que o governo mobilizou forças para combater as sedições e suprimir as revoltas separatistas. Ao vencer as guerras e negociar os termos de adesão dos rebelados, o governo desmobilizava parte importante das tropas com o objetivo de manter nas forças militares somente os quadros regulares de oficiais e praças e recompor as finanças públicas. A preocupação com os gastos militares e com o tamanho dos efetivos sempre aparecem entre as prioridades dos governos desde aquela época.

No Quadro II, observamos que as variações orçamentárias mais expressivas, tanto para baixo (diminuição das dotações orçamentárias), quanto para cima (aumento das dotações orçamentárias), podem ser avaliadas a priori, considerando-se os mesmos critérios adotados para analisar o Quadro I. O aumento de despesas no biênio 1830/1831 e sua diminuição nos anos de 1831/1832 correspondem justamente à Abdicação de D. Pedro I, momento em que o triunvirato regente, que contava inclusive com um dos mais notáveis oficiais do Exército brasileiro, o General Francisco de Lima e Silva, que integrou as duas regências trinas, a provisória (de 7 de abril de 1831 a 17 de

junho de 1831) e a permanente (de 18 de junho de 1831 a 12 de outubro de 1835), promoveu a redução dos efetivos e a diminuição dos orçamentos do Exército, além de criar a Guarda Nacional em 18 de agosto de 1831. Desde 1825, porém, em função da Guerra Cisplatina que as despesas da pasta estavam subindo acentuadamente. Em 1828 e 1829, as despesas da pasta da Guerra haviam alcançado 37% do total de despesas do governo, conforme demonstra o Gráfico I (Anexo III), elaborado por Coelho para apresentar a fixação das despesas do referido Ministério.

QUADRO II

Despesas do Ministério da Guerra em relação às Despesas Totais do Governo

Ano Financeiro	% dos Gastos do Ministério da Guerra
1823/ 1824	28,7%
1830/ 1831	30,0%
1831/1832	20,4%
1839/ 1840	35,3%
1844/ 1845	28,4%
1845/ 1846	23,5%
1864/ 1865	49,6%
1870/ 1871	19,2%
1871/ 1872	15,2%
1878/ 1879	8,0%

OBS.: Quadro elaborado com base nos gráficos (Anexos) desenvolvidos por Coelho para demonstrar a evolução das Despesas do Ministério da Guerra em relação as despesas totais do governo. Coelho tomou como fonte, as informações disponíveis no Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística, Finanças da União e dos Estados: 1822-1913 (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).

As despesas da pasta da Guerra voltaram a subir, conforme consta no Quadro II, nos momentos cruciais da Revolução Farroupilha, entre 1839 e 1844, voltando a cair drasticamente a partir de 1845. A Guerra da Tríplice Fronteira, travada contra o Paraguai entre 1864 e 1870, elevou as despesas

com a Guerra que, diante de conflagração, chegaram a comprometer mais da metade do orçamento do Império. Dez anos depois do fim desse conflito, as despesas alcançaram os menores índices da História do Império, representando em média dez pontos percentuais por ano em relação às despesas totais do governo até a Proclamação da República, em 1889 (Anexo VI).

Mesmo sabendo que as variações representavam diferentes momentos da História do Brasil e do Exército, as reduções dos efetivos e os cortes nas despesas foram interpretados pelo autor como resultado cabal da hostilidade civil e a aversão aos militares. Segundo o autor, a “política de erradicação criou, entretanto, as condições para o movimento militar que cancelou o regime monárquico” (COELHO, 2000, p. 60). De acordo com o relato de um repórter da época, Ernesto Senna (1858-1913), em seu *Deodoro: subsídios para a história – nota de um repórter*, “Deodoro imputou a Ouro Preto” e ao último gabinete do Império “o firme propósito em que estavam de abater ou mesmo dissolver o próprio Exército” (SENNA. Apud. COELHO, 2000, p. 64).

Coelho desconsiderou tais peculiaridades e ignorou, entre outros aspectos, que no final da Regência, o “monopólio conquistado pelos conservadores fundou uma nova racionalidade técnico-administrativa que tinha no Exército um dos seus principais eixos de desenvolvimento”. O sociólogo optou por “uma leitura retrospectiva do passado que busca no Império as origens das intervenções militares tão comuns à história republicana” (SOUZA, 1999, p. 26-27). Uma interpretação orientada para explicar exclusivamente como os militares alcançaram os níveis de autonomia institucional em uma trajetória histórica marcada pela hostilidade e aversão dos civis em relação ao Exército, e como a consciência da *erradicação* contribuiu para formar uma identidade organizacional que deu causa às intervenções armadas na política.

Com exceção de Adriana Barreto de Souza, que abriu as discussões para a desconstrução da versão de Coelho, outros autores não dedicaram mais do que duas ou três páginas sobre as inconsistências da Tese da Política de Erradicação. A redução dos efetivos e os cortes no orçamento da pasta da Guerra entre 1831 e 1880 (excetuando-se nos períodos de conflagração, sobretudo os mais difíceis como a Guerra dos Farrapos e a Guerra do

Paraguai, entre 1835 e 1845 e entre 1864 e 1870, respectivamente), a redução dos quadros das forças militares, em especial o Exército, e os cortes dos recursos financeiros destinados às forças militares foram pacificamente aceitos como suficientes para cancelar a Tese da Política de Erradicação na historiografia nacional. A criação da Guarda Nacional, a redução dos efetivos e os cortes orçamentários integraram o tripé das políticas liberais que no Império deram causa ao combate das forças militares regulares durante o Império, conforme sustentou Coelho.

A proposta interpretativa que opera com essa oposição tem como referência uma estrutura institucional fechada e imersa numa rede interdependente de poder, daí advém a própria forma como se instituía – teoria organizacional. Porém, nada há mais distante do Exército de meados do século XIX do que o modelo institucional. A elite política não era contrária ao Exército. Ela na verdade, elaborou e pôs em prática um vasto projeto de reforma das forças de linha. Devemos chamar a atenção para o fato de que esse projeto foi organizado a partir de diretrizes políticas bastante específicas. O Exército imperial foi reorganizado seguindo uma orientação conservadora, o que limita o seu alcance, mas não invalida a ideia de reforma (SOUZA, 1999, p. 27).

Entre outros aspectos, Coelho ignorou os inúmeros pactos e negociações que permearam o debate político brasileiro em face da organização do Estado e das instituições de governo que, desde a chegada da Corte lusitana ao Brasil e da Independência nortearam a elaboração dos modelos políticos e caracterizaram as defesas e justificativas desses projetos pelos diferentes grupos e atores. Discussões e articulações que estabeleceram as bases do Estado Imperial brasileiro, com a formação do governo e a criação das instituições constituídas a partir de um projeto monárquico, constitucional e representativo, em boa medida fundamentado por princípios e parâmetros do pensamento liberal, mas com resquícios claros do absolutismo monárquico que ainda prevalência na mentalidade e nas atitudes dos Bragança e muitos dos seus assessores e agregados. Durante sua consolidação, portanto, o Império assumiu formatos bastante difusos, produzindo efeitos diversos à medida que novas configurações políticas iam se estabelecendo na Corte e nas províncias, resultado de fatores contingentes e circunstanciais bastante contraditórios.

Cecília Helena de Salles de Oliveira entende que as interpretações sobre o período, o contexto e os processos que culminaram com a Independência do Brasil, formação do Estado e organização das instituições políticas e públicas no Primeiro Reinado sempre foram muito divergentes. Para conhecer as dinâmicas que lhe deram visibilidade é preciso perscrutar as singularidades e as particularidades manifestas nas ações dos personagens e na atuação dos diferentes grupos políticos do Império, em um momento histórico marcado por antagonismos profundos e disputas intensas. Tanto os homens e suas ações no tempo quanto os historiadores, criam e recriam imagens que integram seus espaços de experiência e pressionam seus horizontes de expectativas. As versões mais simplistas sobre a emancipação do Brasil de Portugal, por exemplo, privilegiaram a Independência como um “evento recortado” no 7 de Setembro de 1822 e reduzido a um único “fato”: a separação ou emancipação do Brasil de Portugal. Esta imagem, quando problematizada, contrasta radicalmente com o universo de experiências, projetos e possibilidades de organização da sociedade e formação do Estado e as disputas que culminaram em intensos e violentos embates políticos (OLIVEIRA, 2013, p. 73).

Elementos políticos e ideológicos notadamente relevantes, como, por exemplo, o vigor das instituições do Antigo Regime e a proeminência decisiva do conservadorismo nos debates sobre a organização do Estado e suas instituições, a variedade de fontes e referências liberais importadas da Europa e dos Estados Unidos, somadas a volatilidade do jogo político, das práticas e atitudes dos mais variados grupos e personagens, e do próprio Imperador, criaram ambientes tumultuados e cenários extremamente complexos.

A fluidez dos interesses, a complexidade dos cenários e dos incontáveis riscos envolvidos nos projetos de emancipação e formação do Império que inviabilizam, necessariamente, qualquer possibilidade de simplificação das análises e redução das interpretações baseados em eventos e fatos únicos e recortados, como a Tese da Política de Erradicação dos militares pelas elites civis.

Por mais que os conflitos envolvendo a elite civil e os militares confirmem a existência de disputas e conflitos desde a Independência,

materializadas ou não em ações e reações concretas, a Tese da Política de Erradicação não apresenta a consistência historiográfica necessária para sustentar-se enquanto interpretação sólida e viável. No Primeiro Reinado, o Exército constituiu-se como uma das mais importantes instituições do Império voltadas para a manutenção da ordem interna, da unidade política e da integridade territorial, pilares de um projeto ainda mais grandioso e audacioso, a construção e a implantação de um grande e poderoso Império do Brasil.

CAPÍTULO 3

O EXÉRCITO, OS MILITARES E A POLÍTICA NO PRIMEIRO REINADO 1821-1824

Um historiador não costuma entediar-se com facilidade: é sempre possível recordar, observar, escrever.

Marc Bloch
A estranha derrota

Os prospectos de formação do Estado Imperial brasileiro, entre 1821 e 1824, encontraram no Exército brasileiro e nos militares uma de suas melhores expressões. Em um contexto marcado pelo rompimento gradativo e calculado, porém, dramático, do Brasil com Portugal, três aspectos específicos assumiram importância significativa nos ensaios emancipatórios e nas dinâmicas políticas do período em questão. A beligerância política e os rituais de conflagração configuraram a condução das relações políticas, econômicas e ideológicas entre as duas partes do reino, as quais evoluíram das animosidades veladas para a guerra declarada. Materializadas nas manifestações indignadas de insatisfação contra as ações e as atitudes dos representantes de ambos os lados, bem como nas leis, decisões, avisos, advertências, acusações e ameaças, precipitaram-se as partes para a violência e para a conflagração bélico-militar franca e aberta. Em tempo, os despachos intimidatórios e as guerras não interromperam os canais ou anularam as condições para a negociação das adesões e a conciliação política.

Os militares do alto oficialato, tanto os portugueses quanto os brasileiros que juntaram-se à causa da Independência, participantes ativos do movimento político que culminou com o 7 de setembro, assumiram parte importante das

responsabilidades e ações políticas e institucionais do período. Para defender a causa do Brasil e o Imperador em todas as dimensões e lugares do Império, os militares contribuíram para criar bases das instituições políticas, jurídicas e econômicas nacionais, entre as quais, o Exército brasileiro. A ideia de que o Exército e a nacionalidade brasileira tenham surgido a partir da atuação heroica dos brasileiros nas campanhas de expulsão dos holandeses na primeira metade do século XVII é uma ficção. O Exército brasileiro não foi criado a partir do primeiro grande confronto colonial, a saber, a primeira Batalha de Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648. A escolha da data e da referida batalha como marcos fundadores do Exército nacional foi uma criação do General Zenildo Gonzaga Zoroastro de Lucena (1930-2017), Ministro do Exército entre 1992 e 1999, instituída para comemorar o Dia do Exército a partir de 1994 (CASTRO, 2002, p. 68).

É a Proclamação da Independência e a formação do Estado Nacional brasileiro que deram origem ao Exército brasileiro criado em 1822 para atuar como a organização militar de terra.

Atuando nas instâncias políticas da Corte, contribuíram para a emissão dos mais variados planos e despachos, a maior parte deles orientados para afrontar o adversário da última hora e dar demonstrações de força aos inimigos, exigidas pelas circunstâncias que envolveram a emancipação. Enviados para as províncias para fazer a guerra, extrapolaram os círculos de suas atribuições, desempenhando papéis e exercendo funções diversas, como as de representantes “diplomáticos” do novo governo, agora sediado no Rio de Janeiro. Ao conduzir as guerras, debelar as sedições nas províncias e expulsar os inimigos do Império, o Exército e os militares também contribuíam para estabelecer o diálogo e promover o conagraçamento político entre a Corte e as províncias negociando a adesão das autoridades locais aos princípios políticos da nova monarquia.

A estratégia do monarca e das elites sediadas no Rio de Janeiro para conquistar e manter a unidade política, a ordem interna e a integridade territorial não podia prescindir da presença e da ação política dos militares nas províncias, encetadas pelas expedições de reconhecimento e combate ou pela designação dos oficiais de alta patente para ocupar postos de comando e

exercer a autoridade do monarca e do governo nas localidades, principalmente nas regiões mais distantes da Corte. Desde o período colonial, aliás, cabia aos militares a dupla função de guerrear e negociar. Em muitos casos, o diálogo político valia mais do que força armada, pois viabilizava a conciliação e a adesão dos potentados locais ao centro.

Com a Tese da Política de Erradicação dos militares pelas elites civis, Coelho negligenciou fatores como esses e não deu a devida atenção para esses detalhes, importantes no contexto de formação do Estado e consolidação do Império. Para desenvolver sua visão sobre as relações entre os civis e os militares no período imperial, mais coerentes com seus horizontes de expectativas do que com os espaços de experiência do Primeiro Reinado, insistiu em ficções políticas como a hostilidade civil e a aversão liberal contra os militares, reduzindo as interpretações sobre a História do Exército e das relações entre civis e militares, desde a Independência à versão erradicadora.

Os procedimentos com que Coelho impôs a versão erradicadora aos estudos do Exército, dos militares e da política no período em questão estão nas interpretações e nos usos que o sociólogo mineiro fez dos debates sobre o projeto constitucional e as declarações dos deputados na Assembleia Geral Constituinte de 1823. Para ele, as premissas básicas que nortearam os debates sobre o Exército na primeira congregação constitucional do Brasil foram a hostilidade e a aversão dos liberais aos militares, evidenciadas pelas atuações deliberadas dos parlamentares para desarmar o Executivo e transferir o comando das forças armadas aos líderes regionais, descentralizando as funções das forças militares regulares e reduzindo-as a sua menor expressão.

A versão erradicadora é a manifestação mais cabal das preferências teóricas e metodológicas do autor, definidas, quase exclusivamente, por seu lugar de produção, procedimentos de análise e imposições narrativas. Ao adotar o conceito de *política de erradicação*, a partir das propostas analíticas do cientista político norte-americano Samuel P. Huntington (2016, p. 169-171), divulgadas como “as atitudes” da elite política civil “com relação ao Exército até a Revolução de 1930” (COELHO, 2000, p. 49), o sociólogo mineiro supervalorizou seus “sistemas de referências” (CERTEAU, 1982, p. 66) e

desconsiderou detalhes importantes da História do Exército e da Independência do Brasil, mais complexas e abrangentes do que poderia supor.

A “impregnabilidade liberal”, termo utilizado por Huntington para demonstrar as preferências políticas e ideológicas dos fundadores dos Estados Unidos da América (HINTINGTON, 2016, p. 172), foi deliberadamente infundido por Coelho em sua versão sobre as relações entre civis e militares no Brasil com o objetivo de adaptar a versão erradicadora norte-americana ao caso brasileiro. Segundo ele, à hostilidade e à aversão civil, os militares responderam com as sucessivas intervenções armadas na política, resultado do amadurecimento histórico da organização, do desenvolvimento da identidade institucional e do consenso interno, da elevação dos níveis de educação de seus integrantes, do aperfeiçoamento das estruturas internas e maior clareza na definição dos interesses e demandas. De organização dependente e subjugada, reduzida a obediência e a vontade dos governantes ou da “velhacaria política”, os militares assumiram o papel de regeneradores da política nacional, invertendo a máxima liberal do “conformar-se ou perecer” (COELHO, 2000, p. 49).

A tese da erradicação, baseada na premissa de que forças militares numerosas e permanentes são ameaças à liberdade, à democracia, à prosperidade econômica e à paz, contribuiu mais para reificar determinados conceitos, uniformizar narrativas e consolidar imagens simplificadoras sobre o comportamento dos militares e das elites políticas desde o início século XIX, do que compreender, de fato, as relações entre civis e militares no Brasil. Termos como “rebeldia”, “insubordinação”, “indiferença civil”, “nação em armas”, “cidadão soldado”, “impregnabilidade liberal” etc., tornaram-se recorrentes nas análises históricas e sociológicas sobre os militares, funcionando como “chaves” que podem facilitar a leitura e a compreensão da História do Exército e do Brasil.

Na década de 1970, era comum afirmar, por exemplo, que o processo de formação do Brasil, enquanto Nação, ocorreu a partir da adoção de instituições políticas e administrativas alienígenas e que a emancipação ocorrera por vias pacíficas, quase sem lutas ou resistências. Segundo Castro, a “organização administrativa portuguesa e a organização política-jurídica franco-

anglo-americana formaram o marco inicial das futuras instituições nacionais” (CASTRO, 1979, p. 17).

Sendo assim, as instituições de governo criadas com a Independência, não passaram de copias ou similares das instituições europeias e norte-americanas, ou, o que era pior, continuidades das organizações de Antigo Regime herdadas de Portugal, inclusive as Forças Armadas.

Em relação à Guarda Nacional, a historiadora Jeanne Berrance de Castro em *A milícia cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*, publicada em 1979, baseou sua pesquisa no conceito de “nação em armas” e afirmou que a descentralização do controle das forças militares ocorreu a partir da criação da “milícia cidadã”, em 18 de agosto de 1831, e serviu para que as forças militares regulares, como o Exército, tanto no Brasil quanto nos estados, passassem a ocupar uma posição secundária ou fossem definitivamente suplantadas, o que afastou o soldado profissional do mundo dos negócios e da política. A autora desenvolveu uma das mais abrangentes pesquisas sobre a Guarda Nacional no Brasil Imperial. Ao examinar as raízes exógenas da milícia cívica adotou, canonicamente, o modelo francês e o norte-americano, assinalando que a criação da Guarda Nacional contemplou o aparecimento da primeira instituição “democrática” em uma sociedade despótica, autoritária e desigual (CASTRO, 1979).

A Guarda Nacional foi, aliás, na interpretação de um dos mais eminentes historiadores brasileiros, o remédio contra as facções armadas e políticas lideradas pelos militares do Exército, “envolvido, subversivamente, em conjurações e complôs frustrados” (FAORO, 2001, p. 347), aos quais não havia outro destino, senão a exclusão das decisões políticas e, oportunamente, a extinção. A historiografia brasileira e a política nacional instituíram-se sob o regime da polarização, necessariamente, os liberais e os amigos das liberdades contra o autoritarismo despótico e antidemocrático. Ou, ainda, entre as forças progressistas da ocasião e os postulantes do Antigo Regime etc.

A ojeriza dos liberais por exércitos permanentes prendia-se a três argumentos. O primeiro dizia respeito ao papel desses exércitos na sustentação dos regimes absolutistas europeus. Na situação americana, diziam os liberais, exércitos fortes levariam o surgimento de novos Bonapartes, como acontecia

em outros países, como a Argentina (Rosas) e o México (Santa Anna). O segundo era de que um grande exército retiraria da produção numeroso contingente de mão-de-obra. Para ter um exército proporcionalmente semelhante ao francês, o Brasil deveria ter em armas 40.000 homens, em dos 4.000 que efetivamente tinha. Em terceiro lugar, em função 'dos elementos mesmos de que é composta', a tropa tendia a ser antes fator de anarquia do que de ordem pois tendia a unir-se à população (CARVALHO, 2003, p. 190)

A versão corrente consolidou a imagem de um Exército insubmisso e sedicioso que não se submetia ao poder reinante, a hierarquia e a disciplina, conforme determinavam os códigos militares. Após a Abdicação do Primeiro Imperador, as revoltas regenciais passaram a justificar a necessidade de extinção das tropas de 1ª linha e sua substituição pelas forças de 2ª linha, o que supostamente ocorreu com a criação da Guarda Nacional.

Com a milícia cidadã sob controle do Ministério da Justiça, o governo liberal da Regência instituiu no Brasil o princípio do "cidadão em armas". Os "homens bons" e livres da nação deveriam estar dispostos e prontos a "defender a Constituição, a Liberdade, a Independência, e a Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar, ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública, e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e costas" (BRASIL, 1831, Art. 1, Lei de 18 de agosto).

Segundo Carvalho, o Exército foi reiteradamente impedido de agir politicamente pelas medidas do governo, em especial pela criação da Guarda Nacional e, daquele momento em diante, a tropa "só voltou a agir politicamente na Questão Militar após a Guerra do Paraguai. Durante quase todo o período sofreu o que Edmundo Campos Coelho, usando a expressão de Samuel P. Huntington, chamou de política de erradicação" (CARVALHO, 2000, p. 190).

A Tese da Política de Erradicação também sustentou a hipótese de que a "abdicação do Imperador, na crista de uma rebelião militar, forneceu à classe política a oportunidade de virtualmente licenciar o Exército, sob o pretexto da indisciplina que ela própria fomentara, e criar a Guarda Nacional" (COELHO, 2000, p. 54).

A criação da Guarda Nacional constitui o argumento base dessa proposta. Definida por uma série de privilégios, a Guarda aparece em diversas abordagens como emblema da aversão civil pelas forças de linha. Imagem que, vista de perto, revela-se bastante contraditória (SOUZA, 1999, p. 22).

Conforme anotou Souza, “a referida tese estendeu a homogeneização conceitual, que antes se processava verticalmente, e reduziu todo o período imperial, acrescido dos primeiros 41 anos republicanos, a um único esquema analítico” (SOUZA, 1999, p. 21), a erradicação.

Contrariando suas próprias advertências quanto à necessidade de permanecer atento a possíveis redefinições, eliminações e incorporações de novos objetivos ao quadro de atuação das organizações e grupos sociais, Campos Coelho promove um desenraizamento conceitual que homogeneiza por completo noções-chaves para compreensão da trama política que dá sustentação às relações desenvolvidas entre elite civil e Exército no Império (SOUZA, 1999, p. 22).

A supervalorização dos seus “sistemas de referências” demonstra os vínculos excessivos que Coelho estabeleceu com seus lugares de produção. As premissas liberais dos séculos XVIII e XIX foram superlativadas nos espaços de experiências e horizontes de expectativas das elites políticas do Império para que Coelho pudesse contemplar as visões da Sociologia da Burocracia e as versões da Ciência Política norte-americana. Desse modo, o sociólogo mineiro impôs a Tese da Política de Erradicação dos militares pelas elites civis para atender as exigências da concepção organizacional nos estudos das relações entre civis e militares no Brasil, desconsiderando as peculiaridades e as singularidades, tensões e impasses, limites e possibilidades políticas dos homens que vivenciaram a política e participaram da construção e consolidação do Estado Imperial no Primeiro Reinado.

Deixou-se de olhar para esse período como a ocasião em que todo o edifício legal e político do império foi montado, quando as instituições se reergueram sob novos prismas, novos marcos temporais foram inventados. Devemos, portanto, ampliar a ideia de uma crise limitada a fatos pontuais, circunscrita a um *tempo coeso*. É dessa época, por exemplo, a criação dos principais mecanismos legais desse Estado, tais como a Constituição de 1824, a lei dos juízes de paz, o

Supremo Tribunal de Justiça, o Código Criminal, entre outros (RIBEIRO, 2009, p. 141).

Na tentativa de estabelecer a Tese da Política de Erradicação como proposta suficiente para explicar as relações entre civis e militares no Brasil, Coelho aproximou a Revolução de 1930 da Independência do Brasil, encaixotando fatos e acontecimentos muito divergentes às delimitações histórico-temporais fixas e arbitrárias, como, por exemplo, Primeiro e Segundo Impérios e República Velha. No caso específico do Primeiro Reinado, Coelho ignorou as ambiguidades e tensões “entre as formas antigas e modernas de pensar e agir, com pontos de superposição e de rupturas”, estabelecendo o 7 de Abril de 1831 como o “momento de consolidação da autonomia e da derrota do Imperador pelos princípios liberais”, encerrando definitivamente uma fase e dar início a uma nova (RIBEIRO, 2009, p. 140). Conforme advertiu Braudel, “se nos limitamos às visões da História tradicional, o que comparamos? Acontecimentos da época de Napoleão III com acontecimentos da época de Luís XIV, o que é uma heresia, um anacronismo” (BRAUDEL, 1989, p. 60).

Sobre o Primeiro Reinado, aliás, estabelecido entre 1822 e 1831, convém considerar que as datações tradicionais normalmente não dão conta de contemplar parte importante das ações dos homens e acontecimentos. Desse modo, é importante salientar que entre as inúmeras possibilidades de recortes, os historiadores costumam ultrapassar alguns limites justamente para descompactar as interpretações. A exemplo do que propõe Gladys Sabina Ribeiro, “1820 seria o início do período, que extravasaria o marco temporal de 1831 e chegaria a 1837, quando o regresso assinalou outro momento na política brasileira”. Compreender a problemática da construção do Estado depende da ampliação dos marcos cronológicos e de leituras que incidem nas balizas clássicas, “como o grito do Ipiranga, a Constituinte de 1823, a outorga da Constituição de 1824, a Confederação do Equador, a perda da Cisplatina e o portuguesismo de D. Pedro I” (RIBEIRO, 2009, p. 143).

Em nossas pesquisas, porém, considerando nossos limites e possibilidades, trabalhamos com os anos de 1821 e 1824, extrapolando eventualmente tais referências temporais, sem comprometer, no entanto, nossos objetivos primordiais, ou seja, demonstrar como o Exército ocupou

espaços centrais e desempenhou ações e papéis essenciais para a formação e consolidação do Estado.

3.1 O Exército, os militares e a política no parlamento brasileiro

Dois aspectos são importantes na obra de Edmundo Campos Coelho quando avaliamos a Tese da Política de Erradicação em relação aos debates parlamentares no Brasil imperial. O primeiro deles diz respeito às tentativas dos parlamentares reunidos na Assembleia Constituinte de 1823, sobretudo os liberais, em desarmar o Executivo tanto quanto possível. O segundo, são as manifestações do que Coelho chamou de “espírito antimilitar liberal”. Coelho sustentou ambas as premissas, mas, no entanto, ao transcrever os artigos do projeto não citou as discussões que os subsidiaram;³² e citou apenas três pequenos trechos de declarações de parlamentares, uma na Assembleia, do Deputado Henriques de Rezende e as outras duas do Deputado Lino Coutinho, durante a primeira legislatura.³³

As citações das referidas fontes deixaram frágeis as fundamentações de Coelho, pois, mesmo com a aparente “qualidade” das declarações de hostilidade contra o Exército, quando inseridas no contexto dos debates, as declarações se esvaziavam. Ao analisarmos as discussões sobre os militares na Assembleia Geral, percebemos que os temas envolvendo o Exército, as demais forças e os militares assumiam papel secundário nos debates, pois, estavam inseridos em uma escala mais ampla, que incluía matérias sobre organização das províncias, prerrogativas e responsabilidades, direitos e

³² Coelho transcreveu nas notas do primeiro capítulo os principais artigos de uma lei ordinária sobre a organização política, administrativa e militar das províncias, apresentados na sessão de 2 de dezembro de 1823. Ocorre que o autor se equivocou na citação da data da sessão. Já sobre o referido projeto, este havia sido apresentado pelo presidente da Comissão de Redação da Assembleia, Sr. Miguel Calmon, no dia 2 de setembro de 1823. Na nota seguinte, Coelho transcreveu os artigos 229 a 233 do Projeto de Constituição do Império, elaborado pela Assembleia e apresentado na sessão de 1º de setembro de 1823 (COELHO, 2000, p. 74).

³³ Trecho da fala do Deputado Henriques de Rezende, que consta dos Anais da Assembleia Constituinte, na sessão de 15 de outubro de 1823; e outros dois trechos das falas do Deputado baiano Lino Coutinho nos Anais da Câmara dos Deputados; a primeira com uma citação genérica do ano de publicação, 1828, e, a outra, do dia 23 de maio de 1829.

garantias individuais, prisão de indivíduos com ou sem culpa declarada, *habeas corpus*, fiança, etc.

Sobre o “esforço de constitucionalização da monarquia” que, segundo Coelho foi “incorporado ao texto do projeto constitucional de 1823”, o autor argumentou, no entanto, que os membros da Assembleia empenharam-se para retirar das mãos do Imperador todas as possibilidades de utilização do Exército pelo Poder Executivo, sublinhando que “no que diz respeito à força militar – Exército, milícias e guardas policiais –, a orientação imprimida no texto era a de desarmar tanto quanto possível o Executivo, entregando a Assembleia o rígido controle da força militar e do seu emprego em questões de política interna” (COELHO, 2000, p. 51).

Sabemos que uma sucessão de acontecimentos acarretou no fechamento da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil por ordem do Imperador, no dia 11 de novembro de 1823, e uma Constituição Política do Império do Brasil foi elaborada por um Conselho de Estado, cujos membros foram selecionados e convocados por D. Pedro I, especialmente para o desenvolvimento de um novo texto, outorgado por Sua Majestade Imperial em 25 de março de 1824.

Entretanto, ainda durante a vigência da Assembleia Geral, na sessão de 1º de setembro de 1823, foi apresentado à Assembleia o texto do Projeto de Constituição. No Título XII, *da Força Armada*, composto por 23 dispositivos, os quais iam dos artigos 227 ao 249, redigidos com suas respectivas determinações e vinculações. Os Artigos 227, 228, 229, 230, 231 e 232 estavam entre os mais “polêmicos”. Dizia o texto do Artigo 227, “haverá huma força armada, terrestre, que estará à disposição do poder executivo, o qual porém é obrigado a conformar-se às regras seguintes”; e o Artigo 228, que constava que a “força armada terrestre é dividida em tres classes, exercito de linha, milícias, e guardas policiaes.” Os textos dos dois artigos são claros: o Exército estava preservado e não fora extinto ou deliberadamente erradicado. (BRASIL, 1823)

Mantida a força de linha, as vinculações seguintes, declaradas no aludido projeto, tinham, porém, o potencial para criar embaraços às disposições beligerantes do Imperador. O Artigo 229 determinava a função

precípua da força militar e o local de sua atuação, a saber, o “exercito de linha é destinado a manter a segurança externa, e será por isso estacionado nas fronteiras”; o Artigo 230, tratou de seu emprego, ordinário ou eventual, na manutenção da ordem, determinando, porém, que, “não pode ser empregado no interior se não no caso de revolta declarada”. Os artigos seguintes determinavam que o emprego do Exército para suplantar revoltas deveria ser analisado e aprovado pela Assembleia, conforme preceituava o Artigo 231, “neste caso ficão obrigados o poder executivo e seus agentes a sujeitar a exame da assemblea todas as circumstancias que motivarão a sua resolução”; segundo consta, o Artigo 232 formulou os ritos para a utilização da referida força diante da excepcionalidade fática da rebelião, declarando que “este exame é de direito das duas salas da assembléa, logo que tiverem recebido noticias d’este acto do poder executivo, reunidas nomearão do seu seio, para proceder a exame, huma commissão de vinte e hum membros, dos quaes a metade e mais hum será tirada á sorte”. (BRASIL, 1823, p. 15)

Os demais artigos tratavam das milícias, forças militares de 2ª linha e das forças policiais. A primeira deveria atuar dentro dos limites das províncias, enquanto a segunda deveria agir nos limites das cidades, vilas e freguesias. No tocante ao Exército, o texto do projeto trouxe em seu Artigo 245, que a “lei determinará cada um ano o número da força armada e o modo do seu recrutamento”; o Artigo 247, por seu turno, declarava que os “officiaes do exercito e armada não podem ser privados das suas patentes senão por sentença proferida em juizo competente”, o que estava de acordo com as discussões da Assembleia, cujas tendências eram manter intactas, e até ampliar, as garantias individuais e os direitos, nesse caso, a inviolabilidade do cargo e da função (BRASIL, 1823).

Por seu turno, o Artigo 248 pode ser visto como uma espécie de provocação direta ao Imperador, que, cerca de um ano antes, foi alçado ao posto de generalíssimo do Exército do Império, por ocasião das Guerras de Independência (Decreto de 13 de novembro de 1822). O artigo em questão determinava, porém, que “não haverá generalíssimo em tempo de paz”. O Artigo 249 dizia que a “força armada é essencialmente obediente e não pode sêr corpo deliberante”. Como podemos perceber, tratou-se mais de combater o

Imperador e suas disposições beligerantes, despóticas e autoritárias, do que o Exército (BRASIL, 1823).

Na interpretação de Coelho, porém, a Assembleia atuou para manter a força militar sob seu controle, quase restrito, inclusive, descentralizando o tanto quanto possível o comando das forças militares. Sobre o tema, Coelho declarou que “legislação ordinária dividia o controle da organização militar com os presidentes de província, a eles subordinados os comandantes militares” (COELHO, 2000, p. 51).

Mas, o artigo 3º do Decreto de organização dos governos provisórios, política, administrativa e militar das províncias dizia que o “presidente será executor e administrador da província, e como tal estritamente responsável: será da nomeação do Imperador e amovível quando ele julgar conveniente”. (BRASIL, 1823)

O artigo 26, do mesmo Decreto, determinava que o “governo da força armada da 1ª e 2ª linha da província compete ao comandante militar, e é independente do presidente e conselho”. Conforme o Artigo 27, “não póde porém o commandante militar empregar a força armada contra os inimigos internos sem requisição das autoridades civis e previa resolução do presidente do conselho, quando se possa convocar, ou do presidente só, quando não seja possível a convocação”, mas o Artigo 28 postulava outra condição, “igualmente não póde o commandante militar fazer marchar a 2ª linha fóra da província sem ordem especial do poder executivo; nem fóra do districto do seu respectivo regimento, sem acordo do presidente da província” (BRASIL, 1887).

De qualquer modo, se a atuação do comandante estava vinculada ao presidente da província, este, por sua vez, estava ligado ao Imperador. Ainda assim, “a nomeação dos Governadores e Commandantes das Armas é uma atribuição inalienável do Poder Executivo: o mesmo Governo provisório assim o cumpra”, declarava o governo na Portaria Nº 52, do Ministério dos Negócios da Guerra e Provisão do Conselho Supremo Militar de 10 de abril de 1823, determinado ao Colégio Eleitoral da Cidade de Natal que o Comandante das Armas da Província do Rio Grande do Norte não poderia ser eleito pelo referido Conselho, “por ser semelhante nomeação da atribuição do Poder Executivo”. (BRASIL, 1887, p. 40)

Com a aprovação da Constituição do Império do Brasil, o capítulo que tratava da *Força Militar* foi reduzido a seis artigos, contra os 23 do Projeto da Assembleia. O Artigo 145 declarava que “todos os Brasileiros são obrigados a pegar em armas, para sustentar a Independencia, e integridade do Imperio, e defendel-o dos seus inimigos externos, ou internos”, privilegiando o princípio do “cidadão em armas” que os adeptos da erradicação julgam ser uma novidade dos liberais da Regência; o Artigo 146 assegurava ao Poder Legislativo fixar o quantitativo das forças militares a cada ano: “emquanto a Assembléa Geral não designar a Força Militar permanente de mar, e terra, substituirá, a que então houver, até que pela mesma Assembléa seja alterada para mais, ou para menos”; por sua vez, segundo o Artigo 147, a “Força Militar é essencialmente obediente; jamais se poderá reunir, sem que lhe seja ordenado pela Autoridade legitima”, o que foi mantido em relação ao Projeto da Assembleia (BRASIL, 1824).

Quanto aos demais dispositivos, o Artigo 148 alterou o que realmente interessava ao Imperador, ou melhor, a prerrogativa sobre o emprego das forças militares, cujo teor determinava que ao “Poder Executivo compete privativamente empregar a Força Armada de Mar, e Terra, como bem lhe parecer conveniente á segurança, e defesa do Imperio”; o Artigo 149 manteve a inviolabilidade das funções, declarando que os “Officiaes do Exercito, e Armada não podem ser privados das suas Patentes, senão por Sentença proferida em Juizo competente”, entendimento que parecia estar pacificado entre os legisladores e o governo; e o Artigo 150, que determinava que “uma Ordenança especial regulará a organização do Exercito do Brazil” (BRASIL, 1824).

Para fundamentar suas asserções sobre a hostilidade civil e a aversão liberal da elite política em relação ao Exército, Coelho utilizou, ainda, pequenos trechos das falas de alguns deputados na Assembleia, em especial as declarações do Deputado Henriques de Rezende, na sessão de 15 de outubro de 1823 (COELHO, 2000, p. 75). Segue o texto de Coelho com a citação do referido Deputado:

O espírito antimilitar liberal manifestava-se de modo agressivo nos pronunciamentos parlamentares. Segundo um constituinte de 1823, 'desde que as nações passaram a ter forças militares regulares e disciplinadas, elas foram escravizadas, porque as corporações vivem debaixo de leis tão despóticas, como são os regulamentos militares, que interesses podem ter de que outros cidadãos gozem de legislação mais doce (...) Esse bem não chega para o soldado, eles não têm, pois, interesse em que ele exista' (REZENDE. Apud. COELHO, 2000, p. 53).

O Deputado Constituinte Venâncio Henriques de Rezende (1784-1866) era padre, natural da Vila de Sirinhaém, da Província de Pernambuco e exercia seu ministério eclesiástico na comarca de Olinda, então capital da província, onde também desenvolvia intensas atividades política.

O Padre Henriques de Rezende foi eleito por Pernambuco para a Assembleia Geral Constituinte nas eleições do dia 14 de setembro de 1822, alcançando 169 votos. Nesta data, eleito, teve a emissão de seu diploma negado pelos membros da comissão eleitoral da comarca de Olinda. Pesou sobre ele uma reclamação pública dos “eleitores e homens bons” pernambucanos, que alegavam que o Padre não poderia assumir a vaga para o cargo de Deputado à Assembleia Constituinte por estar incurso no § 2º, capítulo VI, da Decisão nº 57, de 19 de junho de 1822, da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, em que constava as *Instruções para as eleições* para a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do reino do Brasil. De acordo com as reclamações dos denunciadores, Henriques de Rezende não era um “verdadeiro patriota” e não possuía “decidido zelo pela causa do Brasil”, conforme os termos da legislação em vigor.

§ 2º - Para ser nomeado Deputado cumpre, que tenha, além das qualidades exigidas para Eleitor no § 6º, capítulo II, às seguintes: Que seja natural do Brasil ou de outra qualquer parte da Monarquia Portuguesa, contanto que tenha 12 anos de residência no Brasil, e sendo estrangeiro que tenha 12 anos de estabelecimento com família, além dá sua naturalização; que reúna maior instrução, reconhecidas virtudes, verdadeiro patriotismo e decidido zelo pela causa do Brasil (PERNAMBUCO (ESTADO), 1823).

Após a lavratura da ata de apuração dos votos, Henrique de Rezende entrou com uma representação na Presidência da Assembleia Geral

Constituinte, que a remeteu para a Comissão dos Poderes da casa, responsável por verificar os diplomas dos deputados eleitos para a Assembleia. A Comissão dos Poderes era composta pelos senhores Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado, deputado pela província de São Paulo, Antonio Luiz Pereira da Cunha, Barão de Santo Amaro, Manoel Jacinto Nogueira da Gama, general do Exército, e José Joaquim Carneiro de Campos, deputados nomeados pela província do Rio de Janeiro (BRASIL, 1823, p. 1).

No dia 7 de maio de 1823, o Sr. Secretário Manoel José de Souza França, leu o requerimento enviado por Henriques de Rezende.

O padre Venancio Henriques de Rezende, natural, e morador na provincia de Pernambuco, representa que tendo elle sido eleito deputado com cento e sessenta e nove votos, e julgado nos termos das instrucções em ambos os collegios eleitoraes do Recife, e de Olinda, foi arbitrariamente excluido pela camara do Olinda; o representante convencido, como está, da falta de autoridade naquella camara para o excluir, não pretende comtudo mortificar o congresso com argumentos obvios a todo mundo; elle apresenta só a acta d'aquelle dia, que pelas instrucções é o diploma dos deputados, submettendo á alta sabedoria da assembléa a decisão deste negocio (BRASIL, 2003, p. 62).

Dias depois, a Comissão dos Poderes, em parecer datado de 12 de maio de 1823, avaliou que embora os integrantes da Câmara de Olinda tenham verificado que “constava por duas cartas assignadas por este padre, e impressas nos periodos o *Maribondo* e *Gazeta Pernambucana*, que elle não era affecto á causa do Brazil, promovendo o systema republicano”, extrapolou suas designações e, ao invés de somente apurar os votos dos eleitores e emitir os diplomas aos eleitos, “se arrogou o direito de verificar as qualidades dos votados, que sómente competia á meza dos collegios eleitoraes” (BRASIL, 2003, p. 81). Prosseguiram os pareceristas argumentando que, “a sua exclusão sómente podia ter lugar nos collegios eleitoraes, em que obteve votos”, e, sendo assim, decidiu que

Henriques de Rezende se acha no caso de ser reconhecido deputado pela provincia de Pernambuco a esta assembléa, e ter nella assento, não obstante a falta de diploma, visto que pela actas da camara de Olinda se verifica, que obteve nos collegios eleitoraes 169 votos, vindo a dever occupar o oitavo

lugar entre os 11 que obtiverão diplomas; 2º, que merece ser reprehendida a camara de Olinda por se haver arrogado a jurisdição, que só competia ás mesas dos collegios eleitoraes na fôrma das instrucções (BRASIL, 2003, p. 81).

Henriques de Rezende tomou posse na Assembleia Geral somente no dia 17 de maio de 1823, um mês depois de iniciados os trabalhos daquele congresso. A comissão dos poderes, composta inclusive por um dos mais ferrenhos defensores da causa brasileira e da monarquia de D. Pedro I, o deputado e general do Exército Manoel Jacinto Nogueira da Gama, parece não ter encontrado problemas no fato do padre ter atuado nos movimentos sediciosos de Pernambuco. O padre Henriques de Rezende esteve, de fato, entre “os revolucionários de 1817”. Dentre os pernambucanos que haviam participado das sedições republicanas daquele ano, “integraram a Assembleia Antônio Carlos e os padres Francisco Muniz Tavares, José Martiniano de Alencar, João Antônio Rodrigues de Carvalho e Venâncio Henriques de Resende”, o que tornam ainda mais explícitas, que as circulações dos personagens nas diferentes causas, instâncias e movimentos não lhes traziam maiores problemas, no médio e longo prazos, para aqueles que conseguiam escapar ilesos das punições severas, como a pena capital. Mesmo o sequestro de bens e o degredo podiam reverter-se em função dos relacionamentos ou das necessidades da Coroa.

Mais tarde, quando do fechamento da Assembleia pelas tropas do Exército, em 12 de novembro de 1823, por ordem do Imperador D. Pedro I, “José Bonifácio foi preso em casa. Também foram presos, e depois libertados, Vergueiro, Muniz Tavares, Henriques de Resende, Carneiro da Cunha, Alencar, Cruz Gouveia, Xavier de Carvalho e Luís Ignácio de Andrade Lima” (BRASIL, 1823c, p. 51). Membro ativo do parlamento brasileiro, Henriques de Rezende foi eleito várias vezes para inúmeras legislaturas.³⁴

Em 15 de outubro de 1823, dia da afamada declaração de Henriques de Rezende na Assembleia e que contribuiu para Coelho justificar a hostilidade civil e a aversão liberal contra os militares, as discussões abordavam as

³⁴ O padre e deputado pernambucano Henriques de Rezende, participou das seguintes legislaturas ordinárias: 1830-1833, 1834-1837, 1838-1841, 1842-1844 e 1849-1852. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/presidentes/venancio_rezende1.html>.

cláusulas 9ª, 10 e 11 do projeto constitucional e versavam sobre os direitos dos cidadãos e as liberdades individuais. O artigo 9º, “segundo se acha redigido, diz que nenhum brasileiro ainda com culpa formada será conduzido á prisão, ou nella consevado, estando já preso, uma vez que preste fiança idonea nos casos em que a lei admite a fiança: mas não diz a formula, nem a autoridade que lhe ha de fazer bom, e effectivo o goso desse direito”, argumentou o deputado França. Os artigos em pauta renderam muitas discussões, e, em cada aparte, os deputados apresentavam novas redações (BRASIL, 2003, p. 97-98)

O Deputado Carvalho e Mello lembrou que “depois de terem os sabios autores do projecto de constituição estabelecido os direitos individuaes de maior importancia, que competem aos cidadãos brasileiros, assentarão em pôr primeiro a liberdade pessoal”. Prosseguindo, defendeu que, “nenhuma prisão, ainda legal, fóra do caso de flagrante delicto, se faça sem ordem por escripto do juiz”, salientando que tal pressuposto “é uma garantia da liberdade pessoal, porque evita arbitrios e despotismos dos juízes e firma mais a cada cidadão na posse dos direitos pesoaes”. Ele insistiu ainda que “esta providencia, que se acha nos codigos criminaes mais philosophicos e modernos, e que é fundada nos evidentíssimos principios expostos, e da nossa jurisprudência, [declara que] ninguém deve ser preso sem ordem por escripto do juiz (BRASIL, 2003, p. 98).

Seguiu-se o art. 11 do theor seguinte: Art. 11. Nenhum brasileiro será preso, á excepção de flagrante delicto, senão em virtude de ordem do juiz, ou resolução da sala dos deputados, no caso em que lhe compete decretar a accusação, que lhe devem ser mostradas no momento da prisão: exceptua-se o que determinão as ordenanças militares á respeito á disciplina e recrutamento do exercito (BRASIL, 2003, p. 98).

Avaliando que a redação não estava “devidamente enunciada”, por conter detalhes que limitavam a competência das autoridades, reduzindo-a ao juiz e a câmara, propôs duas emendas ao artigo: 1) “ordem do juiz ou de qualquer outra autoridade competente”; com a supressão das seguintes palavras: 2) “ou resolução das salas”. Em outro aparte sobre a correção do

enunciado do artigo, justificou a importância, em seu entendimento, da exceção relativa ao Exército e ordenanças militares ou regulamentos disciplinares.

A disciplina do exercito é e deve ser mui rígida. Está tudo que diz respeito a ella acautelado nas ordenanças e leis militares. Todos os processos começam pela prisão do réo, se este não está seguro, como é permittido por alvarás modernos. Deve-se guardar o que a este respeito esta estabelecido. Dado que os militares sejam cidadãos e mui distinctos, porque defendem a patria e arriscão suas vidas para segurar o imperio das leis, têm com tudo obrigações mais fortes, que por força limitão mais os seus direitos, e é necessario que algumas especialidades se verifiquem afim de conseguir-se exacta e rígida disciplina, que é a segura garantia destes corpos. Iguamente o que é necessario para se conseguir os recrutamentos, não póde deixar de dar lugar á exceção estabelecida. Nós não temos ainda novas e mais regulares leis de recrutamentos ou conscripções. A lei que existe e que era mui boa para Portugal, não se tem ainda applicado ao Brazil, e terá dilliculdades nesta applicação pela quantidade e diferença da povoação, e mesmo em hypothese de mais regular recrutamento, serão necessarias algumas prisões fóra das regras das que se fazem por crimes. Guardemos no emtanto as exceções marcadas, que são necessarias á vista do exposto, e tempo virá que por novas instruções de recrutamento seja esta doutrina modificada ou explicada (BRASIL, 2003, p. 99).

O Deputado Paula e Mello, pediu a palavra e, diante do que fora pronunciado, teceu as seguintes considerações.

Sobre a 1ª parte do artigo nada tenho que dizer, mas sobre a exceção alguma coisa direi. Nesta 2ª parte exceptuão-se as determinações das ordenanças mililares sobre disciplina o recrutamento do exercito, mas eu queria isto com mais clareza; parece-me que sobre estas mesmas ordenanças devia dizer-se mais alguma coisa (BRASIL, 2003, p. 100).

Ao defender uma nova redação para o artigo em discussão, o mesmo deputado opinou, e, ao finalizar, propôs nova emenda.

Estas ordenanças taes quaes estão são muito barbaras e por isso acho preciso que na constituição se declare alguma garantia, isto é, que ellas hão de ser feitas segundo o espirito da mesma constituição, aliás vamos approvar os seus excessos, a que ficão sujeitos tantos cidadãos brasileiros. Guiado por estas idéas offereço a minha [emenda]: exceptuão-

se dos artigos antecedentes o que determinão as ordenanças militares respeito á disciplina e recrutamento do exercito, as quaes porém devem ser feitas segundo o espírito desta constituição (BRASIL, 2003, p. 100).

Os deputados concentraram as discussões sobre as possibilidades de isentar os militares de suas ordenanças, isto é, os regulamentos do Exército. O deputado Carvalho e Mello insistiu que os regulamentos militares fossem mantidos como mecanismo de assegurar, nos corpos da força, a subordinação e a disciplina, enquanto leis melhores não fossem elaboradas e aprovadas.

Quando á primeira vista se considera essa decisão, parece que não se contemplou o cidadão militar com as mesmas prerrogativas dos mais, ao mesmo tempo que é elle cidadão muito distincto por ser empregado em uma das mais honrosas profissões do estado, em que por módicos soldos tem uma vida penosa e expõe-se ás privações e perigos da guerra e guarda e conserva a paz e tranquillidade interna. Seria, portanto, absurdo que jámais se dicesse que era considerado com menos preço o cidadão militar, mas razões peculiares ha para não poderem ser comprehendidas na regra geral acima exposta. Os illustres compiladores do projecto dividirão a matéria em duas partes, isto é, disciplina e recrutamento. Pelo que toca, á primeira todos sabemos quanto é necessária nos corpos militares a inteira e cega subordinação, se acaso quizessemos introduzir mais formalidades do que as que existem com o fim de conservar garantias á liberdade individual iriamos destruir inteiramente a subordinação, base essencial da conservação dos corpos militares. Assim que esta é ofendida, deve ser promptamente castigada com as penas estabelecidas no regulamento militar (BRASIL, 2003, p. 100).

Ao finalizar sua intervenção, Carvalho e Mello foi sucedido pelo deputado Henriques de Rezende, que se posicionou contrário ao fato de que os militares fossem submetidos às ordenanças e regulamentos militares, segundo ele muito ferrenhas e despóticas, enquanto os demais cidadãos estivessem inscritos nas regras gerais, conforme o espírito da constituição (BRASIL, 2003, p. 101).

Em sua fala, o Deputado Henriques de Rezende fez dois apontamentos, o primeiro sobre a prisão em flagrante delito e, o segundo, sobre a submissão dos militares às suas ordenanças e regulamentos. Para ele, se o espírito da constituição era suficiente para regular o comportamento e punir os delitos dos cidadãos, inclusive os militares, não havia, pois, necessidade de que os

militares ficassem a mercê de suas ferrenhas ordenanças. Isto, pois, poderia gerar toda sorte de contestações dos próprios militares que, sujeitos às punições mais cruéis, não se contentariam em ver que os civis gozavam de condições mais favoráveis em função das leis serem mais brandas.

A clausula em flagrante delicto é mui restricta, e traz muitos embaraços na pratica, um homem que acabasse de commetter um delicto o mais atróz não tinha mais do que dar uma carreira, dar um passeio, e dahi a pouco voltar a zombar daquelles cuja presença offendera com o seu delicto, vinha mesmo insultar impunemente os últimos arrancos do infeliz, que elle havia assassinado, uma povoação inteira estaria vendo o que havia a poucos instantes commettido o delicto, e não o poderia prender, porque a clausula flagrante delicto - quer dizer - enquanto se está commettendo o delicto - e logo que elle acabou de commetter o delicto, não póde mais ser preso. Proponho portanto que á referida clausula se accrescente este aditamento: ou immediatamente a elle (BRASIL, 2003, p. 101).

E prosseguiu.

Proponho tambem que se supprima a ultima parte do artigo, que exceptua o que dispõe as ordenanças militares sobre a disciplina e recrutamento do exercito. Muita gente boa, tem sido de opinião, que desde que as nações entrarão a ter em pé tropas regulares e disciplinadas, alias forão escravizada, porque em verdade corporações creadas e que vivem debaixo de leis tão duras, e despóticas, como são os regulamentos militares, que interesse podem ter de que os outros Cidadãos gozem de legislação mais doce e fácil? Esse bem não chega para os soldados, elles pois não têm interesse em que elle exista. Mesmo pelo que disse um nobre deputado que se farão para eles leis no espirito desta constituição, é que se deve supprimir esta última parte: porque o que significa esta excepção? quer dizer que os militares devem continuar a ser governados por essas leis duras, e despóticas do seu regulamento e passando isto como artigo da constituição, jamais as legislaturas ordinárias poderão alterar essas leis ordenadas por um artigo constitucional, o qual segundo este projecto não se altera senão em uma convenção convocada *ad hoc*. Eis aqui porque oflereço a seguinte [emenda]: Proponho que se accrescente á clausula – em flagrante delicto – a clausula – ou imediatamente a elle. Supprima-se a última parte do artigo relativa á excepção que se faz das ordenanças militares, e recrutamento do exercito (BRASIL, 2003, p. 101).

As discussões prosseguiram, desta vez entre os deputados Montesuma e Henriques de Rezende. Ambos debateram o conceito e as possibilidades de

prisão em flagrante delito e em que circunstâncias o *flagrante delicto* poderia ser considerado como tal. Sobre as ordenanças militares, Henriques de Rezende declarou “que pertence á excepção relativa ás ordenanças militares, parece-me que é indispensavel conservar-se, eu entendo que ella não diz respeito a crimes, mas sómente á disciplina, e esta deve regular-se pelas suas regras particulares” (BRASIL, 2003, p. 101).

Ao término das exaustivas discussões, passou-se, então, à aprovação, por partes, das doutrinas que deveriam regular cada parte das proposituras apresentadas, conforme cada uma das emendas que a elas se referiam, obtendo-se os seguintes resultados.

1º Se a asssembléa approvava a excepção de flagrante delicto mencionada no artigo - Foi approvada.

2º Se passava a clausula da emenda do Sr. Henriques de Rezende, que diz - *ou imediatamente ao delicto* - Não passou.

3º Se a prisão devia ser feita em virtude de ordem motivada, segundo a emenda do Sr. Ferreira Franca - Venceu-se que sim.

4º Se a ordem devia ser do juiz ou da sala dos deputados, nos termos do artigo; ou se devia ser de autoridade competente, na conformidade da emenda do Sr. Montesuma - Decidio-se que fosse segundo a emenda.

5º Se a mesma ordem devia ser mostrada no acto da prisão, conforme a letra do artigo - Venceu-se que sim.

6º Se passava a excepção escripta no mesmo artigo sobre o que determinão as ordenanças militares - Venceu-se que sim (BRASIL, 2003, p. 102).

Não havia, pois, até os pontos que conseguimos avaliar e interpretar, um espírito antimilitar manifesto na Assembleia Geral Constituinte. O que podemos concluir a partir desses debates é que críticas, diretas ou veladas, às instituições existiram e foram contundentes, mas, em um contexto geral, os debates e as proposições manifestavam muito mais as necessidades de elaborar leis e normas mais objetivas, que privilegiassem os parâmetros mínimos das técnicas jurídicas mais modernas, conhecidas e disponíveis à época, e que contribuíssem para a operacionalidade dos dispositivos legais por todas as instâncias de governo e em qualquer região do país, do que desmedidos esforços dos políticos liberais para acabar com o Exército, a exemplo do que propôs Coelho.

A constitucionalização da monarquia não significou, ademais, a erradicação das forças identificadas por Coelho como despóticas e autoritárias, como, por exemplo, as forças militares profissionais. A leitura mais atenta dos debates parlamentares demonstram que os deputados eleitos para a Assembleia Geral Constituinte dedicaram mais tempo discutindo modos e mecanismos para conter abusos de poder e ações arbitrárias das autoridades constituídas, o que de fato ameaçava as liberdades civis e políticas, do que trabalhando para alijar os militares da cena política e erradicar as forças regulares em favor das milícias.

Ao fechamento da Assembleia, em novembro de 1823, e à outorga da Constituição do Império, em março de 1824, em meio ao recrudescimento das disputas e das Guerras pela Independência, seguiu-se a centralização do poder político na figura do monarca, com a ampliação das prerrogativas do Imperador em praticamente todas as esferas e dimensões. À frente do Poder Executivo, incumbiu-se o Imperador de “nomear bispos, magistrados, comandantes das forças de mar e terra, embaixadores, agentes diplomáticos e comerciais; prover os empregos civis e políticos, conduzir negociações políticas com nações estrangeiras” etc., acrescidas às responsabilidades que “lhe eram conferidas em consequência do exercício privativo do Poder Moderador” (ALVES, 2015, p. 51).

Diante disso, D. Pedro I, seus conselheiros e ministros não tardaram em promover reformas e mudanças mais específicas nas instituições de Estado. A organização das forças militares de mar e terra, conforme as possibilidades econômicas do Império, seguiu esta orientação. Com o objetivo de tornar a organização do Exército mais regular, uma ordenança especial foi baixada com o Decreto de 1º de dezembro de 1824, que dava nova organização aos corpos de 1ª e 2ª do Exército.

Sendo muito conveniente que os Corpos do Exercito tomem uma Organização tão regular em sua força, e remuneração, quanto as circunstância permitem: hei por bem que, provisoriamente, tenha execução a tabela, que com este baixa, assignada por João Vieira Carvalho do meu Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra (BRASIL, 1831, p. 87-95).

Na prática, o Decreto alterou os nomes dos regimentos, batalhões e corpos, dando-lhes uma numeração geral que passou a identificá-los melhor. O Batalhão do Imperador ou batalhão de caçadores do Imperador, o Batalhão de Granadeiros da Corte, os Batalhões de Caçadores da Corte e os Batalhões de Granadeiros Estrangeiros, por exemplo, passaram a se chamar, Batalhões de Granadeiros da 1ª linha do Exército, agrupando-se, respectivamente, em 1º, 2º, 3º, 4º, 5º e 6º da Corte. De igual modo, a Legião de São Paulo, até então compostas pela Infantaria de Legião de São Paulo, o Batalhão de Caçadores de Santa Catarina, o Batalhão de Infantaria e Artilharia do Rio Grande de São Pedro, o 1º e o 2º Batalhão de Libertos de Montevideú, as Companhias de Infantaria e o Corpo de Pedestres da Província do Espírito Santo, transformaram-se em Batalhão de Caçadores da 1ª linha do Exército, agrupados, respectivamente, no 7º de São Paulo, no 8º da Cidade do Desterro, no 9º de Porto Alegre, no 10º e 11º de Montevideú e o 12º de Vitória.

Muitas províncias do Império foram contempladas com novos batalhões, regimentos e corpos de infantaria, cavalaria e artilharia de 1ª e de 2ª do Exército, enquanto outras receberam reforços. Unidades que estavam deslocadas da Corte, como a Companhia de Artilharia Montada agregada ao Regimento de Artilharia da Corte, destacada para Montevideú, passou a pertencer à Província de Rio Grande São Pedro com a denominação de 3º Corpo de Artilharia montada de 1ª linha do Exército. A alteração dos nomes das forças de artilharia, brigadas e corpos de artilharia montada e de posição etc., para corpos de artilharia de posição e montada da 1ª linha do Exército, recebeu a denominação geral de “corpo”, segundo observações do próprio decreto, “por não ser conveniente terem todos a mesma força, em atenção ao diverso número [17 unidades], a quantidade de fortalezas de cada uma das Províncias, e à posição e força militar de cada uma delas”. Mesmo com o decreto em vigor, seus efeitos dependiam das condições financeiras das províncias, do aumento do número de homens em condições de prestar serviços militares em cada localidade e das necessidades de defesa (BRASIL, 1831, p. 90). Desse modo, mesmo com os batalhões e copos devidamente alocados, a Corte continuou destacando as forças da 1ª e 2ª do Exército para

socorrer as províncias ou combater as sucessivas guerras que ocorriam em várias partes do Império.

Um dos aspectos mais importantes sobre o Exército no Primeiro Reinado é que a experiência de oficiais militares trazidos ao Brasil por D. João VI ou dos nascidos no Brasil e que aderiram à causa brasileira e à Independência foram devidamente aproveitadas por D. Pedro I. Tal como o Imperador, que sentou praça ao nascer, o Conselheiro e Ministro de D. Pedro I, João Vieira de Carvalho, barão, conde e marquês de Lajes, “foi admitido como praça de cadete no exército” português com apenas 5 anos de idade, em 1786. Nascido em Olivença, Portugal, em 1781, era filho legítimo do coronel João Vieira de Carvalho. Em, 1801, Vieira de Carvalho, o filho, foi promovido a alferes no 2º Regimento de Olivença e a ajudante no mesmo regimento, no ano de 1805. No campo de batalha, combateu os invasores franceses em 1808 e, no ano seguinte, seguiu para o Rio de Janeiro, “sendo então elevado ao posto de major do Real Corpo de Engenheiros”, na Corte de D. João. Tomou parte nas campanhas da Cisplatina entre 1811 e 1817, de onde saiu promovido ao posto de tenente-coronel, “pelo modo distinto porque se houve na batalha de Catalão, travada em 4 de janeiro de 1817”. Após aderir a causa da Independência, em 1822 recebeu outras promoções e honrarias.

Ocupou várias vezes o cargo de Ministro da Guerra, como, por exemplo, entre outubro de 1822 e novembro de 1823, retomando-o em janeiro de 1824 e que ocupou até o dia 21 de novembro de 1827. No dia 5 de abril de 1831 foi nomeado mais uma vez para a pasta da guerra, mas deixou-a novamente no dia 7 de abril, com a Abdicação do Primeiro Imperador. “Depois de abril de 1831 ocupou ainda por duas vezes a pasta da guerra, nos períodos de 1º de novembro de 1836 a 7 de abril de 1837, e de 16 de maio de 1839 a 18 do mesmo mês do ano de 1840” (SILVA, 1906, p. 164-166).

Analisar a trajetória dos oficiais militares e do Exército brasileiro dessa época implica, invariavelmente, em uma série de movimentos que nos levam aos campos de batalha, à política, à diplomacia, à ciência, à administração pública, passando pelos círculos honoríficos das Cortes e os incontáveis esforços militares empreendidos para fazer frente à guerra, mas, de igual modo, aos desafios da política, com seus expedientes de confronto e

negociação. O decreto de 1824 foi uma tentativa, assim como tantas outras que tiveram lugar no Império, de garantir alguma unidade e organizações às forças militares do Brasil. Nessas dinâmicas, aparentemente infundáveis de reformas e modernizações constantes, o “que denominamos Exército brasileiro só terá certa unidade alinhavada pela primeira vez (...) por meio dos ‘movimentos de pacificação’ das décadas de 1830 e 1840” (SOUZA, 2008, p. 36).

3.2 A Independência e o Império: crise e representação

Os acontecimentos desencadeados pela Revolução do Porto e as notícias que chegavam de Portugal criavam novas expectativas sobre a ampliação das liberdades e autonomias políticas. O movimento vintista, marcado, sobretudo, pelas lutas em favor do constitucionalismo liberal, dava causa aos “vivas” e aplausos efusivos com que o povo se reunindo nos espaços públicos das cidades celebrava juntamente com as elites, cada “boa nova” dos novos tempos. “Podemos datá-la do pronunciamento popular em favor do ‘liberalismo’, que empolgara Portugal em 1820, no Pará, na Bahia, no Rio, bacharéis e tropa (com distintos propósitos, a tropa, para reunificar a Monarquia, os tribunos, para a ‘libertar’)” (CALMON, 2003, p. 16).

A proposta de “uma Constituição em moldes modernos, então entendida como sinônimo da conquista dos direitos individuais dos cidadãos e articulada com a limitação do poder dos monarcas absolutistas” elaborada e aclamada pelos portugueses, estimulou os habitantes do Brasil a apoiar o movimento constitucional lusitano com o objetivo de restabelecer as relações com a monarquia absolutista da casa dos Bragança (SLEMIAN, 2003, p. 50). O modelo absolutista, por estar identificado com o despotismo, não era uma opção viável. Desejou-se desde o início o sistema constitucional, contanto que reafirmasse a monarquia e a liberdade como seus elementos fundantes.

A ideia de “criar um conjunto de leis modernas”, capaz de interpor obstáculos aos pressupostos absolutistas e às tradições e valores que regiam o Império português desde o seu surgimento, entusiasmava alguns e preocupava

outros. Os arranjos privilegiaram, porém, os Bragança, e o discurso da *regeneração da nação*, representava a recuperação de “antigos valores e instituições perdidas” (SLEMIAN, 2003, p. 51). A figura do rei foi preservada e a sede da monarquia reestabelecida em Lisboa. Ao desembarcar em Portugal, D. João VI já havia recebido as garantias de que “as partes estáveis da monarquia” não seriam atacadas ou destruídas (TOMÁS. Apud. SLEMIAN, 2003, p. 51).

O movimento jurou fidelidade ao monarca, mas exigiu do regente o reconhecimento de uma constituição liberal, a qual seria elaborada com a instalação das *Cortes Gerais, Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa*. A ideia da *regeneração da nação*, combinou, portanto, duas ordens aparentemente distintas: a *monarquia* e o *constitucionalismo*, para não anular as antigas pretensões portuguesas de criação do grande e poderoso Império.

Cedo entretanto reinóis e nativistas se apartaram, porque, mais forte do que a idéia que os aliara, surgiu o ideal que os incompatibilizou. A política propriamente brasileira reponta no estranho episódio da Praça do Comércio, no Rio, em 21 de abril de 1821 (CALMON, 2003, p. 16).

Era um período em que as estruturas sociais do mundo ocidental estavam em franca desagregação, explicou Jacques Godechot, em sua colaboração para a coletânea *1822: Dimensões*, organizada em 1972 pelo historiador Carlos Guilherme Mota. As “reações senhoriais”, orientadas para resistir aos solavancos provocados pelos avanços progressistas, conduziram todos para a guerra. Nesse período, o absolutismo tornou-se ainda mais reacionário e o “despotismo esclarecido” funcionou em vários países como uma espécie de salvaguarda política e ideológica contra novas ondas de sublevações jacobinistas (GODECHOT, 1986, p. 28). Os absolutistas lutavam para “evitar uma segunda Revolução Francesa”, e esse era o “objetivo supremo de todas as potências que tinham gasto mais de vinte anos para derrotar a primeira” (HOBSBAWM, 2017, p. 179).

Entre 1815 e 1848, uma dezena de revoluções balançou o poderio das nações e as tradições em todo o Ocidente.

Nessa sociedade em curso de transformação, as novas idéias expressas pelos ‘filósofos’ se difundem tanto mais rapidamente por se apoiarem sobre os progressos das ciências e das técnicas e por proporem uma sociedade nova na qual os homens gozarão da felicidade à qual aspiram, e que, politicamente, terá a liberdade e a igualdade como fundamentos (GODECHOT, 1986, p. 28).

A Revolução Constitucionalista do Porto de 1820 e os “sucessos brasileiros”, no curso das transformações descritas por Hobsbawm, contribuíram com a “tardia, lenta e agitada história da institucionalização do liberalismo em Portugal” (SERRÃO, 1986, p. 48), conforme explicou Joel Serrão, em outra contribuição para a aludida coletânea organizada por Mota. A transferência da Corte portuguesa e a adoção de medidas que reposicionaram os brasileiros no cenário político e econômico internacional teriam ajudado a acelerar conflitos e embates nos campos políticos, econômicos e ideológicos dos dois lados do Atlântico. Serrão citou a abertura dos portos e os tratados de comércio celebrados entre 1808 e 1810 com as nações amigas, como a antecipação dos processos que culminariam, uma década mais tarde, com a “arrancada liberal” de 24 de agosto de 1820 e, posteriormente, na Independência do Brasil em 1822.

O desígnio primacial dos liberais portugueses de 1820 – o seu projeto, de raízes burguesas e de aspiração nacional – tendia, na verdade, a reconstruir o antigo estatuto econômico-administrativo luso-brasileiro, gravemente afetado pelo deslocamento da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1807). E daí que a história do malogro do liberalismo vintista (1820-1823) configura, afinal, o reverso da vitória do Brasil no caminho da independência não só de fato mas agora também de direito (SERRÃO, 1986, p. 49).

Tanto Serrão quanto Godechot descreveram os acontecimentos das décadas de 1820 e de 1830 como o momento em que Portugal entrou definitivamente na “Época Contemporânea”. Não parece restar dúvidas que com o Brasil aconteceu algo muito semelhante. Todavia, o “alvorecer de uma nova era”, na expressão utilizada por João Pinto Furtado em estudo sobre a apropriação das revoltas do último quartel do século XVIII no processo de construção da nação, trouxe uma carga gigantesca de possibilidades e, ao

mesmo tempo, impôs sérios limites. Devidamente exploradas, elas podem revelar aspectos novos e importantes desses momentos de grandes transformações, conturbações de toda ordem e conflitos aparentemente insuperáveis. Os contemporâneos da Revolução Liberal e da Independência do Brasil puderam experimentar intensamente todas essas tensões, na mesma medida que tiveram que redefinir suas expectativas a cada novo embate (FURTADO, 2006, p. 99-122).

Nos séculos XVIII e XIX, boa parte das revoluções caracterizaram-se, em linhas gerais, pelas disputas, ora veladas, ora francas, entre os “monarcas hereditários com a graça de Deus”, os quais “comandavam hierarquias de nobres proprietários, apoiados pela organização tradicional e pela ortodoxia das igrejas”, e os grupos que surgiam com as forças econômicas e sociais e emergiam sob a égide da liberdade e do progresso. Os nobres, agrupados em torno dos reis, sustentavam as monarquias absolutas que, “não obstante quão moderna e inovadora, achava impossível e pouco se interessava em libertar-se da hierarquia dos nobres proprietários, à qual, afinal de contas, pertencia” (HOBSBAWM, 2017, p. 50).

Uma monarquia desse tipo estava pronta a usar todos os recursos disponíveis para fortalecer sua autoridade, aumentar a renda tributável dentro de suas fronteiras e seu poderio fora delas, e isto bem poderia leva-la a fomentar o que de fato eram as forças da sociedade em ascensão (HOBSBAWM, 2017, p. 51).

As monarquias absolutistas dos séculos XVIII e XIX buscaram manejar todos os instrumentos que possuíam para incorporar os grupos sociais que ascendiam, concedendo-lhes honrarias, abrindo-lhes espaços na política ou incorporando ideias.

Havia assim um conflito latente, que logo se tornaria aberto entre as forças da velha e da nova sociedade “burguesa”, que não podia ser resolvido dentro da estrutura dos regimes políticos existentes, exceto, é claro, onde esses regimes já incorporassem o triunfo burguês, como na Grã-Bretanha (HOBSBAWM, 2017, p. 52).

Os “homens de grosso trato”, possuidores de vultuosas fortunas e com possibilidades ainda maiores para ampliá-las, foram sistematicamente incorporados nesse ambiente de rivalidades intensas, e não raro, tornaram-se os causadores de conflitos e disputas entre os grupos que compunham as Cortes, contribuindo com o fortalecimento do poder régio ou para sua corrosão, dependendo das dinâmicas de cada um dos contextos em que estavam inseridas. Com suas expectativas, instituíram debates sobre o liberalismo político e econômico, o abolicionismo e o republicanismo, o que produziu uma sequência mordaz de fenômenos e acontecimentos que expunham velhos sistemas, despindo os reis e as monarquias de sua sacralidade teoricamente incontestável. Peter Burke nos explica que desde o “século XVII, um outro tipo de problema, ou conjunto de problemas, emergiu”, o da “crise de representações” (BURKE, 2009, p. 138).

Peter Burke dividiu o problema da “crise de representações” em duas partes: o “declínio da Antiguidade” e o “declínio das correspondências”. As crises representaram a superação gradual dos aparatos simbólicos que sustentavam as monarquias e os monarcas, bem como a perda de eficácia dos vínculos que se estabeleciam entre os reis e seus súditos. A Antiguidade Clássica serviu eficientemente como modelo cultural para monarquias absolutistas manterem, por longos períodos, sua força e imponência, como, por exemplo, a França do século XVII. A questão da superioridade ou não dos antigos sobre os modernos, fora incorporada para associar aos monarcas ao prestígio da tradição clássica. Já a conexão entre o rei e um herói, as figuras de um pai e de um filho ou no “casamento místico entre o rei e o reino” exerciam funções importantes na consolidação e naturalização da ordem política e social existente (BURKE, 2009, p. 137-146).

As situações descritas por Hobsbawm e Burke não soam estranhas à realidade histórica portuguesa. A monarquia e a nobreza lusitanas esforçaram-se para resistir aos ensaios liberalizantes, postergando, mas, ao mesmo tempo, controlando, tanto em Portugal quanto no Brasil, qualquer ação ou situação que colocasse em risco suas posições. A história da nobreza portuguesa foi marcada por intensas negociações mediante integrações e reintegrações constantes entre os monarcas e seus vassallos, homens agarrados às antigas

fidalguias, bem como com as categorias sociais que ascendiam beneficiadas pelo comércio ou pelas guerras. Curiosamente, porém, salienta Hermano Saraiva, superadas as crises de representação e os conflitos entre os grupos, os lusos sempre buscaram afirmar a superioridade e a autoridade do rei (SARAIVA, 1980).

Foi assim durante a “Revolução de Avis” e a instituição da dinastia afonsina no século XII e, mais tarde, durante as crises sucessórias de 1380 a 1385 quando os partidários de Castela foram derrotados pelos mestres armadores e comerciantes afortunados. Daí em diante, “a influência dos condes no governo de D. Fernando” foi temporariamente substituída “pelo predomínio de burgueses interessados numa política de paz e expansão das atividades comerciais e de juristas imbuídos do pensamento cesarista do direito romano” (SARAIVA, 1980, p. 120).

A trajetória dos heróis, contudo, aos poucos vai se desfazendo e, os filhos da boa gente vão reavendo as posições de prestígio, voltando a exercer influência na vida política da nação. Característica fundamental da monarquia portuguesa é a forte centralização da autoridade régia, suficientemente forte para impor os termos das negociações. Mesmo diante de um dos maiores desafios para os monarcas bragantinos e do vigor das propostas dos partidários da Revolução Liberal, prevaleceu o “cesarismo jurídico” de outros tempos. Muito cedo os adeptos da constitucionalização constataram que a “crise política causada pela ausência do rei e dos órgãos do Governo” (SARAIVA, 1980, p. 271) deveria ser solucionada com o retorno do monarca à pátria mãe.

Os esforços das Cortes de Lisboa para restaurar a honra e a glória da Nação Lusitana passou invariavelmente pela regeneração da representação do monarca, e o retorno de D. João VI para Portugal, o que alimentava as esperanças de reorganização das relações entre a metrópole e sua colônia mais rica nos antigos moldes. No entanto, a vinculação da “monarquia a uma Constituição que estabelecesse limites ao poder real e garantisse direitos e liberdades civis e políticas aos cidadãos do Império” (OLIVEIRA, 2009, p. 18) conheceu muitas provações. Mas, naquele momento, firmou-se como o recurso mais viável, ou a que menos comprometia a integridade do Império. Se o

modelo tentava exorcizar os espectros do despotismo e do absolutismo, o que agradava os mais afoitos e radicais, a solução reafirmava a confiança no poderoso Império lusitano e restituía a representação monárquica e sua autoridade.

No Brasil adotou-se um ideário europeu pós-revolucionário que havia se esmerado em marcar a ruptura com o Antigo Regime, identificando o absolutismo ao despotismo e negando qualquer continuidade entre estes e o novo modelo político-administrativo que então se instalava. Mas nem a monarquia absolutista européia foi necessariamente despótica, nem a monarquia constitucional reviveria no século XIX totalmente livre dos resquícios do Antigo Regime. A experiência brasileira demonstraria a força dessa tradição ao seguir, em grande medida, a forma como se organizou e se consolidou a monarquia portuguesa e seu modelo de administração (MARTINS, 2006, p. 179).

No Rio de Janeiro, os compassos seguiram os ritmos de Lisboa até a última hora. A Proclamação da Independência, em 7 de setembro de 1822, resultou dos desacordos irreconciliáveis entre os simpatizantes de um mesmo projeto que naufragou em seus momentos derradeiros por questões cruciais, mas, preservou aspectos-chaves como a preservação da monarquia. Não por acaso, tanto a Revolução Liberal quanto a Independência do Brasil mantiveram o mesmo modelo, a monarquia constitucional e representativa. Uma vez desatrelados os nós que juntavam portugueses e brasileiros, o que restou foi a guerra.

Concentrados na região centrossul do Brasil, os defensores da separação promoveram a guerra contra os portugueses que lutaram em favor do Império lusitano e da Revolução Liberal na Corte e nas províncias, as disputas políticas no interior das instituições e órgãos de representação da Corte, enfrentaram as conturbações da ordem interna provocadas pelos movimentos separatistas ou refratários e os litígios de fronteira sem deixar de reconhecer na figura do monarca, D. Pedro I, a referência dos movimentos de emancipação. O que estava em jogo era o sucesso de um projeto de poder que migrou das mãos dos portugueses para as mãos dos brasileiros após o retorno de D. João VI para Portugal e as medidas impositivas tomadas pelas Cortes de Lisboa desde então. Muito longe de ter sido “o preço a pagar pela

Independência”, a opção pela monarquia respeitou e observou cada etapa dos processos de negociação, com suas transações e enfrentamentos.

No caso específico do período em questão, particularmente os anos de 1822 e 1831 foram registrados por diferentes sujeitos históricos, a despeito das propostas singulares pelas quais lutaram, como momentos de uma *revolução* que engendrou a secessão de uma nova entidade política soberana, assentada em um governo monárquico constitucional e denominado Império do Brasil. Essas condições foram interpretadas como a demonstração da *independência* da sociedade e seu delineamento como nação, equiparável às demais (OLIVEIRA, 2009, p. 18).

No Brasil, nos acostumamos a associar o vocábulo *independência* com a ideia de *separação* de Portugal, sem considerar, no entanto, que “no início do século XIX, independência não se confundia com emancipação e autonomia administrativa” (OLIVEIRA, 2009, p. 19). Desde o século XVIII, inúmeros projetos com viés autonomista foram elaborados. A modernização do aparelho estatal português, notadamente dos sistemas administrativo e tributário, conduzidos durante o reformismo ilustrado de D. Rodrigo de Souza Coutinho e as mudanças promovidas por D. João VI após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, abriram espaços à emancipação, o que não significou, de imediato, a deflagração de um processo de luta pela independência que implicasse na separação política e administrativa do Brasil.

Embora fossem ao encontro dos anseios das elites coloniais e, em muitos casos, da própria Coroa, os projetos com viés autonomista não aconselhavam a separação das partes do reino ou favoreciam o surgimento de uma nova nação. O pano de fundo das políticas portuguesas em relação às suas colônias foi reforçar o monopólio comercial e o predomínio da metrópole como centro político, ainda que, com rédeas mais frouxas aqui e acolá. Mesmo nos anos mais agitados de 1821 e 1822, a construção de novos espaços de poder político pelos setores proprietários do Brasil, enriquecidos durante décadas de atividades agrícolas e comerciais, não colocava em xeque a dominação metropolitana, pois “estava implícita a possibilidade de que a independência pudesse ser alcançada sem que os vínculos com Portugal fosse rompidos” (OLIVEIRA, 2009, p. 20).

Na perspectiva de Maria Odila Leite da Silva Dias, defendida ainda no início da década de 1970, “o apego à imagem da colônia em luta contra a metrópole”, embora justificada, ignora “o processo interno de ajustamento” caracterizado pelo “enraizamento de interesses portugueses e, sobretudo, pelo processo de interiorização da metrópole no centrossul da colônia (DIAS, 2005, p. 12).

O fato é que a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808 (DIAS, 2005, p. 12).

O anseios e as agitações em torno de um ou de outro projeto, porém, já compunham os espaços de experiência da colônia, mesmo antes da transferência da Corte de D. João VI para o Brasil e a saída dos deputados “brasileiros” das Cortes de Lisboa em 1822, um projeto mais poderoso, ou politicamente mais viável, assumiu contornos mais nítidos. Em carta endereçada a José Bonifácio de Andrada e Silva, um dos mais conceituados representantes do Brasil nas Cortes, propunha a elaboração “de uma nova Constituição feita por e para os brasileiros.” Para Caldeira Brant, “bastava tomar a própria lei fundamental dos Estados Unidos da América, acrescentar-lhe palavras ou fórmulas monárquicas e pronto” (HOLANDA, 2010, p. 16).

Os ideais da Revolução Americana fascinaram muitos integrantes das elites políticas brasileiras à época. Inúmeros estudantes brasileiros que voltavam da Europa traziam livros, jornais, panfletos e outros materiais e discutiam em casa ou com seus pares nas vilas e cidades o modelo republicano norte-americano. Durante a Inconfidência Mineira, por exemplo, esses materiais eram confiscados, gerando descontentamentos e, ao mesmo tempo, aguçavam ainda mais a curiosidade pela “febre americanista de libertação revolucionária, que tomava conta da França” (DIAS, 2005, p. 130).

As expectativas em relação às possibilidades de uma revolução republicana no Brasil eram tão grandes que entre 1817 e 1824 os pernambucanos enviaram representantes para tentar obter apoio dos Estados Unidos para suas sedições contra o Rio de Janeiro. Pragmáticos, os norte-

americanos recusaram-se a emprestar suas bandeiras aos grupos revolucionários brasileiros. Nesse período, eles estavam “mais interessados em firmar acordos de comércio com a metrópole portuguesa e com a Corte do Rio”, do que vender armas ou garantir o reconhecimento formal aos conspiracionistas republicanos ou aos movimentos separatistas (DIAS, 2005, p. 131).

Importante salientar que as negociações entre Portugal e os Estados Unidos vinham se fortalecendo desde o início do século XIX e, conforme explicou o historiador mexicano Germán de la Reza, atingiram a maturidade após a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Silvestre Pinheiro Ferreira, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, foi encarregado por D. João VI para conduzir negociações de cooperação mútuas com os norte-americanos e com as nações recém emancipadas da América Hispânica. Em 1821, Pinheiro Ferreira propôs aos Estados Unidos e aos países hispano-americanos a formação de uma grande aliança defensiva com objetivo de fazer frente às invasões de potências europeias e agressões, reunindo-os como signatários de uma *Sagrada Aliança*. Nos termos do acordo, os países americanos comprometiam-se em garantir o sistema constitucional, ampliar a liberdade de comércio e navegação e reconhecer igualdade de direitos dos cidadãos dos países confederados. Mas, o plano de Ferreira malogrou diante dos tumultuados processos que envolveram o retorno de D. João VI para Portugal (REZA, 2015, p. 127).

Em 1822, José Bonifácio de Andrada e Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros do recém criado Império do Brasil, propôs aos plenipotenciários dos países americanos uma nova aliança com a formação de uma federação para ampliar o livre comércio e a defesa das independências dos países do continente. A “tentativa de aliança de José Bonifácio subordinava completamente os seus objetivos à consolidação da independência nacional” (REZA, 2015, p. 127). Um terceiro contato com o objetivo de firmar tratados de união e liga entre as nações americanas foi realizado em 1824 por Felisberto Caldeira Brant e Manoel Rodrigues Gameiro, ministros brasileiros na Grã-Bretanha. A proposta era muito semelhante às fixadas pelas tratativas

anteriores, entre as quais, defender “os princípios de sua independência, sem intervir na forma de governo nem na organização interior dos estados” (REZA, 2015, p. 128).

Em 1825, às vésperas do Congresso Anfictiônico do Panamá, o primeiro encontro das nações americanas marcado para acontecer no Istmo do Panamá, programado para acontecer em 1826, Manuel José Hurtado, representante da Grande Colômbia, a pedido do presidente do país, Simon Bolívar, entregou os convites para o referido encontro aos ministros brasileiros, Caldeira Brant e Rodrigues Gameiro, os quais deveriam enviar as cartas ao Imperador do Brasil, D. Pedro I.

Influenciado pelo apoio de Canning [ministro britânico] à empreitada bolivariana, o imperador Pedro I aceitou o convite e disse estar pronto para enviar os seus delegados ao Istmo, sob a condição de manter neutralidade na guerra contra a Espanha, e que os participantes não interferissem nos gerenciamentos para conseguir o reconhecimento internacional do Brasil (REZA, 2005, p. 128).

O Imperador D. Pedro I chegou a nomear o Comendador Theodoro José Biancardi, Ministro do Conselho de Estado, e José Alexandre Carneiro Leão, representante do Brasil junto ao governo da Grande Colômbia, para chefiarem a delegação brasileira no Congresso do Panamá de 1826. Porém, dias antes do embarque da missão diplomática, D. Pedro I sustou a participação brasileira e reteve seus ministros sem apresentar qualquer justificativa à Bolívar e aos demais chefes das outras nações. Para seus ministros, o Imperador alegou que desejava evitar desgastes com a Espanha e a Inglaterra, anulando as possibilidades de interferência dos países hispano-americanos nas disputas territoriais que o Brasil sustentava contra Buenos Aires na Banda Oriental. Ele temia criar embaraços com Madri, que ameaçava ir à guerra para reconquistar suas antigas possessões na América e era uma das potências dispostas a promover o reconhecimento do Brasil como nação independente. Além disso, os laços de parentesco entre o Imperador e o rei da Espanha, D. Fernando VII conspiravam contra a participação do Brasil nos projetos de união e liga das nações americanas. As atitudes do Imperador isolavam ainda mais o Brasil na

América Ibérica, único país monárquico e escravista em meio a repúblicas que condenavam de modo veemente a escravidão (ALEIXO, 2000, p. 180).

Nesse contexto, os sucessos políticos alcançados pela Revolução Americana, ainda que inspiradores, permaneceram praticamente restritos ao seu território e aos embates coloniais da época. Os conflitos com Lisboa, a emergência de outros projetos e as opções das antigas elites coloniais pela monarquia constitucional afastou qualquer possibilidade de adoção dos pressupostos republicanos e do sistema federativo no Brasil. Relevante apenas para os próprios norte-americanos, “onde as tradições políticas e religiosas dos americanos já tinham consolidado a experiência do *self government* e onde uma série de outras circunstâncias favorecia o surto de capitalismo”, a racionalidade liberal e o pragmatismo democrático dos cidadãos dos Estados Unidos não encontrava espaços para se desenvolver em uma “sociedade como a brasileira, em que dominava a violência pré-política e o sistema escravocrata (DIAS, 2005, p. 131-132).

O projeto conservador, baseado “na centralização administrativa e nos impulsos absolutistas do Estado-nação” (DIAS, 2005, p. 132) foi o grande vencedor em 1822. Com ele, o Imperador tornou-se o *Defensor Perpétuo do Brasil* e as elites transformaram-se nos vigilantes ilustrados da Independência. Prevaleceu uma combinação de paternalismos e beligerância política, próprios do despotismo de D. Pedro I e da ilustração conveniente dos irmãos Andrada, forças suficientes para “afastar a ameaça dos princípios republicanos e de reformas liberais” (DIAS, 2005, p. 133).

O pessimismo quanto às possibilidades dos indivíduos assumirem o status de cidadãos e a sociedade colonial se transformar em uma nação moderna, os temores com as rebeliões escravistas, as anarquias ou desordens sociais contribuía para a centralização política e o autoritarismo, forjando artificialmente a mentalidade das elites e a identidade nacional, preconceituosa e temerária em relação às inovações liberais. A vitória da força sobre a razão, patente nos debates da Assembleia Geral Constituinte de 1823, no fechamento da Casa de Leis e na elaboração de gabinete da nova Carta Magna outorgada pelo Imperador em 1824, desfez as convicções e esvaziou o conteúdo radical das propostas liberais. Perspicaz, Sergio Buarque de Holanda notou que a

expressão *direitos individuais* foi sorrateiramente substituída por *direito civis e políticos* na Constituição do Império (HOLANDA. Apud. DIAS, 2005, p. 135).

Para muitos políticos brasileiros da geração da Independência, o sistema de governo dos Estados Unidos parecia o melhor e mais perfeito do mundo, porém, não era compatível com as condições brasileiras: mesmo entre os indivíduos de convicções liberais, o paroquialismo clamava mais alto que a sua fé nos princípios abstratos dos direitos dos homens; o pesadelo haitianista arrastava-os do caminho da razão, que seria a vereda revolucionária, para a busca mais prudente das raízes nacionais, nas tradições herdadas dos seus antepassados: 'Não me oponho que adotemos dos estrangeiros algumas de suas leis', diria Vergueiro, discursando na Constituinte de 1823. Porém, achava imprescindível adaptá-las ao meio: 'dar-lhes o caráter da nacionalidade que lhe falta' (DIAS, 2005, p. 139).

Pouco sincera em seu liberalismo, a elite política garantiu os meios para ampliar sua participação na administração do Império, lotando os principais cargos da burocracia – magistrados, militares e eclesiásticos. A Independência legitimou o mando dos líderes de 1822 e as discussões da Assembleia Geral Constituinte e os projetos defendidos pelos representantes das províncias nas instâncias legislativas da Corte durante o Primeiro Reinado, ainda que apontassem para o sistema liberal e para a ampliação dos direitos e garantias individuais, não avançaram na prática. Mesmo a Abdicação de D. Pedro I, apontada por muitos como uma vitória liberal dos liberais, não colocou em xeque o modelo autoritário e centralizador.

Com a Regência, teve início a ampliação dos quadros da administração pública e outros tipos de rivalidades, com os “setores novos das classes dominantes” emergindo para a cena política e pressionando os segmentos mais tradicionais. As reformas e os projetos de modernização das instituições, no entanto, serviram mais para acomodar os membros dos segmentos novos e, em alguns casos, substituir os integrantes dos grupos reacionários, do que promover a descentralização política e administrativa e ampliar o escopo das instituições democráticas. Inovações como a criação da Guarda Nacional em 1831 e a reforma do Código de Processos de 1832 ampliaram a força do poder central nas províncias com a criação de “mais de três mil cargos públicos” (DIAS, 2005, p. 143).

Herdeiros do despotismo ilustrado do século XVIII, acreditavam que uma população bárbara e dispersa, como a brasileira, dependia primordialmente de uma tutela paternalista e ilustrada, de um governo central fortemente estruturado. A ideologia conservadora europeia e o exemplo da centralização administrativa da França pareciam-lhes então mais próximas da realidade brasileira, do que a experiência democrática dos americanos (DIAS, 2005, p. 147).

A organização do Exército brasileiro contribuiu para que a elite política pudesse enfrentar e vencer as guerras da Independência e consolidar o modelo de Estado centralizado na monarquia constitucional e representativa. A Proclamação da Independência, circunscrita a um ambiente complexo e contraditório, altamente conservador e autoritário, não atendeu as supostas expectativas de *self-government* e não contribuiu para a erradicação dos militares, conforme defendeu Edmundo Campos Coelho. Ao contrário, tanto o Exército quanto os militares, membros ativos da burocracia estatal, foram protagonistas da emancipação e tiveram atuação decisiva nos processos e movimentos políticos do Império. Nesse contexto, as forças militares tornaram-se centrais, juntamente com outros órgãos da administração. Assim como os demais grupos e segmentos sociais que compunham o aparato institucional português, que inspirou, aliás, seu correspondente brasileiro. Diante desse quadro, o Exército e os militares permaneceram ocupando espaços privilegiados no Império do Brasil.

Grosso modo, o centro, encarnado pela figura real e pelo sistema de corte, significa uma noção de governabilidade real que imbrica o mando fiscal, a distribuição da justiça, a autoridade militar, a compensação por privilégios (SOUZA, 2006, p. 209).

Havia desde os tempos da colônia uma estrutura organizativa pouco rígida, na qual figurava o monarca como possuidor legítimo de todas as terras e a Coroa, expressão da centralidade monárquica e imperial. Em seguida, apareciam os representantes régios, membros da burocracia estatal portuguesa, que exerciam cargos na administração e atuavam nas diferentes instâncias instaladas na colônia. Cuidadosamente escolhidos e nomeados pelo

monarca para explorar a terra desde os tempos das capitanias, os dignitários, estavam ligados à Coroa por compromissos de lealdade.

Como o rei estava sempre “ausente”³⁵, estabeleceu-se, desde os primeiros esforços de ocupação e exploração da colônia, a “noção de autogoverno regulado”, que dependia mais dos compromissos afetivos, como a lealdade e a fidelidade ao monarca, das conjunturas, tensões e negociações entre as várias instâncias e as partes interessadas, como o monarca, seus ministros, os dignitários e os funcionários do Império, do que da autoridade do governo em si. O princípio regulador, aparentemente frágil, na teoria e na prática expressava a adesão da localidade ao centro, garantindo a maleabilidade e a elasticidade necessárias para o sucesso do sistema colonial português, cujo principal desafio era manter-se unido diante da vastidão territorial e da magnitude do empreendimento colonial.

A centralidade encarnada pela corte comunicava-se com todas as localidades, numa espécie de atributo universal, produzia relações de dominação e presumia certa maleabilidade para enfrentar o conflito e a negociação, assegurando a coesão do império (SOUZA, 2006, p. 210).

Não devemos ignorar que com a Independência do Brasil, a Corte, formada por D. Pedro I no Rio de Janeiro, a partir da região centrossul do vasto território brasileiro, não renunciou ao antigo arcabouço, cuidadosamente construído durante pelo menos três séculos de negociações, conflitos e adesões. A emancipação foi a realização de um príncipe com fortes propensões absolutistas e uma elite política francamente monárquica, estabelecidos, enfim, sobre o único modelo de governo e administração que

³⁵ D. Maria I e D. João VI foram os primeiros monarcas portugueses a pisar nas possessões coloniais lusitanas na América. Eles chegaram ao Brasil em 1808, fugindo da invasão francesa em Portugal. A rainha D. Maria I, nasceu em 17 de dezembro de 1734, em Lisboa, e faleceu no dia 20 de março de 1816, no Rio de Janeiro. Ela havia sido aclamada Rainha de Portugal em 1777, no entanto, em função das sérias doenças mentais que sofria, foi afastada em 1792. Nesse ano, D. João, herdeiro presuntivo do trono português, foi declarado Príncipe Regente, mas, sua aclamação como monarca do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarve, criado em 1815, aconteceu somente dois anos após a morte de D. Maria I, no dia 6 de fevereiro de 1818, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro (SARAIVA, 1980, p. 255-259).

apreciavam e, de acordo com sua formação e treinamento,³⁶ capaz de assegurar o sucesso da fórmula pretendida: a unidade política, a ordem interna e a integridade territorial (CARVALHO, 2003, p. 65-92). A expressão concisa da governabilidade lusitana, implantada de cima para baixo no Brasil, supõe, portanto, certa rigidez, mas que, na prática, assegurava grande flexibilidade aos relacionamentos entre o centro e as localidades.

Na localidade, em tese, buscava-se celebrar a ordem social referida ao rei e que o reverenciava, a despeito de sua ausência nos territórios ultramarinos. Isso engrandecia a ação do *vassalo*, que precisava se comportar em consonância com os ditames da arte de governar, mesmo longe do exemplo severo, paternal e justo do rei (SOUZA, 2006, p. 211).

Os vínculos eram tão austeros, de parte a parte, que tanto a fuga da Corte portuguesa para o Brasil em face da invasão francesa de 1808, ou, ainda, quanto os não menos atabalhados processos que determinaram o retorno de D. João VI à Portugal em 1821, contribuíram para manter as províncias do reino fiéis aos pactos e acordos coloniais e à Lisboa, sede da monarquia, ou ao Rio de Janeiro, pela proximidade. Nesses termos, a ausência do rei não significava a irrelevância do governo, centralizado na figura do monarca e da Corte. As dificuldades para a manutenção da unidade, embora desafiadas de tempos em tempos pelas sedições locais em várias províncias importantes, estimuladas ou não pelo movimento constitucionalista criado no Porto e trasladado para Lisboa entre 1820 e 1821, quando se deparou, pelo menos inicialmente, com riscos prementes de desagregação, como os que a Coroa espanhola estava enfrentando nas suas colônias na mesma época, foram combatidos e debelados por uma série de ações e atitudes do Imperador e dos instrumentos de que dispunha para promovê-las.

Oportunamente, quando a Independência começou a ficar mais evidente, sobretudo em função das inabilidades políticas e dos excessos dos constitucionalistas lusos em relação ao Rio de Janeiro e ao Príncipe Regente, a Corte portuguesa incentivou a resistência e a guerra nas localidades valendo-

³⁶ Esses termos foram amplamente analisados por José Murilo de Carvalho que identificou na educação, notadamente a formação superior obtida pelos membros das elites políticas coloniais e, mais adiante, imperiais, constituiu-se em um instrumento “poderoso de unificação ideológica”. Cf. CARVALHO, 2003, p. 65-92.

se das dos comandantes e das tropas portuguesas que estavam estacionadas nas províncias e dos relacionamentos das localidades com o centro que, na prática, se davam de maneira direta e sem intermediações desde outrora. No tocante às relações entre as diferentes capitanias ou províncias, umas com as outras, estas sempre foram marcadas mais pela dispersão e menos pela unidade. À propósito, “entre 1808 e 1821, as palavras *capitania* e *província* eram usadas de forma alternada e ambivalente na legislação editada pela Coroa portuguesa”. Os dois termos eram utilizados para designar as “unidades territoriais que integravam o império luso na América (GOUVÊA, 2008, p. 17).

A dispersão, estratégia eficaz para a manutenção da unidade e da fidelidade ao centro durante o período colonial, era um bom exemplo da engenhosidade administrativa portuguesa. Além de “obrigar” as capitanias ou províncias a manter relações diretas com a sede da monarquia, inibindo tanto quanto possível a comunicação entre as localidades, mantinha baixos os níveis de contaminação que as inúmeras revoltas e sedições podiam exercer sobre as outras partes da colônia ou mesmo do Império. Muito mais do que a distância geográfica entre as capitanias e as províncias, era a austeridade dos vínculos e a intimidade dos relacionamentos com a Coroa portuguesa que contribuíam para manter relativamente incólumes as localidades, mesmo quando a exaltação dos vizinhos evoluía para a radicalização. Conforme explicou Arthur César Ferreira Reis, a “revolução pernambucana de 1817 não ecoara”, por exemplo, nas capitanias do Rio de Negro e do Grão-Pará, pois, “seus governantes, tomando-se de receios, haviam providenciado para que nada ocorresse”. Precavendo-se com meios militares e policiais, “a fim de evitar a penetração de ideologias que pusessem em perigo o exercício manso da soberania portuguesa ou servissem para derrubar o funcionamento do poder absoluto” (REIS, 2004, p. 73).

No que tange às guerras da Independência, a desarticulação entre as forças portuguesas, sobretudo as que estavam estacionadas no norte e nordeste do Brasil, revelaram de modo dramático como o quadro de dispersão das unidades territoriais lusitanas contribuiu, entre outros aspectos, para a derrota das forças imperiais lusas e a expulsão das tropas portuguesas do Brasil. Os portugueses dominavam posições importantes nas províncias do

Ceará, Piauí, Maranhão e Pará, comandadas pelo Major João José da Cunha Fidié, enquanto as tropas do General Madeira de Melo controlavam Salvador e seus arredores com alguma vantagem. No início de 1823, o General Avillez, expulso do Rio de Janeiro com a Divisão Auxiliadora, chegou a Bahia para se juntar às tropas de Madeira de Melo, após despistar a escolta brasileira que o conduzia de volta para Portugal. Mesmo diante da existência de uma quantidade significativa de tropas portuguesas naquelas regiões, havia pouca ou nenhuma comunicação entre as forças, e não podemos afirmar que algum tipo de contato ou coordenação tática e estratégica mais efetiva tenham sido realizadas pelos comandantes portugueses para fazer frente às investidas das forças brasileiras. Obviamente que as distâncias e as dificuldades de movimentação de tropas em territórios tão vastos tornavam as manobras mais difíceis, mas, seguramente, as dificuldades também eram reflexo da dispersão e do isolamento, estratégicas no modo português de governar suas possessões desde os tempos da colônia.

A experiência colonial legou ao Brasil uma sociedade marcada pela descentralização. Como se sabe, a colonização portuguesa foi feita pela mão do poder privado, através do sistema de capitanias hereditárias debilmente unidas entre si – sistema que sobreviveu à sua extinção formal. Era o que observava Saint-Hilaire, botânico francês que esteve no Brasil na época da independência: 'Cada capitania tinha seu pequeno tesouro; elas pouco se comunicavam entre si, muitas vezes até ignoravam a existência umas das outras. Não havia no Brasil um centro comum: era um círculo imenso cujos raios convergiam muito longe da circunferência' (FERREIRA, 1999, p. 23).

O historiador Franchini Neto observou que, entre 1822 e 1823, diferentes recursos foram mobilizados de ambos os lados durante as conflagrações da Independência. Mas, embora os recursos militares sejam importantes para vencer batalhas e, conseqüentemente, a guerra, outros fatores integram os cálculos e influem diretamente nos resultados em campanhas militares com essas dimensões. Já destacamos a questão da vastidão territorial e da dispersão das relações e as dificuldades de comunicação entre as províncias. O que se caracterizou como instrumento importante para o governo português durante a colônia e o reinado de D. João VI, transformou-se em desvantagem

na defesa dos territórios contra o avanço das forças militares oriundas do centrossul do país e favoráveis a Independência. Podemos dizer, de outro modo, que o modelo favoreceu duplamente o futuro imperador, pois, contribuiu para que as campanhas da Independência alcançassem êxito e, mais adiante, para que as elites políticas brasileiras consolidassem a emancipação nas guerras contra os separatistas durante o Primeiro Reinado e a Regência.

O caráter político do conflito impôs restrições severas aos portugueses. Desde a deflagração da Revolução do Porto em 1820, os constitucionalistas lusitanos estavam empenhados em difíceis negociações com o D. João VI e a Corte, há mais de uma década estabelecidos no Brasil. O retorno de D. João VI foi minuciosamente negociado, apesar da postura reticente, e até mesmo vacilante, da casa bragantina durante as tratativas. Ao assumir a regência, D. Pedro I encontrou um cenário ainda mais difícil, com rebeliões de toda ordem, divisões militares amotinadas, ausência de um aparato administrativo melhor adequado para o enfrentamento das crises, o esvaziamento do tesouro, falta de recursos financeiros do governo etc.

O cenário, conturbado pelas insistentes investidas dos políticos lisboetas sobre o Príncipe Regente e o Brasil, ansiosos para recuperar o domínio exclusivo sobre a antiga colônia, ficou ainda mais agitado com as repetidas desobediências do lado brasileiro, e conduziu as discussões para terrenos ainda mais instáveis. O contexto foi marcado por beligerâncias e confrontos políticos, jurídicos e diplomáticos perpetrados por representantes de ambos os lados, com medidas que contribuíam mais para sufocar o diálogo e inviabilizar as negociações do que solucionar os problemas e pacificar as relações. O resultado foi a beligerância explícita no campo político e, invariavelmente, a guerra.

No quadro específico da Independência do Brasil, entendemos a guerra como um eixo posicionado entre os embates políticos dos portugueses e os brasileiros e as negociações para dar fim as conflagrações e negociar os termos da paz e as adesões. Em dado momento, as negociações excederam todos limites formais, resultado do fracasso das tratativas entre os líderes políticos lusitanos e a elite brasileira, exigindo que ações conduzidas por especialistas no emprego e utilização da violência, formalizadas e legitimadas

pelas partes e admitidas como atividade social e política abrangente, embora nem sempre eficaz para solucionar conflitos de diferentes tipos e dimensões, fossem implementadas. Em outros momentos, as hostilidades foram suspensas, os conflitos políticos minimamente sanados e os termos de convivência e adesão negociados.

É preciso considerar, entretanto, que esse movimento não foi linear, ou melhor, não seguiu uma sequência regular de estágios ou padrões assinalados pela beligerância política e diplomática, a guerra e as negociações das adesões sucessivamente. Durante o Primeiro Reinado, ou pelo menos entre 1820 e 1828, as beligerâncias políticas tiveram início com as imposições das Cortes de Lisboa em relação ao Brasil, entre 1820 e 1822, e as decisões de desobedecer as ordens portuguesas pelo Príncipe e pela elite política brasileira, estes atos, simbolicamente representados pela declaração do “Fico” em 9 de janeiro de 1822, trouxe consequências durante todo o Primeiro Império.

As guerras, por sua vez, tiveram início com as inquietações e sublevações da Divisão Auxiliadora na Corte, em 1822 e 1823, e as incursões militares para expulsar as tropas portuguesas do Rio de Janeiro e das províncias que não reconheceram de imediato a Independência do Brasil, como, por exemplo, Cisplatina, Bahia, Piauí, Maranhão e Pará. Contudo, outros conflitos provocados pelos ímpetus separatistas dos brasileiros ou por questões de ordem diversa, mas, relacionadas com as disputas pela emancipação, ocorreram novamente.

A reocupação do Pará, meses depois da adesão em 15 de agosto de 1823, a Confederação do Equador em 1824 e a Guerra Cisplatina entre 1825 e 1828 demonstram que a guerra ocupou um lugar central no processo de Independência do Brasil e consolidação do Império (FRANCHINI NETO, 2015, p. 285). Durante as refregas davam-se as negociações das adesões.

O resultado da Guerra de Independência do Brasil deveu-se, principalmente, à condução das operações militares em si, da mobilização contra a Divisão Auxiliadora no Rio de Janeiro, da expulsão do Batalhão do Algarve, em Pernambuco, da rápida mobilização e envio das tropas comandadas por Labatut, em julho de 1822, da vitória em Pirajá e das operações até a vitória na Bahia, do erro tático de Fidié de atacar Parnaíba, da bem

estabelecida estratégia naval de Cochrane, dentro outros atos militares. Mesmo com muitos problemas, faltas de recurso e disputas dentro do Exército brasileiro (...) a ação armada foi eficiente, contando com importante participação e sacrifícios da população, especialmente no Norte-Nordeste (FRANCHINI NETO, 2015, p. 285).

O Imperador venceu os portugueses “por ganhar a batalha política contra as Cortes, em grande parte do Brasil, logrando posicionar-se como o representante dos ‘brasileiro’”. Foram várias as atitudes de desobediência do Imperador e do governo do Brasil, manifestados nas cartas escritas ao pai, declarações, avisos, cartas régias, decretos e leis. Esses documentos compunham os “expedientes da beligerância” e os “ritos das conflagrações” e contribuíram para instaurar um clima de apreensão e indignação contra os partidários da Revolução Constitucionalista. O Imperador soube combater nas diversas frentes que abriu, ou seja, nas atitudes e decisões políticas, nas guerras e nas negociações das adesões.

Ganhou, com isso, o apoio da grande massa da população que se sentia distante de Portugal, mas que não necessariamente possuía uma identidade nacional brasileira. Beneficiou-se, também, das disputas internas em Portugal e da dinâmica europeia daquele momento. Ainda assim, D. Pedro venceu e unificou o país, pois conduziu forças capazes de impor-se no campo de batalha. Um dos efeitos do mito da Independência pacífica do Brasil foi o de menosprezar os atores da guerra, deixando-os ao largo de uma história que, em maior ou menor grau, eles contribuíram para criar (FRANQUINI NETO, 2015, p. 286).

Para combater os partidários das Cortes de Lisboa nas províncias, o monarca e seus ministros deslocaram considerável quantidade de forças militares para debelar os movimentos, prender e expulsar seus líderes. Uma vez controladas as forças opositoras, iniciavam-se longos processos inquisitoriais que culminavam com punições aos participantes e deportação para Portugal. Via de regra, e a exemplo do que já demonstramos, alguns dos líderes mais notáveis das revoltas eram costumeiramente reintegrados aos quadros da administração imperial, quitadas ou não suas pendências com a Coroa. Era comum verificar a presença de antigos integrantes das revoltas

ocupando cargos na administração imperial, quando não, capitaneando novas sublevações.

A vigência de laços mais ou menos estáveis entre os integrantes do centro e das localidades, diga-se, quase afetivos, ainda que frágeis em função da “ausência” do rei, eram reiteradamente fortalecidos com negociações, honrarias, prebendas, condecorações e favorecimentos de vários tipos em retribuição aos serviços prestados e concessões para exploração da terra, com possibilidades inimagináveis de enriquecimento que essas atividades tornavam possíveis. Esses expedientes permaneceram ativos durante o Primeiro Reinado, apesar da multiplicação dos conflitos envolvendo as províncias e a Corte de D. Pedro I.

Um conjunto significativo de decretos régios e imperiais ampliavam os níveis de sustentação da monarquia com a arregimentação dos homens bons de cada província para atuar nas repartições e instituições governativas. A administração política e militar foi definida nos inúmeros decretos editados pelo regente, principalmente após a transferência da Corte para o Brasil. As juntas governativas estabelecidas pelo Alvará de 10 de setembro de 1811 (que criou as juntas províncias, subordinadas ao Desembargo do Paço), o Decreto de 1º de outubro de 1821 (que estabeleceu a administração política e militar) e a Lei de 16 de fevereiro de 1822 (que criou o Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias) tornaram-se imprescindíveis para ampliar a adesão das lideranças, alcançar alguma tranquilidade política nas províncias, diminuir os riscos de ruptura institucional e fragmentação territorial, além de manter ordem para governar (GOUVÊA, 2008, p. 18).

Com a Proclamação da Independência, poucos foram os editos e preceitos normativos dos antigos governos, seja da colônia, seja do Reino Unido, imediatamente revogados pelo Imperador. Antes, passaram a integrar os códigos normativos do Império até que outras leis e decretos fossem discutidos, aprovados e publicados.

A Carta Constitucional de 1824 estabelecia ainda que seriam os ‘eleitores das províncias’ os responsáveis por proceder às eleições indiretas de todos os cargos eletivos na nova monarquia constitucional brasileira, situação que permaneceu inalterada durante todo o período imperial; que – a despeito do

caráter restritivo elitista da cidadania no regime monárquico constitucional brasileiro (...) possibilitou destacar o papel fundamental desempenhado pelas províncias imperiais no âmbito da nova organização política do Brasil, particularmente sob o ponto de vista da representatividade e da participação política dos *cidadãos* no novo sistema de governo constitucionalista então instituído (GOUVÊA, 2008, p. 19).

A consolidação da Independência e a formação do Estado monárquico passavam necessariamente pela adesão das elites regionais. No entanto, nos momentos mais agudos, o monarca e as elites imperiais lançavam mão do Exército e dos militares, sobre os quais recaíam outras funções além de fazer a guerra, combater os inimigos do Império e debelar as insurreições. Parte importante das decisões, ações e práticas foram tomadas ou implementadas com base em ações tipicamente militares, como as incursões para conquista e domínio de posições do inimigo através das guerras.

Em boa medida, o Imperador e as elites políticas civis e militares colocaram maior ênfase em atos jurídico-normativos que revelaram a importância depositada pelo governo nos “expedientes da beligerância” ou “rituais da conflagração” e nas negociações das adesões, embora a guerra tenha sido uma realidade constante diante de necessidades incontestes. As ameaças militares aos anseios das elites políticas, se existiram, foram combatidas da primeira até a última instância, com o próprio Exército e os oficiais comandantes que compunham com o D. Pedro I ou identificavam-se com os pressupostos que fundamentaram a criação do Império do Brasil.

3.3 Os expedientes da beligerância e os rituais da conflagração

A relutância inicial foi substituída pela impetuosidade, sobretudo quando D. Pedro I se defrontou com o General Avelaz. Rebelados desde o anúncio da Revolução Liberal, as tropas portuguesas no Rio de Janeiro exigiam que D. João VI “jurasse as bases da Constituição portuguesa que se estava fazendo em Lisboa”. Em 26 de fevereiro de 1821, pressionado e nervoso, D. João jurou reconhecer “o que ainda não se conhece e talvez não exista”, confessou a um de seus cortesãos. A data marcou a transferência do poder do Rei D. João VI

para o Príncipe Regente, D. Pedro I. “Os acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821 marcaram a entrada definitiva de D. Pedro na política” (LUSTOSA, 2006, p. 65). Mas, aqueles eram tempos difíceis e o momento exigiria de D. Pedro I provas mais elevadas de denodo e inteligência.

A revolta de 26 de fevereiro mudou o rumo das coisas no Rio de Janeiro, trazendo a revolução para a sala de visitas. Os oficiais dos batalhões portugueses estavam totalmente solidários com o movimento que tivera em Portugal o apoio dos militares. Durante o ano de 1821, essas forças – representadas pela divisão auxiliadora – seriam os verdadeiros agentes das Cortes no Rio de Janeiro. Tanto por identidade com as ideias constitucionalistas quanto pela necessidade de apoio militar, d. Pedro procurou compor-se com elas (LUSTOSA, 2006, p. 70).

Já o Príncipe Regente, D. Pedro I, iniciou sua trajetória política marchando à frente da tropa. Após as eleições para os deputados das Cortes e a aprovação das bases da nova constituição em Lisboa, os dirigentes brasileiros decidiram que “só entrariam em execução quaisquer medidas constitucionais relativas ao Brasil depois de votadas pelos deputados brasileiros”. A decisão desencadeou uma série de manifestações e atos de desagravo contra a medida do Conde dos Arcos, da parte dos correligionários das Cortes de Lisboa. Proclamações e pasquins contra a medida foram espalhados na cidade contentando a medida (LUSTOSA, 2006, p. 71).

No dia 5 de junho de 1821, o General Avillez mobilizou as tropas que “se puderam em armas no Rossio”. Acuado, D. Pedro I tomou medidas para satisfazer os portugueses e a malta, que protestava em praça pública. O Príncipe Regente jurou em praça pública fidelidade às Cortes e o General Avillez, gozando de imenso prestígio, assumiu o comando das armas, “e foi mesmo o general Avillez quem assumiu, daí em diante, o poder de fato no Rio de Janeiro, regulando inclusive as atribuições do Regente” (LUSTOSA, 2006, p. 71). Para esvaziar a autoridade do Príncipe Regente, várias medidas foram tomadas pelas Cortes, e todas foram implementadas no Brasil pelas juntas de governo e governadores de armas das províncias, todos fiéis à Portugal.

A quantidade de decretos aumentou com o passar do tempo e, ainda que D. Pedro I mantivesse fidelidade habitual aos empenhos constitucionais lisboetas, apesar das afrontas que recebia diariamente dos portugueses

designados para governar o Brasil, suas frágeis convicções começavam a titubear. Em dezembro de 1821, a publicação no Brasil dos decretos da Corte de 29 de setembro, alteraram dramaticamente o rumo dos acontecimentos. A causa brasileira ganhou corpo entre os principais da Corte e a burocracia estatal, prejudicados com a extinção ou a transferência das repartições de governo para a Lisboa. Os clamores da jovem imprensa nacional, até então inexistente ou pouco efetiva, as manifestações da malta urbana, que mudava suas opiniões, e, os conselhos da esposa do Príncipe Regente, D. Carlota Joaquina foram decisivos, pois

A 9 de dezembro entrava barra adentro o brigue *Infante D. Sebastião*, trazendo os famosos Decretos nº 124 e 125, com os quais as Cortes portuguesas, numa incrível incompreensão da realidade brasileira, levaram os brasileiros a uma inevitável reação que resultou na Independência. Desparecia praticamente o Reino brasileiro. Sem governo central, sem justiça de última instância e, finalmente, sem um príncipe como representante da realeza, que restava ao Brasil? Era a destruição de toda a construção política da Monarquia. As Cortes que se haviam iniciado com aplausos unânimes da nação portuguesa daquém e dalém mar, transformavam-se em inimigos do reino que até então havia servido de sede da monarquia (LACOMBE, 1994, p. 34).

Após o “Fico”, o Príncipe Regente entrou em confronto direto com o Governador de Armas do Rio de Janeiro, o General Avillez. Em 11 de janeiro de 1822, um incidente envolvendo um oficial português e o Tenente-Coronel José Joaquim de Lima e Silva, no Teatro São João, quase terminou em tragédia. No mesmo dia, parte da oficialidade portuguesa percorreu as ruas do Rio de Janeiro “quebrando vidraças, insultando transeuntes e praticando outros desacatos contra as casas que tinham luminárias por causa do Fico (LUSTOSA, 2006, p. 82). Eles prometiam fazer o Príncipe embarcar para Portugal, nem que para isso tivessem que açoitá-lo.

No dia 12, o clima era de guerra, com toda a tropa de linha e miliciana do país, incluindo os regimentos dos Henriques e dos Prados reunidos no Campo de Santana. A estes se juntavam cidadãos de todas as classes, armados como podiam. Entre eles marchavam roceiros, agregados, negros forros, escravos, frades, eclesiásticos e muitos portugueses, empunhando facas,

cacetes, clavinotes, dispostos a enfrentar a divisão portuguesa (LUSTOSA, 2006, p. 82).

O Regente solicitou ainda que tropas de São Paulo e Minas Gerais fossem enviadas para apoiá-lo contra Avillez. Amotinadas, as divisões portuguesas refugiaram-se em Niterói. Após várias negociações e ameaças, D. Pedro I conseguiu expulsar do Rio de Janeiro a Divisão Auxiliadora, em 8 de fevereiro de 1822. Na biografia de D. Pedro I, Isabel Lustosa informou que a data de saída das divisões comandadas por Avillez do Rio de Janeiro foi o dia 15 de fevereiro de 1822. Outros historiadores informam, porém, que a partida aconteceu em 8 de fevereiro, 4 dias após a morte prematura do Príncipe da Beira, D. João Carlos, primogênito de D. Pedro I.

O Tenente-General Jorge de Avillez, nomeado por D. João VI Governador das Armas do Rio de Janeiro, recebeu ordem do Congresso de Lisboa para fazer regressar a Lisboa o Príncipe D. Pedro. Mas este não acata as ordens recebidas, confinando o General Avillez e as tropas que desejam manter a lealdade a Portugal, na praia de Niterói. A 8 de Fevereiro, a bordo da fragata União, acompanhado de uma esquadrilha de canhoneiras, D. Pedro intima o general Avillez para que com os restos da Divisão Auxiliadora fieis a Portugal, abandonem o território brasileiro e regresse ao Reino (PEREIRA, 2005, p. 90).

Embarcado e escoltado para fora da barra, duas das naus que levavam a Divisão Auxiliadora, inclusive a do General Avillez, conseguiram despistar as corvetas brasileiras. Distanciando-se do comboio, corrigiram suas rotas e rumaram para a Bahia, para juntar-se às forças do General Madeira de Melo. Entre os meses de janeiro de 1822 e março de 1823, várias expedições portuguesas foram enviadas de Lisboa com o objetivo de retomar o controle do Brasil ou fortalecer as forças de resistência ao Rio de Janeiro nas províncias. Muitas conseguiram juntar-se às forças militares portuguesas que ainda permaneciam fiéis à Revolução Liberal e Constitucionalista. Outras, porém, foram interceptadas pelas forças leais ao Imperador e mandadas de volta. Em outras situações, militares de todas as patentes e postos aderiram voluntariamente às tropas de D. Pedro I. Entretanto, as situações ainda

permaneciam confusas com muitos corpos de tropas de primeira linha e de milícias vagando pelas províncias em busca de orientação e comando.

Para além da Baía onde estavam o General Madeira de Melo e o chefe de divisão Pereira de Campos com importantes efectivos militares e navais; hasteavam a Bandeira portuguesa Montevidéu, onde estava D. Álvares da Costa Macedo e Meneses com alguns meios militares e navais; Piauí sob direção de Cunha Fidié; e as províncias do Maranhão, Pará e Ceará. Em decreto de 28 de outubro de 1822, assinado por D. Pedro, é nomeado o Ministro da Marinha do Brasil o capitão-de-mar-e-guerra Luís da Cunha Moreira que exerceria o cargo até 17 de dezembro de 1823. Aderiram a Armada Brasileira e juraram fidelidade ao Imperador 91 oficiais portugueses sendo 9 capitães-de-mar-e-guerra, 21 capitães-de-fragata, 18 capitães-tenentes, 15 primeiros-tenentes e 28 segundos-tenentes. Dos 22 guardas-marinhas e 39 aspirantes da academia Real, regressaram a Portugal 8 guardas-marinhas e 22 aspirantes, além de 4 lentes (PEREIRA, 2005, p. 93-94).

Em 2 de junho de 1822, meses antes da Proclamação da Independência, reuniu-se o Conselho de Estado³⁷ por determinação do Príncipe Regente D. Pedro I que, em atendimento às representações dos Procuradores Gerais das províncias de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro criou o órgão consultivo e deliberativo para discutir os problemas envolvendo as relações do Brasil com Portugal às vésperas da separação (BRASIL, 1823c; RODRIGUES, 1973).

³⁷ O *Conselho de Estado* foi um órgão consultivo e deliberativo do Império criado pelo Decreto de 16 de fevereiro de 1822. Inicialmente, D. Pedro I criou o *Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias*, que ficou conhecido como Conselho de Estado. O primeiro conselho permaneceu ativo até 1823, quando D. Pedro I, coroado Imperador, extinguiu-o para criar a Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil. Com a dissolução da Assembleia, o Imperador criou o segundo Conselho de Estado, em 13 de novembro de 1823, para elaborar a Constituição do Império do Brasil. Mesmo com a outorga da Constituição do Império, em 1824, e o retorno das atividades legislativas em 1826, o Conselho de Estado continuou existindo. Em 1834, diante da publicação do Ato Adicional, que reformou a Constituição do Império, o segundo Conselho de Estado foi novamente extinto. Em 1842, porém, foi reativado mais uma vez, sem usufruir, no entanto, de prerrogativas constitucionais. O terceiro Conselho de Estado manteve-se ativo durante todo o Segundo Reinado, com a função de esclarecer a Assembleia Nacional sobre os projetos do governo. No final do Império, com a Proclamação da República, o “primeiro parlamento brasileiro”, como também ficou conhecido o órgão consultivo do Imperador, foi definitivamente extinto. A reunião, organização e publicação das Atas dos Conselhos de Estado ocorreram entre 1972 e 1977, resultado de um convênio entre o Senado Federal e o Arquivo Nacional. Coube ao historiador José Honório Rodrigues o tratamento do acervo e a publicação de 12 volumes de fac-símiles de seus manuscritos. Conferir: BRASIL, s./d. Atas do Conselho de Estado.

Na oportunidade, o Príncipe Regente conclamou os brasileiros e seus representantes para juntos, defenderem a “causa do Brasil”, isto é, a Independência e a criação uma nova nação. Apesar de jovem, D. Pedro I dava demonstrações de desenvoltura nas aparições e manifestações dirigidas aos brasileiros, aproveitando, com alguma habilidade, as oportunidades que surgiam para se dirigir ao povo. A dinâmica conturbada dos acontecimentos que envolveram a separação reforçava as necessidades de falas mais duras e posicionamentos mais enérgicos, os quais denominamos “expedientes da beligerância”. Seguia-se de modo obsequioso os “ritos da conflagração”, falas e clamores inflamados eram instrumentos que o Primeiro Imperador utilizava para mobilizar os cidadãos, convocando-os para os embates contra “essas facciosas Cortes” e incitando-os a participar das ações em favor do projeto de formação do Império do Brasil. Não por acaso, ajuntamentos públicos como aqueles realizados rotineiramente no Campo de Santana, como, por exemplo, na ocasião da expulsão dos portugueses leais às Cortes de Lisboa ou das falas em favor da Independência, reuniam grande número de pessoas (RODRIGUES, 1973, p. 43-44).

Eu lhes peço que advoguem a Causa do Brasil da forma há pouco jurada ainda que contra Mim seja (o que espero nunca acontecerá) porque Eu pela Minha Nação Estou pronto até a sacrificar a própria vida, que a par da salvação da nossa pátria é nada. Pelas razões expostas acabais de ver a necessidade que houve desta instalação repentina, e saber que dela depende a honra, a glória, e a salvação da nossa Pátria, que está em sumo perigo. Ilustres Procuradores, estes os sentimentos que regem a Minha Alma, e também os que devem reger a vossa: contai comigo, não só como intrépido Guerreiro, que pela pátria arrostará todos e quaisquer perigos, mas também como amigo vosso, Amigo da Liberdade dos Povos, e do grande, fértil, e riquíssimo Brasil, que tanto Me tem honrado, e Me ama (RODRIGUES, 1973, p. 44).

O discurso de D. Pedro I, dirigido aos representantes das províncias, todos cuidadosamente “eleitos”, seus ministros, oficiais militares de alta patente etc., era mais um dos inúmeros expedientes praticados pelo Imperador nos momentos que antecederam a Independência. Os expedientes da beligerância obedeciam aos ritos da conflagração, uma procissão de discursos, clamores, conclamações, manifestações e pronunciamentos que resultaram em cartas

régias, leis, decretos, decisões e ordens dirigidas aos membros burocracia estatal, a imprensa e ao povo, mas, também, aos adversários políticos e aos inimigos públicos. Nos momentos de maior turbulência, os objetivos eram preparar e incitar os aliados para os conflitos e, ao mesmo tempo, alertar, repreender, censurar e advertir os inimigos. Além dos pronunciamentos e decisões de governo, os “papelinhos, ou panfletos, manuscritos ou impressos”, tornaram-se, assim como as declarações oficiais do soberano, “armas típicas da vida política do mundo moderno e início do contemporâneo” (CARVALHO, 2012, p. 7).

O documento do “Fico”, por exemplo, foi uma declaração de fidelidade à Portugal pelo Imperador por intermédio do Senado. O “Auto da Câmara”, documento que os senadores dirigiram ao Príncipe Regente, em 9 de janeiro de 1822, contendo a fala do Senado dizia que: “logo que desamparasse o Brazil, elle se tornaria independente; e ficando eu, elle persistiria unido a Portugal”. D. Pedro I respondeu naquela mesma data missiva com a seguinte exclamação: “como he para o bem de todos, e felicidade geral da Nação, estou prompto: diga ao Povo, que fico!”. O objetivo da vereação que se dirigiu ao Príncipe Regente era impedir seu retorno para Portugal, pois temiam que a anarquia tomasse conta da nação. Após anunciar aos senadores que permaneceria no Brasil, D. Pedro I saiu às varandas do Palácio do Paço e disse ao povo: “Agora só tenho a recomendar-vos união, e tranquilidade!” (CARTA..., 1822, p. 3).

Em um primeiro momento, o leitor menos atento poderá dizer que não há nada de beligerante na fala do Príncipe, uma vez que o mesmo atendeu uma solicitação das vereações do Rio de Janeiro, do Senado do Paço e dos representantes das províncias, como as do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande de São Pedro. Além disso, D. Pedro I se comprometeu manter o Brasil unido a Portugal quando declarou, imediatamente após a fala do Senador, que permaneceria no Brasil, “para que ele continuasse unido a Portugal”. Mas, esse é um documento genuinamente conflagracionista, considerando-se, em primeiro lugar, as turbulências que o Brasil vinha passando desde a instalação da Revolução Constitucionalista de 1820 e o retorno de D. João VI para Portugal e, em segundo lugar, ao ato de

desobediência expressa de D. Pedro I em relação aos Decretos nº 124 e 125, de 29 de setembro de 1821.

Em outra carta enviada ao pai, datada de 15 de fevereiro de 1822, o Príncipe Regente dava parte a D. João VI sobre as representações que havia recebido das deputações das províncias de Minas Gerais e São Paulo. Tanto os mineiros quanto os paulistas exigiram que ele ficasse no Brasil, “e que seja qual fôr a decisão sobre a minha retirada, ella sempre se oporá, a que eu regresse a Portugal custe-lhe o que lhe custar”. D. Pedro I solicitou ao pai para que comunicasse o “Soberano Congresso, para que Elle assim como hia por huma precipitada deliberação acabando com a Monarchia, tome em considerações justissimamente feitas”, sublinhou sua fidelidade ao congresso português, mas, advertiu, “Sou Constitucional, e ninguém mais do que eu, mas não sou louco, nem faccioso” (CARTAS..., 1822, p. 4).

Em um documento anexado à carta de D. Pedro I ao Rei D. João VI, o vice-presidente da Província de Minas Gerais, José Teixeira da Fonseca Vasconcellos, julgou equivocadas as decisões das Cortes contidas nos Decretos de 29 de setembro de 1821.

Logo que se fizerão publicos os Decretos das Cortes de 29 de Setembro do anno passado sobre a nova forma dos Governos Provisorios, e a retirada de V. A. R. deste Reino do Brazil para Portugal, foi tal a comoção do Povo, e Governo da Província de Minas Geraes, que julgarão ter a hydra do Despotismo erguido o seu collo para os reduzir a peor estado do que aquelle, de que acabavão de sahir pelos actos da venturosa Regeneração Política garantida pela instalação das Cortes Geraes, e Extraordinárias em Lisboa; e tomando o Governo em consideração o estado de desgosto, em que todos se achavão, e as funestas consequencias, que desgraçadamente resultarão da execução daquelles Decretos, propoz-se a enviar-me a esta Corte para ser o órgão de comunicação dos sentimentos, que os animão a procurar na Augusta Presença de V. A. R. o remédio de tantos males (CARTAS..., 1822, p. 4).

O Decreto nº 124, de 29 de setembro de 1821, estabeleceu em cada província uma autoridade isolada e diretamente ligada ao novo centro, Lisboa. Conforme o artigo 14º da Carta de Lei,

os governadores e commandantes das armas de cada uma das províncias serão sujeitos ao governo do reino, responsáveis a elle e às côrtes, e independentes das juntas provisórias do governo, assim como estas o são d'elles, cada qual nas matérias de sua respectiva competência, devendo os governadores e commandantes das armas communicar ás juntas, bem como estas a elles, por meio de officios concebidos em termos civis e do estylo, quanto entenderem ser conveniente ao publico serviço (PORTUGAL, 1883, v. 1, p. 242).

Repetia-se, assim, a fórmula colonial da dispersão. O Rio de Janeiro, outrora celebrado como centro do Novo Mundo português após 1808, deveria retornar à condição de província unida a Portugal. O deputado mineiro insistiu que as imposições das Cortes eram prejudiciais a Portugal e advertiu que a insistência no cumprimento da ordem conduziria Portugal à conflagração contra suas colônias.

Olhando-se pois para a nova forma dos Governos Provisorios adoptada com generalidade do de Pernambuco para as mais Províncias, que não estão felizmente em iguaes circumstancias, observa-se à primeira vista hum systema desorganizador, dividimdo-nos, e estabelecendo quatro Authoridades independentes humas das outras, que de necessidade se devem considerar em huma temível lucta pela independencia da sua criação, a unica possibilidade às Cortes, donde resultará numa guerra intestina entre todas ellas por conflicto de jurisdicções, sem que o povo ache apoio em alguma segurança individual, e de propriedade: quanto mais que os Generaes encarregados do Governo das Armas serão novos Proconsules, e Colossos do Despotismo, que suplantem sem remedio os direitos do Cidadão, que inutilmente procurará socorro nas Cortes a través de duas mil legoas, sendo talvez reduzido a pó pela força armada à disposição de hum prepotente, ainda favorecido com huma gratificação mensal (CARTAS..., 1822, p. 5).

O trecho em questão nos ajuda a compreender as bases em que se assentaram as ações de D. Pedro I e dos defensores da causa brasileira quanto à manutenção da unidade política, da integridade territorial e da ordem pública. Os temores do Príncipe Regente, com a nova forma de governo imposta pelo Decreto de 29 de setembro de 1821, manifestada nas ordens emanadas de Lisboa, estão patentes. Temiam os brasileiros que a extensão desmedida dos poderes políticos e militares aos “Proconsules” portugueses,

“arbitrariamente formarão Estados em Estado”, o que atentava, sobretudo, contra a sereníssima dinastia reinante, a Casa de Bragança, segundo preconizava o artigo 19 das bases da Constituição política da nação portuguesa (TEXTOS..., 2002, p. 78).

As côrtes geraes, extraordinarias e constituintes da nação portugueza, havendo decretado, em data ele hoje, a forma ele governo e administração publica das providencias do Brazil, de maneira que a continuação ela residencia do príncipe real no Rio de Janeiro se torna não só desnecessaria, mas até indecorosa a sua alta jerarchia; e considerando juntamente quanto convem aos interesses ela nação que sua alteza real viaje por alguns paizes illustrados, a fim ele obter aquelles conhecimentos que se fazem necessarios para um dia occupar dignamente o trono portuguez (PORTUGAL, 1883, v. 1, p. 243).

A determinação das Cortes de Lisboa para que D. Pedro I regressasse à Portugal e passasse imediatamente a viajar incógnito pelos reinos da Espanha, França e Inglaterra, para aprender e desenvolver melhor a virtude do espírito, principalmente a afeição ao constitucionalismo, repercutiu mal entre os brasileiros. Ato contínuo, Fonseca Vasconcellos protestou indignado com a falta de visão dos representantes das Cortes em relação ao Brasil e aos perigos que se avizinhavam caso ele obedecesse a referida determinação.

O outro, em que se determina, que V. A. R. regresse quanto antes para Portugal, e que passe a viajar incógnito às Cortes e Reinos de Hespenha, França, e Inglaterra, sendo acompanhado de pessoas dotadas de luzes, virtudes, e adesão ao Systema Constitucional, considerando-se a continuação da residência de V. A. R. nesta Corte não só desnecessária, mas até indecorosa a Sua Alta Jierarquia, oferece huma nova prova do Systema desorganizador, roubando-nos a esperança de termos em V. A. R. hum centro comum de união das Províncias deste Reino, para onde devem confluir todos os raios do circulo deste Edificio Político; e he sobre maneira ofensivo à Alta Grandeza, e Jierarquia de V. A. R., e aos habitantes deste Reino do Brazil, tanto por não ser devidamente apreciada a preeminência da Augusta Pessoa de V. A. R., como também por considerar-se o Brazil recolonizado, e por isso indigno de possuir em seu seio o Herdeiro do Throno (CARTAS..., 1822, p. 6)

A deterioração das relações entre os partidários da Revolução Constitucionalista e os adeptos da causa brasileira culminou, entre outras ações, com a criação do Conselho de Procuradores Gerais da Província, que consistiu, ademais, em uma das primeiras medidas voltadas para a formação de um governo independente no Brasil, desde que as rugas com as Cortes de Lisboa haviam deteriorado as relações. Em 16 de fevereiro, D. Pedro I ainda alimentava a esperança na concretização de uma monarquia luso-brasileira, declarou estar “despido de toda a ambição; e muito mais daquela que poderia provir-me da autoridade de Regente do vasto Reino do Brazil, e de Lugar-Tenente de Vossa Magestade” (CARTAS..., 1822, p. 8).

Mas, além de declarar independentes todas as províncias do Brasil, tornando-as subordinadas exclusivamente a autoridade de Lisboa, a assembleia portuguesa revogou todos os acordos de comércio e navegação do Brasil com a Inglaterra, destacou tropas para ocupar posições no Rio de Janeiro e em Pernambuco, transferiu todas as instituições e juntas governativas de volta para Lisboa e determinou que as forças militares lusitanas garantissem o retorno imediato do Príncipe Regente D. Pedro I à Portugal. As medidas tinham como objetivo precípua isolar o Rio de Janeiro e as demais províncias do centrossul – São Paulo e Minas Gerais, bem como anular a autoridade do Príncipe Regente. As províncias do Norte e do Nordeste, como Pará, Maranhão, Ceará e Pernambuco coadunaram as deliberações das Cortes, pois, suas lideranças possuíam maiores vínculos com Lisboa do que com o Rio de Janeiro (FAUSTO, 2003, p. 132).

A 3 de junho de 1822, a representação dos procuradores de província dirigidas ao Imperador condenava as atitudes de Portugal, “o Congresso de Lisboa, que perdeu o Norte”, asseverou o orador, “é capaz de todas as tramas e de propagar a anarquia para arruinar o que não pode dominar” (RODRIGUES, 1973, p. 45). Os representantes das províncias reunidos no Conselho de Procuradores declaravam em tom de descontentamento: “o Brasil tem direitos inauferíveis para estabelecer o seu governo e a sua independência, direitos tais que o mesmo Congresso Lusitano reconheceu e jurou”. Em outro trecho da representação dirigida ao Príncipe Regente, os

procuradores reclamavam a emancipação e defendiam a Independência e a convocação de uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Brasil.

O Brasil não quer atentar contra os direitos de Portugal, mas desadora que Portugal atenta contra os seus. O Brasil quer ter o mesmo Rei, mas não quer Senhores nos Deputados do Congresso de Lisboa. O Brasil quer independência, mas firmada sobre a União entendida com Portugal, quer, enfim, apresentar duas grandes famílias pelas suas leis particulares, presas pelos seus interesses, e obedientes ao Mesmo Chefe. Ao decoro do Brasil à Glória de Vossa Alteza Real, tornamos repetir, não pode convir que dure mais tempo o estado em que Ele se acha (RODRIGUES, 1973, p. 45).

Na mesma sessão, D. Pedro I anuiu o conteúdo da representação e emitiu o decreto de convocação da Assembleia.

Reconhecendo eu a verdade e a força das razões que Me Foram ponderadas, bem Vendo outro modo de assegurar a Felicidade deste Reino, manter uma justa Igualdade de Direitos com Ele, e o de Portugal, sem perturbar a Paz, que tanto convém, a ambos, e tão própria é de Povos Irmãos, Hei por bem e com o parecer do Meu Conselho de Estado Mandar Convocar uma Assembleia Geral Constituinte e Legislativa composta de Deputados das Províncias do Brasil novamente eleitos na forma das instruções, que em Conselho acordarem, que serão publicadas com a maior brevidade (RODRIGUES, 1973, p. 45).

Nas sessões dos dias 10, 12 e 15 de junho foram discutidas e aprovadas as instruções para a eleição dos representantes de cada província para a Assembleia Geral Constituinte. Nesta última, os procuradores do Rio de Janeiro apresentaram carta dirigida ao Conselho pelo Brigadeiro Domingos Alves Branco, “rogando-lhes que solicitassem os socorros destinados para a Província da Bahia”. D. Pedro I mandou expedir duas Cartas Régias, sendo uma endereçada ao Governador de Armas da Bahia, ordenando que o General Inácio Luís Madeira de Melo cessasse as hostilidades contra o povo da Bahia e embarcasse imediatamente para Portugal, “não receando a responsabilidade para com Sua Majestade, e Cortes, porque se encarregava Sua Alteza Real”; e outra à Junta do Governo da Bahia, “mandando-lhe no caso de desobediência de Madeira, retirar para o interior todo o povo” (RODRIGUES, 1973, p. 48).

Em 17 de junho de 1822, D. Pedro I tomou para si uma Proclamação aos Baianos, na qual conclamava os povos da Bahia a “desterrar o medo, e fazer aparecer o valor, e intrepidez dos invictos”.

Vós sois dóceis, cândidos, e francos, a prova é terdes-vos entregado nas mãos de facciosos, sectários de outros, no dia 10 de fevereiro de 1821, em que os estragos, e insultos, que hoje soffreis começaram (lancemos sobre isto um véo; todos fomos enganados), nós já conhecemos o erro, e nos emendamos, vós o conheceis agora, cumpre, para não serdes traidores á Pátria, fazer o mesmo. Vós vêdes a marcha gloriosa das Provincias colligadas, vós quereis tomar parte nella, mas estais aterrados pelos invasores: Recobrai animo. Sabei que as tropas commandadas pelo infame Madeira, são susceptíveis de igual terror: haja coragem, haja valor. Os honrados Brasileiros preferem a morte á escravidão, vós não sois menos; também o deveis fazer para comnosco entoardes Vivas á Independência moderada do Brazil, ao nosso bom, e amável Monarcha El Rei o Senhor D. João VI, e á nossa Assembléa Geral Constituinte e Legislativa do Reino do Brazil (BRASIL, 1822a, v. 1, p. 124; 1822b)

Nesse mesmo período, tropas militares portuguesas, estrategicamente posicionadas nas províncias, inclusive na Corte, atuavam para conter os movimentos do jovem Príncipe e para fazer frente a D. Pedro I e aos adeptos da “Causa do Brasil”. Os expedientes da beligerância, meticulosamente construídos de ambos os lados, seguiam observando meticulosamente os ritos da conflagração. Conforme assinalou Boris Fausto, “a consolidação da Independência se deu em poucos anos, mas isso não se fez sem alguns conflitos militares relativamente graves” (FAUSTO, 2003, p. 143).

As tratativas políticas possuíam grande relevância, mas a guerra ia surgindo como fator irreversível. Na sessão do Conselho de Estado de 23 de junho de 1822, os representantes das províncias discutiram o juramento da Constituição das Cortes portuguesas argumentando que “uma facção de alguns de seu Deputados iludidos pela ignorância, e ambição, e pelo implícito, e desacautelado juramento”, legislaram sobre o Brasil mesmo estando distantes e alheios aos problemas brasileiros, contribuindo de modo deliberado para desunir as províncias e provocar o estado de anarquia em que se encontravam. Na referida sessão, José Bonifácio pediu aos conselheiros que aprovassem o

envio de forças militares para a Bahia, “oprimida pelas tropas de Portugal comandadas por Madeira” (RODRIGUES, 1973, p. 50).

Na sessão do Conselho de Estado do dia 2 de setembro de 1822, o Procurador da Província Cisplatina, Lucas José Obes fez um importante discurso conclamando os integrantes “de la mas noble parte de la Monarquia”, isto é, o Príncipe Regente, os ministros, a burocracia estatal e os representantes das províncias a defender a nação “contra orgulho e a petulância que moviam os portugueses”, e alertou sobre os perigos das incursões militares das forças metropolitanas contra o Reino do Brasil.

Contemplemos sino esa multitud de anátemas que han vomitado contra el Brasil inocente los Mouras, los Fernandes, los Carneiros; contemplemos los frutos precoces desa política em las Expediciones que partieron, y las que se preparan em secreto para levantar cadalsos al patriotismo Americano, y transportar encadenado si fuera preciso, cubierto de oprobrio y vengansa al heredero del Trono, al emulo sin emulos de los Alfonzos, de los Henriques, de los Manueles (RODRIGUES, 1973, p. 64).

O clima era de apreensão em face das conturbações nas províncias e das ameaças de uma invasão portuguesa no Rio de Janeiro. A “desobediência” de D. Pedro I trouxe grandes expectativas e sérias consequências. Não obstante, a guerra era uma realidade incontroversa e os conselheiros pediam ao Príncipe Regente para dar fim as beligerâncias na Bahia e acelerar os preparativos de defesa da sede da monarquia. A proclamação da Independência do Brasil ocorreu em meio às guerras.

Me habia propuesto decir algo sobre la particular organisacion que coveniene al Exercito em uno pays como el nuestro; pero dejando este delicado assunto al zelo del Ministro que tanto acerto dirige los Negocios de la guerra, seame perimittido tender la vista sobre otros objetos de nuestra defensa. La guerra que nos amenaza es una guerra terrible, por que trabajan em ela contra nosotros el orgullo, la venganza, y los caprichos de um Populosa casi toda Sebastianista; terrible porque nos és fácil distinguir las enemigos, ni conocer todos sus recursos; terrible em fin porque esta guerra no conoce mas leves que la fuerza y la fortuna (RODRIGUES, 1973, p. 66).

Em 9 de setembro, dois dias após a Proclamação da Independência do Brasil, observando a determinação do Conselho de Estado, o General Xavier Curado, uma das figuras mais destacadas da “causa brasileira”, apresentou à Sua Majestade Imperial, D. Pedro I, e aos demais membros do conselho, os *Apontamentos relativos a defesa externa da Província do Rio de Janeiro desde a Ilha Grande até Cabo Frio, e sobre a defesa interna da Capital* (RODRIGUES, 1973, p. 70).

Joaquim Xavier Curado nasceu na freguesia da Meia-Ponte, então Província de Goiás, em 1º de março de 1743. Após a morte do pai, mudou-se para o Rio de Janeiro para dar continuidade aos estudos. Aos 21 anos de idade alistou-se no Exército como soldado-nobre e em 1774 foi destacado para integrar as tropas do General João Henrique Böhm, nas campanhas de expulsão dos espanhóis da Banda Oriental. Daí em diante, cumpriu inúmeras missões na região da Cisplatina, até chegar à capital da Corte em 30 de dezembro de 1820 para tomar assento no Conselho Supremo Militar e, mais tarde, sob a Regência de D. Pedro I, assumir o cargo de Governador de Armas do Estado Rio de Janeiro em 1822. O General Xavier Curado foi condecorado pelo Primeiro Imperador com o título de Barão e Conde de São João das Duas Barras. Ele faleceu em 15 de setembro de 1830 na capital do Império (SILVA, 1906, p. 190).

No documento que dirigiu ao Conselho de Estado, o experiente comandante avaliou cuidadosamente as possibilidades de invasão do território brasileiro pelas tropas portuguesas, aquilatando as possibilidades de o inimigo transpor a barra e desembarcar tropas nas praias da cidade. O plano de campanha do General Xavier Curado expunha as minúcias táticas de uma possível invasão e tomada da cidade pelas forças portuguesas, as providências defensivas, mediante a organização e disposição das forças militares brasileiras, planos de evacuação das vilas e cidades etc. O documento, com pouco mais de cinco páginas, possui ainda um “Mapa das forças disponíveis de 1ª e 2ª linha que devem formar a defesa desde Sepetiba”, estimadas em 10 mil homens (RODRIGUES, 1973, p. 73-74).

As forças militares da colônia e do Império seguiam o princípio de que deveriam existir, ou coexistir, as forças militares regulares e a população

armada, organizadas e distribuídas nas forças de 1ª Linha do Exército e da Armada, profissionais e pagas; a 2ª Linha, ou Milícias, tropas auxiliares e gratuitas cuja prestação de serviços era obrigatória e recaía normalmente sobre os cidadãos que não compunham as forças regulares, com idade entre 18 e 35 anos e em condições de se armar às próprias expensas; uma 3ª Linha de tropas militares, as ordenanças, foi amplamente utilizada nesses períodos e eram integradas por homens com idade entre 18 e 60 que não estivessem empregados nas forças regulares ou nas milícias. O recrutamento para as forças era regulado por força de lei e sofria alterações constantes, tanto na colônia quanto no império (MENDES, 2010, p. 57).

A ideia do general era formar um arco defensivo capaz de confrontar os invasores desde Cabo Frio, ao norte, até a Ilha Grande, mais ao sul, valendo-se de baterias de artilharia alocadas nas fortificações ao longo da barra, de “tropas a pé” e a cavalo, com forças regulares, milícias e ordenanças. Xavier Curado simulou vários cenários de ataque, defesa, retirada e contra ataque, considerando as forças e os recursos disponíveis para ambos os lados, as melhores possibilidades táticas e as posições mais vantajosas que cada força poderia, ou mesmo, deveria conquistar. Após décadas comandando destacamentos do Exército português nas campanhas do sul, o general tornou-se um conhecedor das tropas portuguesas, suas táticas e estratégias.

Supondo-se que as forças atacantes não podem forçar a Barra por estar completamente defendida tanto pelas fortificações permanentes como pelas Baterias flutuantes, será o seu primeiro intento apoderar-se da Ilha Grande e Parati para lhes servirem de pontos de apoio, e projetarem com mais segurança as futuras operações conducentes a seus fins (RODRIGUES, 1973, p. 70).

Xavier Curado avaliou que as tropas portuguesas lançariam seus ataques justamente pelas posições localizadas mais ao sul. Em primeiro lugar, avaliou o general, em função das vulnerabilidades das tropas de Ilha Grande e Parati, cujas forças eram destacadas a partir da capital. Em segundo lugar, pelas facilidades que os inimigos teriam para assaltar as vilas próximas e “refazer-se de mantimentos, obter bestas para a condução de sua artilharia e bagagens; cavalos para poder apresentar algum corpo desta arma etc.”. Além

desses dois pontos, o comandante apontou outros locais que poderiam sofrer assédios intensos do inimigo, a saber, “ao norte da Barra, suscetíveis de desembarque; os quais são Itaipu, Ponta Negra e Cabo Frio”. Ele imaginava que as forças atacantes tinham por objetivo “dividir nossas forças chamando parte delas àquele lado para, com menores custos, efetuar o desembarque ao sul, atacar, ao mesmo tempo, Sepetiba, Guaratiba, Tijuca e Copacabana” e apoderar-se da “Fortaleza de São João da Barra, a qual podendo operar contra a da Laje, fará calar os fogos desta importante Bateria”. De igual modo, viu ameaçada a Fortaleza da Praia Vermelha, ao centro (RODRIGUES, 1973, p. 71).

Para formar estas linha defensivas, o general estimava a necessidade de uma força com mais de 10 mil homens, considerando as tropas de 1ª e 2ª Linhas, constituídas por 620 homens da Cavalaria, de linha, com 300 homens de Artilharia montada, mais 3.240 homens de Infantaria, 1.240 de Cavalaria e 4.600 de Infantaria de Milícias, e suas disposições táticas.

Para este fim convém que as nossas Tropas de 1ª Linha e as de 2ª Linha (excetuando-se as que pertencem aos Distritos do Norte da Província, como, São Gonçalo, Itaboraí, Macacu, Cabo Frio, Macaé etc.) formem 4 Colunas, 3 operantes e uma de observação. A 1ª ocupará as posições próximas a Costa desde a praia de Itaguaí até Guaratiba, segurando a barra do rio de Itaguaí e cobrindo a estrada de Sepetiba, que vai a Fazenda de Santa Cruz; as estradas do Piaí, Baltasar, e Guaratiba, que tomando a mesma direção, entram na estrada geral de Santa Cruz; a 1ª junto ao Corral falso, e as duas últimas nas aproximações da Capela de Santo Antonio do Jauru a 2ª colocando a sua direita no rio da Paluna e a sua esquerda junto à Gávea, cobrirá as estradas que vão da Fazenda de Jacarepaguá ao Campinho, a que vai da Tijuca ao Engenho Velho, e a da Gávea a Lagoa: a 3ª terá a sua direita São Clemente e a esquerda no Forte do Leme, cobrindo todas as comunicações com a Cidade, e as que há entre aqueles dois pontos e a Praia Vermelha; a 4ª finalmente ocupará as Praias, e os pontos mais importantes da Cidade (RODRIGUES, 1973, p. 71).

Ao norte da Província, o comandante ordenou que os pontos da barra que se estendiam desde Itaipu até Cabo Frio, deveriam ser defendidos pelos corpos de milícias daqueles distritos, “formando uma linha combinada de Infantaria, Cavalaria e algumas peças ligeiras”. Mandou, ainda, após os alertas

de invasão, que as cidades e vilas ao longo da costa fossem evacuadas e as pessoas levadas para o centro da retaguarda, na freguesia de Meriti, além de todo o gado, os cavalos e os mantimentos de todos os tipos. Ordenou, ainda, que “esta mesma providência deve haver em todos os Distritos desde a Cidade até a Serra Geral”. Quanto às instruções para as tropas do norte da província, as quais deveriam ser alinhadas para a defesa das vilas de Cabo Frio até a freguesia de Itaipu, determinou que estas deveriam “operar na defensiva, sem fazer vigorosa resistência, nem empenhar-se em ataques gerais, retirando-se sempre na melhor ordem, que for possível, ocuparão boas posições, que cubram todas as estradas”. O general finalizou suas prescrições afirmando “que são essas noções que por ora posso dar sobre o sistema geral de defesa que pode adotar-se nesta Província, declarando simplesmente os pontos em que pode ser atacada” (RODRIGUES, 1973, p. 72).

As instruções do general abrangiam ainda os ajuntamentos públicos em praça ou nos clubes secretos, o juramento dos oficiais de 1ª linha à “Causa do Brasil”, a expulsão dos suspeitos de não adesão à Independência em função de ações anteriores, ordenando que todos os “habitantes desta Corte e das Províncias anexas devem escolher decididamente, ou seguir a causa do Brasil ou retirarem-se para onde lhes convier, tendo a certeza de que não o fazendo ficarão sujeitos aos castigos que merecerem”, respondendo em juízo, perante os tribunais da Corte, “como transgressores das Leis, criminosos de Lesa Nação, e perturbadores do sossego público”, recaindo sobre eles o “ódio decidido dos Brasileiros”. No mesmo tom, ordenou “que em todos os Distritos desta Província se formem Corpos Cívicos ou legiões nacionais, nas quais deverão ser alistados os empregados nas Repartições civis e políticas”, além de “todos os indivíduos que conforme as Ordens estabelecidas não forem compreendidos no recrutamento da 1ª e 2ª Linhas”. Eis o trecho:

É outrossim vantajoso que se proceda a um alistamento geral em todos os carros de condução, carroças, cavalos, bestas muares, bois etc. que houverem não só nesta Cidade, como em todos os distritos até a Serra Geral, declarando-se o nome dos seus donos e os lugares em que existem, devendo os carros e carroças serem numerados, e fazendo-se particular menção ao número de parelhas e boleiros que há tanto nas casas dos particulares, como nas casas públicas de aluguel.

Esta última providência é da primeira necessidade, não só para se facilitarem as conduções gerais do Exército, como para se poder aumentar o número de bocas de fogo de nossa Artilharia montada; cujo Corpo é de grande importância para as nossas operações, não só pela disposição do terreno, em que temos de fazer a guerra, como porque desfalcáramos as nossas forças empregando gente em posições destacadas etc., etc. (RÓDRIGUES, 1973, p. 72).

Todas as providências para a guerra contra os portugueses estavam sendo devidamente tomadas pelo Imperador, seus ministros e conselheiros. Além da formação das tropas, das linhas de defesa e do aparelhamento das forças de mar e terra, “depois do 7 de Setembro, o primeiro cuidado de D. Pedro I foi diferenciar os soldados brasileiros dos seus camaradas portugueses. Daí a adoção do tope verde-amarelo que se tornou, obrigatório em todos os corpos de tropa nacionais” (PAULA, 2004, p. 272).

A medida era decorrente da criação do novo escudo de armas do Brasil, discutida e deliberada pelo Conselho de Estado na sessão do 16 de setembro de 1822. A determinação era que daquele momento em diante “o laço Brasileiro [seria] composto das cores verde e amarelo” e que “estas cores formariam o fundo das bandeiras, e nelas assentaria o Escudo de Armas”. As decisões do dia 16 de setembro foram complementadas por um decreto, “declarando anistia geral por todas as opiniões políticas diferentes até a sua data, franqueando-se a saída a todos os que não aprovassem a Independência do Brasil”. Além disso, todos os que aderissem à causa brasileira deveriam colocar “o laço verde no braço esquerdo com a divisa ‘Independência ou Morte’” (RODRIGUES, 1973, p. 52).

Em 23 de setembro, nova sessão deliberou “que se formasse um fundo de resgate para a liberdade dos homens pardos, os quais iriam servir no Exército pelo tempo de dezesseis anos”, a partir da equiparação das tarifas sobre os direitos dos vinhos de Portugal às taxações dos vinhos estrangeiros. Na tentativa de amealhar apoio político, os conselheiros rogaram ao Imperador que

houve por bem mandar cessar a referida Devassa que se procedia em São Paulo, como também por esquecimento de todos aqueles fatos, concedendo o regresso a suas casas àqueles que por esse respeito estivessem delas banidos, e a

liberdade aos que se achavam presos (RODRIGUES, 1973, p. 53).

Em 1º de outubro de 1822, o procurador da província de Montevideu relatou os acontecimentos que transcorreram naquelas localidades envolvendo as tropas leais à Portugal e que ainda se encontravam sediciosas. O Conselho determinou “que as Forças marítimas ao presente disponíveis se dirigissem àquele Porto para obstar a passagem das tropas ali estacionadas, vedando que não desembarcassem em Santa Catarina, ou se dirigissem a Bahia”. Por sua vez, a sessão do dia 15 de outubro, a décima nona daquele Conselho, foi especialmente importante, pois pela primeira vez o Brasil, após proclamada a Independência, declarava a Portugal suas disposições beligerantes através de manifesto ultimando que,

com decoro, e gravidade como a um grande Povo compete, que o Brasil tem proclamado, e cimentado a sua Independência, e que está pronto a dar a última gota de sangue de seus filhos para sustenta-la. Que se dentro de quatro meses não reconhecê-la lhe fará cruenta guerra, estancando logo todas as relações comerciais: e se neste espaço enviassem novas tropas, seria esta remessa tomada como formal declaração de guerra (RODRIGUES, 1973, p. 54).

Em 10 de setembro de 1822, poucos dias após a Proclamação da Independência, o procurador Estevão Ribeiro de Rezende destacou em um pronunciamento as medidas que o governo de D. Pedro I deveriam adotar para a segurança do Brasil. Entre elas, indiciou ao Imperador que a falta de embarcações de guerra “nos obriga a recorrer com pressa à América Inglesa para aí serem compradas ou afretadas (a ser possível) tantas quantas, unindo-se-lhes as brasileiras que temos, possam compor duas esquadras”. A primeira esquadra deveria ser dirigida à Bahia e Províncias do Norte e, a segunda, empregada na patrulha do Rio de Janeiro até Santa Catarina (RODRIGUES, 1973, p. 67).

A situação financeira exigia não somente esforços externos para capitar recursos, mas, também, ações internas que contribuíssem para custear as guerras contra os portugueses. Em 21 de dezembro os conselheiros aprovaram os termos do “Regimento para o Corso do Brasil contra a Comércio,

Embarcações e Propriedades dos Portugueses do Reino de Portugal visto atentar o seu Governo por tantas maneiras contra o Império do Brasil, e a Pessoa de seu Imperador”. Em 4 de janeiro de 1823, notícias do envio de tropas de Portugal para a costa da África chegaram ao Conselho pelo procurador José Mariano de Azeredo Coutinho, que as relatou ao Conselho. Nesse sentido, ia se formando na capital da Corte e nas províncias que ainda não haviam conhecido a guerra ou a dominação portuguesa, um clima de grande inquietação (RODRIGUES, 1973, p. 56).

Em 23 de junho de 1822, o procurador Lucas José Obes apresentou ao Príncipe Regente e ao Conselho uma proposta para organizar as finanças e o erário do Estado. Havia, pois, a necessidade de reestabelecer o Banco do Brasil, reformar as alfandegas e fomentar a mineração, “fontes de onde a Nação pode colher recursos na lide em que se acha empenhada” (RODRIGUES, 1973, p. 44). Em seu discurso, inquiriu os conselheiros com a questão: “que será de nós sem um Exército e sem uma Esquadra?” (RODRIGUES, 1973, p. 60). “A salvação pública é lei suprema”, lembrou outro procurador após elencar novos meios para a arrecadação do Estado. Um Decreto de 30 de julho de 1822, autorizou o Ministro da Fazenda e Presidente do Tesouro, Martim Francisco Ribeiro de Andrada, a contrair um empréstimo de 400:000\$000 réis para fazer frente às urgentes despesas do Estado. (RODRIGUES, 1973, p. 61)

Entre as condições estabelecidas pelo Império para contrair o empréstimo foi estabelecido que os recursos emprestados “serão infalivelmente pagos pelos rendimentos da Alfandega desta Corte no prefixo termo de 10 anos”, com a criação de uma “Caixa de juros e amortização da dívida” cujos recursos obtidos pela Fazenda Pública e depositados no referido cofre serão administrados por três conselheiros Claviculários, o Tesoureiro-Mor, o Escrivão e o Contador Geral da Primeira Repartição. Que no decorrer do 1º ano entrará para “o dito Cofre a quantia de 70:000\$000, provenientes dos rendimentos da Alfandega, a saber, 64:000\$000 réis para amortização da decima parte da dívida total e pagamento de juros à razão de 6% no dito 1º ano, e 6:000%000 para o fundo de reserva”. O governo previa que os rendimentos do fundo exigiriam aportes de recursos menores no 2º, 3º, 4º e 5º anos para quitação

das décimas partes da dívida e com as sobras aplicadas para amortização dos juros dos anos subsequentes. Pelos cálculos da Fazenda Pública do Império, “toda a dívida pode ficar solvida no fim de anos, ou antes” (BRASIL, 1831).

Às dificuldades financeiras do Estado brasileiro somaram-se as conturbações e as rebeliões provinciais contra a Proclamação da Independência e a autoridade do Regente. O Príncipe Regente insistiu em cumprir todos os despachos que envolviam os processos de emancipação e integravam, em última instância, os rituais da conflagração. Em Carta Régia de 15 de junho de 1822, D. Pedro I ordenou ao Brigadeiro Inácio Luiz Madeira de Mello “recolher-se imediatamente à Portugal com suas tropas”, solicitando ao Governo Geral da Província da Bahia que adotasse todas as medidas necessárias para fazer cumprir a referida ordem. Em Decreto de 20 de julho de 1822, o Príncipe Regente ordenou que a Divisão dos Voluntários Reais d’El Rei estacionada em Montevidéu, regressasse, imediatamente à Portugal. No mesmo decreto mandou que as autoridades do Rio Grande de São Pedro aceitassem que os soldados que resolvessem permanecer no Brasil, recebessem terras para trabalhar e delas viver. Outros decretos, alvarás e cartas foram expedidos, principalmente após o 7 de Setembro, para cumprir os demais ritos jurídicos e normativos para a formalização da Independência e do Rio de Janeiro como centro político do Império (SODRÉ, 2010, p. 114).

3.4 A guerra na consolidação do Império e a negociação das adesões

Pontos altos da desobediência do Príncipe Regente e dos brasileiros interessados na separação do Brasil de Portugal foram o “Fico”, em 9 de janeiro, a Proclamação da Independência, em 7 de setembro, a aclamação de Sua Alteza Real D. Pedro I, Imperador Constitucional do Brasil, em 12 de outubro e, em seguida, a sagração e a coroação do monarca, em 1º de dezembro de 1822. Estas datas marcaram as sucessivas vitórias do projeto brasileiro sobre as deliberações e imposições das Cortes de Lisboa. Entretanto, tais atos não passaram impunemente, nem tão pouco encerraram as disputas ou evitaram confrontos de toda ordem, principalmente os embates bélico-

militares. Desde a eclosão da Revolução Constitucionalista em 1820, portugueses e brasileiros buscavam solucionar o problema da formação do Estado Imperial valendo-se de discussões e negociações nas instâncias políticas das Cortes de Lisboa. Contudo, as dificuldades para encontrar ou construir soluções transacionadas, que contemplassem os anseios e necessidades dos representantes dos dois lados do Atlântico, fizeram ruir o acalentado sonho do Império luso-brasileiro, abrindo espaços para projetos com outros lemas e divisas, como, por exemplo, os de formação de um corpo político autônomo e genuinamente brasileiro (SOUZA, 1999b, p. 38).

Nesse quadro, a guerra impôs-se como ação inarredável do processo político, voltado agora para a sustentação do novo regime e dos pressupostos que passaram a orientá-lo após o esgotamento dos antigos projetos. Tomemos, como exemplo, a Guerra da Independência na Bahia, travada nos anos de 1822 e 1823 entre as forças leais à causa constitucionalista e os adeptos da causa brasileira. Cumpridas as primeiras etapas da separação, assinaladas pelas beligerâncias e os ritos de conflagração, a guerra e a negociação das adesões emergiram como novos desafios para a Independência, a formação do Estado e a consolidação do Império do Brasil. Nesse contexto, o Exército se tornou o personagem principal e os militares viram multiplicar-se suas atribuições, inclusive para além dos campos de batalhas. Antes mesmo da Independência, um conjunto de medidas já haviam sido tomadas com o objetivo de garantir a segurança do reino frente aos possíveis ataques portugueses ao território brasileiro. A partir daí, os expedientes da beligerância passaram a privilegiar as ações de guerra, propriamente ditas, com a formação de regimentos e a mobilização de tropas com destino aos territórios conflagrados.

Em 17 de fevereiro de 1822, por decisão da Secretaria dos Negócios da Guerra (Decisão nº 19), o Príncipe Regente mandou proibir o desembarque de tropas oriundas de Portugal. Temiam os brasileiros, mais precisamente o Príncipe Regente e as elites políticas, que o desembarque de novas tropas portuguesas no Brasil pudesse reavivar os “insultos, inquietações e atentados, contra a segurança pública e individual, que tiveram lugar pendente nos últimos e desastrosos tempos de residência da Divisão Portuguesa Auxiliadora” na

capital. Ademais, alegou não poder custear as despesas de novos desembarques e manutenção de novas divisões na cidade, nem mesmo, em caso de ter que manda-los novamente embora. Finalmente, declarou que o desembarque de novas tropas era inútil e perigoso para a “conservação da união e integridade do Reino Unido (BRASIL, 1887, p. 14).

Em 18 de agosto de 1822, um Decreto do Imperador declarou as tropas portuguesas inimigas, mandando que os Conselheiros de Estado, Juntas Provisórias de Governo, Governadores de Armas e Comandantes Militares rechaçassem “com as armas na mão, por todas as Forças Militares da 1ª e 2ª Linha, e até pelo Povo em massa; pondo em execução todos os meios possíveis para, si preciso for, se incendiarem os navios, e se metterem a pique as lanchas de desembarque” (BRASIL, 1822c, parte 2, p. 37-38). O Decreto causou grandes embaraço nas relações entre os dois reinos, pois, claramente, tratava-se de uma declaração de guerra. Em 8 de outubro de 1822, o governo português emitiu um decreto, em nome do rei, até certo ponto pitoresco, mas que expressou os ânimos dos contendores.

Sendo consequente desaprovar a conducta do príncipe real pelos fatos praticados em contravenção aos decretos das côrtes geraes extraordinárias e constitucionais da nação portugueza: hei por bem que se suspendam as demonstrações que, segundo o costume, deveriam ter logar no dia 12 do corrente, aniversario do nascimento do mesmo príncipe real, até que elle, pela sua obediência às leis e minhas reaes ordens, se faça digno do meu real e paternal agrado (DOCUMENTOS..., 1883, tomo 1, p. 438).

A “Constituição Política da Monarchia Portugueza”, aprovada em 23 de setembro de 1822, declarou em seu artigo 20º que “A nação portugueza é a união de todos os portuguezes de ambos os hemisférios”, e que o “seu território forma o reino unido de Portugal, Brazil e Algarves” (DOCUMENTOS..., 1883, tomo 1, p. 412). Os “expedientes da beligerância” e os “ritos da conflagração” não estavam suspensos. Ao contrário, tanto os governantes do Brasil quanto de Portugal continuaram emitindo ordens, decretos, cartas, leis e alvarás com o objetivo de manter e ampliar seus domínios políticos e administrativos, além de convencer o povo e a tropa, através de

pronunciamentos, manifestos e discursos para amealhar apoio e mobilizar as forças de que dispunham para as guerras.

O recrutamento para o os Corpos de 1ª Linha da Corte do Príncipe Regente no Rio de Janeiro foi regulamentado pelo Decreto de 10 de julho de 1822, segundo o qual todos os homens brancos, solteiros, e ainda, pardos libertos de idade entre 18 e 35 anos, desde que não tivessem em seu favor nenhuma exceção, estavam sujeitos à convocação. As exceções liberavam os caixeiros, lavradores, feitores e administradores de fazendas com mais de seis escravos, tropeiros, boiadeiros, mestres de ofícios, estudantes, professores, marinheiros, grumetes, guardas de polícias, milicianos devidamente alistados, comerciantes, entre outros. A preocupação era garantir que as forças militares ganhassem corpo, mas sem obstruir ou prejudicar o desenvolvimento das artes, da navegação, do comércio e da agricultura, fontes da prosperidade pública, conforme as orientações do decreto (BRASIL, 1822a, p. 57).

Em setembro de 1822, a Portaria nº 104, da Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, recomendava aos Governos Provinciais que enviassem todo socorro de tropas, víveres e mantimentos aos habitantes da Província da Bahia, cuja capital encontrava-se “atrozmente ocupa por Tropas de Portugal” (BRASIL, 1822a, p. 79).

Em 3 de setembro, nova Portaria, dessa vez da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, proibiu a entrada de mantimentos e petrechos de guerra nos portos onde existiam tropas portuguesas estacionadas, principalmente para a Província da Bahia, bem como que os governos provisórios das províncias “não dêem despacho de sahida a embarcações algumas carregadas de mantimentos e petrechos de guerra, sem que seus donos assignem termo ou apresentem documento legal”, justificando e responsabilizando-se pelos envios (BRASIL, 1822a, p. 80).

Em Portaria de 5 de dezembro de 1821, D. Pedro determinou que deveriam ser declaradas inimigas as tropas portuguesas estacionadas em Montevidéu que participarem de atos de rebeldia contra o Príncipe Regente (BRASIL, 1822a, p. 117).

Em outro conjunto de decretos e portarias emitidos pelas secretarias de Negócios do Reino e do Império, D. Pedro I exortava os governos provisórios

das províncias acerca dos males e dos prejuízos que poderiam perceber e acumular caso não arredassem de suas equivocadas decisões de recusarem-se a obedecer a suas ordens e reconhecer a causa do Brasil. Os despachos ordinários acumulavam-se na mesma medida em que os preparativos para a guerra se tornavam mais urgentes. Em 6 de novembro de 1822, D. Pedro I mandou

remover para fora da Cidade e seu termo, segundo a lei, todos aquelles indivíduos que se acham acusados pela opinião publica, assim como os seus infames partidistas e mais pessoas comprehendidas na facção ultimamente forjada contra o governo, para que, deste modo, se possa proceder a competente devassa sem aquelles obstáculos que a presença deles poderia oferecer aos ânímos de seus acusadores (BRASIL, 1822a, p. 93).

Com a guerra no horizonte, os planos para formação e organização do Estado e suas instituições, entre elas o Exército, foram devidamente implementados. Os oficiais gerais reuniram as tropas de 1ª e 2ª da Corte e das províncias, recrutaram indivíduos, consertaram e equiparam as embarcações, inventariaram os petrechos existentes nos arsenais, compraram armas, confeccionaram novos uniformes, restauraram fortificações e fortalezas, alocaram as tropas, redimensionaram as táticas de defesa, contrataram mercenários etc., em conformidade com os decretos emitidos e portarias em vigor. As necessidades eram discutidas no Conselho de Estado, deliberadas pelos procuradores, ministros e secretários e sancionadas pelo Imperador. Oficiais estrangeiros chegaram para integrar as forças regulares do Império, trazendo consigo soldados experimentados e mais armas, equipamentos, embarcações etc.

Papel importante na mobilização das tropas brasileiras foi desempenhado por comandantes europeus, entre os quais o oficial francês Pedro Labatut, que, antes da Independência, fora nomeado pelo príncipe regente para organizar os contingentes de terra leais a ele. Labatut teve papel destacado nessa tarefa, embora tenha sido substituído após um motim das tropas pelo general brasileiro José Joaquim de Lima e Silva, em maio de 1823. Outro comandante europeu importante na consolidação da Independência foi Lorde Cochrane, contratado pelo imperador para enfrentar a esquadra lusa. Cochrane era um aristocrata inglês que fora excluído da

Marinha britânica por um escândalo ocorrido na Bolsa de Valores, em 1814, e, a seguir, se tornara figura central da independência do Chile e Peru (FAUSTO, 2003, p. 143).

No dia 10 de novembro de 1822, “por ocasião da solene entrega da recém-criada Bandeira Imperial aos Corpos de Militares da guarnição da Corte, cerimônia realizada no Campo de Santana”, D. Pedro I tornou-se “generalíssimo”, ou seja, proclamou-se “Comandante Supremo, das Forças Armadas do Brasil” (LEMOS, 1996, p. 127). Em 13 de novembro de 1822, D. Pedro I mandou publicar um Decreto determinando que “nas ocasiões em que o Mesmo A. S. Honrar o Exército, Commandando-o em Pessoa devem ser pontualmente executadas as ordens levadas aos Commandantes de Divisões, e Brigadas.” (BRASIL, 1822a, p. 96)

Sobre a verve militar de D. Pedro I, Otávio Tarquínio de Souza relatou que o Imperador, “sem frequentar escolas especializadas, pôde ser soldado e comandar a tropa, na paz e na guerra, com segurança e maestria” (SOUZA, 2015, p. 125). Um de seus adversários mais aguerridos, o português General Jorge de Avillez, produziu um relato bastante interessante sobre as inclinações guerreiras de D. Pedro I. De acordo com o general, D. Pedro I costumava colocar-se “à frente das tropas portuguesas, com uma atividade frenética que às vezes o levava a cometer excessos que não pareciam de um príncipe” (AVILLEZ. Apud. LUSTOSA, 2006, p. 83).

D. Pedro I foi um Imperador soldado, admirador incontestado de Napoleão Bonaparte, conforme afirmam seus biógrafos.³⁸ Sua carreira no comando das tropas portuguesas remonta os anos finais da monarquia joanina no Brasil, quando marchou sobre os inimigos do pai, e de Portugal. Mais tarde, combateu as tropas portuguesas que resistiram à Independência, enfrentou os revolucionários pernambucanos em 1824, aplicando-lhes implacável sentença, sustentou a guerra com as províncias Unidas de Buenos Aires, na Argentina, e contra os insurgentes uruguaios, entre 1825 e 1828. Em 1831, abdicou do trono brasileiro e retornou à Portugal para promover as campanhas contra o

³⁸ O historiador Sergio Corrêa da Costa dedicou um capítulo específico para descrever a admiração de D. Pedro I pelo Imperador francês Napoleão Bonaparte, em seu livro *As quatro coroas de D. Pedro I*, de 1940. A mesma informação pode ser encontrada nos textos de outros biógrafos do Imperador, como Otávio Tarquínio de Souza e Pedro Calmon e, mais recentemente, Isabel Lustosa.

irmão, D. Miguel, pela restauração da Coroa portuguesa em favor sua filha, D. Maria da Glória. A campanha custou-lhe a vida, e, em 1834, faleceu esquálido e irreconhecível no Palácio de Queluz, no mesmo quarto em que nasceu (CALMON, 2002, p. 190).

No Brasil, D. Pedro I organizou e aparelhou a Armada e o Exército para as campanhas da Independência. Entre as primeiras medidas, mandou redesenhar os fardamentos das tropas dos corpos de 1ª e 2ª Linhas das forças de terra. Os novos figurinos do Exército nacional deveriam, obrigatoriamente, trazer cores que diferenciassem os soldados e os oficiais brasileiros dos portugueses e que os identificassem com o Brasil e com a nova casa imperial. Em uma sequência de portarias e decretos, redefiniu as cores das plumas dos chapéus, penachos e barretinas, que passaram a ostentar a “cor verde de primavera com olho amarelo” para os corpos de 1ª Linha e “metade verde e outra metade sobre pasta amarela”, para os corpos de 2ª Linha (BRASIL, 1822a, p. 84).

Em 25 de setembro de 1822, determinou, solenemente, “que o Exército do Brasil para se não confundir com o de Portugal tenha distintivo particular, e análogo às cores do Laço Nacional Brasileiro”. Os ritos da conflagração prosseguiram acelerados com determinações que definiam as cores das golas e plumas, os distintivos, dragonas e canhões e até sobre os modos de abotoar as fardas etc., firmando-se as cores verde, amarelo e azul em praticamente todos os fardamentos dos corpos de 1ª e 2ª Linhas. Sobre isto,

Resolveu o Príncipe Regente que d’ora em diante as Tropas de Infantaria de 1ª e 2ª Linha da Côrte somente com exclusão do Batalhão de Caçadores della, por ser distintivo identico, usem das golas e canhões da côr verde primavera, as primeiras com galão de ouro sobreposto, e as segundas com galão de prata (BRASIL, 1822a, p. 85).

Com a Proclamação da Independência, D. Pedro I recebeu de São Paulo um Esquadrão de Cavalaria de Voluntários, “que servirá de base à formação da ‘célebre, brilhante e aristocrática’ Guarda de Honra, criada em 1º de dezembro de 1822” (PAULA, 2004, p. 272).

D. Pedro recompensou com essa honra aqueles voluntários, ao mesmo tempo que constituía para si uma guarda de gente escolhida, composta de um estado-maior e tres esquadrões de 158 homens cada um, o 1º parando em S. Paulo, na villa de Taubaté; o 2º na Corte, e o 3º em S. João d'El-Rey. Cada esquadrão tinha no escudo do talabarte as iniciaes da província, de cujas milícias se originara e onde estava de guarnição, sendo obrigado a apresentar-se no Rio pelo menos quatro vezes por anno (BARROSO, 1922, p. 31).

O historiador militar Gustavo Barroso destacou que a “imperial guarda de honra foi dissolvida em 1832, porém seus officiaes ficaram com o direito de continuar a usar seu uniforme”. Ele sublinhou ainda que “por ocasião de se organisarem os primeiros soccorros a serem enviados ao príncipe D. Pedro, foi adoptado, em S. Paulo, o uniforme branco, paramentado de vermelho, que a guarda sempre vestio”. Em seu livro sobre os uniformes militares do Exército brasileiro, Barroso afirmou também que nos documentos históricos sobre os fardamentos militares e seus apetrechos, “não se conhece nenhum capacete usado antes da independencia. Talvez fôsse o da cavallaria de milicias, de modelo bávaro. Todos os capacetes que lograram chegar até hoje são posteriores ao grito do Ypiranga”, sendo o “primeiro capacete da guarda dourado, todo de metal, escamento [coberto de escamas], com um dragão na cimeira”. Tratava-se, acrescentou, “do dragão heráldico dos tenentes do braço da casa de Bragança, de entre cujas azas abertas escorre a farta crina” (BARROSO, 1922, p. 33-34).

Em 2 de outubro de 1822 organizou-se no Rio de Janeiro batalhão dos Henriques da Côte e 1 corpo de artilharia com efetivo de 398 homens, recrutados entre os negros forros e que deveriam seguir para o Norte com Lord Cochrane. D. Pedro reforçou também os batalhões de caçadores dando a cada um o efetivo de 714 homens, repartidos entre 6 companhias. Com êsse tipo de batalhão foram criadas 4 unidades (PAULA, 2004, p. 272).

O Exército brasileiro que lutou e venceu as Guerras da Independência e as campanhas militares que D. Pedro I conduziu durante o Primeiro Reinado, recebeu, ainda, grandes contingentes de soldados mercenários vindos da Alemanha e da Irlanda, trazidos a baixo custo por um tal de Shaeffer, recrutados, conforme salientou Eurípedes de Paula, “entre elementos das mais

variadas classes sociais, desde nobres decaídos e desocupados, até criminosos”. Certo é que o Brasil precisava organizar uma força militar consistente e que fosse capaz de expulsar definitivamente as tropas portuguesas do Brasil. Em 8 de janeiro de 1823, “criou-se o 1º regimento de estrangeiros, com estado-maior e 3 batalhões de 834 homens cada um, sendo 1 de granadeiros (o 1º) e 2 de caçadores (1º e 2º)” (PAULA, 2004, p. 273).

Naquele período de 1822-1823, um dos maiores desafios do Regente, depois Imperador, foi exatamente organizar Forças Armadas eficientes. No caos do Exército, foi necessário ‘mobilier os novos batalhões, necessários para combater os portugueses’. A tropa a disposição do Rio de Janeiro era fundamentalmente de 2ª linha, a Milícia. Muitas unidades dessa força foram convertidas em 1ª linha. Na Aclamação de D. Pedro Imperador do Brasil, em 12 de outubro de 1822, o Exército brasileiro regular (1ª linha), unificado e ainda comandado pelo General Curado contava, no Rio de Janeiro, com aproximadamente 4.500 homens, provenientes do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo (FRANCHINI NETO, 2015, p. 240).

As contratações de soldados mercenários estrangeiros ocorreram, portanto, desde os momentos que antecederam a Independência e estenderam-se por praticamente todo o Primeiro Reinado. Tanto D. Pedro I quanto alguns dos seus ministros mais atuantes, como, por exemplo, José Bonifácio de Andrada e o General Caldeira Brant, trocavam intensas correspondências nas quais discutiam as necessidades e as possibilidades do Brasil contratar soldados em países como a Alemanha e a Irlanda.³⁹

O General Caldeira Brant, que à época atuava como uma espécie de plenipotenciário brasileiro na Europa, mantinha contato permanente com “Militares, Banqueiros e Maquinistas, que são as três Classes de que ora precisamos” (BRANT. Apud. LEMOS, 1993, p. 114). José Bonifácio enviava instruções recorrentes ao dignitário brasileiro no exterior alertando-o de que os

³⁹ Um dos estudos mais consistentes sobre a entrada de soldados mercenários contratados na Europa para servirem nos batalhões de imigrantes do Brasil foi desenvolvido pelo historiador gaúcho Juvêncio Saldanha Lemos, denominado *Os mercenários do imperador: a primeira corrente migratória alemã no Brasil*, publicado em 1993. O texto possui vasta quantidade de documentos, entre eles as correspondências trocadas entre os ministros do Brasil entre 1822 e 1831, como José Bonifácio de Andrada e Silva e Felisberto Caldeira Pontes Brant Pontes. Nos anexos da referida obra, Lemos apresenta, inclusive, os nomes dos soldados alemães que serviram no Exército Imperial durante o Primeiro Reinado.

recrutamentos deveriam ocorrer “debaixo do disfarce de Colonos; e em condições favoráveis aos Thezouro Público deste Reino, devendo estes soldados virem logo armados e equipados”. Bonifácio tinha conhecimento de que os portugueses dificilmente teriam capacidade de realizar uma investida militar poderosa contra o Brasil. De acordo com as informações que Bonifácio reuniu, até aquele momento, Portugal atravessava

estado deplorável de suas finanças e marinha, e até pela divergência de opiniões e comosões; contudo, se souber que n'aquelle Reino se fazem novos preparativos contra a América, procurará ajustar alguns Regimentos Irlandeses ou de qualquer outra Nação (ANDRADA. Apud. LEMOS, 1993, p. 115).

Em 1824, novos grupos de soldados mercenários desembarcaram no Rio de Janeiro. As novas levadas deram origem ao 2º Batalhão de Granadeiros que, no ano seguinte, “foi armado de caçadores”, mobilizados, principalmente, para as campanhas do sul, na Guerra da Cisplatina. Muitos daqueles homens não eram soldados e vieram enganados para o Brasil, pensando que iriam receber lotes de terras para trabalhar como agricultores. Em 1828, com o fim das campanhas na região do Rio da Prata, um grande motim de soldados mercenários explodiu no Rio de Janeiro. O “2º Batalhão de Granadeiros revoltou-se”, mas foi violentamente contido por batalhões nacionais. Os que não foram presos ou mortos, foram deportados de volta para a Europa ou para o Canadá.

Os batalhões que não tomaram parte na revolta foram reorganizados. O 28º de Caçadores não se revoltara e o 27º fez a campanha de Buenos Aires. Quando em 1830 D. Pedro dissolveu esses batalhões de mercenários – que até então eram consideradas tropas de elite, e por tal motivo davam guarda no Paço Imperial – o 2º de Granadeiros de 1ª linha estava na Praia Vermelha, o 3º e o 27º de Caçadores na Ilha de Santa Catarina e o 28º em Porto Alegre, onde também se achava aboletado um esquadrão de lanceiros alemães (PAULA, 2004, p. 273).

O imperador investiu quantidades expressivas de recursos do Tesouro brasileiro nas campanhas militares, de modo que, as despesas com as guerras e a contratação de efetivos variaram muito durante todo o Primeiro Reinado,

fatos que ocorreram, também, durante todo o Império. As despesas aumentavam significativamente nos períodos de conflagração, mas decresciam substancialmente nos momentos em que as campanhas eram encerradas e as tropas desmobilizadas.

Se considerarmos os mesmos levantamentos efetuados por Edmundo Campos Coelho para fundamentar a versão erradicadora, e analisando o Gráfico I (Anexo III) elaborado pelo autor, que consta do primeiro capítulo de sua obra, perceberemos que em 1823 a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra utilizou 28,7% de todos os recursos orçamentários do Estado Imperial, percentual considerado elevado para os padrões do Império. Entre 1825 e 1829, com as conflagrações do Prata, durante a Guerra Cisplatina, esses percentuais alcançaram 37% das despesas totais do governo, mas, caíram drasticamente em 1831, ocupando 20,4% das despesas totais do governo (COELHO, 2000, p. 57). A redução foi motivada pelo fim das guerras no Sul, após a assinatura dos tratados de paz, o reconhecimento da emancipação do Uruguai e a extinção dos batalhões de mercenários empregados nas campanhas.

No que diz respeito aos contingentes militares do Exército, o número de soldados empregados pelas forças nacionais pode representar, segundo estimativas, algo em torno de 57 mil combatentes, considerando-se as tropas de 1ª e 2ª Linhas somente no biênio 1822-1823. Franchini Neto, ao analisar as publicações oficiais do Exército, calculou em 30 mil a quantidade de homens disponíveis para as forças de 1ª Linha em 1820. Os efetivos legais foram sistematicamente ampliados entre 1820 e 1828, ultrapassando facilmente 50 mil homens (FRANCHINI NETO, 2015, p. 234-235).

Se tomarmos por base o Quadro I (Anexo VII), elaborado por Coelho para comparar o tamanho dos efetivos legais do Exército entre os anos de 1830 e 1920, com base nos Relatórios do Ministério da Guerra, vemos que em 1830 a força militar de 1ª Linha possuía 30 mil homens e, em 1845, último ano citado no quadro elaborado pelo autor, 45 mil homens integravam a força (COELHO, 2000, p. 55).

Todavia, enquanto para Coelho as variações de efetivos expressam o viés erradicador, fruto da hostilidade que a elite política nutria pelas forças

regulares, para nós significa que as guerras exigiam mais homens e recursos, enquanto os períodos de paz possibilitavam ao governo oportunidades para economizar os recursos financeiros gastos com as forças militares e recompor o caixa do tesouro. Conforme defendeu Coelho, “é razoável supor que, tendo podido a classe política reduzir o Exército, numericamente, à sua expressão mínima, tivesse tido também condições para restabelecer a disciplina e a unidade militar rompidas” (COELHO, 2000, p. 55).

As justificativas do reestabelecimento da disciplina e recomposição da hierarquia foram amplamente utilizadas por Coelho para fundamentar a versão de que a elite política nunca perdeu de vista a possibilidade de reduzir, e até extinguir, o Exército, o que, segundo ele, materializou-se na redução dos efetivos e cortes de recursos orçamentários para a pasta da guerra (COELHO, 2000, p. 55-56).

Em face das disposições beligerantes de D. Pedro I, das guerras que estavam sendo travadas em várias frentes e das imposições e negociações que delas se desdobravam era necessário ampliar os quantitativos de homens e batalhões, ou mesmo reduzi-los tão logo as hostilidades cessassem. O projeto imperial exigiu que a unidade política e a integridade territorial fossem mantidas, assim como, a ordem interna, requisitos fundamentais para fortalecer o modelo adotado pelos próceres da Independência, altamente centralizado na Corte e no monarca.

O projeto monárquico era regido por D. Pedro I e pela Constituição do Império, os quais eram sustentados pelos vínculos que uniam o Imperador ao cidadão-súdito, a representação. Todos esses elementos juntos, perfaziam os termos da adesão ao monarca e a Constituição do Império, mas, foram garantidos pela atuação consistente dos militares e do Exército.

Em 1823, por ocasião da abertura da Assembleia Geral Constitucional e Legislativa do Brasil, o Imperador D. Pedro I, em sua fala aos deputados eleitos para a legislatura constitucional do Império, destacou que apesar das imensas dificuldades financeiras que o governo enfrentava, ainda assim era indispensável que todos fizessem grandes esforços para defender a nação e sustentar a Independência. A contratação de um empréstimo “de 400:000\$000 [réis] para a compra de vasos de guerra, que se faziam urgentemente

necessários para a defesa deste Império” revelou uma das muitas prioridades do governo de D. Pedro I. Na mesma fala, assinalou que “por duas vezes tenho mandado socorros à província da Bahia, um de 240 homens, outro de 735, compondo um batalhão com o nome de *batalhão do Imperador*: o qual em oito dias foi escolhido, se aprontou, embarcou e partiu” (FALLAS..., 1889). Em 13 de janeiro de 1823, “um efetivo de 735 homens” (PAULA, 2004, p. 272), do corpo de voluntários do Batalhão do Imperador, comandado pelo General José Joaquim de Lima e Silva, embarcou para a Bahia.

Para o Império, trata-se, em primeira urgência, de organizar a Marinha, pois as ligações com as províncias se faziam por via marítima, e o problema essencial era levar o exército da autoridade central, a todo o território, na fase crítica que a mudança da situação política abria e que se prolongaria por toda a primeira metade do século 19 (SODRÉ, 2010, p. 118).

Empenhado em fazer valer os princípios estabelecidos pelos defensores da Independência, D. Pedro I atuou insistentemente para manter unido o Império do Brasil. A empreita, configurada pela guerra, exigiu um Exército forte. Em seus esforços para a formação das forças militares brasileiras apelou às províncias e arregimentou homens em todos os lugares do território, afinal, “D. Pedro I queria soldados, e não colonos” (LEMOS, 1993, p. 56).

Contrariando em parte as previsões de José Bonifácio, os portugueses organizaram e fizeram zarpar de Portugal com destino à Bahia, “uma expedição militar de 1.900 homens distribuídos em 5 batalhões” que, largou de Portugal no dia 15 de fevereiro de 1823 e, no dia “29 de março encontraram ao largo da Baía a frota portuguesa de cruzeiro que os acompanhou até ao ponto onde entraram a 31” (PEREIRA, 2005, p. 94-95). Nada mais urgente, portanto, que a formação e a organização de um Exército nacional capaz de suplantar os desafios impostos por um inimigo tenaz e determinado.

Às tropas regulares organizadas no Rio de Janeiro e nas províncias por D. Pedro I, somavam-se inúmeros corpos irregulares organizados nas localidades. As forças de João Botas, ou “João das Botas”, como era vulgarmente conhecido o 1º tenente baiano que liderou uma pequena frota de barcos ligeiros, eram formados por ajuntamentos de embarcações de pequeno e médio porte adaptadas para a guerra e tripuladas por milicianos que faziam o

transporte das tropas regulares na região e combatiam em nome do Brasil e de D. Pedro I.

Entre as tropas de terra, companhias de jagunços e couraças, grupamentos de sertanejos a cavalo, notabilizaram-se na Bahia pela guerra de guerrilhas que empreenderam (PAULA, 2004, p. 273). Gustavo Barroso comparava-os aos “foiceiros polonos, os haiduques e hovends húngaros, os miqueletes espanhóis, os palikaros albaneses, os bachi-buzukis turcos, os klephtas e evzones gregos”, por suas vestimentas exóticas e armamentos incompletos (BARROSO, 1922, p. 33). Ainda assim, as tropas profissionais, a maior delas integradas por soldados portugueses, possuíam os maiores contingentes e, em combate, cumpriam as missões mais difíceis.

Tendo como fundamento o quadro militar até o início dos confrontos, é preciso ressaltar que a 1ª linha das forças terrestres ficou em sua maioria ao lado das Cortes. Essa foi a maior dificuldade enfrentada pelo polo do Rio de Janeiro. Muitos portugueses, por outro lado, optaram pelo Rio de Janeiro, como aproximadamente 460 soldados da Divisão Auxiliadora, que pediram baixa ainda quando a unidade se encontrava no Rio de Janeiro. Numa segunda leva, quase 400 soldados das forças do Brigadeiro Maximiliano, em março de 1822, desembarcaram na capital carioca para engajar-se ao lado de D. Pedro I (FRANCHINI NETO, 2015, p. 237).

Os combates no mar tiveram início em 8 de dezembro de 1822, quando “uma pequena flotilha de navios armados (1 escuna, 7 barcas, 1 canhoneira, 9 baleeiros) com 700 homens de guarnição” deixou a ilha de Itaparica em direção a uma das margens do rio Cotegipe, atual Paraguaçu, com o objetivo de abastecer as forças terrestres que faziam frente às tropas portuguesas naquela localidade. As 18 embarcações carregadas de mantimentos, “sob o comando do 1º tenente João Botas”, foram perseguidas por uma frota portuguesa composta por 13 embarcações, sendo 3 brigues, 2 barcas e 8 canhoneiras. A flotilha de Botas furou o bloqueio português sob fogo intenso, alcançando as tropas brasileiras depois de mais de 3 horas de tiroteio. Em 23 de dezembro, a flotilha de João Botas entrou em novo confronto, chocando-se, desta vez, com 11 navios portugueses que bloqueavam a entrada da ilha de Itaparica.

No início de 1823 os brasileiros já tinham, prontas para entrar em ação uma esquadra de 1 nau, 3 fragatas, 2 corvetas e 5 brigues e outros navios menores; uma força naval com capacidade idêntica à que os portugueses concentraram na Baía. (PEREIRA, 2005, p. 94-95).

O Almirante Cochrane colocou-se a navegar do Rio de Janeiro para a Bahia no 3 de abril de 1823, comandando “uma esquadra de 6 navios – 1 nau, 1 fragata, 2 corvetas e 2 brigues – com a missão de bloquear a Baía e impedir a chegada de reforços e abastecimentos de Lisboa”. Ao chegar a Bahia, no dia 25 de abril, recebeu o apoio de mais uma fragata. Posicionados em Salvador, os portugueses foram de encontro com os brasileiros “com 12 navios – 1 nau, 2 fragatas, 5 corvetas, 1 brigue, 1 charrua, 1 escuna e 1 sumaca”, sob o comando do Almirante Pereira de Campos. No dia 4 de maio, pela manhã, as duas esquadras finalmente avistaram-se, mas, uma série de contratemplos impediu que o combate se tornasse mais intenso.

Segundo o comandante Saturnino Monteiro há que realçar três aspectos deste combate: ‘em primeiro lugar, a audácia de Cochrane, que, apesar de dispor de uma esquadra mais fraca, não hesitou em atacar uma esquadra mais forte, e a habilidade tática com que o fez em segundo lugar, a valorosa resistência oposta pela charrua Princesa Isabel, que fez gorar os planos do inimigo; em terceiro lugar, o patriotismo dos marinheiros que guarneciam os navios brasileiros, que, apesar de terem optado por uma nova nacionalidade, não esqueceram a lealdade que deviam a sua antiga Pátria’ (MONTEIRO. Apud. PEREIRA, 2005, p. 99).

O relato de Monteiro resumiu o que ocorreu no primeiro grande combate naval entre brasileiros e portugueses na Bahia. O Almirante Cochrane, avançando sobre a “linha de formatura portuguesa”, atravessou impetuosamente com a nau *D. Pedro I* “entre a escuna *Príncipe Real* e a charrua *Princesa Real* disparando para ambos os bordos”. Na disputa, a charrua *Princesa Isabel* “arribou ligeiramente e disparou também, mas vê colocar-se na sua alheta a *Ipiranga*, em posição de tiro”. Quando, enfim, o navio do Almirante “brasileiro” conseguiu alcançar a esquadra portuguesa, com franca posição de disparo, atacando-os pela retaguarda, “três combatentes portugueses, o fiel de artilharia, o escoteiro e um cabo da *D. Pedro I*”, recusaram-se a carregar as peças e fazer fogo contra os patrícios, trancando-

se no paiol da embarcação, de onde só foram retirados a força horas depois (PEREIRA, 2005, p. 98).

As batalhas prosseguiram em Caravelas e Itaparica, em 10 e 23 de maio, respectivamente. No dia 18 de maio, os brasileiros iniciaram o cerco de Salvador. Eles estavam fundeados no Morro de São Paulo, onde haviam concentrado seus navios desde 4 de maio. Galgando melhores posições a cada novo avanço, chegaram a entrada da baía de São Salvador no dia 22 de maio. As embarcações portuguesas que faziam vigia no Porto recolheram-se rapidamente, a fim de evitar o confronto. Nesse mesmo dia, o 1º tenente João Botas atacou embarcações vigias que bloqueavam a saída da ilha, rendendo-as após avariar o mastro de dois brigues portugueses. “O inimigo, não dispondo de forças suficientes, recolheu ao Morro deixando a *Maria da Glória* em observação. Pereira de Campos conservou-se em cruzeiro até 2 de junho, regressando ao fudeadouro”. (PEREIRA, 2005, p. 100).

No continente, a situação era ainda mais difícil para os portugueses que, “preocupados com a falta de directivas de Lisboa, entendiam que a Independência do Brasil era irreversível” (PEREIRA, 2005, p. 100). Ao contar seus mortos, portugueses e brasileiros depararam-se com uma realidade ainda mais dramática do que aquelas dos combates e das batalhas. Por trás dos véus das narrativas “fantásticas” sobre as guerras, de heróis míticos, soldados intrépidos e realizações militares fragorosas, narradas entusiasticamente com o objetivo de tornar memoráveis as lutas de um povo, normalmente mais fraco, porém, mais aguerrido e obstinado, escondem-se as fugas de populações inteiras apavoradas com os estrondos das batalhas e encobrem as tensões sociais e as calamidades desses tipos de tragédias.

O fato é que as tropas, tanto ‘brasileiras’ como ‘portuguesas’ – os dois lados rivais desta guerra –, sofreram mais baixas na Guerra devido à fome, às doenças e privações, do que de tiros, balas de canhão ou pelejas diretas em confrontos corpo-a-corpo, acontecidos em raros momentos dramáticos de uma guerra praticamente imóvel (GUERRA FILHO, 2004, p. 11).

Tanto é que os primeiros movimentos de portugueses e brasileiros na guerra foram para garantir o abastecimento de alimentos para as tropas. Desde meados de 1822 que as forças militares lusitanas comandadas pelo General

Madeira de Melo disputavam com o Exército Pacificador, como eram chamadas as forças militares leais a D. Pedro I, mais tarde denominado, Exército Libertador, o controle de Salvador e arredores, como Cachoeira e Nazaré.

A guerra na Bahia pode ser dividida em pelo menos três fases. A primeira é a fase regional, de pequenos combates, escaramuças, assassinatos e outros embates de menor monta ocorrendo entre as tropas portuguesas e forças organizadas localmente, integradas pelas milícias e populações civis, até a chegada das tropas nacionais comandadas pelo General Pedro Labatut, em 14 de julho de 1822. A segunda fase teve início com a chegada das tropas de Labatut, com mais forças e petrechos de guerra, para comandar as forças aliadas e combater o General Madeira de Melo. Em maio de 1823, o General Labatut foi destituído e preso, em função de desentendimentos com as elites regionais e a organização e comando das milícias. Da destituição de Labatut até a rendição de Madeira de Melo e Pereira de Campos, que culminaram com a expulsão definitiva das forças militares que defendiam a causa dos constitucionalistas de Lisboa, as forças leais à D. Pedro I foram comandadas pelo Cel. José Joaquim de Lima, do Batalhão do Imperador. (GUERRA FILHO, 2004, p. 24).

Com a chegada novas tropas do Rio de Janeiro à Bahia, comandada pelo Coronel José Joaquim de Lima e Silva, na qual estava o Alferes Luiz Alves de Lima e Silva, no posto de ajudante de ordens, a guerra entrou em sua fase final. Os combates se intensificaram com avanços incisivos do Exército brasileiro sobre as posições lusitanas, entrincheiradas em Salvador (SOUZA, 2008, p. 132). O General Madeira de Melo tentava impor-se através de contra-ataques rápidos, mas, ferozes, contra as linhas do Exército Libertador que avançavam nos arredores de Salvador. Entretanto, eram visíveis as condições de desgaste e desmotivação das forças portuguesas, sobretudo, em função dos cercos terrestres e navais e dos bombardeios da esquadra comandada por Cochrane. Em 7 de junho de 1823, o Coronel Lima e Silva, ao informar os resultados dos últimos combates, anotou: “nos foi reconhecida a vantagem” (FRANQUINI NETO, 2015, p. 375).

Logo começaram a aparecer ‘inumeráveis desertores paisanos e desertores das tropas lusas’. Com pouco mais de um mês de comando, no dia 30 de junho, o coronel Lima e Silva recebeu uma mensagem do general Madeira de Melo. Nela, ele pedia, sem rodeios, que ‘o deixasse embarcar em paz e tranquilamente’ para Lisboa (SOUZA, 2008, p. 133).

No dia “2 de julho de 1823, largou da Baía um grande comboio naval com 48 navios mercantes, escoltados por 17 navios de guerra, transportando 5.355 militares e 870 civis”. O Almirante Cochrane tentou flagelá-los, cercando e perseguindo-os. Em meio aos ataques, “4 navios do comboio voltaram à Baía, 3 arribaram ao Recife e 3 ao Maranhão; seriam possivelmente tripulados por apoiadores de D. Pedro que, com receio de represálias os terá levado a incorporar-se no comboio”. O comandante seguiu apresando navios na costa da Bahia. Após a vitória sobre Madeira de Melo e Pereira de Campos, o Almirante foi destacado para auxiliar na submissão do Ceará, Pará e Maranhão, para onde avançou com sua esquadra, pois

Dos 65 navios que largaram da Baía chegaram a salvo a Lisboa 16 navios de guerra e 23 mercantes; foram capturados ou destruídos 16 mercantes, além de mais 9 que não faziam parte do comboio. Com a retirada das forças da Baía, o Ceará, o Pará e o Maranhão submeteram-se ao Imperador (PEREIRA, 2005, p. 101).

O fim das hostilidades na Bahia e a expulsão das tropas portuguesas daquela região não trouxeram, porém, a paz ao Império do Brasil. Ao contrário, forças portuguesas ainda resistiam em regiões como Piauí, Pará e Maranhão, mais ao Norte do país, recusando-se a aderir a causa da Independência. Em Pernambuco, agitações republicanas contagiavam as populações e abriam novas vagas à sedição e aos exaltados. No Sul, as forças brasileiras que ocupavam Montevidéu viram-se diante de novos litígios diante das pressões empreendidas pelos uruguaios para liberar a Banda Oriental da dominação brasileira. Em função desses conflitos, outra guerra de proporções gigantescas ocorreu ao longo de mais de três intermináveis anos, entre 1825 e 1828. Parafraseando Lucas José Obes, ex-representante da Província Cisplatina no primeiro conselho de Estado, “o que faremos sem um Exército? (RODRIGUES, 1973, p. 44)”.

O representante do Prata tinha toda razão em questionar de modo tão veemente e as necessidades do Brasil em organizar e manter forças militares regulares sempre foram prioritárias. Do Exército e da Armada dependeram o sucesso da Independência e a consolidação do Império, não somente em função da participação efetiva dos militares na dissolução das resistências bélicas e conflagracionistas impostas aos “brasileiros” pelos portugueses e, mais adiante pelos movimentos separatistas, mas, principalmente, pela capacidade de articulação política e negociação das adesões junto aos grupos políticos e lideranças locais. Desses papéis, também ficaram incumbidos os militares,

Dirigindo um império tão vasto como o português ou uma monarquia de dimensões continentais como a brasileira, parecia-lhe ser mais vantajoso desenvolver nesses oficiais, além da capacidade de guerrear, uma habilidade específica – a de negociação, sobretudo com as autoridades regionais. Para isso, a circulação geográfica, por meio de expedições militares, ainda se mostrava uma estratégia bastante eficaz, e que perduraria por muito tempo entre os militares brasileiros (SOUZA, 2008, p. 138).

Não obstante, a consolidação do Império, fundamentalmente orientada pela conservação da unidade política, da integridade territorial e da manutenção da ordem, sedimentadas pelas guerras e repressões violentas do poder central contra as insurreições regionais, encontraram abrigo nas redes clientelares que foram se formando em torno da monarquia constitucional e representativa fundada no Rio de Janeiro por D. Pedro I e pelas elites da região centrossul. No Brasil, argumenta Mendes, prevaleceu um modelo “de relações entre o centro e a periferia, sobreposto por redes de hierarquias formais, sustentado por um sistema de trocas cujas principais ‘moedas’ serão as fidelidades, serviços e mercês” (MENDES, 2010, p. 61).

Nesse quadro, todas as instituições do Império, sobretudo as militares, eram constantemente mobilizadas para suprir as demandas políticas, as dificuldades materiais e as distâncias geográficas. Para manter fieis os súditos e reafirmar a representação imperial, as elites políticas acorriam às províncias para socorrer seus pares, superar contingências e pactuar novos acordos com a mesma rapidez e intensidade que mobilizavam forças para fazer a guerra e

debelar as insurreições. As imposições e os compromissos foram capazes de manter os níveis de representação do Estado monárquico elevados, bem como reduzir e até mesmo anular o domínio dos poderes privados e as aspirações autonomistas durante todo o período imperial. Prova disso é que mesmo quando uma crise de representação abateu o primeiro monarca e colocou fim ao Primeiro Reinado, a monarquia, enquanto instituição, permaneceu praticamente incólume. Ainda que experiências mais ou menos liberalizantes e “democráticas” tenham feito retroagir, em determinados momentos, o caráter centralizador do Estado, da monarquia e da Corte sediada no Rio de Janeiro, os expedientes da beligerância, as guerras e as negociações das adesões, alinhavadas por instituições ainda mais poderosas como a escravidão, não foram capazes de sobrepujar o modelo implantado com a Independência, o qual demorou para ser superado e, ainda assim, sob condições históricas ainda mais peculiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capitão deu a ordem de fogo! Arcádio nem teve tempo de estufar o peito e levantar a cabeça, sem entender de onde fluía o líquido ardente que lhe queimava as coxas.

– Cornos! – gritou. – Viva o Partido Liberal!

Gabriel García Márquez
Cem anos de Solidão

Em 1823, o Rio de Janeiro foi devidamente legitimado como o centro político e administrativo do Império do Brasil. A instalação da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa, no dia 3 de maio, chancelou a articulação que colocou D. Pedro I na cabeça da monarquia sustentado pelos grupos políticos da região centrossul do país.

Naquele ano, praticamente todas as localidades do Império realizaram eleições para a escolha de seus representantes ao congresso constitucional erigido para elaborar a primeira Constituição do Brasil. Logo após a escolha dos representantes, as primeiras sessões da Assembleia reuniram, em média, cerca de 50 deputados cada. As províncias do Pará, do Maranhão e da Cisplatina recusaram-se a programar os pleitos em função das guerras que promoviam contra o Império. Nas sessões preparatórias, iniciadas em 17 de abril e concluídas em 2 de maio, os deputados criaram as primeiras comissões legislativas, analisaram os diplomas dos representantes eleitos em cada uma das províncias, deliberaram sobre regimentos e normas internas da Assembleia e prepararam cuidadosamente o cerimonial de abertura dos trabalhos que contou com a presença de D. Pedro I.

Em 3 de maio de 1823, “Sua Magestade Imperial entrou na Assembleia descoberto, e foi acompanhado até ao Throno pelos Srs. Secretarios” (CALMON, 2003, p. 15). O pomposo cerimonial, marcado pela deferência impecável dos representantes das províncias para com o monarca, e a fala do

trono confirmaram os termos da adesão entre os dignos representantes da nação brasileira, os deputados eleitos pelo povo em cada uma das províncias e o Imperador.

Quão grande é meu prazer, vendo juntos representantes de quasi todas as províncias, fazendo conhecer umas às outras seus interesses, e sobre eles bazearem uma justa e liberal constituição que as reja! Deveríamos já ter gosado de uma representação nacional, mas a nação não conhecendo ha mais tempo seus verdadeiros interesses, ou conhecendo-os e não podendo patentear visto a força e o predomínio do partido portuguez que sabendo mui bem a que ponto de fraqueza, pequenez e pobreza, Portugal já estava reduzido, e ao maior gráo a que poderia chegar de decadência, nunca quiz consentir (sem embargo de proclamar liberdade, temendo a separação), que os povos do Brazil gosassem de uma representação igual aquella que elles tinham (FALLAS..., 1889, p. 15).

Em sua fala, o Imperador, de um modo ou de outro, citou as vacilações dos brasileiros que, “não conhecendo ha mais tempo seos verdadeiros interesses”, sonhavam, ou mesmo, submetiam seus anseios ao projeto português para o Brasil. “Enganaram-se em seos planos conquistadores, e d’esse engano nos provém toda a nossa fortuna”, bradou D. Pedro I, lembrando os compatriotas dos primeiros intentos da desobediência e da separação. Habilmente, porém, D. Pedro I, que sempre se referiu ao pai com carinho e admiração, citou o Decreto de 16 de dezembro de 1815, lembrou os ouvintes que a criação que elevou o Brasil à condição de sede do Reino de Portugal, Brasil e Algarve, fora obra de seu amado pai, e fez Portugal bramir de raiva, mas tremer de medo.

A convocação da Assembleia Geral e o discurso do Imperador, ato incontestado da conciliação entre o Imperador e as províncias, ocorreu em face de um cenário em que coexistiram projetos políticos comuns, outros contraditórios, muitos até, totalmente antagônicos. Mas, todos, de igual modo, foram permeados pelos expedientes da beligerância, pelos rituais conflagracionistas e pela guerra.

fomos maltratados pela Tropa Europeia de tal modo, que Eu Fui obrigado a faze-la passar á outra banda do Rio, pol-a em sitio, manda-la embarcar, e sahir barra a fora, para salvar a honra do Brasil, e podermos gozar daquela Liberdade, que devíamos, e queríamos ter, para a qual de balde trabalharíamos por possuil-a, se entre nós cosentissemos um partido heterogêneo á verdadeira Causa (FALLAS..., 1889, p. 15).

Após expulsar a tropa “de malfeitores” da Corte, D. Pedro I e a elite política voltaram suas atenções para as forças portuguesas que resistiam nas províncias rebeladas, como a da “Bahia, que foi a primeira em aderir a Portugal, em premio da sua boa fé, e de ter conhecido tarde qual era o verdadeiro trilho, que devia seguir, soffre hoje crua guerra dos Vandalos, e sua Cidade, só por elles occupada, está a ponto de ser arrasada”, o Imperador insistiu na narrativa das agressões portuguesas, que, caso não fossem contidas pela força das armas, teriam se transformado em escravidão (FALLAS..., 1889, p. 15).

A mudança no teor político dos discursos, que no espaço de pouco mais de um ano e meio deixou de ser luso-brasileiro para tornar-se, ardentemente brasileiro, redundou em um amplo acordo entre os grupos e as forças do Reino para emancipar o Brasil de Portugal, o que desfez qualquer possibilidade de manutenção dos vínculos e dos laços com a antiga metrópole. Notadamente, ainda reluziam os afetos do monarca “brasileiro” com o pai, o rei de Portugal, D. João VI. A instalação da Assembleia Constituinte e as investidas reiteradas das Cortes serviram para, pelo menos naqueles momentos, fortalecer o círculo imperial brasileiro e a representação do monarca.

As ações beligerantes do Imperador seguiram intercalando-se com apelos ao patriotismo aos representantes das províncias, elogios ao pai, ataques aos portugueses e a exaltação dos êxitos brasileiros nas guerras. O momento exigia doses ainda mais fortes de energias beligerantes, característica marcante do Imperador. Afinal, a Independência e a conciliação dependiam da confirmação da representação do monarca, configurada pelos expedientes da beligerância e pelos rituais que atraíam lideranças e grupos para os círculos do monarca. “Eu tomei sobre Mim proteger este Império”, proclamava o Imperador onde quer que estivesse. A guerra, assim como as negociações das adesões, eram instrumentos notáveis nas mãos do Imperador

soldado. Durante seu reinado, D. Pedro I manejou, ainda que de modo confuso, os meios e as provisões de que dispunha para consolidar sua regência, alcançando o inimaginável feito de manter unido um continente inteiro.

Não por acaso, ações como o fechamento da Assembleia Geral, em 12 de novembro de 1823, e a outorga da Constituição do Império do Brasil, em 25 de março de 1824, elaborada pelo Segundo Conselho de Estado (1823-1834), instituído pelo Imperador após a “demissão sumária” dos primeiros deputados eleitos para o efêmero congresso constitucional, suspendiam temporariamente as conciliações, mas, ao mesmo tempo, reafirmavam a hegemonia política da Corte instalada no Rio de Janeiro.

Grande e heterogênea, a força militar do Primeiro Reinado garantiu ao primeiro monarca e às elites políticas as condições mínimas para enfrentar os inúmeros problemas que emergiram com a desobediência do Regente perante as ordens das Cortes e a Proclamação da Independência, bem como, confrontar os grupos e facções que atuavam contra a causa brasileira nas regiões.

É certo, pois, que o Imperador e seus ministros se valeram de parte importante dos efetivos militares que permaneceram no Rio de Janeiro e nas províncias após a partida de D. João VI. Estas tropas haviam sido aumentadas e treinadas ainda durante a gestão de D. Rodrigo de Souza Coutinho, o Conde de Linhares, no Ministério da Guerra de D. João VI. Linhares ampliou o número de praças e oficiais e criou instituições militares que continuaram existindo por longos períodos, mesmo após a separação do Brasil de Portugal, como, por exemplo, a “Academia Real Militar, o Arquivo Militar, o Supremo Conselho Militar, o Hospital Militar, para citar apenas os estabelecimentos mais importantes” (LEMOS, 1996, p. 124).

D. Pedro I não perdeu de vista tais pressupostos e, durante a Independência, organizou o Exército mediante a formação de corpos de tropas regulares de 1ª e 2ª Linhas, com oficiais e soldados profissionais e pagos atuando em praticamente todas províncias e localidades.

Uma coisa é certa, não tivesse D. Pedro organizado e prestigiado as Forças Armadas imperiais, a Independência não teria avançado e a continuidade territorial do país teria sido interrompida. Inicialmente, havia que submeter e expulsar as tropas portuguesas, que ainda resistiam em bolsões isolados. Tentativas de mobilizar a população para essa luta não lograram êxito. Uma patriótica 'Guarda Cívica', criada pelo Decreto de 25 de setembro de 1822, nunca saiu do papel; e uma corporação paramilitar, surgida em São Paulo como o pomposo nome de 'Sustentáculo da Independência Brasileira', desapareceu tão romanticamente como surgira. Prática comprovação de que um paisano armado não é um soldado. Verificou logo o governo, também, que sem uma força armada não conseguiria administrar o país (LEMOS, 1996, p. 129).

Mesmo diante das elevadas quantidades de efetivos das forças de terra e da diversidade de combatentes e grupamentos militares, as tropas se mostraram eficientes do ponto de vista operacional, correspondendo a altura durante as incursões de que tomaram parte, apesar da baixa qualidade técnica e das fragilidades quanto a hierarquia e a disciplina. Muitos oficiais e soldados eram egressos de outras campanhas militares travadas na América espanhola ou na Europa, tão ou mais difíceis quanto às batalhas que estavam sendo travadas contra as forças conflagradas das províncias. Entre os militares portugueses, por exemplo, tanto os que se uniram ao recém formado Exército brasileiro, quanto os que permaneceram fiéis às Cortes de Lisboa, muitos haviam lutado nas campanhas napoleônicas, outros participaram das ações joaninas contra os rebeldes de 1817 ou eram veteranos das conflagrações no Sul (SOUZA, 2004, p. 171).

Os homens que vieram com Pedro Labatut, por exemplo, eram veteranos das guerras napoleônicas e haviam participado das guerras pela independência da Grã-Colômbia, e foram contratados pelo Brasil. Dos generais portugueses e brasileiros que integraram o Exército imperial, praticamente todos já haviam sido testados nas inúmeras conflagrações que haviam ocorrido até então na América portuguesa sob a regência de D. João VI. O Almirante Cochrane, que havia participado das lutas pela independência do Chile e do Peru, outro exemplo, trouxe consigo pelo menos 500 homens que também haviam lutado nas guerras europeias ou nas campanhas emancipacionistas da América Hispânica.

Não foram em todas as partes do território unificado por D. Pedro I e pela elite política desde o rompimento litigioso com Portugal em 1822, orgulhosamente brasileiro e pretensamente nacional a partir de 1823, que os infestos bélico-militares foram necessários. Mas, as advertências e as ameaças certamente foram recebidas e avaliadas com cautela em todas as localidades pelos principais indivíduos e grupos.

O temor dos “compatriotas” locais, que diante das ameaças de desintegração, inclusive regionais, fez com que prevalecessem, além dos seus interesses particulares, os anseios consagrados no projeto de formação de um novo Império no Brasil. Por isso, as elites celebraram, muito mais do que lamentaram, o aparecimento de um projeto político, ainda que centralizador e autoritário, mas, também, a “eleição” de um novo senhor. A monarquia não foi um preço a pagar pela Independência, mas, uma opção decidida dos mandatários brasileiros, monarquistas resolutos ou por adesão. Não por acaso, as causas mais urgentes como as guerras contra os portugueses nas províncias foram prontamente socorridas após os apelos reiterados do monarca e os atos conciliatórios imediatamente formalizados e publicamente festejados pelas câmaras, igrejas, quartéis e vereações locais (SOUZA, 1999b).

Sem o apoio dos “cidadãos” que aclamaram e coroaram D. Pedro I, que em nenhum instante abriu mão de suas prerrogativas, desde os primeiros movimentos que encaminharam a separação até sua abdicação, a “causa brasileira” teria se transformado em uma quimera infame. Obviamente que os pactos e tratados também conheceram limites, e as guerras e revoltas, as quais levaram mais de vinte anos para serem pacificadas, demonstram as fragilidades dos arranjos. Já nos primeiros momentos da Independência e, mais adiante, com a instalação da Assembleia Constituinte, as expectativas positivas em relação ao enfrentamento dos problemas experimentados, transformaram-se em novos embates, acirrando ainda mais as disputas, agora, pelo controle das instituições e dos círculos do poder político e institucional.

Ela seria, antes, o resultado de um jogo político em que os agentes provinciais pugnam – no parlamento, nas esferas de poder local, na imprensa, e, não raro, mediante o uso de armas – no sentido de consolidarem sua participação no controle do novo Estado a ser construído (OLIVEIRA, 2014, p. 19).

Os conflitos entre os mais variados grupos, muitos deles, bastante influentes e poderosos, ocorreram amiúde nos mais diferentes espaços e sob as condições mais diversas. Embora a atuação das elites políticas contribuísse para garantir ao monarca e sua casa condições minimamente favoráveis para liderar o projeto imperial brasileiro, consolidar o modelo de Estado e o sistema de governo implantado, as oscilações e instabilidades exigiam, a todo tempo, a ampliação dos expedientes da beligerância e a negociação contínua das adesões. Dinâmicas que movimentavam as ações e as atitudes políticas de modo muito intenso, evidenciando a volatilidade das relações e a transitoriedade das ações.

Entre 1821 e 1822, quando os primeiros “despachos ordinários” dos ritos de conflagração começaram a ser exarados em cumprimento aos tramites necessários para fundamentar as disputas e justificar as hostilidades contra os partidários de Lisboa, a guerra e as negociações das adesões foram assumindo, gradualmente, maior importância, ainda que com contornos pouco definidos. Em 1821, prevalecia “uma profunda pulverização da autoridade pública e do poder político” (OLIVEIRA, 1999, p. 202), com as autoridades da Corte, as práticas tradicionais e a legitimidade das leis sendo questionadas insistentemente. Em meados de 1822, explicou Cecília Helena Salles de Oliveira, aproximar-se do Príncipe Regente, valorizar o nome e as tradições da casa de Bragança e fortalecer a monarquia “representava uma estratégia de encaminhar suas pretensões mais imediatas, isso porque D. Pedro simbolizava, naquele momento, a única autoridade que poderia conduzir uma reivindicação como a da convocação da Assembleia” (OLIVEIRA, 1999, p. 249).

Essas variações constantes e, aparentemente, intermináveis, deram o tom da política do Primeiro Reinado. Para viabilizar o projeto “brasileiro”, D. Pedro I e as elites políticas da região centro sul foram obrigados a valer-se, reiteradamente, dos expedientes da beligerância, das guerras e das

negociações das adesões no contexto de formação do Estado e da consolidação do Império. Não por acaso, foram militares, como os Lima e Silva, Caldeira Brant e Nogueira da Gama, entre outros, aliados a figuras influentes da Corte como José Bonifácio, José da Silva Lisboa e Silvestre Pinheiro Ferreira, que atuaram para garantir a sustentação, o poder e a força do Imperador, pelo menos até os momentos em que esse poderio todo, aparentemente incontestável, também atingisse seus limites, refluindo quase totalmente com o ato da Abdicação. “Quase totalmente”, pois, a monarquia constitucional e representativa foi mantida, mais uma vez, sob a vigilância e a atuação política protagônica dos militares.

O fato de nos empenharmos, até aqui, para desenvolver uma narrativa até certo ponto “positivista” e, de algum modo, memorialística das guerras da Independência, em especial, da Guerra na Bahia, atribuindo papel destacado aos comandantes militares, aos corpos de Exército e da Armada Imperiais e a atuação das forças de 1ª linha nas batalhas, cujas atribuições, conforme procuramos demonstrar, sempre rompiam os círculos das suas funções laborais mais específicas, servem para afirmar o protagonismo das forças armadas regulares e profissionais no período em questão.

As guerras, eixo das dinâmicas políticas e sociais do período imperial, articuladas aos expedientes da beligerância e as negociações das adesões, contribuíram de modo singular para a Proclamação da Independência e a formação do Estado no contexto de consolidação do Império. Não resta dúvidas que o Exército brasileiro – força regular, profissional e paga – desempenhou papel central em praticamente todos os momentos da História do Brasil, desde os primeiros tempos de sua organização e emprego, embora tais aspectos tenham sido ignorados por pesquisadores como Edmundo Campos Coelho.

É preciso, contudo, tecer algumas considerações que julgamos importantes sobre a obra e os objetivos de Coelho. O sociólogo mineiro dedicou a maior parte de sua obra, *Em busca identidade*, para analisar e discutir os processos políticos do país nas décadas de 1960 e 1970. Embora fique claro que o objetivo do pesquisador não foi descrever a História do Exército e das relações entre civis e militares no período imperial, sobretudo no

Primeiro Reinado, em todas as suas dimensões e peculiaridades, alienou sua análise a uma leitura retrospectiva do passado, atribuindo à erradicação dos militares pelas elites civis parte importante dos desdobramentos e reviravoltas dos períodos seguintes, como, por exemplo, a aquisição de poder e o protagonismo político, alcançados mediante a ampliação dos níveis de autonomia e identidade e que culminaram nas intervenções armadas na política. No primeiro capítulo, objeto de nossas avaliações, o autor analisou a instituição militar desde a *Independência até a Questão Militar* e defendeu a tese da *erradicação* dos militares pelas elites civis com ênfase no predomínio do liberalismo político, alçado ao grau de constante ideológica e vetor das hostilidades civis contra os militares.

As relações entre a organização e o sistema inclusivo são estudadas a partir de uma perspectiva histórica. Ao nível da constatação empírica, isto implica que a descrição e a explicação do estado atual de uma organização requerem a identificação de estados posteriores, daquilo que ela foi no passado; ao nível teórico, significa que não podemos aplicar os mesmos conceitos e categorias a cada uma e a todas as fases da existência de uma organização (COELHO, 2000, p. 42).

O recorte temporal longo, a busca pelas origens do protagonismo militar e a utilização de conceitos anacrônicos como a *erradicação*, evidenciam a organização esquemática de uma obra estruturada em ciclos que descrevem, um por um, a trajetória histórica do Exército e a política na sociedade brasileira. A partir do primeiro ciclo – a erradicação – Coelho subscreveu todos os períodos posteriores da História da instituição, e do Brasil, a um conceito chave específico, que atingiu a fase final de amadurecimento e consciência internas, o protagonismo militar e as intervenções armadas na política. As “organizações não servem a objetivos, mas são servidas por eles”, assinalou. Os objetivos são, por sua vez, “frequentemente redefinidos, eliminados, adicionados ou simplesmente abandonados como estratégias de implementação da capacidade competitiva das organizações” (COELHO, 2000, p. 43-44).

Em trabalho recente, o historiador Carlos Fico nos explica que “até 1980, os debates teóricos sobre os regimes militares” se davam quase exclusivamente no campo da Ciência Política, cujas “informações disponíveis

sobre a ditadura provinham da imprensa, de discursos oficiais e de depoimentos ou memórias” (FICO, 2017, p. 7). Coelho analisou parte dos discursos oficiais e das memórias dos militares, tais como os livros e artigos publicados pelos representantes do Regime, como o capítulo do livro *Geopolítica do Brasil*, de autoria do Gal. Golbery do Couto e Silva, publicado pela Livraria José Olympio Editora (1967, p. 7-33); o artigo “A mobilização nacional”, escrito pelo Gal. Aurélio de Lyra Tavares para o periódico, *A Defesa Nacional* – julho/ agosto de 1969; a transcrição da aula inaugural do Mal. Humberto de Alencar Castelo Branco publicada no jornal *Correio da Manhã*, intitulado “Segurança e desenvolvimento”, publicado em 14 de março de 1967; e o texto do Gal. Emílio Garrastazu Médici, “Primeira mensagem à Nação”, publicado no periódico *A Defesa Nacional*, na edição 626, de janeiro/ fevereiro de 1970.

Os pressupostos estabelecidos nesses documentos forneceram os conteúdos políticos e ideológicos, visões e valores que orientaram a Doutrina de Segurança Nacional, tanto aos membros da instituição quanto aos cidadãos. Esse conjunto de prospectos, o autor denominou, *consenso sobre domínio*, isto é, a imagem que deveria ser compartilhada por todos sobre a identidade nacional, a qual se confundia, propositadamente, à identidade e ao poder militar (COELHO, 2000, p. 179).

Combinam-se nestas mensagens a exaltação do civismo, dos símbolos, vultos e datas nacionais que deverão desenvolver no povo o sentimento de filiação e lealdade à mesma comunidade nacional (...) Particularmente a juventude tem sido alvo desta investida sobre o espírito e a mente dos cidadãos – pois a reeducação cívica não se dissocia do quadro de guerra psicológica –, que se completa, em outros níveis, com iniciativas como o Projeto Rondon, a obrigatoriedade dos cursos de Educação Moral e Cívica e projetos de impacto na esfera da atividade econômica e social do Estado (COELHO, 2000, P. 181).

A síntese é assertiva e aborda objetivamente os elementos que conformam a análise sobre a conjuntura de uma época e seus desdobramentos. De um lado, o Exército como instituição politicamente autônoma impondo suas concepções de Estado e nação, orientado para “despertar uma forte autoconsciência nacional” nos cidadãos brasileiros. De

outro, o Exército profissional, voltado para o aprendizado e o desenvolvimento de suas capacidades militares para a defesa do país. Ao fundo, as normas constitucionais, instrumentos político-normativos imprescindíveis, porém, ineficazes diante das investidas políticas de organizações hipertrofiadas.

Diante desse quadro complexo, percebemos que o ponto de partida do autor e seu ensaio histórico e sociológico não era o período imperial, mas, os espaços e horizontes que compunham suas experiências e orientavam suas expectativas no momento em que realizou suas pesquisas e produziu sua obra. Daí nossas dificuldades para validar, conforme a perspectiva do autor, a erradicação como conceito definidor das relações entre os civis e os militares no Brasil. O Exército e os militares, protagonistas da Independência, contribuíram de modo singular para a formação do Estado e consolidação do Império e o que “Huntington chamou de *política de erradicação*” (COLEHO, 2000, p. 49), não possui validade ou encontra sustentação diante de um cenário tão controverso e enigmático quanto o inaugurado em 1822.

FONTES

BRASIL. Assembleia Geral Constituinte e Legislativa (1823). *Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003.

_____. *Ata da eleição de Deputados pela Província de Pernambuco*. 18 de abril de 1823. 1823a. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/oficio-da-camara-de-olinda>>.

_____. *Atas do Conselho de Estado – 1822-1889*. Org. José Honório Rodrigues. Brasília: Senado Federal, s./d. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/AT_AtasDoConselhoDeEstado.asp>.

_____. *Atas do Conselho dos Procuradores Gerais das Províncias do Brasil – 1822-1823*. 1823b. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS1-Conselho_dos_Procuradores_Gerais_das_Provincias_do_Brasil_1822-1823.pdf>.

_____. *Coleção de Leis do Império*. 1822a. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Coleção de Leis do Império*. 1831. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Coleção de Leis e Decisões do Império*. 1887. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html>>.

_____. *Constituição da República Federativa do Brasil – 1988*. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>

_____. *Constituição política do Império do Brasil (25 de março de 1824)*. 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>.

_____. *Decreto nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018*. Decreta intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro com o objetivo de pôr termo ao grave comprometimento da ordem pública. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato/2018/2018/decreto/D9288.htm>.

_____. *Decretos, Cartas e Alvarás de 1822*. 1822c. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao2.html>>.

_____. *Lei nº 12.528, de 18 de novembro de 2011*. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm>.

_____. *Inventário analítico do arquivo da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823*. 1823c. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. Disponível em: <https://arquivohistorico.camara.leg.br/atom/AC1823/sobre/Inventario_AnaliticoAcervoConstituinte1823.pdf>.

_____. Senado Federal. *Proclamação – de 17 de junho de 1822*. O Príncipe Regente convida os Povos da Bahia a reconhecerem a sua autoridade. 1822b. Disponível em: <<https://legis.senado.leg.br/norma/559177/publicacao/15747143>>.

CARTAS remetidas ao rei D. João VI. Lisboa: Imprensa Nacional, 1822.

DOCUMENTOS para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Tomo I. 1820-1825. Rio de Janeiro: Livraria Cruz Coutinho, 1883. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518723>>.

FALLAS do Throno desde o anno de 1823 até o anno de 1889 acompanhadas dos respectivos votos de graças da Camara Temporaria. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889.

PERNAMBUCO (ESTADO). Ata da eleição de Deputados pela Província de Pernambuco – 18 de abril de 1823. 1823. Disponível em: <<https://arquivohistorico.camara.leg.br/index.php/0r09c>>.

PORTUGAL. Documentos para a História das Cortes Geraes da Nação Portuguesa. Lisboa: Imprensa Nacional, 1883. 8 v. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/518723>>.

BIBLIOGRAFIA

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o congresso anfitrião do Panamá. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 43, n. 2, p. 170-191, 2000.

ALVES, Dilma Cabral; PONTES, Salomão. Os contornos institucionais do Estado brasileiro. In: CABRAL, Dilma (Org.). *Estado e administração: a construção do Brasil Independente*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

ANDERSON, Perry. *Espectro: da direita à esquerda no mundo das ideias*. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Zona de compromisso*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ANTIQUERA, Moisés. Modelos causais e a escrita da História. *História da Historiografia*, Ouro Preto, n. 14, p. 11-26, 2014. Disponível em: <<https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/617/446>>.

ARIÉS, Philippe. *O tempo da História*. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.

BARROS, José D'Assunção. *O campo da História: especialidades e abordagens*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

_____. Rupturas entre o presente e o passado: leituras sobre as concepções de tempo de Koselleck e Hannah Arendt. *Páginas de Filosofia*, v. 2, n. 2, p. 65-88, 2010. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PF/article/view/2374>>.

BARROSO, Gustavo. *Uniformes do Exército brasileiro. 1730-1922*. Paris: A. Ferroud, 1922.

BABBIE, Earl. *Métodos de pesquisas em Survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOTELHO, André. Passado e futuro das interpretações do país. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, v. 22, n. 1, p. 47-66, 2010.

BLOCH, Marc. *Apologia da História, ou, o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2001.

BRAUDEL, Fernand. *Uma lição de história*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1989.

BURKE, Peter. A crise das representações. In: *A fabricação do rei: a construção da imagem pública de Luís XIV*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2009, p. 137-146.

CALMON, Pedro. Introdução. In: *Diários da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil – 1823*. Brasília: Senado Federal, 2003. Tomo I.

_____. *História da civilização brasileira*. Brasília: Senado Federal, 2002.

CANDIDO, Antonio. Literatura e a vida social. In: *Literatura e sociedade*. 9. ed. rev. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

CARDOSO, Ciro Flamarion. Epistemologia pós-moderna, texto e conhecimento: a visão de um historiador. *Diálogos*, Maringá, v. 3, n. 1, p.1-28, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Pensadores que inventaram o Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CATANI, Afrânio Mendes. Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 103-105, 1978.

CASTRO, Celso. *Textos básicos de Sociologia: de Karl Marx a Zygmunt Bauman*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2014.

CASTRO, Celso. *A invenção do Exército brasileiro*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2002.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Meneses. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. A operação historiográfica. In: LE GOFF, Jacques (Comp.). *História: novos problemas*. Trad. Theo Santiago. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995, p. 65-119.

CLAUSEWITZ, Carl von. *On War*. Tradução de Michael Howard e Peter Paret. Princeton: Princeton University Press, 1984.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. A Instituição Militar no Brasil: um ensaio bibliográfico. *BIB: O que se deve ler em Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 335-349.

_____ (Org.). *Sociologia da Burocracia*. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

CONTIER, Arnaldo Daraya. *Imprensa e ideologia em São Paulo, 1822-1842*. Petrópolis: Vozes; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1979.

CORVISIER, André. *A guerra: ensaios históricos*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. A dialética invertida: 1960-1990. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 14, n. 27. p. 9-26, 1994.

_____. *Da monarquia a república: momentos decisivos*. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

COSTA, Sergio Corrêa. *As 4 coroas de D. Pedro I*. Rio de Janeiro: A Casa do Livro, 1972.

COSTA, Wilma Peres; OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles (Org.). *De um império a outro: sobre a formação do Brasil, século XVIII e XIX*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2007.

DEL PRIORE, Mary. *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do Estado nacional. In: Jancsó, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; FAPESP, 2003.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010.

ELBRIDGE GERRY In: *Enciclopédia Britannica*. Disponível em: <<https://www.britannica.com/biography/Elbridge-Gerry>>.

ELIAS, Norbert. Estudos sobre a gênese da profissão naval. In: *Escritos & ensaios 1: Estado, processo e opinião pública*. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2006.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

_____. *Os donos do poder. formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 11. ed. São Paulo: Edusp, 2003.

FICO, Carlos. Ditadura brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Tempo & Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 5-74, 2017.

_____. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n. 47, p. 29-60, 2004.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro: séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e suas apropriações no processo de construção da Nação. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 99-122.

GAY, Peter. *O estilo da História*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício*. Trad. Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo. Companhia. das Letras, 1987.

GOUVÊA, Maria de Fátima. *O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil imperial, volume I: 1808-1821*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

HELLER, Agnes. *Uma teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

HIMMELFARB, Gertrude. *Os caminhos para a modernidade: o Iluminismo britânico, francês e americano*. São Paulo: É Realizações, 2011.

HOBSBWM, Eric. *A Era das Revoluções. 1789-1848*. 38. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

_____. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o Estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2016.

JANCSÓ, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). *História da vida*

privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 387-437.

_____. (Org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KARNAL, Leandro. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

KEEGAN, John. *Uma história da guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

KOSELLECK, Reinhart. *O conceito de História*. Trad. René E. Gertz. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

_____. *Futuro passado: contribuições à semântica dos tempos históricos*. Trad. Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto; Ed. PUC-Rio, 2006.

KRAAY, Hendrik. Muralhas da independência e liberdade do Brasil: a participação popular nas lutas políticas (Bahia, 1820-25). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 303-340.

LACOMBE, Américo L. Jacobina. *O mordomo do Imperador*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1994.

LEMOS, Juvêncio Saldanha. *Os mercenários do Imperador: a primeira corrente imigratória alemã (1824-1830)*. Porto Alegre: Palmarinca, 1993.

LESSA, Renato. O campo da Ciência Política no Brasil: uma aproximação construtivista. *Revista Estudos Hum(e)anos*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 3-31, 2011. Disponível em: <http://revista.estudoshumeanos.com/wp-content/uploads/2011/01/23_-31.pdf>.

LUSTOSA, Isabel. *D. Pedro I: um herói sem nenhum caráter*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história e abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 19, p. 75-119, 2016.

_____. O conceito de liberalismo no Brasil (1750-1850). *Araucária: Revista Iberoamericana de Filosofia, Política y Humanidades*, v. 9. n. 17, p. 212-234, 2007.

_____. *Da monarquia à oligarquia: história institucional e pensamento político brasileiro. (1822-1930)*. São Paulo: Alameda, 2014.

_____. *Monarquia sem despotismo e liberdade sem anarquia: o pensamento político do Marquês de Caravelas (1821-1836)*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

_____. O discurso político monarquiano e a recepção do conceito de Poder Moderador no Brasil (1822-1824). *Dados: Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 611-654, 2005.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso império: Brasil e Portugal: bastidores da política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MARSON, Isabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena Salles de (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013.

MARTINS, Maria Fernanda Vieira. A velha arte de governar: o Conselho de Estado no Brasil Imperial. *Topoi*, v. 7, n. 12, p. 178-221, 2006.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELO, Demian Bezerra de. *A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo: Ed. 34, 2004.

MENDES, Claudinei Magno Magre. O ensaísmo na historiografia brasileira. *Acta Scientiarum: Human and Social Sciences*, Maringá, v. 34, n. 1, p. 91-100, 2012.

MENDES, Fábio Faria. *Recrutamento militar e construção do estado no Brasil imperial*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

MORAIS, João Batista Mascarenhas. *Memórias*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1986.

NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan; FAPERJ, 2003.

NICOLAZZI, Fernando. Raízes do Brasil e o ensaio histórico brasileiro: da história filosófica à síntese sociológica, 1836-1936. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 36, n. 73, p. 89-110, 2016.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo França de. *Construtores do Império, defensores da província: São Paulo e Minas Gerais na formação do Estado nacional e dos poderes locais, 1823-1834*. São Paulo, 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles. *A astúcia liberal: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824)*. Bragança Paulista: Edusp; Ícone, 1999.

_____. Estado, nação e escrita da História: proposta para o debate. In: CARVALHO, José Murilo de; NEVES, Lucia Maria Bastos Pereira das (Org.). *Repensando o Brasil do oitocentos: cidadania, política e liberdade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 239-266.

_____. Imbricações entre política e negócios: os conflitos na Praça do Comércio no Rio de Janeiro, em 1821. In: MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília Helena L. de Salles (Org.). *Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 69-105.

_____. *A Independência e a construção do Império*. São Paulo: Atual, 1995.

PAULA, Eurípedes Simões de. A organização do Exército brasileiro. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: B. Brasil, 2004. v. 1. t. 2.

PEIXOTO, Antonio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain (Coord.). *Os partidos militares no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1980.

PEREIRA, José Antonio Rodrigues. *Campanhas navais – 1807-1823*. A Marinha portuguesa na época de Napoleão: a armada e o Brasil. Lisboa: Tribuna, 2005. v. 2.

PROUST, Antoine. *Doze lições sobre a História*. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

QUARTIM DE MORAES, João Carlos Kfourí. *Liberalismo e ditadura no cone sul*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

REIS, Arthur César Ferreira Reis. As províncias do Norte e do Oeste. In: CARDOSO, Fernando Henrique et. al. (Org.). *O Brasil monárquico: dispersão e unidade*. Rio de Janeiro: B. do Brasil, 2004. v. 2.

REIS, José Carlos. *História e teoria: historicismo, modernidade, temporalidade e verdade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007a.

_____. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007b.

RÉMOND, RENÉ. *História dos Estados Unidos*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: M. Fontes, 1989.

REZA, Germán A. de la. *A invenção da paz: da República Cristã do duque de Sully à Federação das Nações de Simón Bolívar*. São Paulo: Humanitas, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). *Constituição do Estado do Rio de Janeiro*. 2015.
Disponível em:
<<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/constest.nsf/PageConsEst?OpenPage>>.

RODRIGUES, André Figueiredo. As estratégias da família Resende Costa na defesa de seu patrimônio apreendido pela devassa da inconfidência mineira, 1789-1804. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, ano 175, v. 464, p. 35-52, 2014.

_____. *A fortuna dos inconfidentes: caminhos e descaminhos dos bens de conjurados mineiros (1760-1850)*. São Paulo: Globo, 2010.

RODRIGUES, José Honório (Org.). *Atas do Conselho de Estado*. Brasília: Senado Federal, 1973-1978. 13 v.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. Raízes da imaginação política brasileira. *Dados*, n. 7, p. 137-161, 1970.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa América, 1980.

SCHNOOR, Eduardo. Os senhores dos caminhos: a elite na transição para o século XIX. In: PRIORE, Mary del (Org.). *Revisão do paraíso: 500 anos e continuamos os mesmos*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

SCHULZ, John. *O Exército na política: origens da intervenção militar, 1850-1894*. São Paulo: Edusp, 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de. *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro Consequência, 2017.

SILVA, Antonio Pretextato Maciel da. *Os generais do Exército brasileiro de 1822-1898*. Rio de Janeiro: Americana, 1906.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História militar do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SOUZA, Adriana Barreto de. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. A serviço de Sua Majestade: a tradição militar portuguesa na composição do generalato brasileiro (1837-50). In: *Nova história militar brasileira*. Organizadores: Celso Castro, Vitor Izecksohn, Hendrick Kraay. – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

_____. *O Exército na consolidação do Império*: um estudo histórico sobre a política militar conservadora. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. Questões de poder na fundação do Brasil: o governo dos homens e de si (c. 1780-1830). In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A independência brasileira*: novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006^a, p. 209-240.

_____. *Pátria coroada*: o Brasil como corpo político autônomo. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1999b.

SOUZA, Otávio Tarquínio de. *A vida de D. Pedro I*. Brasília: Senado Federal, 2015. Tomo 1.

TEXTOS políticos da História do Brasil. Org. Paulo Bonavides e Roberto Amaral. Brasília: Senado Federal, 2002.

TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *1964*: visões críticas do golpe – democracia e reformas no populismo. Campinas: Editora da Unicamp, 2014.

TRAVERSO, Enzo. Revisão e revisionismo. In: SENA JUNIOR, Carlos Zacarias de (Org.). *Contribuições à crítica da historiografia revisionista*. Rio de Janeiro Consequência, 2017.

VILLALTA, Luiz Carlos. *O Brasil e a crise do Antigo Regime português (1788-1822)*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

WEBER, Max. *Ciência e política*: duas vocações. São Paulo: Cultrix, 2011.

WEBER, Max. Os tipos ideais. In: CASTRO, Celso (Org.). *Textos básicos de Sociologia*: de Karl Marx a Zygmunt Bauman. Rio de Janeiro: J. Zahar Ed., 2014.

ANEXOS

Anexo I

Capa da primeira edição do livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, de Edmundo Campos Coelho, publicado em 1976 pela editora Forense-Universitária, do Rio de Janeiro.



Anexo II

Capa da segunda edição do livro *Em busca da identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*, de Edmundo Campos Coelho, publicado no ano 2000 pela editora Record, do Rio de Janeiro.

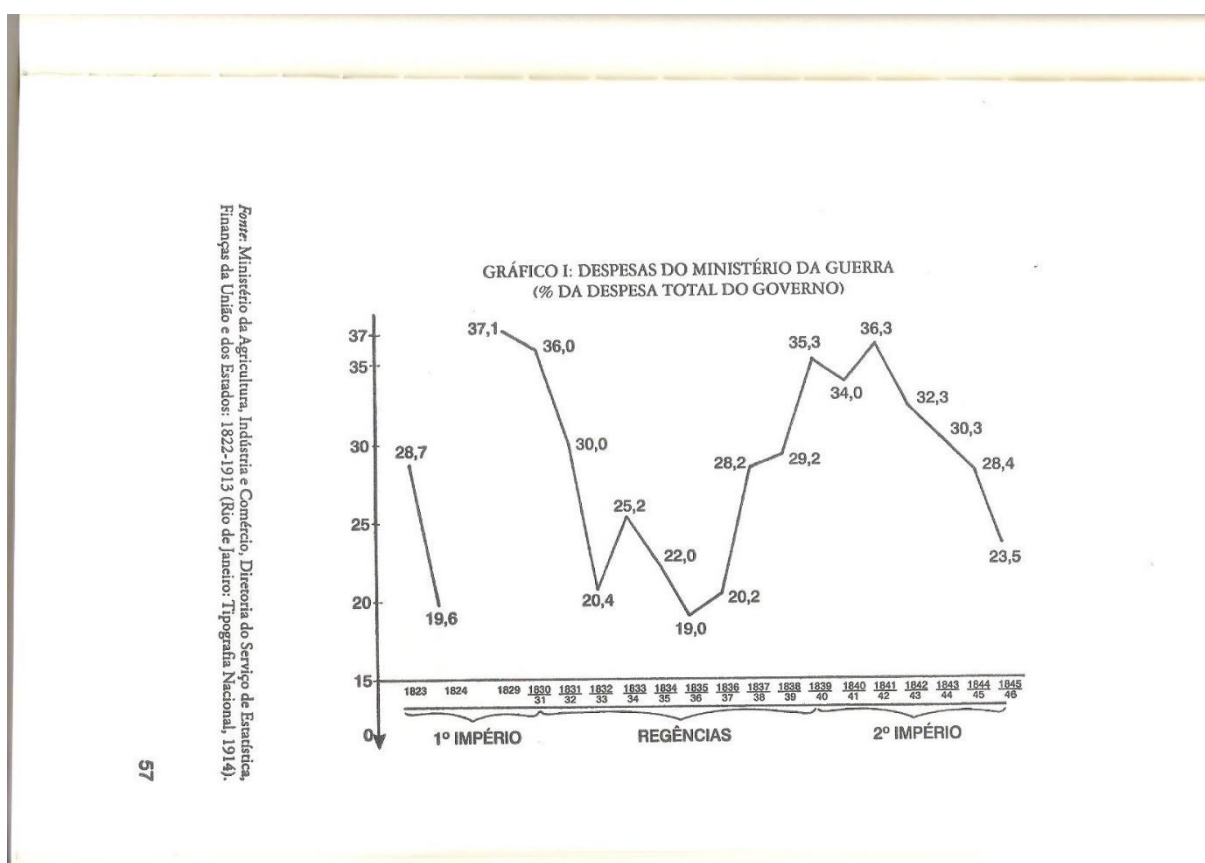


Anexo III

Gráfico elaborado por Edmundo Campos Coelho, com base nos dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística e Finanças da União e dos Estados: 1822-1913. (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).

Gráfico I

Despesas do Ministério da Guerra (% da Despesa Total do Governo)



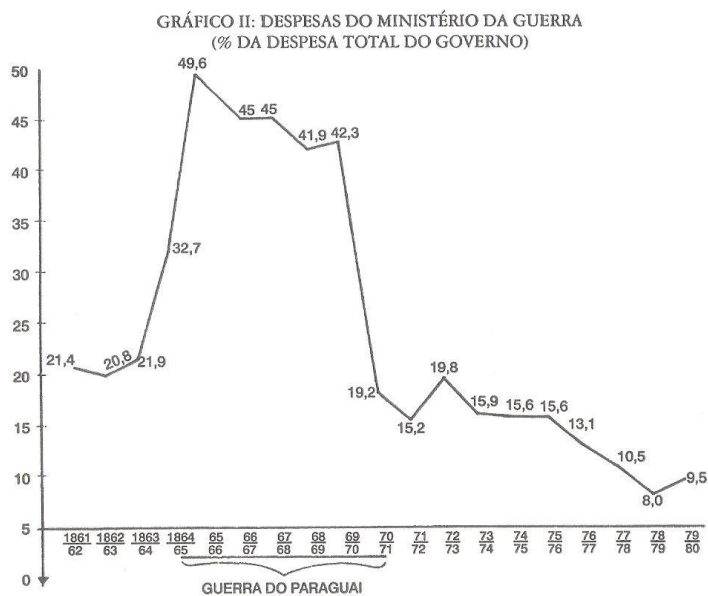
Anexo IV

Gráfico elaborado por Edmundo Campos Coelho, com base nos dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística e Finanças da União e dos Estados: 1822-1913. (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).

Gráfico II

Despesas do Ministério da Guerra (% da Despesa Total do Governo)

Fonte: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística, Finanças da União e dos Estados: 1822-1913 (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).



63

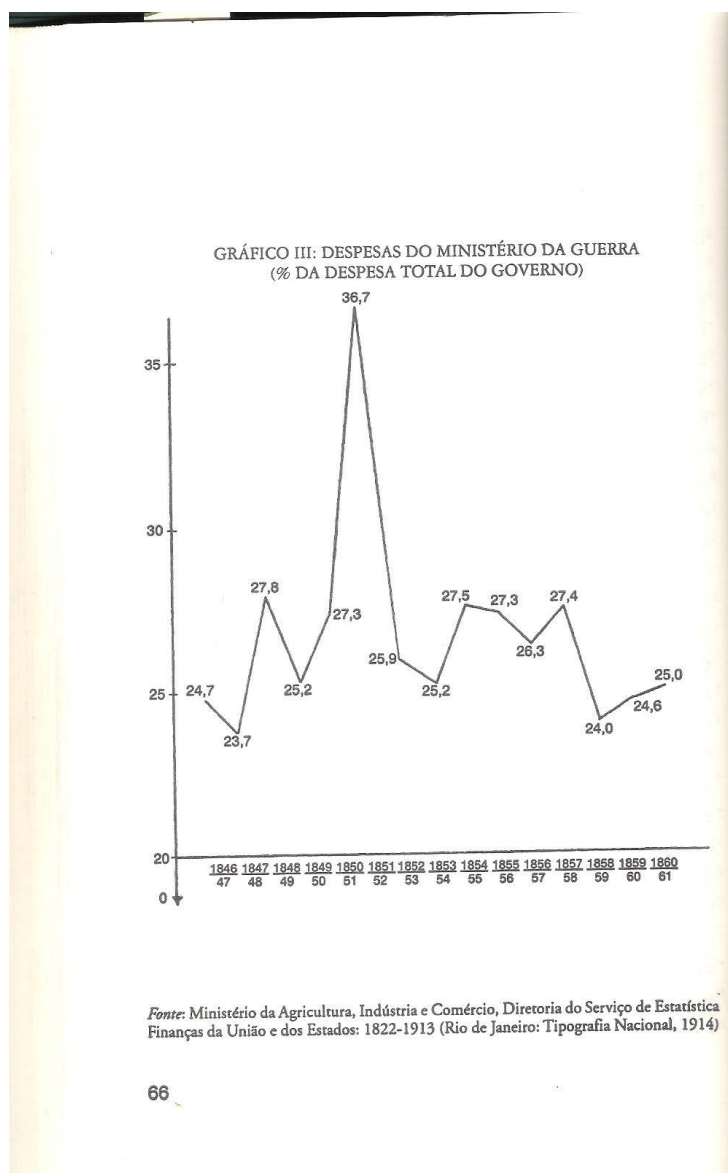
Fonte: COELHO, 2000, p. 63.

Anexo V

Gráfico elaborado por Edmundo Campos Coelho, com base nos dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística e Finanças da União e dos Estados: 1822-1913. (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).

Gráfico III

Despesas do Ministério da Guerra (% da Despesa Total do Governo)

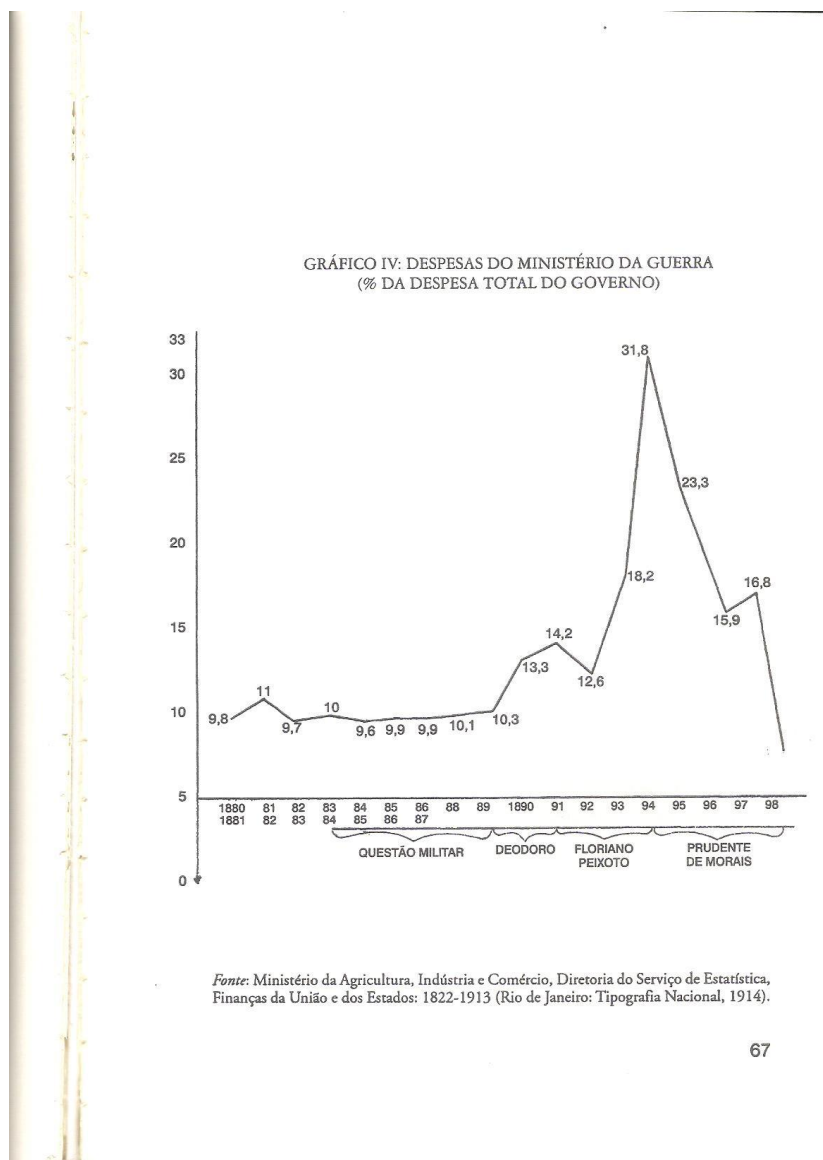


Anexo VI

Gráfico elaborado por Edmundo Campos Coelho, com base nos dados do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Diretoria do Serviço de Estatística e Finanças da União e dos Estados: 1822-1913. (Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1914).

Gráfico III

Despesas do Ministério da Guerra (% da Despesa Total do Governo)



Anexo VII

Quadro elaborado por Edmundo Campos com base nos Relatórios do Ministério da Guerra, Mapas da Força do Exército. Efetivos legais. Quadro I – Evolução dos Efetivos do Exército.

DA INDEPENDÊNCIA À QUESTÃO MILITAR

Quadro I. *Evolução dos Efetivos* do Exército*

Ano	Efetivos	Índice de Crescimento (1830 = 100)
1830	30.000	100
1831	14.342	47,8
1841	20.925	69,7
1848	16.000	53,3
1855	20.000	66,6
1863	16.000	53,3
1865	35.689	118,9
1871	19.000	63,3
1880	15.000	50
1889	13.000	43,3
1892	27.013	90
1907	30.066	100,2
1920	45.405	151,3

Fonte: Relatórios do Ministério da Guerra, Mapas da Força do Exército.

*Efetivos legais.

Fonte: COELHO, 2000, p. 55.